



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**MÁRCIA MARIA COSTA GOMES**

**TERRITÓRIO ILUSTRADO: UMA INVESTIGAÇÃO DA IDEIA DE NATUREZA  
PELAS VIAGENS CIENTÍFICAS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA NO  
SERTÃO DA CAATINGA (1794-1810)**

**JOÃO PESSOA - PB  
SETEMBRO DE 2021**

MÁRCIA MARIA COSTA GOMES

**TERRITÓRIO ILUSTRADO: UMA INVESTIGAÇÃO DA IDEIA DE NATUREZA  
PELAS VIAGENS CIENTÍFICAS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA NO  
SERTÃO DA CAATINGA (1794-1810)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

**Área de concentração:** Território, Trabalho e Ambiente.

**Linha de Pesquisa:** Gestão do território e análise geoambiental.

**Orientador:** Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza (UFPB).

**Coorientador:** Prof. Dr. José Otávio Aguiar (UFCG).

JOÃO PESSOA - PB

SETEMBRO DE 2021

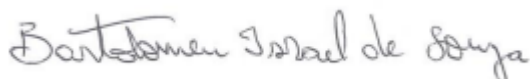
MÁRCIA MARIA COSTA GOMES

**TERRITÓRIO ILUSTRADO: UMA INVESTIGAÇÃO DA IDEIA DE NATUREZA  
PELAS VIAGENS CIENTÍFICAS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA NO  
SERTÃO DA CAATINGA (1794-1810)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Data: 29/09/2021.

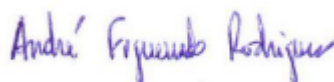
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Sousa (PPGG/UFPB)  
Orientador



Prof. Dr. José Otávio Aguiar (PPGH/UFCG)  
Coorientador



Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues (PPGH/Unesp/Assis)  
Avaliador Externo



Profa. Dra. Gisella de Amorim Serrano (Pesquisadora da Coleção Brasileira/UFGM)  
Avaliadora Externa



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (PPGG/UFPB)  
Avaliador Interno



Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia (PPGG/UFPB)  
Avaliadora Interna

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

G663t Gomes, Márcia Maria Costa.

Território ilustrado: uma investigação da ideia de natureza pelas viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga (1794-1810) /Márcia Maria Costa Gomes. - João Pessoa, 2021.

282 f. : il.

Orientação: Bartolomeu Israel de Souza.

Coorientação: José Otávio Aguiar.

Tese (doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Viagens científicas luso-brasileiras. 2. Território Ilustrado. 3. Ideia Natureza. 4. Caatinga.  
5. Manuel Arruda da Câmara. I. Souza, Bartolomeu Israel  
de. II. Aguiar, José Otávio. III. Título.

UFPB/BC

*Com amor, aos meus pais,*

*Pilton e a Maria Lindacy.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos(as) que contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente ao Instituto Federal da Paraíba, que possibilitou a liberação do afastamento durante quatro anos para a realização dessa pesquisa, contribuindo de maneira efetiva na minha inteira dedicação e no aprimoramento da minha formação profissional, primordial para o ensino público de qualidade.

Estendo aos meus estudantes, que na beleza da juventude estão descobrindo o conhecimento através do ensino, pelo contato com a Biblioteca “Poeta Zé da Luz”, com os laboratórios, com as aulas de campo em geografia, pelos projetos de extensão e pelas pesquisas de Iniciação Científica.

Em especial ao meu orientador, Bartolomeu Israel de Souza, que acreditou no projeto desde o início, com o qual iniciei as leituras acadêmicas no seu Grupo de Estudos do Semiárido (GESA) e nos trabalhos de campo. Grata pela paciência, sugerindo leituras relevantes para o andamento da Tese. Chegamos até aqui!

Também de modo especial, ao meu coorientador, José Otávio Aguiar, do Programa de Pós-Graduação em História e de Recursos Naturais (UFCG), que abriu um diálogo disciplinar entre a História Ambiental e a Geografia no seu Grupo de Estudos em História Ambiental, antes mesmo da minha entrada no doutorado. Obrigada pelo incentivo!

Aos integrantes da Banca de Qualificação, aos professores, Anieres Barbosa da Silva e José Otávio Aguiar pelas interrogações, sugestões e críticas valiosas.

À banca examinadora, composta pelos Professores Doutores; André Figueiredo Rodrigues, Gisella de Amorim Serrano, Doralice Sátyro Maia e a Anieres Barbosa da Silva, que contribuíram nas críticas e sugestões.

A este Programa de Pós-Graduação, especialmente a profa. visitante, Dirce Suertegaray, que mediu o intercâmbio na Universidade de Coimbra para a realização do doutorado-sanduíche, interrompido pela pandemia da COVID-19. Estendo os agradecimentos à Universidade de Coimbra, especialmente aos professores, Lúcio José Sobral da Cunha e Rui Jacinto do Departamento de Geografia e Turismo, que fariam parte do intercâmbio internacional.

Ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, especialmente aos coordenadores do Centro de Referência Memórias Reveladas, a Inez Estampa e a Vicente Arruda da

Câmara Rodrigues, que gentilmente disponibilizaram documentos importantes para a Tese.

Ao Departamento de Sistemática e Ecologia/UFPB, especialmente ao professor Rubens Queiroz, pela revisão dos quadros referentes à classificação e descrição de novas plantas de Manuel Arruda da Câmara.

À Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba, principalmente ao Setor de Coleções Especiais (COESP) e de Obras Raras, que na ocasião, a bibliotecária-documentalista era Gilvanedja Mendes.

Ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR/UFPB), especialmente ao prof. Carlos Xavier Netto e à assistente administrativa Janicleide Alves.

Ao Programa de Pós-Graduação em História e à Coordenação de Graduação em História da UFPB, especialmente aos professores, Ângelo Emílio Pessoa e Acácio Lopes Catarino, pela interlocução com a História do sertão colonial e com a Paleografia. Foi um aprendizado valioso que se somou no decorrer dessa tese.

Ao Instituto Histórico de Campina Grande e ao Instituto Histórico Geográfico Paraibano, em especial ao Dr. Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins.

Ao Acervo particular Maurílio de Almeida, em especial, a Graça Antas e a Josilene Pacheco, pelo acesso a algumas obras relevantes para essa pesquisa.

Aos colegas do GESA, pela riqueza dos textos discutidos e pelas aulas de campo no sertão do Cariri paraibano e, em especial, a Eini Cardoso, pela amizade e pelas primeiras etapas de elaboração dos mapas, continuado por Adielson Pereira, que, pacientemente dedicou seu tempo na elaboração dos mapas do passado colonial, muito obrigada!

Aos colegas da turma de doutorado, Alexandre Souza, Cláudia Fonseca, Guibson Júnior, Josias Barros, Júnior Brandão, Liro Nobre, Raoni, Vinícius Lima e, em especial, a Karoline Souza, do PPSS, pela partilha desse processo.

Ao apoio e bem querer dos amigos do *Campus* Campina Grande, especialmente a M<sup>a</sup> Célia Ribeiro, a Ana Paula Sousa, a Mary Roberta Marinho, e não poderia esquecer dos amigos da velha guarda, em especial a Dwight Soares, a Wandenberg Colaço, a Albino Nunes e a Nicácio Lopes.

Aos sertanejos da caatinga e seus antepassados, que conviveram e convivem uma relação com a Natureza cheia de enfrentamentos, de conflitos e de resistências.

Ao apoio familiar, contei com o amor dos meus pais, Ailton Arruda Gomes e Maria Lindacy Costa Gomes, bem como das minhas irmãs, Cláudia, Andréa, Sabrina e Socorro (*in memoriam*) e dos meus sobrinhos, Amandinha e Caio, que sentiram de perto as emoções desse processo. Enfim, a Deus.



## RESUMO

No final do século XVIII e início do XIX, houve um incremento na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras na América portuguesa. Considerando essa realidade, o presente estudo objetiva investigar a ideia de Natureza construída pelo naturalista Manuel Arruda da Câmara, vinculada à territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da caatinga no período de 1794 a 1810. Trata-se de compreender a estrutura e dinâmica territorial das viagens científicas luso-brasileiras que envolveram os grupos sociais de poder (político-científico) na relação com a investigação da Natureza na colônia, gerida pela metrópole portuguesa, ilustrada e protagonizada pelos naturalistas luso-brasileiros. Para tanto, optamos pela abordagem da Geografia Histórica, centrada no estudo do passado e na categoria do Território, embasados por uma metodologia de análise bibliográfica e documental historiográfica. O estudo demonstrou que os Territórios Ilustrados, sintetizaram, não somente, uma configuração espacial da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, mas um ordenamento de poder e controle da Natureza pela ciência ilustrada, fomentada pelas Instituições Científicas e Museus de Gabinete de História Natural. Além disso, a pesquisa revelou que, embora Manuel de Arruda da Câmara estivesse entrelaçado a essa estrutura e dinâmica de poder territorial das viagens científicas luso-brasileiras, a ideia de Natureza foi norteadada por duas dimensões: pelos interesses conflitantes, haja vista, que a Caatinga não era objeto de estudo de naturalistas viajantes e nem da metrópole portuguesa; e pelas divergências botânicas, uma vez que Arruda da Câmara classificou novas espécies da caatinga, até então desconhecidas pela literatura científica lineana europeia. Observamos, que a ideia de Natureza arrudiana definiu-se pelo processo de territorialização e de sua prática botânica encravada no sertão da caatinga, que insistia em provar cientificamente para a Coroa portuguesa que a caatinga era viável economicamente. Contudo, não houve uma ruptura da ideia de Natureza utilitária, mas de resistência às teorias eurocêntricas de degeneração da Natureza da América portuguesa.

**Palavras-chaves:** Viagens científicas luso-brasileiras. Território Ilustrado. Ideia Natureza. Caatinga. Manuel Arruda da Câmara.

## ABSTRACT

At the end of the 18th century and beginning of the 19th, there was an increase in the territorial policy of Portuguese-Brazilian scientific travels in Portuguese America. It aims to investigate the idea of Nature constructed by naturalist Manuel Arruda da Câmara, linked to the territoriality of Portuguese-Brazilian scientific travels in the caatinga sertão in the period from 1794 to 1810. It is about understanding the structure and territorial dynamics of Portuguese-Brazilian scientific travels which involved the social groups of power (political-scientific) in the relationship with the investigation of Nature in the colony, managed by the Portuguese Illustrated metropolis and led by Portuguese-Brazilian naturalists. We opted for the approach of Historical Geography, centered on the study of the past and on the category of territory, based on a methodology of bibliographic and historiographical documentary analysis. The study demonstrated that the Illustrated Territories synthesized not only a spatial configuration of the territorial policy of Luso-Brazilian scientific travels, but an ordering of power and control of Nature by Illustrated science, fostered by Scientific Institutions and Natural History Office Museums . In addition, the research revealed that although Manuel de Arruda da Câmara was intertwined with this structure and dynamics of territorial power of Luso-Brazilian scientific travels, the idea of Nature was guided by two dimensions: by the conflicting interests, of course, that the Caatinga was not the object of study by traveling naturalists or by the Portuguese metropolis; and due to botanical divergences, since Arruda da Câmara classified new species of the caatinga, hitherto unknown in the Linnaean European scientific literature. We observed that the idea of Rudiana Nature was defined by the process of territorialization and its botanical practice embedded in the hinterland of the caatinga, which insisted on scientifically proving to the Portuguese Crown that the caatinga was economically viable. However, there was no rupture of the idea of utilitarian Nature, but of resistance to the Eurocentric theories of degeneration of Nature in Portuguese America.

**Keywords:** Luso-Brazilian scientific trips. Illustrated Territory. Nature idea. Caatinga. Manuel Arruda da Câmara.

## RESUMÉN

A finales del siglo XVIII y principios del XIX, se produjo un aumento de la política territorial de los viajes científicos portugueses-brasileños en la América portuguesa. Tiene como objetivo investigar la idea de Naturaleza construida por el naturalista Manuel Arruda da Câmara, vinculada a la territorialidad de los viajes científicos portugueses-brasileños en la caatinga sertão en el período de 1794 a 1810. Se trata de comprender la estructura y dinámica territorial de Viajes científicos portugueses-brasileños que involucraron a los grupos sociales de poder (político-científico) en la relación con la investigación de la Naturaleza en la colonia, gestionados por la metrópoli portuguesa ilustrada y liderados por naturalistas portugueses-brasileños. Se optó por el enfoque de la Geografía Histórica, centrado en el estudio del pasado y en la categoría de territorio, basado en una metodología de análisis documental bibliográfico e historiográfico. El estudio demostró que los Territorios Ilustrados sintetizan no solo una configuración espacial de la política territorial de los viajes científicos luso-brasileños, sino un ordenamiento del poder y control de la Naturaleza por la ciencia Ilustrada, fomentado por Instituciones Científicas y Museos Oficina de Historia Natural. Además, la investigación reveló que si bien Manuel de Arruda da Câmara se entrelazó con esta estructura y dinámica de poder territorial de los viajes científicos luso-brasileños, la idea de Naturaleza se guió por dos dimensiones: por los intereses en conflicto, como la Caatinga. no fue objeto de estudio de los naturalistas viajeros ni de la metrópoli portuguesa; y por divergencias botánicas, ya que Arruda da Câmara clasificó nuevas especies de la caatinga, hasta ahora desconocidas en la literatura científica europea linneana. Observamos que la idea de Rudiana Nature se definió por el proceso de territorialización y su práctica botánica incrustada en el interior de la caatinga, que insistió en demostrar científicamente a la Corona portuguesa que la caatinga era económicamente viable. Sin embargo, no hubo ruptura en la idea de naturaleza utilitaria, sino en la resistencia a las teorías eurocéntricas de la degeneración de la naturaleza en la América portuguesa.

Keywords: Viajes científicos luso-brasileños. Territorio Ilustrado. Idea de la naturaleza. Caatinga. Manuel Arruda da Câmara.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Cartas da Natureza: De Lineu para Vandelli (1759-1773).....	47
Quadro 02 –	Cartas da Natureza: De Vandelli para Lineu (1759-1773).....	48
Quadro 03 –	Estudantes luso-brasileiros matriculados em Coimbra (1772-1810).....	63
Quadro 04 –	Cartas da Natureza: Correspondências oficiais da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras da gestão de Sousa Coutinho (1796-1810).....	80
Quadro 05 –	Nascimento, gênero, idade, classe social e nível de instrução dos naturalistas viajantes luso-brasileiros na América Portuguesa (1778-1810).....	96
Quadro 06 –	Principais aspectos da mentalidade da geração ilustrada de naturalistas do final do século XVIII e início do XIX.....	101
Quadro 07 –	Viagens científicas luso-brasileiras: Gestão de Martinho de Melo e Castro (1778-1795).....	104
Quadro 08 –	Viagens científicas luso-brasileiras: Gestão de Sousa Coutinho (1796-1810).....	110
Quadro 09 –	Patrimônio territorial familiar: Sesmarias do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1735-1788).....	136
Quadro 10 –	Patrimônio familiar: Propriedades do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1735-1788).....	136
Quadro 11 –	Patrimônio territorial familiar: Terras de sesmarias dos descendentes - filhos (1741-1778).....	137
Quadro 12 –	Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos, 1810.....	166
Quadro 13 –	Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos de fibras unidas, 1810).....	166
Quadro 14 –	Antecedentes às viagens científicas no sertão da caatinga: Divergências botânicas arrudiana (1792).....	189
Quadro 15 –	Viagens científicas no sertão da caatinga: Divergências botânicas arrudiana (1795-1810) .....	190
Quadro 16 –	Cartas da Natureza: De Manuel Arruda da Câmara à Sousa Coutinho e a Miranda Montenegro (1796-1809).....	205

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Delimitação da área de estudo: território da caatinga.....	26
Mapa 02 -	Território Ilustrado: A política territorial das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América portuguesa (1778-1810).	73
Mapa 03 -	Território Ilustrado: viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América na gestão de Melo e Castro (1778-1795).....	103
Mapa 04 -	Território Ilustrado: viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América portuguesa na gestão de Sousa Coutinho (1796-1810).....	109
Mapa 05 -	Paraíba: Sertão dos Cariry's nos séculos XVII e XVIII.....	139
Mapa 06 -	Terras de Sesmarias e propriedades: Legado territorial da família Arruda Câmara (1735-1788).....	141
Mapa 07 -	As viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga (1794-1810).....	157

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Sebastião José de Carvalho e Melo. Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Coimbra, 1817.....	32
Figura 02 –	Regiões percorridas pelos viajantes na administração de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1805) .....	83
Figura 03 –	Hierarquia da Administração Colonial das Viagens Científicas da América Portuguesa.....	107
Figura 04 –	Ilustração Botânica de Manuel Arruda da Câmara e Pe. João Ribeiro Pessoa Montenegro.....	124
Figura 05 –	Ilustração Botânica de Manuel Arruda da Câmara e Pe. João Ribeiro Pessoa Montenegro.....	172
Figura 06 –	Viagens científicas luso-brasileiras: Interesses conflitantes entre a política territorial do Estado português e o domínio territorial da caatinga de Arruda da Câmara.....	174
Figura 07 –	Esquema-Síntese: a ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão da caatinga (1794-1810).....	214
Figura 08 –	Território Ilustrado: Dimensões da ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão das caatingas.....	216

## LISTA DE SIGLAS

ACL -	Academia de Ciências de Lisboa
AHEX -	Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)
AHM -	Arquivo Histórico Militar (Lisboa)
AHMB -	Arquivo Histórico do Museu Bocage
AHU -	Arquivo Histórico Ultramarino
AHU -	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Barão Rio Branco)
AML -	Arquivo da Marinha de Lisboa
AMP -	Arquivo do Museu Paulista
AN -	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
AN/MAPA -	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro / Memória da Administração Pública Brasileira
ANTT -	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APMA -	Arquivo Particular Maurílio de Almeida
AUC -	Arquivo da Universidade de Coimbra
BA -	Biblioteca da Ajuda (Lisboa)
BMCLU -	Biblioteca do Museu de Ciências da Universidade de Lisboa
BNL -	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNRJ -	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BUC -	Biblioteca da Universidade de Coimbra
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB/USP -	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
IHGB -	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP -	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
ILAESE -	Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos
LUSODAT -	Base de dados bibliográfica de impressos, coordenada pelo professor Roberto de Andrade Martins. Instituto de Física, UNICAMP
Base HTC	
LUSODAT -	Base de dados bibliográfica de manuscritos. Instituto de Física, UNICAMP
Base MAN	
LUSODAT -	Base de dados bibliográfica de mapas, coordenada pelo professor Roberto de Andrade Martins. Instituto de Física, UNICAMP
Base MAP -	
MBUL -	Museu Botânico da Universidade de Lisboa

- MHEX/FC - Museu Histórico do Exército / Forte de Copacabana
- RESGATE - Catálogos da documentação avulsa do AHU referentes à cada capitania.
- RIHGP - Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano
- SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa
- SILB - Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro
- UC - Universidade de Coimbra



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I - TERRITÓRIO ILUSTRADO: A IDEIA DE NATUREZA PELAS VIAGENS CIENTÍFICAS LUSO-BRASILEIRAS DO FINAL SÉCULO XVIII PARA O XIX.....</b>	<b>32</b>
1.1 A História Natural europeia sob os ditames do empirismo e do utilitarismo.....	33
1.2 A influência dos naturalistas estrangeiros Lineu e Buffon para a História Natural Portuguesa.....	45
1.3 A Universidade de Coimbra e a História Natural Portuguesa na formação de naturalistas viajantes.....	59
1.3.1 Território Ilustrado: A ideia de Natureza pelas viagens científicas luso-brasileiras.....	69
<b>CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS VIAGENS CIENTÍFICAS LUSO-BRASILEIRAS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA NO SERTÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA.....</b>	<b>83</b>
2.1 As viagens científicas luso-brasileiras: Colonização e territorialização...	84
2.2 Os naturalistas viajantes luso-brasileiros: Territórios Ilustrados no sertão .....	93
2.3 Relatos de viagens científicas: Representação territorializada da Natureza.....	114
<b>CAPÍTULO III - O LEGADO TERRITORIAL DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA: A FORMAÇÃO CIENTÍFICA E A ROTA DAS VIAGENS CIENTÍFICAS NO SERTÃO DA CAATINGA.....</b>	<b>124</b>
3.1 O legado territorial familiar de Arruda da Câmara na manutenção de poder no sertão da caatinga.....	125
3.2 Formação científico-político: do ensino religioso à Universidade de Coimbra e de Montpellier.....	144
3.3 O território Ilustrado no avanço do sertão: a rota das viagens científicas arrudiana numa caatinga nunca antes investigada.....	155
<b>CAPÍTULO IV - DO TERRITÓRIO ILUSTRADO: AS VIAGENS CIENTÍFICAS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA E SUA IDEIA DE NATUREZA NO SERTÃO DA CAATINGA.....</b>	<b>172</b>

4.1	Território Ilustrado: Interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e o domínio territorial de Arruda da Câmara no sertão da caatinga.....	173
4.1.1	A caatinga no centro das divergências botânicas de Arruda da Câmara	187
4.2	As viagens científicas de Arruda da Câmara e sua ideia de Natureza no sertão da caatinga.....	200
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>217</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>224</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>269</b>

## INTRODUÇÃO

Esta Tese de Doutorado apresentada sob o título “Território Ilustrado: uma investigação da ideia de Natureza pelas viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga (1794-1810)”, tem como objetivo analisar a ideia de Natureza construída pelo naturalista Manuel Arruda da Câmara, vinculada à territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da caatinga no final do período colonial.

É importante assinalar, que as viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara foram iniciadas em 1794 e suas produções científicas compreendidas até 1810. Não obstante, essa tese não se prende a esse recorte cronológico; pois, Marc Bloch (2001, p. 55) nos adverte, que o tempo histórico “[...] é a ‘ciência dos homens, no tempo’ [...] um continuum [...]. É também perpétua mudança”. Esse autor, segundo interpretação de Lilia Moritz Schwarcz, se distanciava da história tradicional “[...] fiel a datas e nomes positivamente delimitados” (SCHWARCZ, 2001, p. 09).

Nesse contexto, Paulo Roberto T. Godoy adverte sobre as formas de apreensão do tempo na Geografia Histórica, sobretudo a francesa, de que esteve assentada na periodização de forte influência braudeliana, o de “longa duração”, mas também, que havia recortes temporais, com menor recuo em relação ao presente, na qual passaram a privilegiar a conjuntura, as instituições e os eventos como o de “curta duração” (GODOY, 2013, p. 02).

Neste sentido, antes de nos determos ao objeto de estudo, preocupamos em demonstrar a estrutura da política territorial das viagens científicas e apontar, que haviam demandas de pesquisas científicas de naturalistas europeus, a exemplo de Carlos Lineu e Domingos Vandelli; de naturalistas portugueses, como Rodrigo de Sousa Coutinho e, Martinho de Melo e Castro e de naturalistas luso-brasileiros, que realizaram pesquisas antecedentes as pesquisas botânicas de Arruda da Câmara no sertão da América portuguesa<sup>1</sup>. Assim, o aguçamento da problemática arrudiana, somente se dará no terceiro capítulo em diante.

Sem pormenorizar o debate sobre a Geografia Histórica, Milton Santos faz uma análise problematizada sobre a relação entre o tempo e o espaço geográfico,

---

<sup>1</sup> Essa discussão está organizada no primeiro e segundo capítulo dessa tese.

na qual propõe metodologicamente, que o tempo seja empiricizado pela técnica. Daí, a técnica seria o traço de união entre tempo e espaço, ou seja, o ajuste epistemológico necessário na análise geográfica histórica (SANTOS, 2004, p. 54). Para esse autor, empiricizar o tempo, significa materializá-lo, tão quanto o espaço o é. Sendo assim, uma análise geográfica qualificada sobre a materialidade na qual as sociedades humanas historicamente trabalham.

Nesse sentido, o tempo histórico dessa pesquisa se assenta no processo das viagens científicas do final do século XVIII e início do XIX, materializada espacialmente, tendo como elo, a técnica botânica desenvolvida pelos dos naturalistas viajantes luso-brasileiros e articulada socialmente pela dimensão do território da administração político-econômica da metrópole portuguesa. Logo, o título, “Território Ilustrado” expressa o caminho teórico-metodológico percorrido na pesquisa para dar conta da ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara, a partir de suas viagens científicas no sertão da caatinga gerida pela política territorial da metrópole portuguesa.

Nosso estudo inicial, que se constituiu no projeto de doutorado, apresentado a esse Programa de Pós-graduação, intitulado “Territórios ambientais das caatingas do Cariri Paraibano”, representa nossos esforços de investigação em torno do tema ambiental, iniciado desde o Mestrado, com as quais estudamos sobre as implicações socioespaciais de uma lei municipal de João Pessoa, que alterava o uso das áreas verdes de loteamentos para a construção de moradia popular (GOMES, 2006). Assim sendo, essa tese de doutorado, amplia o tema que vínhamos tratando desde essa fase para dialogar com outros campos disciplinares, como a História Colonial e a História Ambiental, considerando a particularidade do atual objeto.

Na proposta apresentada ao doutoramento, tínhamos como objetivo realizar um estudo acerca da formação histórica de ocupação territorial do Cariri paraibano, considerando a dimensão geográfica da Natureza transformada em ambiente pelas dimensões de poder territorial que permaneceram no imaginário social na contemporaneidade. Todavia, no decorrer do processo de Qualificação da Tese, houve um redirecionamento em termos de objeto de estudo, e seguimos a sugestão proposta pela banca, que nos conduziu à formatação do seguinte problema de pesquisa: Qual a ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara nas suas viagens científicas no sertão da caatinga?

Pressupomos que a ideia de Natureza Arruda da Câmara esteve forjada pelo desenvolvimento da História Natural Portuguesa e pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, patrocinada pelo Estado português desde meados do século XVIII para o início do XIX. Logo, a hipótese que levantamos é que a sua ideia de Natureza foi construída pela sua relação botânica com a caatinga se contrapondo, ora com as teses degenerativas da Natureza da América portuguesa de influência buffoniana, ora com a taxonomia lineana, colocando-a como expressão máxima de viabilidade e utilidade tanto para a ciência, quanto para o desenvolvimento econômico da colônia.

Evidentemente, não procuramos realizar um estudo de revisão bibliográfica no campo da História, tampouco biográfico do naturalista Manuel Arruda da Câmara<sup>2</sup>, foco privilegiado da pesquisa histórica; mas, a partir da particularidade do objeto de investigação, empreender uma reflexão geográfica-histórica acerca da ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga, identificando como ele esteve articulado com a totalidade do ordenamento territorial das viagens científicas luso-brasileiras, administradas pela metrópole portuguesa.

Importante esclarecer, que as viagens científicas luso-brasileiras foram protagonizadas por um grupo social seletivo de intelectuais e cientistas ilustrados, subdivididos hierarquicamente na metrópole-colônia. Na metrópole portuguesa, concentrava-se um grupo de intelectuais ilustrados constituído, não somente de portugueses, mas por outros estudiosos vindos de outros países da Europa, assim como de luso-brasileiros; que atuavam dentro da estrutura orgânica político-administrativa da monarquia. Na colônia, havia um grupo de intelectuais ilustrados, denominados de luso-brasileiros, que estudaram em Coimbra (não exclusivamente) e, de retorno ao Brasil, atuaram na chefia das viagens científicas no território colonial.

De modo resumido, podemos dizer que a metrópole portuguesa administrava as viagens científicas, que exigia um trabalho especializado e contava com os poucos e raros intelectuais luso-brasileiros, dentre eles, Manuel Arruda da Câmara.

---

<sup>2</sup> Há um estudo biográfico sobre Manuel Arruda da Câmara realizada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, que resultou na publicação do livro intitulado “Manuel Arruda da Câmara: Obra coligida e com estudo biográfico” de 1982. De antemão, Mello adverte, que o médico e botânico, Francisco Freire Allemão (1797-1874) foi o primeiro estudioso a possuir o desejo de realizar um estudo biográfico sobre Arruda da Câmara, mas não conseguiu; conforme artigo publicado em 1846 pelo *Archivo Médico Brasileiro do Rio de Janeiro*, na *Gazeta mensal de Medicina, Cirurgia, e Sicencias Accesorias*; muito embora tenha juntado todo o espólio relativo às Centúrias botânicas e documentos relativo à vida de Arruda da Câmara.

Assim sendo, embora essa Tese evidencie o naturalista Manuel Arruda da Câmara, buscamos nos afastar de uma análise de estilo individual e personalista, como alertam diversos historiadores, entre eles, José Otávio Aguiar<sup>3</sup>, que chama atenção em sua pesquisa biográfica para o distanciamento do estilo de investigação da historiografia positivista que “[...] conta a história individual, plenamente linear e coerente de um ‘grande homem’ [...] adotados pelos antigos biógrafos [...]” (AGUIAR, 2012. p. 46).

Para além disso, embora nossa investigação não foque num grupo social subalterno, recorrente tanto nos estudos geográficos no campo da geografia crítica, quanto nos estudos históricos no campo da história social; nossa análise geográfica-histórica procura centrar esforços num grupo de estratificação social de poder. No que se refere aos estudos que tem como central os grupos sociais de poder, Ângelo Emílio Pessoa<sup>4</sup> adverte que é fundamental:

[...] o estudo da história através do destaque dos processos de resistências que os grupos socialmente subalternos oferecem em diversos contextos aos processos de sujeição, mas não é possível compreender a própria resistência sem entender sua dimensão oposta, a *dominação* (PESSOA, 2017, p.40).

Essas considerações são relevantes, porque nos alertam sobre a nossa pesquisa, a de compreendermos pela dinâmica territorial a atuação dos grupos sociais de poder (político-científico) na relação com o processo de investigação da Natureza na colônia da América portuguesa. Assim sendo, nesse diálogo disciplinar, ressaltamos a nossa estreita preocupação de investigação, a de desvendar pela dimensão do território, as tramas de poder e de dominação da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, demandada por um grupo social de poder na metrópole e empreendida na colônia portuguesa.

Sem esmiuçar o debate, mas justificando nossa abordagem pela Geografia Histórica, sabemos que, no campo da Renovação da Geografia brasileira, entre

---

<sup>3</sup> Sua pesquisa de Doutorado resultou na publicação do livro intitulado “Memórias e histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)” em 2012, no qual se baseou na corrente de renovação historiográfica francesa de Jacques Le Goff e Pierre Nora, cuja narrativa histórica do biografado insere no contexto social e histórico a partir de uma problematização.

<sup>4</sup> Sua pesquisa de Doutorado tratou de um grupo familiar de poder, protagonistas no processo de colonização do sertão, os Garcia D’Ávila, conhecidos pela administração colonial da Casa da Torre, que resultou na publicação do livro intitulado “As ruínas da tradição: A casa da Torre de Garcia D’Ávila família e propriedade no nordeste colonial” em 2017.

1960 e 1980, o movimento esteve mais centrado no conceito de espaço e, nessa última década, Berta Becker<sup>5</sup> retoma o conceito de território pela perspectiva da Geografia Política. Mas, somente no início da década de 1990 é que há um movimento mais intenso sobre a discussão do “Retorno do território”<sup>6</sup> e, desde então, há um campo vasto na produção de pesquisas geográficas com enfoque no território<sup>7</sup>, vinculadas ao debate contemporâneo da globalização pela Geografia Urbana<sup>8</sup> e na Geografia Agrária<sup>9</sup>, fomentadas pelo debate do desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato.

No âmbito da Geografia Física, iniciaram estudos no campo do território da caatinga, dentre eles, Aziz Ab’Sáber, que escreveu “Caatingas: sertões e sertanejos”, em 1994; mas, o mesmo já havia realizado pesquisas como “Depressões periféricas e depressões semi-áridas” em 1956 e em toda a década de 1970, estudou “O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras”, na qual incluía no seu campo de investigação, a desertificação, a exemplo da “Problemática da desertificação e da savanização no Brasil Intertropical”, em 1977.

Em 1995, temos a Tese de José Bueno Conti, intitulada de “Desertificação nos trópicos” e em 1997, quando o Brasil se torna signatário da Convenção das Nações Unidas de Combate à desertificação<sup>10</sup> é que aumenta o volume de estudos, a exemplo dos artigos publicados na Revista Cadernos Geográficos (CONTI, 2002). Em 2007 publica-se o “Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil”,

---

<sup>5</sup> BECKER, Berta. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1983.

<sup>6</sup> Título do um texto apresentado por Milton Santos na ocasião do Seminário Internacional no período de 28 a 30 de abril de 1993, organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional e pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e publicado em 1994 em forma de livro intitulado “Território, globalização e Fragmentação”.

<sup>7</sup> Em 1995, publica-se o livro “Geografia: conceitos e temas”, organizado por Iná E. Castro, Paulo César da C. Gomes e Roberto L. Corrêa, na qual se discute sobre território no artigo de Marcelo L. de Souza “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento e no artigo de Claudio A. G. Egler “Questão regional e gestão do território no Brasil”. Para além destes, de modo geral, entre os geógrafos brasileiros que contribuíram com pesquisas na abordagem do território, destacam-se Rogério Haesbaert, Carlos W. Porto-Gonçalves, Marcos Saquet, entre outros.

<sup>8</sup> A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), fundada em 1983, se preocupava em discutir o território, mas somente se efetivou em 1999, quando criou a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) e abriu uma temática sobre “Território, cidadania e direito”. Outros estudos urbanos estiveram associados à metropolização do espaço e gestão do território, como discutido no livro “Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-ruais” organizado por Álvaro Ferreira *et al.*, publicado em 2013.

<sup>9</sup> Estudos e debates no âmbito da geografia agrária e território, iniciou no final da década de 1970, no I Encontro de Geografia Agrária, que reuniu pesquisadores da Geografia Agrária brasileira, dentre eles, Bertha Becker, Manuel Correia de Andrade, Francisco Graziano Netto.

<sup>10</sup> SANTANA, Marcos Oliveira (org.). **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil**. MMA/Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba. Brasília: MMA, 2007.

organizado por Santana e em 2008, a pesquisa de doutorado de Bartolomeu Israel de Souza “Cariri paraibano: do silêncio ao lugar à desertificação”.

Numa perspectiva social, a Tese de doutorado de Anieres Barbosa da Silva discute o território da caatinga pelas relações de poder, intitulada “Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino: um olhar sobre o cariri paraibano”, defendida em 2006.

Não obstante, algumas poucas pesquisas geográficas ocuparam-se do passado colonial pela dimensão territorial, a exemplo de Manuel Correia de Andrade, que, no âmbito da Geografia Política, publica o livro “A questão do território no Brasil” (1995). Na perspectiva da Geografia Histórica<sup>11</sup>, há também poucos estudos sobre o território da caatinga, dentre os que contribuíram com o debate, estão respectivamente, dos mais recentes aos mais antigos, o geógrafo, Antônio Carlos Robert Moraes (1990)<sup>12</sup>, Maurício de Abreu (1997)<sup>13</sup> e Pedro de Almeida Vasconcelos (2009)<sup>14</sup>. É dentro desse universo tão restrito aos compêndios da geografia histórica, é que ratificamos nosso interesse por essa linha de investigação<sup>15</sup>.

Assim, essa Tese corresponde ao estudo do passado, centrada na categoria do Território, levando em consideração os critérios definidos por Norton na Geografia Histórica, quais sejam: o “[...] o estudo do passado, o estudo das mudanças ao longo do tempo e o estudo do passado no presente” (NORTON *apud* MAIA, 2019, p. 2). Todavia, não partiremos duma análise sobre a transformação da paisagem e nem da evolução das formas morfológicas espaciais.

---

<sup>11</sup> Para um maior aprofundamento do debate teórico-metodológico no campo da Geografia Histórica, ler os artigos publicados recentemente no Colóquio Brasileiro de Geografia Histórica de 2019, dos seguintes autores: Godoy (2019); Maia (2019); Nogueira (2019); Rodrigues (2019); Silva (2019); Sousa Neto (2019).

<sup>12</sup> Fruto de sua Tese de Doutorado defendida em 1990, o autor publicou o livro **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no ‘longo’ século XVI**, em 1999 e, desde então discutiu o território colonial na perspectiva da Geografia Histórica.

<sup>13</sup> Finalizado o seu doutorado em 1977, Abreu inicia sua carreira acadêmica como professor colaborador na UFRJ e desde então, começou seu interesse pela Geografia Histórica centrada nos estudos do Rio de Janeiro e dentre livros e vários artigos publicados, discutiu também sobre a apropriação do território colonial.

<sup>14</sup> Seu livro **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**, de 2002, faz uma discussão a luz da geografia histórica.

<sup>15</sup> Em 2018, fizemos uma busca de estudos especialmente no banco de Teses e Dissertações do site da Capes, nas plataformas de busca de Teses e dissertações defendidas pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Nordeste. Encontramos apenas quatro dissertações, que continham a temática da colonização-cidade-comércio, restrito à Geografia Histórica Urbana. Mas, não encontramos nenhum estudo do território colonial vinculada as viagens científicas luso-brasileiras.



Nosso estudo do passado colonial busca investigar, por meio da categoria do Território, as viagens científicas luso-brasileiras para chegar à ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga, tendo como base um dos campos de pesquisa na área da Geografia Histórica do Território, e ousamos dizer que essa pesquisa abre um campo de investigação em uma perspectiva da Geografia Histórica, particularizada no Território da caatinga.

Tomando essas referências como premissas, algumas perguntas orientadoras surgiram para que fosse pensado o desenvolvimento de nossa pesquisa, entre elas: Em que medida a História Natural Portuguesa esteve influenciada pelos naturalistas estrangeiros Lineu e Buffon e seus interesses? Que ideia de Natureza da América portuguesa era vista pela Secretaria de Estado e Domínios Ultramarinos? Será que o poder e domínio territorial da família Arruda Câmara no sertão da caatinga teve conexão com a territorialidade das viagens científicas do naturalista Manuel Arruda da Câmara? Em que medida Arruda da Câmara se confrontou e divergiu com a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e com a História Natural Portuguesa no sertão da caatinga? Enfim, qual a ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara nas suas viagens científicas no sertão da caatinga?

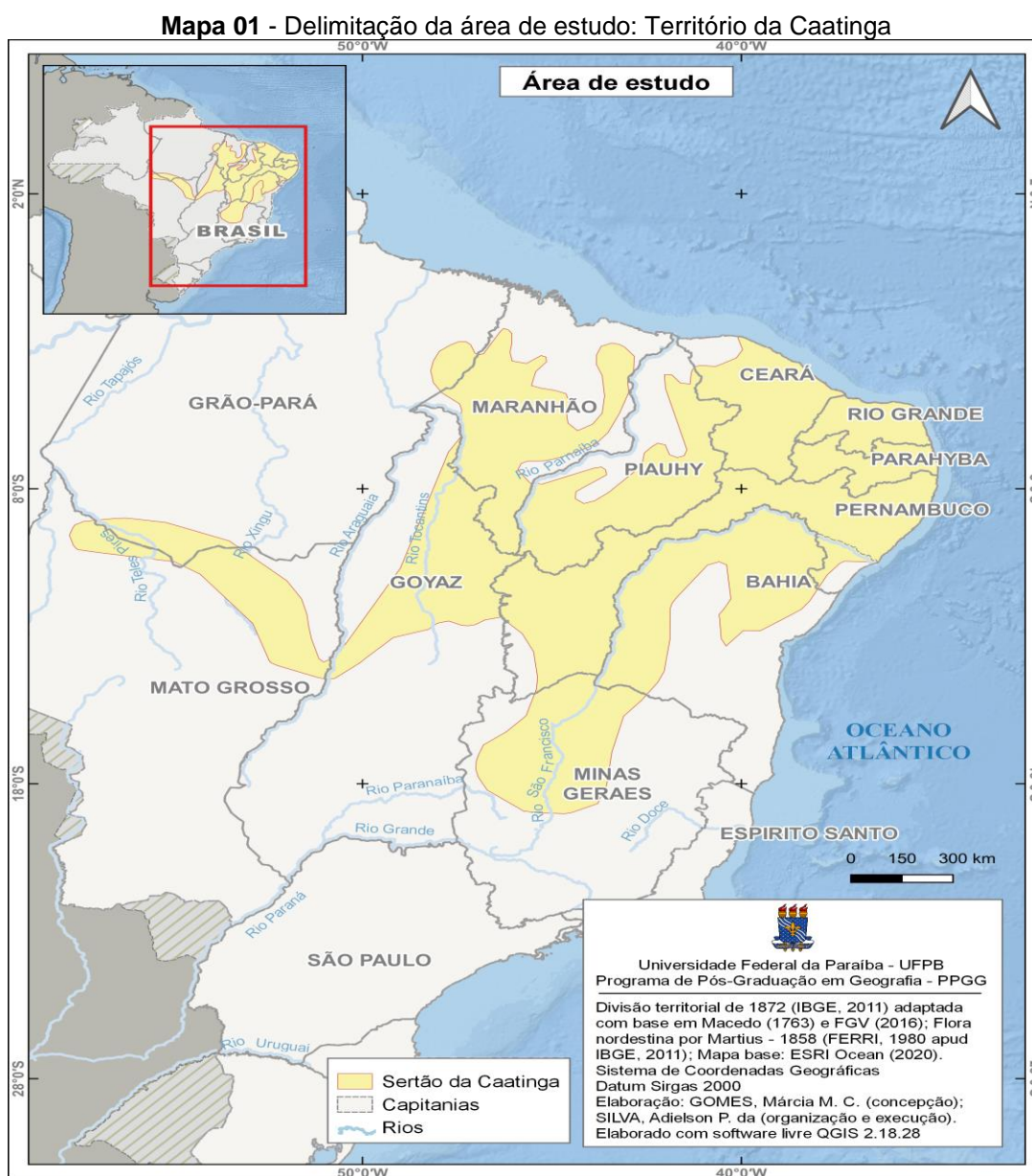
Para responder esses questionamentos e na busca de apreender o objeto de estudo, partimos da Geografia Histórica aliada com estudos históricos numa perspectiva crítica. Em razão das diferentes posições epistemológicas entre ambas, das quais oferecem perspectivas distintas sobre o passado colonial, levou-nos à exigência de ampararmos o objeto de estudo em um quadro teórico interdisciplinar, percorrido ao longo da Tese.

Dessa maneira, o recorte da totalidade da realidade do passado colonial que propomos investigar, alude às viagens científicas luso-brasileiras, em fins do século XVIII e início do XIX e, ao problematizá-las, vimos que elas fizeram parte integrante no processo de formação territorial do nosso país.

Para alcançar o objetivo geral aqui já referido, traçamos outros quatro específicos, quais sejam: 1) Demonstrar o desenvolvimento da História Natural europeia e seus desdobramentos expressos na Universidade de Coimbra e na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Coloniais, identificando a ideia de Natureza; 2) Configurar espacialmente a dinâmica territorial das viagens científicas junto ao processo de colonização, caracterizando os naturalistas viajantes luso-brasileiros e expor a

representação territorializada da Natureza; 3) Identificar a influência do legado de poder territorial familiar de Manuel Arruda da Câmara na formação científica e definir a rota das viagens científicas do naturalista pelo sertão da caatinga; 4) Investigar quais os elementos territoriais que basearam a ideia de Natureza construída por Arruda da Câmara no sertão da caatinga.

Em relação à delimitação da área de estudo desta pesquisa, tomamos como referência o território da caatinga, configuração espacial das viagens científicas de Arruda da Câmara, conforme representamos no Mapa 01, abaixo:



**Fonte:** IBGE 2011; MACEDO, 1763; FGV, 2016 e MARTIUS, 1858.

Em termos metodológicos, optamos pela abordagem quali-quantitativa, mediante análise bibliográfica e documental, na qual é importante lembrar que, tanto a pesquisa documental, quanto a pesquisa bibliográfica “[...] têm o documento como objeto de investigação” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5). Esses autores advertem, que o conceito de documento supera a ideia de textos escritos ou os denominados de impressos, a exemplo dos filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Não obstante, nossa pesquisa esteve circunscrita aos documentos impressos e textos escritos.

O motor de busca da pesquisa bibliográfica se deu por dois critérios: i) de forma aleatória, através do Google Acadêmico, de Acervos Digitais (BNdB, BNdB/MNUFRJ, BUC, IHGB, BNRJ, Repositório de Tese da Capes, entre outros); ii) por meio de indicação dos orientadores e da Banca de Qualificação. Filtramos as informações por meio da leitura dos artigos e livros alinhados à temática e aos objetivos da pesquisa vinculado aos naturalistas viajantes para a pesquisa. Posteriormente, as informações foram selecionadas tomando como critério: a biografia (naturalistas luso-brasileiros), o período e o percurso das viagens científicas, agrupando-as em palavras-chave.

Ainda sobre “fontes textuais”, José D’Assunção Barros (2019, on-line), alega, que são categorias, nas quais incluem “[...] os manuscritos, documentos de arquivos, livros e impressos diversos [...]”. Para esse autor, os “documentos de arquivo” e os “livros”, também podem ser considerados como uma submodalidade das “fontes impressas”. Assim sendo, o estudo bibliográfico dessa pesquisa se assentou na revisão da literatura de autores, que possuem acúmulo teórico sobre a historiografia clássica e contemporânea no campo do “Brasil-Colônia”, nas quais as principais referências foram: Abreu (1998); Barros (2013); Furtado (2014); Menezes (2006); Monteiro (2014); Novais (1986 e 2005); Prado Júnior (2011; 2012); Pedreira e Costa (2008); Pessoa (2017); Raminelli (1997); Sodré (1964); Vainfas (2000), entre outros.

Relativo às viagens científicas luso-brasileiras, a História Natural Portuguesa e biografias dos naturalistas, utilizamos diversas referências, dentre elas: Aguiar (2011; 2012); Aguiar e Buriti (2009); Beluzzo (1996); Camargo (2013); Dean (1989;1996); Dias (1968; 2005); Fonseca (1999); Freitas (2019); Gerbi (1996); Kury (2001; 2004; 2012); Leitão (1946); Munteal Filho (1999); Pataca (2019; 2016); Pereira (2012); Prestes (2000); Raminelli (2001 e 2008); Rodrigues, Aguiar e Silva (2013); Sá e Kury (2012); Sanjad (2010), entre outros.

No que se refere à Geografia Histórica, notadamente sobre território e caatinga, consultamos: Abreu (2000; 2014); Andrade (1983; 2004); Ab'Sáber (2003); Becker (1983); Castro (2007); Godoy (2019); Gottman (2012); Haesbaert (2016); Moraes (2000; 2005; 2008; 2009); Maia (2019); Moreira (1992; 2014); Nogueira, (2019); Porto-Gonçalves (2006; 2002; 2012); Rodrigues (2019); Silva (2019); Silva (2006); Souza (2008), entre outros.

Na pesquisa documental, procuramos fazer uma busca de cartas e/ou correspondências oficiais impressas dos intelectuais-naturalistas europeus e luso-brasileiros, cujo conteúdo estivesse relacionado com a História Natural Portuguesa e as viagens científicas luso-brasileiras, vinculadas pela Secretaria de Estado de Domínios Ultramarino. Do levantamento que realizamos, do cômputo do conjunto documental de 52 cartas, selecionamos 20 cartas e/ou correspondências dos naturalistas: Domingos Vandelli e Carlos Lineu, do período de 1759 a 1773. Todas essas correspondências impressas estão organizadas pela Dantes Editora, na qual publicou em 2008, o livro intitulado “De Vandelli para Lineu. De Lineu para Vandelli: correspondência entre naturalistas”.

Do montante de 15 cartas, elegemos o conjunto de 09 correspondências oficiais do ministro da Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, o Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho, de período de 1796 a 1810, emitidas para o governador de Pernambuco e o naturalista Arruda da Câmara. E, por fim, 05 cartas de Manuel Arruda da Câmara, do período de 1795 a 1809, emitidas para Sousa Coutinho. Todo esse conjunto de 14 cartas impressas estão organizadas no livro de José Antônio Gonsalves de Mello intitulado “Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas e com estudo biográfico”, de 1982.

Ainda nesse processo de levantamento documental, nos debruçamos sobre o conjunto de 07 obras impressas de Manuel Arruda da Câmara, especificamente: Aviso aos Lavradores (1792); Memória sobre as plantas de que se pode fazer barrilha entre nós (1792); Carta Anúncio dos descobrimentos feitos em Pernambuco (1795); Memória sobre a cultura dos algodoeiros (1797); Dissertação sobre plantas do Brasil (1810); Discurso sobre a utilidade de instituição de Jardins nas principais Províncias do Brasil (1810), Almêcega e a Carnaúba (1886). Todas essas obras impressas estão também coligidas no livro de Antônio Gonsalves de Mello, acima mencionado.

Elegemos também na nossa pesquisa documental, 04 dicionários do século XVIII e início do XIX, quais sejam: Vocabulario Portuguez e Latino (1712) e Diccionario da Lingua Portuguesa (1789), de Rafael Bluteau; Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Acessórias (1890) e o o Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo (1788). Os três primeiros dicionários estão contidos na Plataforma digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin (BBM) e o último está disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

No intuito de aproximarmos da dinâmica territorial da caatinga do passado colonial de Arruda da Câmara, optamos por investigar o conjunto documental de 32 Cartas de Sesmarias concedidas na América portuguesa, especialmente do patrimônio familiar do capitão-mor Francisco Arruda Câmara e dos seus filhos: Vicência de Arruda Câmara, do Dr. Francisco de Arruda Câmara Júnior e de Manuel Arruda da Câmara. A coleta de dados dessas cartas de Sesmarias, encontram-se no banco de dados *on-line* da Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (S.I.L.B), organizado pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com o banco de dados *Trans-Atlantic Slave Trade Database* (TASD), realizado nos Estados Unidos.

Somado a esses dados das cartas de Sesmarias, captamos outros dados relevantes sobre o conjunto de domínio territorial da família Arruda Câmara, o total de 16 propriedades do referido capitão-mor; muito embora esses dados encontrados, sejam de informações secundárias contidas num artigo de Octacilio N. de Queiroz - “Da Paraíba o naturalista Arruda Câmara” -, publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, em 1958.

Além de nos determos nesse conjunto documental, tivemos o cuidado de investigar no Arquivo da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Nacional de Portugal Digital, no site da Universidade do Porto, e no Arquivo Nacional Torre do Tombo, algumas obras raras, que compõem o nosso *corpus* da análise, a exemplo do Estatuto da Universidade de Coimbra e/ou os Estatutos Pombalinos de 1772, o Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra, o “Diccionario dos Termos Techinos de História Natural extrahidos das obras de Linnéo”, de 1788, entre outros.

Na exposição da pesquisa, organizamos a Tese em quatro capítulos, cada um deles buscando responder nossos objetivos específicos. O primeiro capítulo,

intitulado “Território Ilustrado: a ideia de Natureza pelas viagens científicas luso-brasileiras do século XVIII para o XIX”, tem como ponto de partida a discussão sobre a ciência com foco na História Natural europeia, vinculada aos fundamentos da “cartilha” do empirismo e do utilitarismo. Logo em seguida, apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento da taxonomia do naturalista Carlos Lineu e da teoria degenerativa do naturalista Buffon, e, conseqüentemente, a influência desses dois naturalistas para a História Natural Portuguesa com base no conjunto documental de cartas entre o influente naturalista, Domingos Vandelli e Lineu e dos Dicionários do século XVIII e XIX anteriormente mencionados. Em seguida, demonstramos a estrutura e dinâmica da política territorial das viagens científicas luso-brasileira transformada em “Território Ilustrado” e, nesse contexto, a ideia de Natureza construída pela estrutura do Estado monárquico, notadamente, pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino em fins do século XVIII e início do XIX.

No segundo capítulo, intitulado “Antecedentes históricos das viagens científicas luso-brasileiras de Manuel Arruda da Câmara no sertão da América portuguesa”, buscamos evidenciar o sentido da colonização da América portuguesa, vinculada ao processo de territorialização e como se deu o processo de investigação da Natureza no sertão da América portuguesa no final do século XVIII e XIX. Depois, caracterizamos, as viagens científicas luso-brasileiras associada aos naturalistas viajantes e; em seguida, discutimos o papel dos relatos de viagens científicas e a representação territorializada da Natureza.

No terceiro capítulo, intitulado “O legado territorial de Manuel Arruda da Câmara: a formação científica e a rota das viagens científicas no sertão da caatinga” apresentamos uma discussão sobre o legado territorial da família patriarcal Arruda Câmara com o propósito de investigar se o vasto domínio territorial e patrimonial familiar serviu como alicerce e suporte para as futuras viagens científicas e estudos botânicos do naturalista viajante Arruda da Câmara. Ainda assim, provocamos uma discussão territorial relacionada com questões históricas polêmicas da sua naturalidade, da sua inserção no ensino religioso e da sua atuação política. Logo em seguida, procuramos situar a inserção do jovem Arruda da Câmara em duas Universidades europeias, primeiro, em Portugal e depois na França no contexto de sua geração ilustrada, que resultou na sua formação de Medicina, mas com atuação

na botânica. Em face do seu retorno da Europa, realizamos uma discussão em torno das suas viagens científicas no sertão da caatinga, representadas em mapas.

O quarto e último capítulo intitulado “Do território ilustrado à ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão da caatinga”, discutimos sobre os interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e o domínio territorial de Arruda da Câmara no sertão da caatinga. Logo em seguida, demonstramos as bases que assentaram as divergências científica-política de Arruda da Câmara dentro da estrutura viagens científicas luso-brasileiras, em que o mesmo estava envolvido; conseqüentemente a sua ideia de Natureza, evidenciando a caatinga, pouco estudada pelos viajantes naturalistas de seu tempo.

Enfim, é importante esclarecer que toda a análise documental e discussão teórica, esteve balizada pelo conjunto de referências bibliográficas secundárias relevantes no campo da História colonial, notadamente àquelas vinculadas a temática das viagens científicas luso-brasileiras e aos poucos trabalhos voltados para o naturalista Manuel Arruda da Câmara.



## CAPÍTULO I

TERRITÓRIO ILUSTRADO: A IDEIA DE NATUREZA PELAS VIAGENS  
CIENTÍFICAS LUSO-BRASILEIRAS DO FINAL DO SÉCULO XVIII PARA O XIX

**Figura 01** - Sebastião José de Carvalho e Melo. Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Coimbra, 1817



SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELLO  
*Conde de Oeiras, Marquez de Pombal*

**Fonte:** Arquivo Nacional/História Colonial (on-line).



Este capítulo tem como ponto de partida a discussão sobre a ciência com foco na História Natural europeia, vinculada aos fundamentos da “cartilha” do empirismo e do utilitarismo. Logo em seguida, apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento da taxonomia do naturalista Carlos Lineu e da teoria degenerativa do naturalista Buffon, e, conseqüentemente, a influência desses dois naturalistas europeus para a História Natural Portuguesa. Em seguida, demonstramos a estrutura e dinâmica da política territorial das viagens científicas luso-brasileira transformada em “Território Ilustrado” e, nesse contexto, a ideia de Natureza construída pela estrutura do Estado monárquico, notadamente, pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino em fins do século XVIII e início do XIX.

### 1.1 A História Natural europeia sob os ditames do empirismo e do utilitarismo

Por volta da metade século XVIII e início do XIX estiveram presentes ideias do movimento da Ilustração e com elas ondas revolucionárias burguesas<sup>16</sup> que alteraram significativamente a vida no mundo europeu, e que dentre outras dimensões da vida social esteve demarcada pelas transformações históricas no processo de produção mercantil simples para a produção mercantil capitalista, assentada na exploração do trabalho<sup>17</sup>.

Esse processo se deu graças a divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, conseqüentemente, expansão do mercado e avanço de fronteiras comerciais, dada à intervenção dos comerciantes na ampliação de rotas comerciais. Ecos e ruídos políticos dessas revoluções burguesas eclodiram em territórios coloniais no Novo Mundo<sup>18</sup>.

Além disso, inventos técnico-científicos propiciaram maior poder de transformação e domínio da Natureza, notadamente no processo da extração do

---

<sup>16</sup> HOBBAWM, Eric. **A era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>17</sup> NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. p.96. Esses autores dedicam um capítulo sobre a produção de mercadorias e modo de produção capitalista, dos quais explicam com maiores detalhes a distinção entre a produção mercantil simples e da produção mercantil capitalista e afirmam que esta última, está assentada na exploração da força de trabalho, que o capitalista compra mediante o salário.

<sup>18</sup> ARANHA, M<sup>a</sup> Lúcia de Arruda e MARTINS, M<sup>a</sup> Helena P. A Ilustração. In: **Filosofando: Introdução a filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993, p. 112. Essas autoras citam os movimentos de emancipação como a Independência dos Estados Unidos de 1776, a Inconfidência Mineira de 1789, e a Conjuração Baiana de 1798.

carvão e do ferro, graças ao avanço das forças produtivas, que impulsionaram a produção de bens, pelas invenções das máquinas<sup>19</sup> e ferramentas de trabalho.

É importante ressaltar, que no território colonial, surgiram técnicas inovadoras no processo de agromanufatura da produção da cana-de-açúcar desde os primeiros engenhos coloniais na América portuguesa<sup>20</sup> e no século XVIII, alguns outros avanços se deram, a exemplo dos inventos técnicos de Manuel Arruda da Câmara, dentre eles, a invenção de uma máquina inovadora de descarregar e de ensacar algodão, que tinha como objetivo proporcionar um aperfeiçoamento da agroindústria do algodão, na qual descreve com detalhe o funcionamento dela na Memória sobre a cultura dos Algodoeiros (CÂMARA, 1799, [1982], p. 149)

No âmbito da Ciência, o avanço se dava no campo da investigação da Natureza e, neste contexto, Eric Hobsbawm afirma que:

A grande Enciclopédia de Diderot e d'Alembert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. [...] o "iluminismo", a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a Natureza de que estava profundamente imbuído o século XVIII - derivou sua força primordialmente do [...] progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica, que acreditamos estar inevitavelmente associado a ambos (HOBSBAWM, 1977, p. 36-37).

Essa assertiva demonstra que as enciclopédias, expressão do Iluminismo, traduziam uma correlação de novas forças históricas, tanto no campo político-econômico progressista quanto no campo intelectual, ancorada na racionalidade, que defendia o progresso científico e tecnológico como fonte de conhecimento humano, na riqueza e no domínio da Natureza. Portanto, o ideal de cientificidade repercutia nos processos de investigação da Natureza para melhor intervir,

---

<sup>19</sup> Em 1712 (Máquina a vapor de Thomas Newcomen); 1733 (Máquina de fiar criada por John Kay); 1764 (Tear mecânico, o Spinning Jenny); 1769 (Motor a vapor de James Watt, quatro vezes mais potente do que o motor de Thomas Newcomen); 1769 (Máquina de fiar hidráulica, eficiente na fiação de algodão criação de Richard Arkwright); 1779 (Spinning Mule - Combinação entre o tear mecânico e a fiação hidráulica de criação de Samuel Crompton); 1785 (Power Loom - Máquina a vapor que combinava fios para a produção de tecidos de criação de Edmund Cartwright). Disponível em: [http://www.moderna-contemp.uerj.br/outros\\_materiais/imagens/rev\\_industrial.htm](http://www.moderna-contemp.uerj.br/outros_materiais/imagens/rev_industrial.htm). Acesso em: 02 jan 2020.

<sup>20</sup> CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado em Ciência econômica), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Escravos%20e%20senhores%20nos%20engenhos%20do%20Brasil%20:%20um%20estudo%20sobre%20os%20trabalhos%20do%20a%C3%A7ucar%20e%20a%20politica%20economica%20dos%20senhores.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

apropriar-se dela, controlá-la e dominá-la. Daí, o relevo da História Natural nesta centúria. Ao discorrer sobre a história da Ciência moderna, Marilena Chauí sugere três principais concepções de Ciência ou de ideais de cientificidade:

o racionalista, cujo modelo de objetividade é a matemática; o **empirista**, que toma o modelo de objetividade da Medicina grega e da **história natural** do século XVII; e o construtivista, cujo modelo de objetividade advém da ideia de razão como conhecimento aproximativo (CHAUÍ, 2000, p. 252, grifo nosso).

Essa autora afirma, que o empirismo mesmo fundado na Medicina grega e aristotélica, se manteve até o final do século XIX. Ainda salienta, que a concepção empirista hipotético-indutiva se fundava na suposição sobre o objeto, ao tempo em que realizava observações e experimentos chegava à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e as previsões. Nesse sentido, podemos inferir que a História Natural europeia esteve sob os ditames do empirismo, fruto do paradigma da Medicina grega.

Importante lembrar, que embora estejamos discutindo sobre a História Natural do final do século XVIII e início do XIX, a terminologia “História Natural” já havia sido designado por John Maplet em 1576 no livro denominado “A Verde Floresta”. (ROSSI *apud* PRESTES, 2000, p.37).

Essa concepção empirista das Ciências, fertilizada pelo método experimental do século XVII, lançou bases filosóficas para a “nova Ciência” no século posterior. Logo, essa nova ciência, não se contenta em contemplar a Natureza, mas de conhecê-la para dominá-la. Vale dizer, conforme M<sup>a</sup> Lúcia Aranha e M<sup>a</sup> Helena Martins (1993, p. 112), que “[...] a filosofia do Iluminismo deveu a Descartes, a ciência galileana, cujo método experimental abriu novos campos de pesquisa”.

Etimologicamente, a palavra empírico origina-se do latim *empiricus*, adaptado ao grego *empeirikós*, que se guia pela experiência (HOUAISS, 2004, p. 1126); cuja noção incorpora ao corpus da ciência iluminista, se fundamenta pela máxima de que a forma de interpretação dos fatos estivesse baseada na observação e na experiência. Nesse contexto, o empirismo ganha força entre os filósofos Francis Bacon (1561-1626), Descartes (1596-1560), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776).

Nesta atmosfera empírica, explica Keith Thomas (2010, p. 35) que “a botânica nasceu como uma tentativa de identificar os ‘usos’ e ‘virtudes’ das plantas,

essencialmente para a Medicina, mas também para a culinária e a manufatura”. O autor ressalta que os cientistas formados na tradição baconiana tinham como finalidade estudar o mundo natural para dominá-la e, depois de regulada, utilizá-la a serviço da vida humana.

Importante lembrar, que o Racionalismo e o Empirismo são duas correntes opostas, conforme M<sup>a</sup> Aranha e M<sup>a</sup> Martins (1993, p. 107) explicam “[...] exagerando, poderíamos dizer que o racionalismo é o sistema que consiste em limitar o homem ao âmbito da própria razão, e o empirismo é o que limita ao âmbito da experiência sensível”. Segundo essas autoras, nos ditames do Empirismo, a verdadeira ciência se perfaz pela experiência, pois o conhecimento partiria de uma realidade *in fieri* (transformação constante), sendo relativizado no espaço-tempo.

Essas oposições necessariamente não eram restritas ao universo acadêmico científico, havendo outras dimensões do saber que se apresentavam contrárias ao pensamento filosófico racionalista de então, a exemplo do movimento musical no período do classicismo (1750-1820), denominado de *Empfindsamkeit* (Sentimentalismo) em que Emanuel Bach esteve envolvido (COLLISSON, 2019)<sup>21</sup>. Neste movimento musical, explica Collison (2019, p. 121), que “[...] havia uma reação ao racionalismo da filosofia iluminista”.

Para esse autor, Emanuel Bach buscava criar uma música expressiva de estilo distinto, de carga emotiva, que incluía mudanças súbitas e dramáticas, cujo rei não gostava das peças dramáticas. Embora a composição das obras se restringisse aos muros da corte, o movimento musical extrapolou esses muros e, nele surgia uma arte de confronto com a filosofia racionalista. Assim, Emanuel Bach utilizava de recurso estilístico comparativo, cujo significado do movimento musical oposicionista a corrente racionalista, sintetizava na seguinte frase: “Devemos tocar com a alma, não como pássaros treinados” (BACH *apud* COLLISON, [1753] 2019, p. 121).

Não foi à toa que Emanuel Bach externou uma crítica ao racionalismo pela mencionada metáfora dentro movimento musical, pois no período jacobino, Keith Thomas explica, que os pássaros, sobretudo o falcão além de ser treinado era valorizado com carinho e “grandeza de espírito”. A relação branda com os animais se deu por volta do século XVII na Europa e, aos poucos foi sendo construída, pois,

---

<sup>21</sup> Esse autor explica que Carl Philipp Emanuel Bach, segundo filho de Johann Sebastian Bach, nasceu em Weimar, na Alemanha em 1714. Estudou direito antes de se dedicar à música e, a partir de 1740, compôs obras para os músicos da corte e mais conhecido pelas sinfonias e concertos de estilo muito pessoal e emocional.

explica Thomas que as ilustrações seiscentistas, notadamente da Inglaterra, denunciavam maus tratos com os animais, situação que foi sendo modificada no decorrer de publicações de livros técnicos em que se ensinavam métodos mais humano na relação da Sociedade com os animais (THOMAS, 2010, p. 142).

Convém mencionar ainda, que havia uma moral iluminista, ou seja, a moral se tornava laica, secularizada. Ao invés de uma explicação religiosa sobre o mundo, no período das Luzes se baseavam em três justificativas para a norma moral: na “lei natural” (teses jusnaturalistas), no “interesse” (teses empiristas, que explicam a ação humana como busca do prazer e evitação da dor) e na “razão” (tese kantiana) (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 284-285).

No contexto dessa moral iluminista, havia também a teoria utilitarista do Iluminista britânico, Jeremy Bentham, filósofo e jurista, no qual pretendia discutir de forma sistemática, os diferentes aspectos da vida prática pelo princípio da moral e da legislação. Uma das particularidades do utilitarismo de Bentham, conforme estudos de Antônio Picoli (2010, p. 11), seria “[...] governada pela dor e pelo prazer, a formular as definições para o princípio da utilidade e para a idéia de interesse da comunidade e a defender que as medidas de governo devem ser avaliadas à luz da utilidade”.

A moral iluminista de Bentham, explica Antônio Picoli, baseou-se também no princípio da simpatia que permite o emprego significativo dos termos “deve”, “não-deve”, “certo” e “errado” para regular sistematicamente a sociedade utilitária.

Nos estudos de Graça e Kobus (2018, p. 481), o utilitarismo baseou-se nos métodos utilizados “[...] pelas ciências naturais às ciências morais (que analisam as condutas humanas). Uma primeira característica, [...] é a de que o ser humano é um ser cognitivo, capaz de conhecer pela razão (mais no sentido empírico)”. Essas teorias defendidas eram incorporadas em vários campos do saber, inclusive no âmbito da História Natural.

Vimos nos achados de nossa pesquisa documental como é recorrente os termos da corrente utilitarista no âmbito da História Natural, a exemplo de uma das cartas de Domingos Vandelli, que escreveu para Carlos Lineu, especificamente nos idos de janeiro de 1760. Vandelli encerra seu diálogo nos seguintes termos “[...] suplico-te que mandes para mim tuas veneradas instruções, para que possa demonstrar o quanto farei por ti. Que Deus te conserve incólume para a glória e utilidade da comunidade literária. Saúdo-te [...]” (VANDELLI, [1760] [2008], p. 24).

Além das cartas, observamos que os termos filosóficos do utilitarismo, estiveram na produção de escritos e memórias econômicas vandelliana, que também influenciou uma geração de naturalistas, de gabinetes e viajantes, e ainda os naturalistas viajantes luso-brasileiros, inclusive de Manuel Arruda da Câmara, nas quais veremos no decorrer da Tese.

O empirismo e o utilitarismo português do final do século XVIII e início do XIX estiveram também atuantes na filosofia econômica de Joaquim José Rodrigues de Brito, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, pelos se aproximaram da perspectiva “[...], vindo de Locke, passando por Condillac<sup>22</sup>; bem como a vinculadas “[...] a fisiocracia de Quesney e o livre-cambismo de Adam Smith [...]”<sup>23</sup>. A concepção de ciência de Rodrigues Brito, estava expressa nas “Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal (1802-1805)”<sup>24</sup>, sobretudo no parágrafo 197, onde destaca:

Toda a ciência é pois prática, ou fundada em factos da Natureza física, e moral; porque aquela, que se funda no mero intelectual, imaginário, ou hipotético, não é arte, nem ciência, nem deve merecer este ilustre nome, por não concorrer nunca para a felicidade do homem, ou do Estado, mas para a sua verdadeira ruína. (BRITO, 1992, p. 313).

Além dessa ciência prática, o Iluminismo português propugnava em favor de algumas rupturas consolidadas no Antigo Regime, que no âmbito da Educação esteve conduzida pelo poder e controle da Igreja Católica. Noutras palavras, os intelectuais Iluministas criticavam a filosofia escolástica da Igreja Católica, que instruía e doutrina a sociedade para a ignorância e a submissão. Defendia assim, uma educação livre das trevas e do fanatismo católico a partir da razão, do

---

<sup>22</sup> PEREIRA, José Esteves. **O homem e a obra**. In: BRITO, Joaquim José Rodrigues. Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal (1802-1805). Introdução. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. XX. O autor afirma, que Rodrigues Brito se insere na corrente do pensamento empirista dos fins do século XVIII de influência de Locke e Condillac e deságua no utilitarismo de Bentham que já não influencia.

<sup>23</sup> MALTEZ, José Adelino. Joaquim José Rodrigues de Brito (1753-1831). In: **Politipédia** – Repertório Português de Ciência Política. Disponível em: <http://www.politipedia.pt/brito-joaquim-jose-rodrigues-de-1753-1831/>. Acesso em: 05 maio de 2021.

<sup>24</sup> BRITO, **Joaquim José Rodrigues. Todas as espécies de jurisprudência natural ou positiva** são ciências praticas, nem há arte, ou ciência verdadeira sendo meramente teórica. In: Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal (1803-1805). Capítulo XV, Tomos I a III. Lisboa: Banco de Portugal, 1992. Disponível em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/ocpep-2\\_t1\\_a\\_t3.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/ocpep-2_t1_a_t3.pdf). Acesso em: 05 maio 2021.

conhecimento científico, mas não exclusivamente isto. O estudo de Júnia Furtado traz uma discussão esclarecedora sobre o Iluminismo franco-luso, na qual explica:

[...] os iluministas franceses, como os portugueses, defendiam não a abolição da monarquia, mas a ascensão dos intelectuais e dos homens de letras junto aos grandes, como reconhecimento de sua capacidade intelectual colocada a serviço do Estado (FURTADO, 2014, p. 63).

Essa assertiva nos parece relevante para compreender os desdobramentos da classe social em ascensão, a dos intelectuais iluministas e, dentre eles, os naturalistas viajantes, que reivindicavam ocupar espaço de poder junto aos monarcas. Noutras palavras, se redesenhava uma nova dimensão de poder, que propugnava o pacto com a ciência vinculada ao Estado monárquico.

Sem pormenorizar o debate sobre o Iluminismo, essa autora se opõe das interpretações deterministas da história, que geralmente são caracterizadas por definir o conceito sobre o Iluminismo somente iniciado no pós-Revolução Francesa, quando sua feição antimonárquica e anticatólica se efetivou hegemonicamente na França revolucionária. Sendo assim, sua pesquisa demonstra que o Iluminismo português teve início desde o reinado de D. João V, formando-se, portanto, uma elite colonial na república das letras portuguesa já na primeira metade do século XVIII.

Nessa linha de compreensão, podemos inferir que esse pacto social de poder contribuiu no revelo da História Natural e das atividades de naturalistas viajantes, configurando política territorial das viagens científicas luso-brasileiras. Compreendemos que essas mudanças e rupturas foram processuais, pois no final do século XVIII, algumas práticas religiosas ainda estavam presentes na estrutura do poder real.

Essa questão foi discutida por Eduardo Oliveira (2006, p. 476) em que afirma, que havia uma “[...] série de articulações entre os procedimentos religiosos e o poder real [...] a concepção do poder monárquico português, em fins do Setecentos, assume características divinas, com implicações para a atuação do poder político do rei”. Para esse autor, essa relação com a Igreja Católica e o poder monárquico português, estiveram materializadas nas cerimônias oficiais, tanto no período mariano, quanto no joanino.

Vale salientar, e em acordo com os estudos de José Otávio Aguiar (2012, p. 86) “[...] o conjunto de idéias que se convencionou chamar iluminismo nunca

constituiu uma unidade de princípios, um todo harmônico e universal [...]”. Noutras palavras, no conjunto de ideias ilustradas, as relações de poder e de interesses não eram uníssonas entre as classes sociais; configurando-se um quadro de conflito no âmbito do movimento Ilustrado, do absolutismo real e da Igreja Católica.

Nessa complexa relação de poder, ainda se mantinham religiosos ou aqueles que se destinavam a uma carreira religiosa dentro da política pombalina, a exemplo dos naturalistas luso-brasileiros, como D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra, por mais de quatro décadas, e também reitor da Universidade de Coimbra, durante a reforma pombalina, por 31 anos divididos em dois reitorados<sup>25</sup>; bem como o frei e naturalista José Mariano da Conceição Velloso<sup>26</sup>, que esteve na direção da Tipografia do Arco do Cego em Lisboa, Portugal<sup>27</sup>

Na razão Iluminista prosperava a confiança do homem e na prerrogativa da ciência empirista, conhecer os segredos da Natureza. Estava na ordem do debate, o conhecimento e domínio da Natureza, através de uma razão instrumentalizada e por essa via, os naturalistas europeus, tiveram papel relevante nas diversas áreas do conhecimento no âmbito da Medicina, Filosofia Natural, da História Natural, da Botânica, da Química, da Física, que influenciaram a geração de naturalistas luso-brasileiros.

Em Portugal, temos o exemplo do Pe. Teodoro de Almeida, tido como expoente do Iluminismo português, que desenvolveu estudos nos domínios da Física, Astronomia, Matemática e Filosofia, sintetizada na obra “Recreação Filosófica ou Diálogo sobre a Filosofia Natural para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas (1786-1800)”, precursor nos estudos que envolvia a Física de Galileu, Descartes e Newton. Essa obra foi relevante, para cultura portuguesa Ilustrada, por reunir conhecimento da física-matemática dos cientistas mais influentes do mundo europeu e, por ter sido o primeiro livro de divulgação científica

---

<sup>25</sup> ALVES, Carlos F. Teixeira. **D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho**, uma biografia (1735-1822). Rev. hist. (São Paulo), n.178, a05818, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145431/156621>. Acesso em: 05 fev. 2021.

<sup>26</sup> GAMA, José de Saldanha. **Biographia e apreciação de trabalhos do botânico José Marinanno da Conceição Velloso**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Pinheiro e C., 1869. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or18047/or18047.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or18047/or18047.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

<sup>27</sup> NUNES, Maria de Fátima e BRIGOLA, João Carlos. **José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811): um frade no universo da natureza**. In: A casa literária do Arco do Cego (1799-1801). Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25829/3/3.pdf>. Acesso em: 15 fev 2021.



na língua portuguesa (FIOLHAIS, 2017, p. 90). Pois, segundo esse autor, a “ciência nova” havia chegado com atraso em Portugal.

A Química de Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794), contribuiu cientificamente nos estudos sobre o oxigênio, que descobriu sua função na respiração, nas oxidações, nas reações químicas, que de modo geral, os estudos de Lavoisier indicavam o oxigênio como um dos constituintes do ar, responsável pelo processo de combustão e da respiração. Esses estudos, por exemplo, influenciaram as pesquisas de doutoramento do luso-brasileiro, Manuel Arruda da Câmara, intitulada “Investigações fisiológicas e químicas sobre a influência do oxigênio na economia animal, principalmente no calor e na cor dos homens”, mestre de Arruda da Câmara na Universidade de Montpellier, na França (MELLO, 1982, p. 21).

A História Natural europeia se inseriu no conjunto dessas transformações da razão iluminista como um dos campos dos saberes científicos, o da Ciência da Natureza, baseada nos princípios e leis de funcionamento, cujo processo de investigação se constituía na ordem dos fenômenos dos organismos vivos das plantas e dos animais.

O sistema de classificação não surge da História Natural do século XVIII, conforme explicam M<sup>a</sup> de Fátima Sousa e Silva e Jorge Paiva (2016), que fazem menção sobre os antecedentes históricos, a partir de um trabalho de tradução na língua portuguesa do livro “Teofrasto, história das Plantas” escrito entre c. 350 a.C e c. 287 a.C em 10 volumes e traduzido pelo latim em 1483. Em suas anotações introdutórias, os tradutores afirmaram, que haviam seis fases nos sistemas de classificação:

[...] **Fase popular**, com predominância da nomenclatura vulgar, como auxiliar na classificação das plantas. Esta fase é a que precede, na civilização grega, o séc. IV a.C.; **Fase aristotélica** (séc. IV a.C. — séc. XVI), durante a qual surgem e perduram as primeiras classificações escritas numa forma permanente e lógica por Aristóteles e Teofrasto, o “Pai da Botânica” [...]; **Fase dos herbalistas**, através da Idade Média, em que trabalhos sobre plantas foram raros e todos baseados nas obras dos «Físicos» gregos. [...]; **Fase pré-lineana**, que se estende do fim do séc. XVI até à obra de C. Lineu (meados do séc. XVIII) e que é considerada como a fase dos primeiros taxonomistas, entre os quais se destaca A. Caesalpino (1519-1603), considerado o «Primeiro Taxonomista» e J. P. Tournefort (1656-1708), o “Pai” do conceito de género; **Fase lineana**, com C. Lineu (1707-1778), conhecido como o fundador da taxonomia biológica, sendo a nomenclatura binominal estabelecida por ele; **Fase post-lineana**, que se estende desde a morte de Lineu (1778)

até à publicação de «Origens das Espécies» de C. Darwin (1859). [...] (SILVA e PAIVA, 2016, p. 49, grifo nosso).

Esse quadro de periodização de forma resumida demonstra, que em tempos remotos havia uma necessidade tanto dos saberes populares, quanto filosóficos de dar nome aos seres vivos, as plantas e animais, bem antes da taxonomia de Carlos Lineu. É entre a fase pré-lineana e lineana que se realiza uma metodologia capaz de classificar, relacionar, fichar, agrupar, catalogar, categorizar, dividir e identificar as plantas e os animais. Anterior a essa fase não havia nenhuma nomenclatura científica rigorosa e universal, portanto, havia uma confusão nos nomes das plantas e animais.

Na análise de Keith Thomas, para cada uma dessas fases, sobretudo, após a fase popular, havia um esquema classificatório “que representou uma tentativa ambiciosa de impor uma nova forma de organização intelectual ao mundo da Natureza [...]”<sup>28</sup>. Esse autor adverte ainda, que alargou um “abismo entre os modos popular e erudito de ver o mundo Natureza [...] com a introdução de uma nova terminologia latina [...]”<sup>29</sup>

Em relação a fase pré-lineana, John Ray (1627-1705), naturalista britânico, considerado o pai da História Natural inglesa, desenvolveu trabalhos importantes para a História Natural, o qual publicou várias obras, que continha uma metodologia taxonômica inovadora, fruto do trabalho empírico de observação e de experimentação, o que distinguia do saber renascentista, na medida que rejeitava as mitologias e fábulas, aspectos simbólicos, religiosos e estéticos da Natureza (PRESTES, 2000, p. 39). Conforme a autora, o período da História Natural em que Ray esteve inserido, deu ênfase a corrente empirista e numa certeza de que o método da experimentação pudesse realizar uma enumeração completa dos seres vivos.

Além das pesquisas de John Ray, o trabalho botânico de Gaspard Bauhin, criou os primeiros pressupostos da nomenclatura binominal, com as quais Lineu, baseado nesses estudos, formulou bases teóricas, criando o moderno sistema de reinos, classes, gêneros e espécies, substituindo e adaptando o anterior sistema de John Ray (PRESTES, 2000, p. 43). Nessa atmosfera científica, assinala Michel Foucault, que a:

---

<sup>28</sup> THOMAS, op. cit., p. 91.

<sup>29</sup> THOMAS, op. cit., p. 113.

[...] a história natural — eis por que ela apareceu precisamente nesse momento — é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear; é a possibilidade de ver o que se poderá dizer, mas que não se poderia dizer depois, nem ver, a distância, se as coisas e as palavras, distintas umas das outras, não se comunicassem, desde o início, numa representação [...] (FOUCAULT, 2000, p. 177).

Nesta passagem, o autor faz uma reflexão metodológica sobre o papel da História Natural para a nomeação das coisas, através do ver e do dizer; pois a representação das coisas, consiste na forma em como dar sentido a elas pelas palavras, pela semântica. Ou seja, inaugura-se uma nova linguagem classificatória, que nomeia as plantas e os animais, segundo o modelo taxonômico lineano, regido por uma ordem sequencial: nome, teoria, gênero e espécie, acompanhado pelo rigor sistemático da observação, da nomeação e da descrição. Nas palavras foucaulteana “a história natural não é nada mais que a nomeação do visível” (PRESTES, 2000, p. 180).

Sem pormenorizar o desenvolvimento da História Natural na Europa no final do século XVIII e início do XIX, o aumento dos herbários tradicionais ocasionou interrogações de diversos naturalistas europeus, que começaram a identificar as inconsistências de identificação e descrição das plantas nas obras antigas. Dentre eles, o sueco, naturalista, médico, botânico e zoólogo, Karl von Linné (1707-1778), que observou, que não havia uma organização sistemática na descrição e classificação dos três reinos da Natureza, fruto de sua inquietação, haja vista a diversidade de nomes atribuídos aos grupos conhecidos de animais, plantas e minerais; inaugura sua nomenclatura binominal para “[...] organizar os seres de um modo que ao mesmo tempo facilitasse a descrição e unificasse os nomes muito diversamente atribuídos na época aos diferentes tipos e grupos [...]” (PRESTES; OLIVEIRA e JENSEN, 2009, p. 106).

Segundo esses autores, Lineu se preocupou mais detidamente com a classificação e não com a organização espacial dos seres vivos. Logo, a sua classificação e descrição das espécies se restringia aos aspectos observáveis e “morfológicos”. Nesse sentido, a botânica dá saltos metodológicos relevantes no processo de catalogação e sistematização das plantas e animais com o trabalho de Lineu.

Outro estudioso, matemático e escritor francês, Georges-Louis Leclercq (1707-1788), conhecido como Conde de Buffon (1707-1788), contribuiu para o desenvolvimento da História Natural, entre eles a noção de espécie e, segundo estudos de Rodrigo Ramos, enquanto Lineu atribuía a origem das espécies à ação imediata das mãos de Deus; Buffon, avaliou, que a origem das espécies é um fenômeno natural, produto da obra da própria Natureza (RAMOS, 2018, p. 126).

Ramos ainda identificou, que Lineu e Buffon, tinham perspectivas distintas em alguns aspectos no desenvolvimento da História Natural, e dentre as críticas de Buffon ao sistema classificatório de Lineu, residia não no sistema em si, mas à sua redução metodológica vinda da matemática, que defendia um método único para as ciências naturais.

Além disso, havia outras preocupações com os modos de vidas e das condições geográficas de cada lugar, ou seja, das relações e interações entre os seres vivos; na qual adverte Prestes (2000, p.48), que “[...] as descrições de Buffon se distanciavam do legado medieval de busca por semelhanças e diferenças entre os seres vivos, mas associada a dimensão temporal, “histórica” e das transformações operantes dos seres vivos.

Ainda na ótica de Prestes, havia outra perspectiva distinta entre Buffon e Lineu, que residia na questão do centro de criação e dispersão das espécies. À grosso modo, ela explica, que Lineu tinha uma crença numa criação única, à maneira explicativa do *Gênesis*, ou seja, na existência de um centro único onde as espécies foram criadas. Nessa direção, as montanhas seria o centro de criação, e devido ao recuo das marés, Lineu presumia que as espécies se dispersaram-se pelo globo, segundo as diferenças climáticas e as migrações.

Contrárias a essa compreensão lineana, explica ainda Prestes, que Buffon defendia, que não havia a existência de criação única, mas criações sucessivas e subsequentes dispersões<sup>30</sup>. É importante assinalar, que esse debate entre os botânicos no entorno da geografia das plantas, antecederam a futura biogeografia do século posterior. Logo, a questão sobre a distribuição dos animais e plantas, ponto de contraposições entre Lineu e Buffon, estava dentro do contexto do que era denominado “geografia história” ou “história geográfica”<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> PRESTES, 2000, passim.

<sup>31</sup> PRESTES, 2000, passim.

Podemos concluir, efetivamente, que haviam duas correntes opostas sobre o mundo Natural. Uma, baseada na noção de estabilidade de uma Natureza essencialmente fixa, que começa a discutir numa perspectiva da dimensão temporal, entre elas, sobre a história da Terra, o que contribuíram para o nascimento da geologia. A outra perspectiva, preocupada com a descrição da Natureza, teria iniciado o debate sobre as transformações operantes dos seres vivos, e com isso o desenvolvimento da fisiologia, da taxonomia e da história geográfica de plantas<sup>32</sup>.

Outra autora como Maria Margaret Lopes (2000, p. 14), sintetiza essas correntes opostas de Buffon-Lineu, e na sua perspectiva, se consubstanciava num “[...] programa buffoniano dinâmico-histórico, em franca oposição ao classificatório-descritivo de Lineu”. Assim, podemos inferir, que o desenvolvimento da História Natural europeia, esteve associada a “cartilha” do empirismo e utilitarismo e, sob a forte influência dos estudos desses dois naturalistas europeus.

## **1.2 A influência dos naturalistas estrangeiros Lineu e Buffon para a História Natural Portuguesa**

As determinações históricas do desenvolvimento das Ciências Naturais e das novas descobertas no ramo da Física, da Química e da Medicina, foram decisivas no mundo europeu, sobretudo do início século XVIII e final do XIX e; Portugal não esteve aquém dessas novas descobertas, ao contrário, teve influências do movimento das Luzes, e dentre eles a influência de Lineu e Buffon para o desenvolvimento da sua História Natural, iniciadas desde o início dos anos de 1770.

O movimento intelectual Iluminista português, conforme ressalta Júlia Furtado (2014, p. 64), expressão máxima da “[...] ‘vertente’ portuguesa do Iluminismo tem por Natureza uma feição estatal”, ganhava cada vez mais poder e controle sobre o reino vegetal, animal e mineral por meio de investimentos no campo da investigação científica no território colonial, não mediram esforços na concretização das viagens científicas luso-brasileiras, sobretudo pela atuação política do intelectual, naturalista,

---

<sup>32</sup> PRESTES, 2000, passim.

Domenico Agostino Vandelli que exercia dentro da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a arte de governar.

A História Natural Portuguesa se confunde com o papel desempenhado por Domenico Agostino Vandelli, chamado pelos portugueses por Domingues Vandelli, formado em filosofia pela Universidade de Pádua (Itália), na qual foi convidado em 1772, por José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, para lecionar no Real Colégios dos Nobres e depois requisitado para a implantação de reformas educacionais na Universidade de Coimbra<sup>33</sup>.

Vivendo em Portugal, Vandelli doutorou-se em Medicina na Universidade de Coimbra; foi professor de História Natural e Química e implantou o Museu de História Natural (1775) com sua própria coleção, planejou os primeiros trabalhos para a criação do Jardim Botânico da Ajuda, o qual foi o primeiro diretor (1787-1788). Sua atuação não se restringiu a execução das Reformas estatutárias na Universidade de Coimbra, mas assumiu vários cargos, como o de Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Além disso, possuiu uma fábrica de faiança<sup>34</sup> ou louça branca em Coimbra e era membro da Maçonaria<sup>35</sup>.

Mas, em que medida a História Natural Portuguesa esteve influenciada pelos naturalistas estrangeiros Lineu e Buffon? No decorrer da leitura documental, levantamos as seguintes perguntas: Para além dos propósitos de cooperação e de divulgação científica entre Vandelli e Lineu será que havia outros interesses? Como a Natureza da América portuguesa era concebida por Lineu e Vandelli?

Essas perguntas nortearam nossa pesquisa documental e bibliográfica, nas quais selecionamos dois tipos de fontes textuais impressas: Em relação a influência lineana para a História Natural portuguesa, optamos pelas cartas entre os naturalistas Lineu e Vandelli. No que se refere à influência buffoniana para a História Natural portuguesa, optamos por dois Dicionários portugueses do Pe. Rafael Bluteau, do século XVIII e XIX; bem como, pelas referências bibliográficas, que se

---

<sup>33</sup> REIS, Fernando. **Ciência em Portugal**: personagens e episódios. In: Instituto Camões (*on-line*). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

<sup>34</sup> Museu da Ciência Universidade de Coimbra. **Faiça de Coimbra**. (*on-line*). Disponível em: <http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=collections&action=stories&idc=7&id=103>. Acesso em: 30 mar. 2020.

<sup>35</sup> RODRIGUESA, Augusto. VANDELLI, Domingos (1735-1816). In: **História da ciência na UC**: Memória Professorum Universitatis Conimbrigenis (*on-line*). Disponível em: [https://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/VANDELLI\\_domingos](https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/VANDELLI_domingos). Acesso em: 28 out. 2020.

debruçaram sobre o naturalista Conde de Buffon, dentre ele (GERBI, 1996; LOPES, 200?; PRESTES, 2000; RAMINELLI; SILVA, 2014).

Para a leitura das cartas e sistematização dos Quadros 01 e 02, elaboramos um Instrumento de Pesquisa com base na metodologia de análise documental de uma pesquisa historiográfica, adotada por Pimentel (2001); Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009)<sup>36</sup> conforme (Anexo A). Importante mencionar, que não houve necessidade de atualizar a ortografia das cartas e nem tão pouco a sua transcrição; pois, todas elas foram tratadas e organizadas pela Editora Dantes, em forma de livro. Do cômputo das 52, selecionamos 20 cartas do período de 1759 a 1773. Dessas, 09 são de Lineu, dirigidas a Vandelli e 11 cartas, são de Vandelli endereçadas a Lineu, conforme os Quadros 01 e 02, a seguir:

**Quadro 01 – Cartas da Natureza: de Lineu Para Vandelli (1759-1773)**

Nº	Local, data, mês e ano	Conteúdo – Questões centrais
01	Uppsala, 03/02/1759.	Em resposta à Vandelli, realizou o exame da obra sua <i>Dissertationes tres</i> , e informa que pretende inserir as suas descobertas como apêndice ao Tomo terceiro do <i>Systema</i> .
02	Uppsala, 04/03/1760.	Em resposta à carta de Vandelli, envia coleção natural e elogia o seu trabalho de História Natural convidando a inserir nas Atas da Sociedade de Ciências de Uppsala.
03	Uppsala, 11/01/1761.	Em resposta à carta de Vandelli, elogia a espécie da ulva desenhada e descrita por ele e informa que deseja inserir na nova edição do <i>Systema</i> , por se tratar de uma nova espécie e não semelhante às outras.
04	Uppsala, 01/10/1763.	Em resposta à carta de Vandelli, agradece-o pelo envio de flores raras da Europa e interroga-o sobre onde o dr. Arduino <b>pôde adquirir tão belas e raras plantas brasileiras.</b>
05	Uppsala, 12/02/1765.	Informa à Vandelli que <b>recebeu as sementes do Brasil</b> , mas todas estavam mortas, exceto aquelas de <i>Cassia</i> e exprime desejo que vá ao Brasil.
06	Lisboa (?), 19/11/1765.	Recebimento de cestos com espécie de <i>Erythrina</i> e raízes que desconhecia. Solicita que Vandelli interceda aos seus mecenas portugueses a obtenção de exsicatas de <i>JALAPA</i> , <i>Ipecacuanha</i> e <i>Balsamus peruvianus</i> , que <b>sem dúvida existem no Brasil</b> . Orienta a Vandelli <b>sobre adquirir espécie SPIGELIA</b> , onde a espécie nasce espontaneamente no Brasil para <b>vender com alto lucro para Europa.</b>
07	Uppsala, (?)/10/1766.	Inteira-se da ida de Vandelli à província da história natural em Portugal desejando-lhes prosperidade e interesse em conhecer a verdadeira flora, fauna e tudo o mais sobre lusitana.
08	Uppsala, 13/05/1769.	Saúda Vandelli com esperança de ver o trabalho sobre a flora lusitana de Vandelli concluída e <b>solicita a obtenção de sementes das mais raras plantas do Brasil</b> com propósito delas germinarem ao ar livre na vossa região.
09	Uppsala, 24/07/1773.	Declara que teve a satisfação de saber sobre a reforma da Universidade e afirma divulgar sobre o ilustríssimo Pombal, o protetor e restaurador da ciência.

**Fonte:** Editora Dantes, 2008. Organização da autora, 2020

<sup>36</sup> Nos capítulos subsequentes, faremos menção à elaboração dos Instrumentos de Pesquisa e todos eles foram elaborados com base nesses autores.

**Quadro 02 – Cartas da Natureza: De Vandelli para Lineu (1759-1773)**

Nº	Local, data, mês e ano	Conteúdo - Resumo
01	Bolonha, 15/03/1759.	Informa que viajará para Toscana e enviará para ele amostras de plantas, animais e minerais para estudos. A respeito do tema da uva-marinha, os moluscos e a holotúria agradece a aprovação de Lineu.
02	Pádua, 13 /01/1760.	Informa que retornou de Toscana e envia amostras dessa viagem para Lineu.
03	Pádua, 07/05/1760.	Troca de informações sobre o <i>Systema naturae</i> .
04	Lisboa, 15/10/1764.	Informa que reside em Lisboa e <b>envia sementes do Brasil</b> para Lineu e expõe o desejo de viajar à América.
05	Lisboa, 19/03/1765.	Envia à Lineu mais <b>sementes da América</b> e pede a sua opinião acerca do exemplar dessecado de planta pertencente à Poligâmia Monóica.
06	Lisboa, 02/07/1765.	Compartilha com Lineu plantas que não foram corretamente examinadas.
07	Lisboa, 26/08/1766.	Pede à Lineu que grave (ilustre) as plantas que ele havia encaminhado, e solicita o preço da ilustração. Informa ainda que se tornou, o primeiro, Real professor de História Natural em Portugal.
08	Lisboa, 18/05/1772.	Envia sementes do horto régio do Pará e informa que se empenha na construção de um laboratório químico para <b>realizar experimentos sobre terras, minerais e pedras do reino da África e do Brasil</b> .
09	Coimbra, 17/05/1773.	Divulga sobre a pedra fundamental para construção dos prédios de História Natural, Matéria Física, Química e Médica no dia 03 de maio de 1773.
10	Carta não datada.	Avisa que comprou um espécime de <i>Jalapa</i> proveniente de Madeira, mas as outras <b>plantas da América não são encontradas facilmente. Se caso fosse à América</b> , coletaria estas e outras espécies – principalmente a tua espécie de <i>Spigelia</i> .
11	Lisboa, 18/03/1766.	Informa à Lineu quando tiver <b>recebido sementes da América</b> , compartilhará com ele as sementes vivas. Os nomes brasileiros das plantas: Camorim, Grumixama, mamão, jabuticaba, jambo, de conde e maracujá. Além das plantas, uma tartaruga terrestre, um peculiar peixe daquele mar e uma matriz de diamante [...] um <b>diamante brasileiro</b> [...], de cor esverdeada, ora esbranquiçada, ora amarelada, que existe na mina de ferro enegrecida.

**Fonte:** Editora Dantes, 2008. Organização da autora, 2020.

Os Quadros 01 e 02 acima expostos, contém uma sequência de 20 correspondências epistolares entre dois naturalistas europeus, durante o período de quatorze anos. O primeiro, Carl von Linné, popularmente chamado em Portugal de “Lineu”, sueco, médico, botânico e zoólogo, e como dito anteriormente, criou a nomenclatura binominal de espécies, distinguindo reinos, filos, classes, ordens, famílias e gêneros; conhecido como o fundador da História Natural moderna, era um cientista bastante requisitado por outros pesquisadores, a exemplo do naturalista italiano, Domingos Vandelli, doutor em filosofia pela Universidade de Pádua e médico pela Universidade de Coimbra.



Nossa primeira apreensão sobre essas correspondências entre os naturalistas é que elas demonstram a forma de como eram realizadas o intercâmbio científico e a cooperação técnica pelos cientistas europeus e, em toda elas identificamos, que o conteúdo esteve relacionado a História Natural. Mas, além desses propósitos de cooperação e divulgação científica entre Domingos Vandelli e Carlos Lineu será que havia outros interesses?

Observamos que os Quadros 01 e 02 demarcam a temporalidade dos diálogos entre os naturalistas, iniciado em 1759, ou seja, vinte e quatro anos depois que Lineu já havia publicado sua grande obra *Systema Naturae*, publicada em 1735 e oito anos depois da publicação de *Philosophia Botânica*, em 1751. Essa observação é relevante porque demonstra, que o intercâmbio científico entre os naturalistas é antecedente à ida de Vandelli a Portugal e da estratégia política científica de Pombal para a implantação das reformas no ensino. Além disso, revela que havia entre eles um compartilhamento no envio de novas plantas e minerais, acompanhado de estudos classificatórios e de descrições ainda não classificadas como descrito por Vandelli nas cartas de números 01, 02 e 03, conforme o Quadro 02. Mas, ao que parece, Lineu tinha um amplo objetivo, o de classificar toda a Natureza, ainda não descrito no seu sistema classificatório. Vale salientar, que essa questão foi também observada por Neldson Marcolin, no qual afirma que:

[...] Lineu, [...] tinha uma ambição portentosa em pleno século 18: desejava nomear e descrever todos os tipos conhecidos de plantas, animais e minerais. Como se sabe, isso ele não conseguiu. Mas foi o responsável por um feito notável ao criar a nomenclatura binomial, a mais estável regra da biologia até hoje (MARCOLIN, 2003, *on-line*).

Ao que tudo indica, este era um propósito em comum entre os naturalistas botânicos, que eram alinhados com a corrente lineana. Nesse sentido, essas cartas evidenciam que havia uma conexão de informações e compartilhamento, não somente de envio de remessas dos três reinos da Natureza, mas de discussão teórica acerca da História Natural. Observamos que esse compartilhamento de informações sobre as plantas, animais e minerais descritas nas cartas de Vandelli e endereçadas para Lineu se deu tanto no período em que esteve em suas viagens na Itália, em Toscana, Bolonha e em Pádua, quanto no longo período em que esteve em Portugal, identificadas no Quadro 02, conforme as cartas de números 01, 02, 04, 05, 08, 10 e 11.

As trocas de conhecimento sobre a História Natural, evocado inicialmente por Vandelli, deixa a entender que Lineu participava como consultor científico dele. Essa questão aparece na carta de nº 01 de Bolonha, de 15 de março de 1759, no qual Vandelli escreve para Lineu:

[...] A respeito do nosso tema: da uva-marinha, os moluscos e a holotúria foram do teu agrado e gosto, pois tu próprio de alegrias enormemente comigo; e de fato, eu respeitava teu juízo, e não ousei chamar de novas essas descobertas, ignorando muitas coisas neste campo da Natureza, o qual vês que praticamente não tem limite. Mas agora que sou amparado pela tua aprovação passarei a agir de modo mais ousado (VANDELLI, [1759] 2008, p. 20).

A aprovação sobre o trabalho de Domingos Vandelli, demonstra não somente um reconhecimento científico, mas a influência que Lineu tinha sobre o trabalho de História Natural que Vandelli realizava. Essa aprovação descrita por Vandelli, refere-se ao seu trabalho *Dissertationes três*, que havia encaminhado para Lineu examiná-lo, e em resposta à Vandelli, o mesmo confirma, na carta nº 01 do dia 03 de fevereiro de 1759:

[...] debrucei-me sobre a tua obra verdadeiramente divina, *Dissertationes três*. Quando examinei as estampas coloquei de lado todas as obrigações, e não pude cessar de ler [...]. Estupefato, via a ti como uma fênix em meio à tua gente [...]" (LINEU, [1759] 2008, p. 19).

Além da aprovação do trabalho de Vandelli; Lineu, nessa mesma carta, na medida em que informa sobre mais uma edição de sua obra *Systema naturae*, informa seu interesse em publicar o trabalho de Vandelli, conforme o Quadro 01, da Carta de nº 01:

[...] veio à luz, o tomo primeiro da décima edição do *Systema naturae*, acerca dos animais; o segundo volume discorre sobre as plantas e o TOMO TERCEIRO estender-se-á às pedras [...]. Espero que desejes e possas compartilhar comigo as tuas holotúrias e a uva-marinha, a fim de que eu possa inserir estas tuas descobertas como apêndice ao tomo terceiro do *Systema*" (LINEU, [1759] 2008, p. 19).

No contexto geral, observamos que todas essas cartas dos Quadros 01 e 02 sintetizam os objetivos de ambos naturalistas europeus, o de intercâmbio científico

da História Natural europeia. Lineu com seu propósito de substanciar seu *Systema naturae* com cada amostra, até então, desconhecida pela História Natural europeia e, Vandelli cujos objetivos eram de realizar a História Natural Portuguesa associado ao projeto político de Pombal.

Neste sentido, observamos ainda, que em algumas cartas dos Quadros 01 e 02 referem-se ao Brasil: Em relação ao Quadro 01, do cômputo de nove cartas de Lineu à Vandelli, temos quatro delas, as de números 04, 05, 06 e 08, que se referem ao Brasil. Em relação ao Quadro 02, do cômputo de onze cartas de Vandelli à Lineu, temos cinco delas, as de números 04, 05, 08, 10 e 11, que se referem ao Brasil.

Todas essas cartas acima mencionadas se referem as remessas de plantas, animais e minerais do Brasil, que tinham como finalidade do intercâmbio científico observá-las, descrevê-las, ilustrá-las, nomeá-las e classificá-las a luz da História Natural de ambos.

Mas, numa dessas cartas, chamou-nos atenção, especificamente, a carta de nº 06, a de Lineu endereçada a Vandelli, no dia 19 de novembro de 1765. A referida carta, igualmente às outras, inicia como todos os protocolos de estima e amizade sobre a partilha de amostras e remessas, ora de plantas, ora de animais, ora de minerais. Mas, ao final dela, há uma menção sobre o gênero botânico *Spigelia* e de forma bastante diferenciada das demais, Lineu escreve para Vandelli:

Os arquiátros de São Petersburgo adquiriram para si a minha espécie de *SPIGELIA*, e curam com ela quaisquer vermes; a dose da erva chega a um ducado. Tu que vives em Portugal, **ao qual pertence o Brasil, onde a espécie nasce espontaneamente, podes adquirir uma enorme quantidade de exemplares e vender com alto lucro para a Europa:** jamais faltariam compradores, pois **ela não poder ser cultivada nos hortos de modo lucrativo**, visto que exige um solo muito quente. Poderias adquirir uma fortuna fazendo apenas isso. (LINEU, [1765] 2008, p. 19, grifo nosso).

Em resposta à Lineu sobre o gênero *Spigelia*, Vandelli na carta, que não está datada<sup>37</sup>, de nº 10 do Quadro 02, emite a seguinte opinião:

Comprarei um espécime de *Jalapa* proveniente de Madeira, mas outras plantas da América não são encontradas tão facilmente. Se me fosse permitido ir à América, coletaria estas e outras espécies –

<sup>37</sup> A Editora Dantes, que organizou essas cartas impressas, explica que, embora, essa carta de Vandelli não esteja datada, os assuntos nela abordados (sobretudo as menções aos gêneros *Jalapa* e *Spigelia*) levam a crer que ela foi escrita em resposta à carta de 19 de novembro de 1765.

principalmente a tua espécie de *Spigelia*, pela descrição da qual rendo-te os maiores agradecimentos. Para que as observações acima não fiquem incompletas, considero necessário acrescentar que Lisboa está situada abaixo dos 38º e 43' de latitude boreal e a 9º e 7' de longitude. O clima é extremamente temperado e agradável, tanto que muitos gêneros de plantas transportadas das regiões mais quentes da África, Ásia e América crescem aqui (VANDELLI, [1765] 2008, p. 75).

Essas duas cartas são elementos chaves de compreensão a respeito da ideia de Natureza e dos interesses dos naturalistas europeus sobre os três reinos da Natureza no Brasil. Esses naturalistas demonstraram efetivamente a percepção da ideia de Natureza da América portuguesa, como mercadoria de alto valor econômico no comércio europeu. Além disso, essas cartas denunciam como os naturalistas se utilizavam de uma produção do conhecimento científico para usos ilícitos e enriquecimento próprio, a partir da exploração comercial da Natureza. Em poucas palavras, a ciência Iluminista, não somente se apoderou do conhecimento e domínio da Natureza, *per sí*, mas como objeto comercial.

Importante mencionar, que desde o início do século XVIII, havia um mercado nacional de plantas e flores na Inglaterra em crescimento, o que pressionou uma padronização de uma nomenclatura científica para evitar fraudes e confusão, pois acontecia que com uma mesma planta era vendida sob denominações diferentes. Essa situação corroborou na publicação de um *Catalogus Pantarum*, em 1730, pela sociedade Londrina de Jardineiros (THOMAS, 2010, p. 117-118).

Podemos também inferir, que essas duas cartas retrataram a mentalidade científica europeia, vinculada à economia da Natureza, conforme José Augusto Pádua, explica:

A imagem de uma economia da Natureza, apesar de ser mais propriamente identificada com a escola de Lineu, também pode ser utilizada, de maneira liberal, para indicar a visão de conjunto dos autores que renovaram o entendimento da Natureza no século XVIII, entre os quais se incluem Buffon e Duhamel du Monceau (1700-1781) [...]. o modelo teórico elaborado por Lineu no seu "*Systema Naturae*" [...], entendia a economia da Natureza como sendo "a muito sábia disposição dos seres naturais, estabelecida pelo Soberano Criador, através da qual estes tendem para o estabelecimento de fins comuns e de funções recíprocas" (PÁDUA, 2004, p. 44).

Logo, essa compreensão sobre a economia da natureza lineana, influenciou toda a História Natural portuguesa vandelliana, por meio da sua produção de

Memórias econômicas<sup>38</sup> e com destaque a publicação o “Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos e a Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos”<sup>39</sup>, publicado em 1788, oferecido a D. Maria I, e logo na introdução faz a seguinte advertência:

O saber pois somente o nome das plantas não he ser Botanico, o verdadeiro Botanico deve saber além disso a parte mais difficultoza, **e interessante, que he conhecer as suas propriedades, usos economicos, e medicinais, saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais uteis**, os terrenos mais convenientes para isso e o modo de os fertilizar [...] (VANDELLI, 1788, p. III, grifo nosso).

Essas obras produzidas por Vandelli, notadamente o dicionário que compila os termos técnicos de História Natural extraídos das obras de Lineu, sintetiza as relações de poder científico-político entre eles, bem como evidencia o propósito o fomento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas.

Para além dessas referidas Memórias, coroa a estreita parceria entre os naturalistas e a forte influência e mentalidade Ilustrada de Lineu na produção da História Natural portuguesa vandelliana do final do século XVIII e início do XIX; consequentemente na mentalidade de uma geração de naturalistas luso-brasileiros.

Em vista disso, podemos inferir que se criava um modelo pedagógico (empírico e utilitário) sobre o domínio e controle da Natureza, por meio da História Natural e que serviria estrategicamente para a ordem econômica do Estado português. Noutras palavras, uma pedagogia Ilustrada e mercantilizada da Natureza à maneira do Estado português.

De forma geral, os estudiosos afirmam, que a matriz da economia da natureza, estavam inseridas nas disciplinas teóricas, nos manuais de orientação e instruções técnicas de viagens científicas, nos métodos de realizar observações, nos

---

<sup>38</sup> REIS, Fernando. Domingos Vandelli (1735-1816). **Ciência em Portugal: Personagens e episódios**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html>. Acesso em: 28 out. 2020. Esse autor descreve as memórias de Vandelli, dentre elas: “Memoria sobre a utilidade dos Jardins Botânicos”, 1770; “Memoria sobre a ferrugem das oliveiras”, 1789; “Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas” 1789, “Memoria sobre algumas produções naturaes deste reino...”, 1789; “Memoria sobre as produções naturaes do reino e das conquistas, primeiras materias de diferentes fabricas, ou manufacturas”, 1789; “Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fabricas”, 1789.

<sup>39</sup> VANDELLI, Domenico. **Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo**, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre [...] E a Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos [...]. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/22601>. Acesso em: 04 ago. 2020.

exames de recolher, preparar, remeter, e conservar produtos naturais (PATAÇA, 2006; PEREIRA e CRUZ, 2007). Na nossa compreensão, toda essa construção da mentalidade Ilustrada, constituía a materialização e legitimação do modelo pedagógico do controle da Natureza.

Dito isto, agora, recapitulemos nosso propósito de também encontrar marcas da influência de Buffon na produção da História Natural Portuguesa vandelliana. De antemão, não encontramos nenhum vestígio documental impresso ou manuscrito, que comprovasse uma relação direta de Domingos Vandelli com Buffon, como verificamos anteriormente no intercâmbio científico com Lineu.

Não obstante, fizemos uma pesquisa bibliográfica, de referências de estudos realizados sobre a temática da História Natural, que nos auxiliasse a identificar de que modo o naturalista Buffon teve influência na História Natural portuguesa, na qual os estudos de Bruno Ferraz Leal Ferreira, assegura que a influência de Buffon na História Natural Portuguesa, se deu pela produção de dois dicionários portugueses, produzidos pelo padre D. Rafael Bluteau, e que essas obras “[...] exprimiam as ideias Iluministas de Buffon, Mettrie e Holbac (FERREIRA, 2016, p. 43).

Outros estudiosos também ratificam essa questão da repercussão desses dois dicionários de Bluteau na sociedade portuguesa, na qual chegava a ser semelhante às enciclopédias, característica analisada pelos linguísticos, Lopes e Cabral em que afirmam, que o próprio título do dicionário do Pe. Bluteau, indicava a pluralidade dos temas científicos e que estavam sendo discutidos pelos naturalistas estrangeiros de então (LOPES e CABRAL, 2018, p. 515).

Ao ter acesso a esses dois Dicionários, pudemos também perceber que eles contêm uma abrangência de informações, compiladas sobre domínios específicos do léxico repertoriado no campo da anatomia, da arquitetura, da astronomia, do direito, da economia, da geografia, da história, da matemática, da medicina, da música, da física, da teologia, da zoologia, inclusive da botânica.

É importante dizer, que não cabe aqui fazer uma discussão minuciosa de toda a obra de Buffon, mas assinalar algumas de suas teses e seus desdobramentos para a visão do Novo Mundo e da ideia de Natureza na América Meridional. Das teses buffonianas, elegemos duas que consideramos centrais ao nosso objeto de estudo, quais sejam: as teses de inferioridade e a degenerativa.

Vale mencionar, os estudos de Ronald Raminelli e Bruno Silva<sup>40</sup> acerca da relação da Filosofia Natural de Buffon para as teorias de classificação da humanidade, dos quais identificaram, que o naturalista francês “[...] ressaltava o homem como objeto da história natural e, portanto, único em seu grupo, se diferenciando de todos os animais [...]”<sup>41</sup>.

Esses autores interpretaram também, que havia primazia do homem sobre a Natureza, que o estudo do naturalista francês se aproximava a uma “antropologia buffoniana”<sup>42</sup>, na medida em que Buffon compreendia o homem como objeto da História Natural diferenciados dos animais, ou seja, os animais seriam inferiores aos homens. Importante mencionar, que não se trata do surgimento de uma ciência antropológica, pois, fizemos uma busca sobre o sentido de Antropologia no verbete do Vocabulário Portuguez & Latino de Raphael Bluteau, de 1712, que tem o seguinte significado: “Derivado do Grego Anthropos, Homem & Logos; discurso; título de hum livro composto por Raphael Volaterrano, em que descreve homens ilustres”. Lembremos que esse referido dicionário expressou o pensamento buffoniano como mencionamos anteriormente.

Avancemos mais detidamente nas duas teses de Buffon, o de inferioridade e a degenerativa. Para isso, estivemos no encalço da análise crítica de Antonello Gerbi<sup>43</sup>, que investigou detidamente sobre as teses de Buffon, em que identificou as fragilidades das teses do naturalista francês como semicientíficas e preconceituosas, embora tenha sido bastante aceita pela sociedade acadêmica, foram prolongadas por muito tempo.

O modelo buffoniano de classificação dos seres vivos, era baseado no método comparativo para confrontar diferenças e semelhanças, utilizando três critérios: o de grandeza (tamanho), o quantitativo e o geoclimático. Com relação aos dois primeiros critérios, temos uma passagem em que Antonello Gerbi, ao citar algumas descrições do naturalista, evidencia que:

---

<sup>40</sup> RAMINELLI, Ronald e SILVA, Bruno da. Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 9, n. 2, p. 323-342. Aug. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222014000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222014000200005&lng=en&nrm=iso)>. Access on 29 Mar. 2021.

<sup>41</sup> Ibid., p. 332.

<sup>42</sup> Ibid., p. 391.

<sup>43</sup> GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: História de uma Polêmica (1750-1900)**. Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

‘Os elefantes pertencem ao **Antigo** Continente, e não existem no **Novo** [...] não se encontra ali nenhum animal que se **compare** a eles, seja pela **dimensão**, seja pelo talhe’. O único animal que se pode cotejar longinquamente **ao elefante é a anta brasileira**, mas anta, maior mamífero da América, ‘este elefante do Novo Mundo’ – escreve Buffon, com forte acento irônico, como se dissesse ‘esse elefantúsculo americano’ - tem **a dimensão** de um novilho de seis meses ou de uma **pequeníssima** mula. **É um bezerrinho, um jumento, um paquiderme de bolso. Rinozerontes não há. Nem muito menos hipopótamos. Camelos, dromedários, girafas, são rigorosamente desconhecidos.** ‘Inexiste de todo verdadeiros símios na América.’ Aquela espécie de camelo que denominavam lhama é ainda mais mirrada que a anta. Parece grande ‘pela dilatação do pescoço e alturas das pernas’. Mas, ainda que caminhe sobre perna de pau e espiche o pescoço, **permanece um animal pequeno** [...]. **Porém, todos confirmam que as maiores alimárias da América são ‘quatro, seis, oito ou dez vezes’ menores que as do Antigo Continente.** ‘A Natureza viva é, portanto, bem menos ativa, bem menos variada, e podermos até dizer bem menos forte’. (BUFFON *apud* GERBI, 1996, p. 19-20, grifo nosso).

Podemos observar nessa passagem, em que a dimensão do método comparativo de Buffon, se confronta com as *diferenças* entre os animais de grande porte do Velho Mundo em relação aos animais de pequeno porte do Novo Mundo. O autor atentou, que a descrição de Buffon pela diferenciação e semelhança possuía uma conotação de inferioridade e débil, utilizado pelo princípio, que os animais de grande porte seriam melhores, que os animais pequenos.

Nesse raciocínio de Buffon, os indígenas seriam poucos e pequenos. Portanto, o ambiente e a Natureza americana seriam hóstis ao desenvolvimento dos animais. Conforme a interpretação de Gerbi, as grandes espécies seriam mais perfeitas e estáveis do que as pequenas, cuja predileção de Buffon estaria associada aos grandes animais, portanto, uma aversão e desprezo aos animais minúsculos da América. Essa explicação, não tinha nenhum critério científico, consistia num provável componente psicológico, uma vez que o naturalista francês se orgulhava em afirmar do seu próprio corpo físico, como grande e forte<sup>44</sup>.

Não bastasse esses dois critérios, Buffon acrescentou o elemento geoclimático na sua teoria. Para Buffon, a umidade da flora do Novo Mundo desempenhava um papel destrutivo caracterizado por dois traços bem definidos, o estado bruto da Natureza e o aspecto pantanoso da paisagem. Daí, na visão do

---

<sup>44</sup> Ibid., p. 29.



naturalista francês a flora da América era “[...] úmida e prolífica mãe de animaizinhos minúsculos e malvados, privada de feras magnânimas [...]”<sup>45</sup>.

Diante do exposto, podemos inferir, que os critérios classificatórios de grandeza, do quantitativo e do geoclimático desenvolvido pelas teses de Buffon, substanciou uma visão eurocêntrica, acerca dos animais e da Natureza da América como elementos chave de suas teses de Inferioridade das espécies animais na América, conseqüentemente, uma visão de Natureza e do homem americano, débil, imatura, selvagem e hostil. Retomemos agora, a questão sobre a influência de Buffon para a História Natural portuguesa. De antemão, adverte, Maria Margaret Lopes<sup>46</sup>, que:

a obra monumental de Buffon - História Natural - foi um dos maiores best-sellers de seu tempo, suas edições venderam mais do que a Enciclopédia, e tornou-se referência obrigatória para todos os naturalistas de seu tempo. **Evidentemente Buffon também não seria ignorado pelos naturalistas portugueses** (LOPES, 200?, p. 13, grifo nosso).

Nessa questão, a autora identifica em seus estudos, que muitos naturalistas portugueses, entre eles, Francisco Luís de Menezes, sócio correspondente da Academia Real de Lisboa, menciona Buffon nos seus escritos, principalmente, quando remetia os animais de Goa (África) para Portugal. Ainda, nos achados de sua pesquisa, a autora afirma, que o próprio Vandelli, embora alinhado ao projeto lineano, “[...] explicita que suas intenções são avançar para além da mera descrição das espécies e insiste na concepção ampla dos estudos históricos naturais em uma linguagem em que é impossível não identificar com as obras de Buffon [...]”<sup>47</sup>. Essa questão também foi advertida por Raminelli e Bruno Silva, por constatarem, que:

os escritos de Ferreira têm, portanto, a nítida influência da antropologia buffoniana, ciência dedicada a pensar, ao mesmo tempo, a unidade da espécie humana e suas variações [...]. Buffon pretendia abordar os homens por meio das transformações provocadas pela geografia e pela história, pela influência do clima,

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 24.

<sup>46</sup> LOPES, Margaret Maria. “**Raras Petrificações**”: registros e considerações sobre os fósseis na América portuguesa. In: Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa. 200?. Disponível em: [http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria\\_margaret\\_lopes.pdf](http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_margaret_lopes.pdf). Acesso em: 25 mar. 2021.

<sup>47</sup> Ibid., p. 11.

pela mistura de 'sangues' que esculpiam os corpos, modelavam as fisionomias (RAMINELLI; SILVA, 2014, p. 334).

Ora, se Vandelli influenciou uma geração de naturalistas viajantes luso-brasileiros, conseqüentemente, havia uma grande probabilidade deles também ratificarem a obra de Buffon. Por esse ângulo, Maria Margaret Lopes, ao debruçar na narrativa de Alexandre Rodrigues Ferreira, identificou na "Memória: Observações Gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos" que continha 17 elementos descritivos com base nas teses buffoniana, na medida em que descrevia os animais encontrados no sertão das Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. Nessa direção, Lopes constata, que:

[...] Se até então Lineu fora seu referencial teórico, agora Buffon passa a ser seu guia prático. (Descreve o naturalista): No "país selvagem e sombrio", na "terra bruta e abandonada a si mesma" "era de se esperar" os grandes animais ferozes, como no antigo continente. Mas, "na verdade, não é assim". Os mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos. "Parece que estes pequenos quadrúpedes, que originalmente pertencem aqueles, sejam de uma raça inferior, visto que em volume o maior de todos daqui é a anta, e em ferocidade a onça". A essas considerações segue-se a citação de Buffon. "Pelas observações de Buffon, a América se achava, logo quando descoberta, com apenas a terça parte de espécies de quadrúpedes que povoavam a superfície do globo. (De Buffon: Hist Nat. Tom. 9 p. 86)" (LOPES, 200?, p. 12).

Essa autora ainda verificou, que esse naturalista, luso-brasileiro, embora estivesse alinhado ao projeto vandelliano-lineano, na medida em que ratificava as teses de Buffon, em alguns capítulos depois, colocava em suspeitas suas teses, sobretudo àquela que na América havia somente animais pequenos em comparação aos animais do Mundo Antigo. Essas suspeitas sobre as teses de Buffon não se restringiram ao naturalista viajante, Alexandre Rodrigues Ferreira, a exemplo dos naturalistas luso-brasileiros, João da Silva Feijó e Caetano de Brito e Figueiredo, que também se contrapunham as teses buffoniana.

Já pelos idos de 1779 a 1816, o Sargento-mor, João da Silva Feijó, naturalista encarregado da Santidade Alteza Real, realizou viagens científicas na serra dos Cariris, em Milagres, na capitania do Ceará e do resultado de suas investigações

científicas, escreve “Memória sobre a Capitania do Ceará”<sup>48</sup> e, dentre os seus achados, havia encontrado petrificações de peixes e ossada fóssil de tamanho grande e questionado sobre os sectários do sistema de Buffon.

Diante do exposto, suspeitamos, que o naturalista, Manuel Arruda da Câmara ao realizar suas pesquisas botânicas no sertão das caatingas, construiu também uma linha oposicionista às teses buffonianas, pelas quais, iremos nos deter minuciosamente no quarto capítulo dessa Tese.

### 1.3 A Universidade de Coimbra e a História Natural Portuguesa na formação de naturalistas viajantes

O mundo acadêmico científico europeu antecede o século XVIII<sup>49</sup>, mas o status de modernidade e de urbanidade em Portugal estiveram ecoadas pela Ilustração e pelo projeto de reformas, sobretudo nos anos 70 desse século, no qual a Universidade de Coimbra esteve no epicentro dessa nova atmosfera científica e cultural, muito embora ela remonte ao século XIII, precisamente em 1290<sup>50</sup>.

Esse novo ambiente social científico-cultural da Ilustração, redesenhou a cidade de Coimbra e na análise de António Pimentel, ela tornou-se a cidade do saber e do poder, materializada por uma arquitetura de reformas (PIMENTEL, 2001). As reformas não se deram apenas na fisionomia da cidade, mas no conjunto de diretrizes teóricas<sup>51</sup>, que serviram de base na reestruturação no Ensino Superior,

---

<sup>48</sup> FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a Capitania do Ceará** [...] das investigações philosophicas. In: Revista do Instituto do Ceará. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1889/1889-MemoriasescritaobrecapitaniadoCeara.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

<sup>49</sup> REIS, Fernando. **A Academia das ciências de Lisboa**. Instituto Camões (*on-line*). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html>. Acesso em: 28 out. 2020. O autor cita alguns exemplos como a Accademia dei Lincei, em Florença, fundada em 1603, a Accademia del Cimento, em Florença, criada em 1657, a Royal Society de Londres, criada em 1660, a Académie des Sciences de Paris, criada em 1666, e a Academia das Ciências de Berlim, criada em 1700.

<sup>50</sup> ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). A origem da Universidade de Coimbra radica na existência de uma Universidade ou Estudo Geral, criado em Lisboa, por diploma de D. Dinis, datado de 1 de março de 1290, em Leiria, sendo transferida definitivamente para Coimbra em 1537, por ordem do Rei D. João III. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=47173>. Acesso em: 28 out. 2020.

<sup>51</sup> ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). Ao longo de um período cronológico de mais de sete séculos, tiveram lugar diversas reformas estatutárias que se refletiram na vida interna da instituição e ficaram plasmadas nos Estatutos da Universidade, podendo referir-se, entre outros:

conteúdos e métodos como o “Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra<sup>52</sup>” de 1771 e os “Estatutos Pombalinos<sup>53</sup>” de 1772, demarcando historicamente a vida, não somente dos coimbrenses, mas de Portugal e seus domínios.

No período pombalino e mesmo depois, a Universidade de Coimbra atraía jovens da colônia da América portuguesa, geralmente eram filhos dos colonos e dos capitães-mores, que subsidiava a formação na Medicina, na Filosofia e nas Ciências Naturais. É importante mencionar, que alguns desses jovens não retornavam à colônia, porque iniciavam uma carreira em cargos administrativos, a exemplo de D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho; nascido no Morgadio de Marapicú, no Rio de Janeiro, atuou como Reitor da Universidade de Coimbra, entre 1770 a 1779 e, participou da elaboração da reforma pombalina. Conforme estudos de Carlos Fernando Alves, o luso-brasileiro, Francisco de Lemos:

[...] foi uma das peças centrais, no processo de reestruturação estatutária, ocorrido entre 1771 e 1772. Mas, Lemos não foi apenas reitor durante esse período, foi também o reitor que mais tempo esteve à frente da Universidade (31 anos divididos em dois reitorados), foi bispo de Coimbra por mais de quatro décadas e desempenhou outras posições de relevo na sociedade portuguesa oitocentista (ALVES, 2019, p. 1).

Essas informações são relevantes para compreendermos as relações de poder de influência da elite colonial luso-brasileira, com a elite Ilustrada portuguesa e do vínculo com a Igreja, muito embora os iluministas à maneira do despotismo esclarecido, defendessem romper com as amarras da filosofia escolástica e seu método de ensino empregado pela Igreja Católica, pois o poder dessa instituição se manteve nesse jogo de interesses com a realeza, ocupando cargos na administração.

---

Carta de Privilégios de D. Dinis (1309), de D. Manuel (1503), de Filipe II (1591), de D. João IV (1654). Depois veio de Pombal (1772) e, somente em 1836, com a Reforma da Instrução Pública de Passos Manuel. Disponível em: Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=47173>. Acesso em: 28 out. 2020.

<sup>52</sup> FUNDO ANTIGO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO [FCUP]. Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra. Disponível em: [https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W\\_0235\\_000003#faimg](https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W_0235_000003#faimg). Acesso em: 15 mar. 2021.

<sup>53</sup> ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). **Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra**. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=272471>. Acesso em: 28 out. 2020.

Voltemos as questões dos Estatutos Pombalinos, nas quais estiveram organizadas em três grandes áreas do ensino: do Curso Teológico, dos Cursos Jurídicos das Faculdades de Canones e Leis e; portanto, dos Cursos das Ciências Naturais e Filosóficas, que incluía o curso de medicina, o curso de Médico, Curso matemática e o curso de filosofia. Os Estatutos Pombalinos, foram entregues à Universidade de Coimbra, pelo próprio Marquês de Pombal<sup>54</sup>, ao tempo em que convida Domingos Vandelli, intelectual paduano para a implementação do seu conjunto de reformas. Assim sendo, foram criadas as Faculdades de Matemática e de Filosofia (a Filosofia Natural) e, as Faculdades de Teologia, Medicina, Leis e Cânones, já existiam. Essas questões expostas até aqui, evidenciam o vínculo da ciência e do Estado português, expressão do Iluminismo português, diferenciada das características revolucionárias francesa, denominada de *despotismo esclarecido* (AGUIAR, 2011; DIAS, 2005; PRESTES *et al.*, 2000).

Em se tratando dessa questão, voltemos ao trabalho de Júnia Furtado, pelo qual chama atenção numa questão: que o Iluminismo português não inicia com a hegemonia das reformas pombalinas, bastante mencionado por uma maioria dos autores, pois, já havia antecedentes históricos no reinado de dom João V, que se assinalava forte tendência com os ideais franceses, notadamente o da ascensão dos intelectuais, de escritores, bem como de uma criação de um mercado de letras vinculadas com o Estado (FURTADO, 2014, p. 65).

Nesse conjunto de reformas inovadoras criam-se novas academias e instituições científicas, Museus e Gabinete de História Natural, Jardim Botânico, Laboratório de Física e de Química; Observatório astronómico e Dispensário farmacêutico, sendo que Vandelli assume compromissos com esse conjunto de mudanças no intuito de fomentar a investigação e promover a divulgação e aplicação com os novos conhecimentos científicos.

Essa inovação educacional tinha que se adequar ao desenvolvimento das ditas nações civilizadas e com o apoio da monarquia tinha a pretensão de abandonar de vez com o método do ensino jesuítico, conforme descrito no

---

<sup>54</sup> ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). No âmbito da história arquivista, o Códice foi entregue à Universidade de Coimbra pelo marquês de Pombal, no dia 29 de setembro de 1772, ordenando, que os Estatutos fossem recolhidos no cartório da Universidade de Coimbra. Primeiramente, foram apresentados a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, reitor da Universidade, em sessão solene.

“Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra” de 1771, o qual tivera consequências desastrosas e:

[...] deploráveis estrados, que ainda tornarám a accumular com a destruição de todas as Leis, Regras e, methodos que haviam regidos as Universidades de Lisboa e de Coimbra [...] até introduzirem [...] os sinistros Estatutos por elles fabricados, com os quaes, acabando de desterrar destes Reinos e seus Domínios as Artes e as Sciencias, sepultáram a Monarquia Portugueza nas trevas da ignorância [...] (FUNDO ANTIGO DA FCUP, 1771, p. IX).

Para sair das trevas da ignorância era necessário um intelectual das Luzes, e como vimos anteriormente, o paduano Domenico Vandelli, convidado por Pombal assume a pasta da reforma educacional, o qual influenciou toda uma geração na formação de naturalistas viajantes tanto portugueses, quanto luso-brasileiros, entusiasmados na busca de investigar a Natureza em domínios coloniais ainda não explorados à luz da História Natural.

Para Domingos Vandelli, a formação de naturalistas deveria proporcionar “[...] o desenvolvimento da pátria portuguesa, pois a Botânica não era apenas valorizada como disciplina acadêmica, mas almejada, especialmente, por sua aplicação na agricultura e exploração dos recursos naturais” (PRESTES, 2000, p. 74).

Vimos anteriormente, que Vandelli mesmo antes de receber o convite do Marquês de Pombal para a Universidade de Coimbra, se comunicava com Lineu através de cartas, logo, seu poder de influência no âmbito da História Natural e da Química foi relevante. Ao que pese nessa questão, a História Natural portuguesa alçou voos no âmbito da atuação intelectual e científica, associada ao processo de dominação territorial na esfera político-econômica, pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramar, sobretudo relacionada às viagens científicas luso-brasileiras.

Importante mencionar, que o setor-chave da administração colonial na esfera econômica se baseava pelas relações entre produção, circulação e sistema fiscal (SALGADO, 1985), mas não cabe tratar essa questão aqui, porque foge aos propósitos dessa Tese, apenas queremos evidenciar, que as viagens científicas luso-brasileiras se inseriram em um tipo de empreendimento econômico, que favorecia à metrópole portuguesa.

Nesta onda de investimento de capital na formação do naturalista viajante, Coimbra passou a ser o destino preferencial de vários jovens estudantes. Nesse contexto, “[...] essa movimentação ampliou a abertura de empregos para professores universitários, e Coimbra atraiu mestres renomados, especialmente vindos da Bolonha, Salamanca, Florença e de Paris” (MAGALHÃES *apud* POMBO 2015, p.12).

Sobre essa questão, analisamos o trabalho de Fernando Taveira da Fonseca, intitulado “Scientiae Thesaurus Mirabilis: Estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601 -1850)”, de 1999, em que discute entre vários aspectos, o ritmo de entradas das matrículas de estudantes brasileiros. Todavia, para a nossa fizemos um corte temporal compreendido entre o período de 1772 a 1810. Sistematizamos os dados das matrículas em três colunas: a primeira descreve os anos em quinquênios; a segunda coluna, apresenta números de matrículas e a terceira coluna, exibe a média anual, como configurado no Quadro 03, abaixo descrito.

**Quadro 03 - Estudantes luso-brasileiros matriculados em Coimbra (1772-1810)**

<b>Quinquênios</b>	<b>Número</b>	<b>Média Anual</b>
1772 -1775	98	24,5
1776 -1780	86	17,2
1781 -1785	87	17,4
1786-1790	94	18,8
1791 -1795	80	16,0
1796 -1800	55	11,0
1801 -1805	65	13,0
1806 -1810	20	20,4
<b>Total</b> 38 anos	585	17,2

**Fonte:** FONSECA,1999. Adaptação da autora, 2020.

O Quadro 03 acima exposto, apresenta dados quantitativos de entrada de estudantes luso-brasileiros, matriculados na Universidade de Coimbra, transcorridos por trinta e oito anos. Do cômputo desse período, verificamos que realizaram o quantitativo total de 585 entradas de estudantes luso-brasileiros nessa universidade evidenciando um média anual de 17,2.

Observamos ainda no referido Quadro, que apenas dois quinquênios (1772 - 1775) e (1786-1790) apresentaram um número elevado de jovens matriculados, que

migraram com propósitos de estudos para a Universidade de Coimbra e, somente a partir do quinquênio de 1796 -1800 tivemos um decréscimo brusco de estudantes matriculados.

O período de 1772 até 1795 demonstra um elevado número de matriculados, que coincide com a longa gestão do Ministro Martinho Mello e Castro (1770-1795), que esteve à frente da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Nesse período, a Coroa portuguesa com seu abrangente projeto ultramarino, de incumbência científica, financia as denominadas “Viagens Philosophicas” ou viagens científicas pelas suas colônias na Angola, em Moçambique, em Cabo Verde e na América, protagonizada por naturalistas viajantes, formados, em sua maioria pela Universidade de Coimbra.

Em relação ao quinquênio de 1796 em diante, observamos que houve um quantitativo decrescente de entradas de estudantes luso-brasileiros, na gestão do Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, embora não saibamos ao certo os reais motivos. Não obstante, os estudos de Magnus Roberto Pereira, ao fazer menção sobre a política intencional de cooptação de Rodrigo de Sousa Coutinho, pode nos fornecer dados sobre o fenômeno de menor migração dos luso-brasileiros, ou seja, a estratégia para atrair os luso-brasileiros a estudarem em Coimbra era divulgar que “[...] os melhores alunos das novas carreiras científicas seriam agraciados com comissões e empregos públicos” (PEREIRA, 2014, p. 501).

O número reduzido de estudantes luso-brasileiro em Coimbra, conforme Pereira, fez com que Sousa Coutinho, convidasse para o seu governo, naturalistas luso-brasileiros sem sequer ter passado por Coimbra, a exemplo do frade franciscano Mariano da Conceição Velloso.

Mas, antes de referirmos as questões da formação de naturalistas luso-brasileiros, promovido pela Universidade de Coimbra, é importante assinalar alguns aspectos da realidade colonial desse período e, relacionar com o baixo fluxo migratório de jovens, que se matriculavam nesta referida Universidade no âmbito de duas questões: o das condições materiais quase inexistente de instituições de Ensino Superior na colônia e, o da mentalidade que rondava a elite colonial.

No que se refere aos estudos de nível Superior na colônia, notadamente àqueles relacionadas as Ciências Naturais e não de cunho literário; se deu somente por intermédio do Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, que emite uma carta no



dia 06 de março de 1772<sup>55</sup> para o Marquês de Angeja, comunicando que reuniria homens ilustrados no Rio de Janeiro para criar iniciativas na criação da Academia das Ciências de História Natural. É importante ressaltar, que os propósitos iniciais dessa Academia, consistia dar ênfase em dois ramos da História Natural, incluindo conhecimentos da Física e da Química voltadas para a agricultura, indústria e comércio.

Todavia, esse projeto educacional não vingou, se dissolveu somente em 1779, sendo reestruturada com o nome de Sociedade Literária no período de 1786-1794, através do Marquês do Lavradio, que tinha por finalidade, promover a felicidade pública por meio da agricultura e fomentar uma mentalidade de ideias científicas (DEAN, 1996). Esse autor afirma, que essas iniciativas por parte do governo central português, sinalizavam uma certa preocupação com a divulgação científica, embora não tenha tido longevidade, encerrando seus trabalhos por ter sido julgada politicamente, lugar de contravenção e de conspiração em favor da independência da Colônia.

Sendo assim, podemos inferir, que a ausência de instituições de pesquisas na colônia, pode constituir uma das razões que levou a elite colonial a financiar os estudos dos seus filhos na Europa, sobretudo na Universidade de Coimbra. Portanto, essas questões de ordem política e da mentalidade que rondava a elite colonial desse período, substanciam a nossa análise.

Outros estudos, como o de Bella Herson sobre os “Cristãos-novos e seus descendentes na Medicina brasileira (1500-1850)” apontam outras razões. A autora pesquisou acerca dos jovens brasileiros, que iriam estudar na Europa, especificamente na Universidade de Coimbra e de Montpellier, na França. Entre os pontos levantados em sua investigação, foi mencionada a questão da Inquisição, embora enfraquecida em finais do século XVIII. Nessa direção, assinala Herson, que:

os estudantes da Universidade de Coimbra, de Montpellier e de outras faculdades estrangeiras, nascidos no Brasil, eram geralmente, filhos de enriquecidos cristãos-novos da Colônia, que ambicionavam mandar seus filhos além-mar para os estudos superiores. Os

---

<sup>55</sup> Carta nº 355. Notação: AP-41; Código do Fundo: RD [...]. In: O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Marquês do Lavradio: Ementas, 01 de jun. 2018. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5098&Itemid=361](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5098&Itemid=361). Acesso em: 08 ago. 2020.

senhores de engenho e mercadores de ‘grosso trato’, e seus filhos, conheciam, bem o passado de seus pais e avós, as injustiças e as dificuldades sofridas **por causa das perseguições da Inquisição** e a razão de encontrarem-se no Brasil, deportados ou fugitivos. Davam-se conta de que ainda não estavam fora de perigo e de que eles próprios e seus filhos poderiam sofrer o mesmo destino dos seus antepassados (HERSON, 1996, p. 204, grifo nosso).

Essa análise é importante, porque nos fornece indícios explicativos, que nos possibilita compreender o fluxo migratório expressivo de estudantes luso-brasileiros no período de Mello e Castro, como visto no Quadro 2. É importante ressaltar, que antecedente às reformas educacionais, implementadas por Vandelli, havia uma incipiente produção acadêmica no âmbito da História Natural, mas bastante representativa.

Os estudos de Rômulo de Carvalho<sup>56</sup>, fazem referência a algumas obras importantes no papel da História Natural e da mentalidade científica, que ia se formando ao longo do tempo como “O verdadeiro Método de Estudar” de Luís António Verney, de 1746, que continha ensinamentos nos diversos campos do conhecimento em Física, na Matemática, na Astronomia e na História Natural<sup>57</sup>; bem como, a obra do Padre Teodoro de Almeida já citada, “Recreação Filosófica ou Diálogo sobre a Filosofia Natural para a instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas”, de 1786, que foi bastante aceita pelo público, que buscava conhecer as inovações do pensamento e progresso científico<sup>58</sup>.

O trabalho de pesquisa de Julie Hamacher Liepkaln<sup>59</sup> se deteve na obra do médico da Corte, António Nunes Ribeiro Sanches intitulada, “Cartas sobre a Educação da Mocidade” de 1760<sup>60</sup> e, na sua interpretação, foi considerado o mais relevante no âmbito da Pedagogia, em que critica a ingerência dos jesuítas no ensino português e, mais do que isso, aconselha, que este seja laico. Ainda assim,

---

<sup>56</sup> CARVALHO, Rômulo de. **A História Natural em Portugal no século XVIII**. 1ª ed. vol 12. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Editora: Ministério da Educação, 1987. Disponível em: <http://aevdigital.pt/index.php?page=3&id=222>. Acesso em: 15 ago. 2020.

<sup>57</sup> Ibid., p. 28.

<sup>58</sup> Ibid., p. 29.

<sup>59</sup> LIEPKALN, Julie Hamacher. **Saber médico e reformismo Ilustrado: António Nunes Ribeiro Sanches e as políticas de saúde pública em Portugal (1750-1792)**. 2017, 170f. (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo.

<sup>60</sup> SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade: Trechos Selectos**. Porto: Editorial Domingos Barreira, [19--]. – 236, (Portugal/Joaquim Ferreira; 25). Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/148>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Sanches publica “Método para estudar Medicina” em 1763, onde dedica apenas um tópico sobre o estudo da botânica, como matéria médica e farmácia.

Podemos inferir, que essas obras, criadas em período que antecede as reformas pombalinas de característica enciclopédicas, refletem como os intelectuais não deram relevância a História Natural portuguesa, sobretudo no estudo dos animais e plantas, haja vista a prioridade nos estudos médicos.

Vale ressaltar, com base no estudo de João Rui Pita, que havia um predomínio da Medicina cirúrgica, em relação ao conhecimento no âmbito da arte farmacêutica, sob a hierarquia das profissões sanitárias e no desenvolvimento científico do farmacêutico português (PITA, 2000, p. 131-132).

Deste modo, a reformulação do Ensino Superior e a produção científica, foram ressignificadas na gestão de Sebastião José de Carvalho e Mello - o Marquês de Pombal - pelas determinações históricas em curso, através dos seus Estatutos. Talvez essas questões nos ofereçam uma compreensão dos interesses estratégicos de Vandelli sobre as investigações botânicas e minerais, como veremos nas suas Memórias econômicas, muito embora não tivesse se dedicado a botânica como gostaria, por ocupar cargos administrativos (RAMINELLI, 2008, p. 128).

Desta forma, ressaltamos que houve uma grande influência de Lineu na produção de História Natural portuguesa, coordenada por Domingos Vandelli, na Universidade de Coimbra por meio de estudos científicos, de uma vasta produção teórica de Memórias econômicas, do seu envolvimento na direção de Museus de História Natural e Jardins botânicos, nos quais propiciaram um redirecionamento nas disciplinas, e também nos “[...] manuais de orientação e instruções de viagens, métodos de realizar observações e exames, métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar produtos naturais [...]”(PEREIRA e CRUZ, 2007, p. 12).

Observamos, pois, que a maior parte da produção científica de Vandelli esteve voltada com ênfase na Botânica com vistas ao melhoramento da agricultura, as quais estiveram escritas na suas Memórias econômicas. Os títulos dessas memórias evidenciam que a ciência portuguesa estava atrelada a interesses estatais, como pontua Ronald Raminelli (2008, p. 203), “a ciência e a economia agiam como agentes estatais no processo de centralização política e controle do território – reino e ultramar”. Esse autor ainda adverte, que o uso da Geografia e da História Natural foram essenciais ao fortalecimento das fronteiras.

Ainda sobre o papel estratégico dessas memórias econômicas portuguesas, Munteal Filho (1999, p. 99) afirma, que “a produção das Memórias e dos projetos fizeram parte desses esforços de mapeamentos das potencialidades econômicas da colônia”. Significa dizer, que a produção dessas memórias respaldou a estratégia da política de domínio e controle territorial na colônia.

Importante dizer, que embora as determinações históricas dos primeiros séculos de colonização não significassem às mesmas do final do século XVIII e início do XIX, a Natureza não deixou de ser objeto de negócio econômico lucrativo, pois, em conformidade com o sentido da colonização pradeano<sup>61</sup>, como empreendimento econômico está na raiz da formação da América portuguesa e na nossa compreensão, esse sentido penetra em todas as relações da vida na sociedade colonial. Noutras palavras, não havia uma ciência neutra e nem equidistante da vida econômica.

Podemos concluir, efetivamente, que havia uma colonização da Natureza e uma Natureza colonizada, pelas determinações históricas no processo de investigação da Natureza na América portuguesa, que tem como base uma infraestrutura, ou seja, um conjunto das relações sociais na produção do conhecimento científico, estabelecidos pelos naturalistas viajantes e bem articuladas a uma superestrutura político-econômica das viagens científicas luso-brasileiras na metrópole portuguesa.

Assim, nossa próxima discussão sobre as viagens científicas luso-brasileiras tem como eixo central, o sentido do Território Ilustrado, socialmente produzido por um ordenamento territorial, político-econômico da monarquia portuguesa; processo pelo qual culminaram na construção de uma determinada ideia de Natureza, que ao nosso ver, pressupomos, que estiveram forjadas por esses processos da dinâmica territorial na colônia.

### **1.3.1 Território Ilustrado: A ideia de Natureza pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras**

---

<sup>61</sup> PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 1ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

A ideia de Natureza não é natural. Expressão parafraseada, que dá sentido à frase original “o conceito de natureza não é natural” de Carlos Walter Porto-Gonçalves, vem acrescentado da seguinte explicação: “que em qualquer sociedade e em qualquer cultura se cria, se inventa e se institui uma determinada ideia do que seja a Natureza” (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 23). Em acordo com essa compreensão, é que nossa discussão sobre a construção da ideia de Natureza se envereda por determinações históricas da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, implementada pela metrópole portuguesa na colônia da América portuguesa.

Vimos na nossa discussão anterior, que em 1772, marco temporal dos “Estatutos Pombalinos”, a urbe Ilustrada de Coimbra e Lisboa, passou por um conjunto de transformações culturais, político-econômica, protagonizada pelo Estado português em coparticipação com a Universidade de Coimbra, reestruturando os espaços acadêmicos e criando um conjunto de faculdades e de novos institutos de pesquisas científicas e Museus de História Natural.

Nesse contexto, o pacto social entre o Estado monárquico<sup>62</sup> e a ciência na metrópole portuguesa se reinventa com vistas a recuperação da economia portuguesa, e no nosso entendimento, razão pelo qual houve um incremento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, ou seja, Estado e território. Na ótica de Antônio Carlos R. Moraes, são dois conceitos unos:

[...] profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que **o Estado, de imediato, definido como um Estado, dotado de território**. Isto é, entre os qualitativos do Estado Moderno – uma **forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato dele possuir um espaço demarcado pelo exercício de poder**. De todo modo, **a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição**. Trata-se, pois de um ***Estado territorial*** (MORAES, 2008, p. 51, grifo nosso).

No entendimento do autor, a construção política dessa jurisdição, pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma parcela do espaço, se expressa e se

---

<sup>62</sup> PEDREIRA Jorge e COSTA, Fernando Dores. A inesperada regência (1789-99). In: **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 52-70. Esses autores, discutem de como o regime político da monarquia absoluta portuguesa estava em crise, cujas relações de poder em curso, se dava pela fortuita regência e a loucura de D. Maria, somaram as forças externas da Revolução Francesa e a campanha de Rossilhão resultaram em dilemas diplomáticos entre Espanha, França e Inglaterra, fruto da fragilidade da monarquia absoluta portuguesa.

materializa, o exercício de poder, produzido pelo aparato estatal. Sendo assim, compreendemos, que na agenda Reformista Ilustrada da gestão pombalina, se implementou o exercício de poder pela política de gestão dos territórios ultramarinos, e dentro o seu plano de ação, se investiu no que estamos considerando nessa Tese na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras.

Logo, podemos inferir, que houve um processo de territorialização das viagens científicas luso-brasileiras, na medida em que o Estado português e as instituições de pesquisa planejavam, controlavam e, portanto, de forma centralizadora, dominavam territórios e ao mesmo tempo exploravam a Natureza.

Tratava-se de um novo ordenamento territorial no âmbito político-administrativo de poder, relativo as viagens científicas luso-brasileiras, que na nossa perspectiva geográfica histórica, qualificamos nesta Tese de **Território Ilustrado**.

Importante compreender o conceito de ordenamento territorial, conforme (SILVA, 2007, p. 282), que consiste “[...] mais do que uma organização espacial, uma “forma”, mas um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares contíguos ou não em rede”. Na análise desse autor, o ordenamento territorial não está dissociado das práticas sociais de determinados períodos históricos, no qual reúne informações vinculadas ao conteúdo técnico e político.

Assim sendo, o **Território Ilustrado** consiste numa área de dominação político-administrativa do Estado monárquico português, vinculado à ciência Ilustrada, que controlava e delimitava pelo exercício de poder no processo de investigação da Natureza, demandada pelas viagens científicas luso-brasileiras no território colonial. Mas, o que significa território colonial? Os estudos de Antônio Carlos R. Moraes, nos oferece o seguinte esclarecimento:

O território colonial como área de soberania formal (e de administração) de uma metrópole; o território usado como áreas efetivamente apropriadas pela colonização (os enclaves e regiões); e os fundos territoriais como reserva para a expansão futura da ação colonizadora (MORAES, 2009, p. 65).

Essa explicação consubstancia e nos auxilia na compreensão do que estamos denominando de **Território Ilustrado**, ao demonstrar que no domínio da administração metropolitana portuguesa, havia uma dinâmica de exploração, objetiva e material, que se fragmentava espacialmente em zonas ou áreas de uso e não uso, dentro do território colonial, conforme os interesses político-econômicos.

Logo, nesse complexo jogo de poder e domínio territorial no Antigo Sistema Colonial, compreendemos, que começaram a surgir outras demandas conjunturais na relação do uso e exploração do território, o das viagens científicas luso-brasileiras.

Assim sendo, podemos inferir, que nesse período do Reformismo Ilustrado uma das estratégias de exploração do uso do território colonial se deu pela dinâmica das viagens científicas. Logo, o **Território Ilustrado** se efetivava objetivamente, na medida em que os naturalistas viajantes atuavam *in lócus* no processo de investigação da Natureza em pontos estratégicos do território colonial, nas quais as relações de poder se davam hegemonicamente pela política de mando do Estado metropolitano português.

Portanto, o Estado monárquico, por meio da Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, definia rotas de investigação científica para os naturalistas viajantes luso-brasileiros, seja no entorno de áreas de encaves e regiões geoeconômicas, seja em áreas de reservas para a expansão futura de ação colonizadoras ou em quaisquer áreas ainda não exploradas cientificamente.

Em vista disso, podemos depreender, que nossa análise geográfica histórica sobre as viagens científicas luso-brasileiras se baseia na categoria do território, que denominamos nesta Tese de **Território Ilustrado**, que leva em consideração as condições históricas do período do Reformismo Ilustrado e da relação sociedade-Natureza. Logo, essa categoria-chave, permite também fazermos uma reflexão sobre as relações de poder, que estiveram entrelaçadas entre o Estado monárquico português e a ciência Ilustrada, sobretudo nos domínios dos estatutos da História Natural portuguesa. Portanto, território e Natureza são indissociáveis.

Para compreendermos melhor o **Território Ilustrado**, elegemos como ponto de partida, o mapa como recurso metodológico, não apenas para designar a localização e/ou pontos de referências<sup>63</sup> das viagens científicas luso-brasileiras, ou seja, para representa-las espacialmente; mas para nos aproximarmos do nosso objeto de estudo e daquela complexa realidade do passado colonial, notadamente do final do século XVIII e início do XIX. Afinal, no campo da pesquisa geográfica, “[...] não há recortes territoriais sem significado explicativo [...]”<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> CASTRO, Iná Elias de. O problema de escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da C. e Corrêa, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

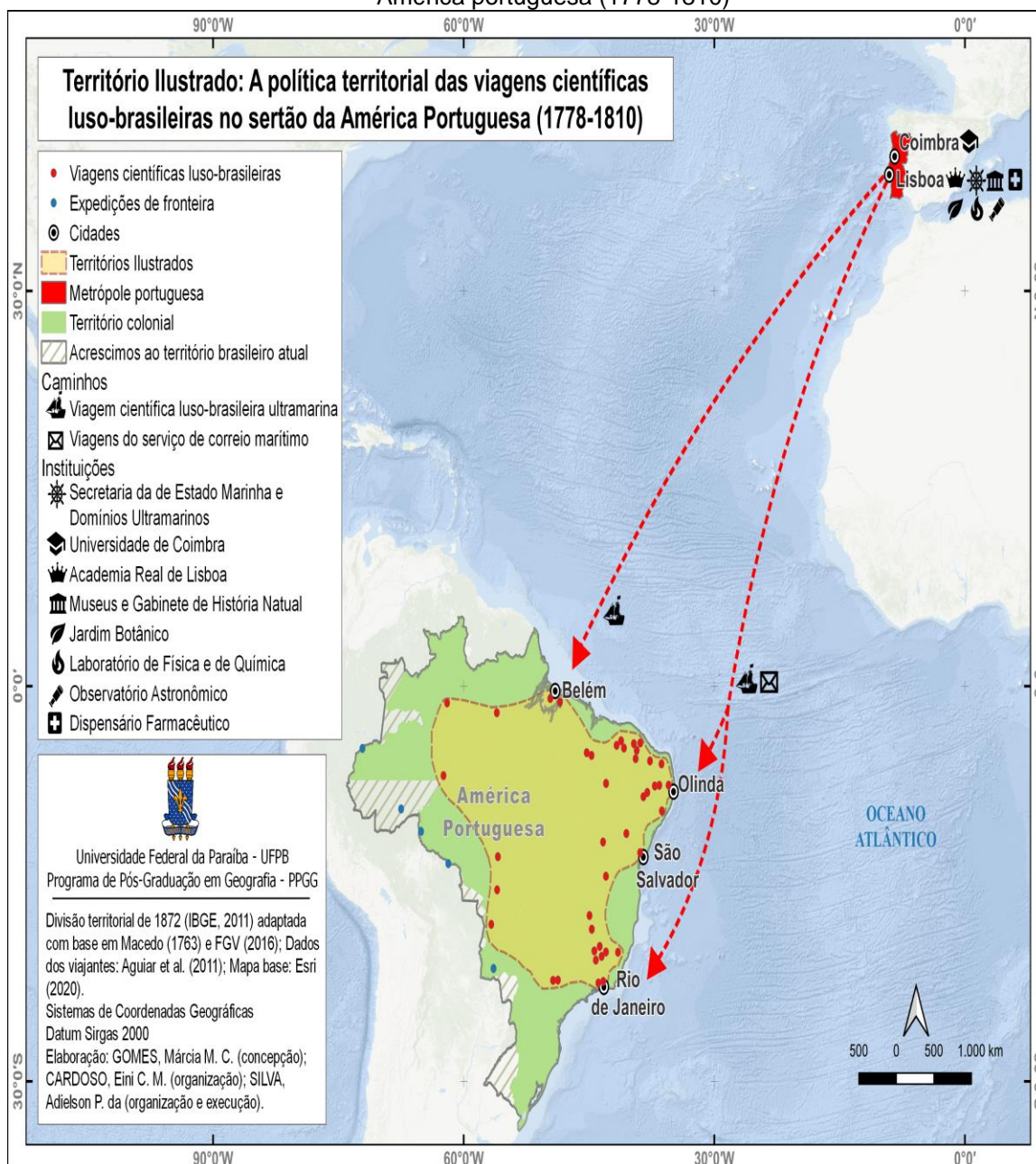
<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 139

Vale salientar, que o mapa além de ser um recurso metodológico relevante na análise geográfica, embora não exclusivo, “[...] torna mais legíveis os conhecimentos consignados por escrito” (CLAVAL, 2014, p. 79).

Portanto, compreendemos, que o mapeamento das viagens científicas luso-brasileiras “[...] não encerra uma análise geográfica, ao contrário, marca seu início” (ALMEIDA; PASSINI, 2005, p 13). Importante mencionar, que a elaboração do Mapa 01, abaixo exposto, consistiu numa síntese dos dados coletados dos Quadros 07 e 08, e da representação dos Mapas 03 e 04 expostos no segundo capítulo, portanto, teceremos com maior detalhe a metodologia que empreendemos para a elaboração dos mapas no capítulo seguinte.



**Mapa 02 – Território Ilustrado: A política territorial das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América portuguesa (1778-1810)**



**Fonte:** IBGE, 2011, adaptada com base em Macedo, 1763; FGV, 2016; AGUIAR et al., 2011.

O Mapa 02 demonstra uma síntese da estrutura das viagens científicas luso-brasileiras no período de 1778 a 1810, conforme descrito na legenda as respectivas instituições administrativas, envolvidas nesse processo. Além disso, expõe um modelo de representação da dinâmica espacial, que envolvia a metrópole portuguesa e a colônia. Os pontos vermelhos dispersos espacialmente no território colonial se referem às viagens científicas luso-brasileiras empreendidas pelos

naturalistas luso-brasileiros<sup>65</sup>, com exceção dos pontos azuis, situados nas fronteiras do Noroeste e Sudoeste, que se referem as expedições de fronteiras, de propósito geográfico-militar (MELLO-LEITÃO, 1941).

Embora essas viagens de fronteiras não seja nosso foco de estudo, situamos no mapa para demonstrar que a política da Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, atuava concomitantemente em duas frentes: nas viagens científicas luso-brasileiras e nas expedições de fronteiras<sup>66</sup>. Nessa questão, Raminelli (2008, p. 11) distingue bem o papel dessas viagens: “se a geografia permitia a delimitação de fronteiras, a história natural reunia notícias de plantas, lavouras e comunidades indígenas, responsáveis pela efetiva ocupação dos limites e fomento do comércio colonial”.

Em relação ao tracejado de cor avermelhada, em que se destaca internamente na cor amarelada no território colonial, representa uma configuração político-administrativa das viagens científicas, que denominamos nessa Tese de **Território Ilustrado**. Essa representação territorial constituída pelos pontos vermelhos, indicam as áreas, o sítio geográfico ou o *locus*, aproximativos das investigações científicas desenvolvidas pelos naturalistas viajantes luso-brasileiros no período de 1778 a 1810 nos sertões da América portuguesa. Uma vez, que nos achados de nossa pesquisa bibliográfica, sobretudo, as de cunho biográfico dos naturalistas viajantes luso-brasileiros, não encontramos com precisão a rota do trabalho de campo percorrido por cada naturalista viajante.

Assim sendo, podemos afirmar, que geralmente os naturalistas viajantes circundavam em áreas de difícil acesso como serras, planalto, encostas e na maioria das vezes, as pesquisas científicas se davam em áreas de trânsito, próximos as vilas, as aldeias, ou em raras cidades. Ainda assim, encontramos algumas rotas indicativas em áreas ainda não consolidadas economicamente, como em núcleos de aldeamentos, ou em áreas contíguas aos núcleos econômicos existentes (próximos aos engenhos e/ou de pecuária); ou mesmo nos fundos territoriais (terras de reservas para futura expansão colonizadora) nos sertões da América portuguesa.

---

<sup>65</sup> Sistematizamos no segundo capítulo dois Quadros de números 07 e 08 com os nomes dos naturalistas viajantes luso-brasileiros, o tipo de viagem e suas respectivas rotas.

<sup>66</sup> Ver no Quadro 07 a expedição científica de fronteira comandada pelo espanhol Félix de Azara, no período de 1781 a 1784.

Portanto, dentro de nossa perspectiva geográfica histórica, o **Território Ilustrado**, constitui uma configuração político-administrativa, fruto dos desdobramentos do processo colonizador das viagens científicas luso-brasileiras, que se configurou dentro da última fase do colonialismo mercantilista, em fins do século XVIII e início do XIX.

Importante lembrar, que nesse período, a expansão territorial, conforme estudos de Capistrano de Abreu se deu em direção ao interior pela dinâmica de dispersão e irradiação geográfica em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco<sup>67</sup>, portanto, no início do século XVIII, ainda não havia uma cartografia bem definida. Observamos essa questão nas cartas sertanistas<sup>68</sup> e verificamos, que havia traçados ainda imprecisos.

Segundo estudos históricos dos mapas de Jaime Cortesão, havia um conceito geográfico “Ilha-Brasil” produzido pelas cartas quinhentistas e seiscentistas, ou seja, esse conceito era constituído de um mito expansionista; uma vez que não havia uma unidade geográfica político-administrativa<sup>69</sup>. Segundo Cortesão, o conceito de Ilha-Brasil, surge como definição de um Estado delimitado, uma criação política, pois havia uma concepção duma Ilha-Brasil rodeada pelo oceano e por dois grandes rios, unidos por um lago, bastante vulgar na cartografia desde a segunda metade do século XVI. Para Cortesão, o mito Ilha-Brasil foi necessário a soberania territorial do Estado português na América.

Conforme estudos de Fonseca<sup>70</sup>, esse mito expansionista geográfico somado ao imaginário navegante sobre um território e uma Natureza ainda desconhecidos, nutriram a percepção dos portugueses sobre o Novo Mundo. Não obstante, é no período Iluminista, que começa a desconstruir a narrativa duma geografia fantástica e da visão do Paraíso<sup>71</sup> para construir uma nova ideia sobre o território colonial, sobre

---

<sup>67</sup> ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Senado Federal, 1998.

<sup>68</sup> BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Cartas sertanistas: Brasil, História, Entradas e bandeiras 1634-1728 Mapas**. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Brasil%20-%20Hist%C3%B3ria%20-%20Entradas%20e%20bandeiras,%201634-1728%20-%20Mapas&type=subject>. Acesso em: 25 fev 2020.

<sup>69</sup> CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, p. 344. Disponível em: <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/handle/01/400>. Acesso em: 02 fev 2019.

<sup>70</sup> FONSECA, Luís Adão. **O imaginário dos navegantes portugueses no século 15 e 16**. Estudos Avançados, v. 6, nº 16, 1992,35-51. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9597>. Acesso em: 15 abr. 2018.

<sup>71</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

o sertão e, não menos, sobre a Natureza, baseada na ciência, sobretudo nos domínios da História Natural.

Sem pormenorizar o debate conceitual sobre o sertão, encontramos nos achados de nossa pesquisa o seu significado no verbete de dois dicionários portugueses do século XVIII, escritos pelo padre D. Rafael Bluteau e como já dito, esses dicionários, expressavam as ideias iluministas e também exerceram forte influência na sociedade portuguesa e também no grupo elitizado dos naturalistas viajantes luso-brasileiros.

O primeiro, publicado em 1712, intitulado “Vocabulario Portuguez e Latino: Aulico, Anatomico, Architetonico [...]”, descreve: “Região, apartada do mar & por todas as partes, metida entre terras [...]”. No segundo, intitulado “Diccionario da Lingua Portuguesa” publicado em 1789, reformulado por Antonio de Moraes Silva, informa: “Sertão, o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa; [...]”. O sertão toma-se por mato longe da costa [...]”.

Essas descrições permitem nos aproximarmos daquele passado longínquo, ou seja, de dimensionarmos a percepção dos portugueses sobre o sertão durante todo o século XVIII e que persistiu na memória cultural e na geração de naturalistas luso-brasileiros do século posterior. Não obstante, ao que tudo indica, nem todos os naturalistas luso-brasileiros compartilhavam dessa mesma visão, sobretudo, Manuel Arruda da Câmara, conforme veremos detidamente no terceiro capítulo em diante.

Desses significados expostos nos verbetes, há dois elementos importantes a serem considerados: o primeiro, refere-se a uma descrição atribuída a uma localização geográfica pela diferenciação dos lugares, tendo como ponto de referência o litoral. O segundo significado do sertão, consiste numa percepção atribuído a um lugar da invisibilidade da presença humana, de “vazios demográficos” e de terras desocupadas, conforme assinalados por alguns autores (MORAES, 2009 e MACHADO, 1995). Esses autores afirmam que as características qualitativas sobre o sertão, estiveram prenhes de intencionalidade e interesses no campo do domínio territorial.

Na nossa compreensão e, em conformidade com os estudos de Antônio Carlos R. Moraes (2009, p. 90), o sertão pela ótica colonizadora é um espaço apropriado para “[...] a expansão como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominados a fluxos econômicos [...]”.

Podemos inferir, que essa visão sobre o sertão colonial se associou a outras dimensões que influenciaram a vida social na colônia, a exemplo da percepção sobre a Natureza do e no sertão da América portuguesa. Nesse sentido, pressupomos, que a ideia de Natureza esteve forjada pela territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras.

Logo, levantamos as seguintes questões: Que ideia de Natureza era expressa nas entrelinhas da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras? Que elemento objetivo e material poderemos extrair essa ideia de Natureza que está subentendida? Esses questionamentos, de modo geral, guiaram nossa pesquisa documental e bibliográfica e no decorrer de nosso processo investigativo, selecionamos dois tipos de fontes impressas: Os dicionários portugueses do século XVIII e as cartas oficiais da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino.

Quanto aos Dicionários portugueses, elegemos os dois já citados anteriormente, os de autoria do padre D. Rafael Bluteau e reformulado por Antonio M. Silva. Em relação as cartas oficiais da Secretaria de Estado, nos detemos aquelas referidas à gestão de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho, especificamente às que aludem as viagens científicas direcionadas à Arruda da Câmara.

Posto isto, iniciamos nossa busca pelo “Vocabulário Portuguez” de 1712, e conforme descrito no verbete, a palavra “Natureza” se apresenta em duas páginas, com um conjunto variado de significações, e dentre eles, escolhemos três concepções, que se aproximam com a nossa discussão, a dos antigos filósofos, para a História Natural e para os médicos. Assim sendo, segue a descrição do verbete Natureza:

A essa palavra derão os **Filósofos antigos**, várias significações [...] entendo por elle o princípio de todos os movimentos necessários, [...], & supponhão, que não obrava este princípio com razão, & com liberdade, ou por Natura entendião a máquina do Universo [...] outras vezes querião que a *Natura* fosse o mesmo que Deos, não admitindo differença alguma entre a (Natureza, e o Autor della, & dessa opinião foi Plinio, como se vê logo no princípio da **Historia natural**. [...] Natureza segundo os **Medicos** he uma virtude que rege o corpo do animal mediante o calor, & o espirito natural, & essa mesma virtude governa, & conserva o corpo em todas as suas obras, & funções [...] (BLUTEAU, 1712, p. 4319-4320, grifo nosso).

O verbete demonstra claramente a percepção da Natureza pelos filósofos antigos estaria diretamente relacionada com a metafísica e, de forma crítica ao construtos do pensamento Iluminista, estava dissociada da razão instrumental, pois nesse período Iluminista a pauta em discussão se girava em torno do papel da História Natural e da Teologia Natural<sup>72</sup>. Esse processo se deu de forma lenta, pois, a Teologia Natural desde dois séculos anteriores, fornecia os alicerces morais para o domínio da Natureza<sup>73</sup>. Na compreensão de Carlos Walter Porto-Gonçalves (1998, p. 34), “[...] O Iluminismo [...] se encarregará de limpar a filosofia renascentista de seus traços religiosos dos medievalistas”. Para o autor inicia-se um processo de dessacralização da Natureza no século das Luzes.

Recorremos ao segundo “Diccionario da Lingua Portugueza” de 1789 e, na nossa busca, procuramos novamente no verbete, a palavra “Natureza” e diferentemente do outro dicionário, encontramos um conjunto de significações bastante abreviadas, contendo poucas definições sobre Natureza e dentre elas, faz-se menção à Deus, as leis da Natureza física e a leis da Natureza moral; logo, a Natureza significava:

[...] Todo o Universo, todas as coisas criadas: *Deus* é o *Autor* da Natureza, a ordem da Natureza, [...] coisas que a Natureza produz; [...]. **Leis da Natureza física** são as relações, que os corpos guardão entre si, em seus movimentos; [...]. **As Leis da Natureza moral**; o que o homem deve obter a respeito de Deus, de si, e dos homens, para viver feliz, e bem aventurado, alcançado essas obrigações por meyo do bom uso e da razão. (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 1146).

Observamos que a concepção de Natureza em fins do século XVIII conservava uma ligação com a divindade, evidenciando uma permanência de uma mentalidade pré-científica, em acordo com António José Avelãs Nunes, (2002, p. 34). Nesse contexto das produções de dicionários e enciclopédias, Bruno F. L. Ferreira faz advertência pertinente ao registro do novo vocabulário da Luzes, que era “[...] muitas vezes expressões adaptadas ao Português a partir do Francês – indicava não só o uso corrente das palavras, mas a presença dos conceitos, ideias,

<sup>72</sup> FERREIRA, Bruno Ferraz Leal. **Economia da natureza**: a História natural, entre a teologia natural, e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822). 2016. p. 233f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

<sup>73</sup> Ibid., p. 12.

ideologias e debates que adentraram ao tecido social português e luso-brasileiro [...]” (FERREIRA, 2016, p. 42).

Além dessa questão, o estudo de Ricardo Cavaliere<sup>74</sup> nos demonstra, as relações em que o gramático António de Moraes Silva esteve envolvido, o de vinculação com a sua condenação do Santo Ofício e a sua fuga para a França e para a Inglaterra. Logo, as novas interpretações sobre o significado de Natureza no verbete do Dicionário de Bluteau, reformulado pelo gramático e lexicógrafo António de M. Silva, de 1789, se justifica porque o mesmo, não queria se comprometer com conflitos dessa ordem.

Os estudos de doutorado de Capanema, discute o conceito de Natureza, produzida nos escritos setecentistas das Minas do Ouro do século XVIII, e dentre algumas referências, baseia nos estudos de Pedro Calafate e na sua interpretação afirma, que dentre vários entendimentos sobre a Natureza, é de que ela “[...] foi concebida como ‘autoridade’, pois o conceito se prestou a reforçar a defesa de ideias nos discursos políticos” (CAPANEMA, p. 29).

Para essa autora, as significações da Natureza, contrariavam a habitual ideia do século XVIII, que era excessivamente racionalista. Portanto, em pleno século da Luzes, os dicionários portugueses carregavam vários significados de Natureza, estava entremeado por uma multiplicidade de sentidos.

Avançamos na nossa busca investigativa sobre a ideia de Natureza e, nessa etapa nos debruçamos na leitura das cartas oficiais da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, no intuito de captar a ideia de Natureza pela territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras nos sertões da América portuguesa, estruturada pelo Estado português no período de 1778-1810.

A escolha das cartas oficiais dessa referida Secretaria se deu pelo critério de aproximação direta com nosso objeto de estudo. Logo, elegemos as cartas oficiais da gestão de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1810), que estiveram diretamente relacionada com o processo de investigação da Natureza e especificamente vinculada à Manuel Arruda da Câmara.

Para a leitura das cartas e sistematização do Quadro 04, elaboramos um Instrumento de Pesquisa com base na metodologia de análise documental de uma

---

<sup>74</sup> CAVALIERE, Ricardo. **Antonio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do Século XVIII**. (s/d), on-line. Repository: Institutional Repository of the Ibero-American Institute, Berlin. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/304707422.pdf>. Acesso em 05 jul. 2021.

pesquisa historiográfica (Anexo B). Selecionamos todas as 09 cartas impressas, organizadas pela pesquisa biográfica de José Antônio Gonsalves de Mello, em forma de livro, publicado em 1982, conforme demonstrado abaixo:

**Quadro 04** – Cartas da Natureza: Correspondências oficiais da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1810).

<b>Remetente (Local, data mês e ano)</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Conteúdo das cartas - Questões centrais</b>
Sousa Coutinho Queluz, 10/11/1796.	Governador de Pernambuco	- Encarregar à Arruda o exame de nitreiras, salitre no sertão das caatingas.
Sousa Coutinho Queluz, 18/03/1797.	Governador de Pernambuco	- Encarregar à Arruda visitar toda a Capitania de Pernambuco com o fim de descobrir salitre e outras quaisquer minas, depois passar em Jacobina e ao Rio São Francisco informar sobre as minas de cobre salitreiras.
Sousa Coutinho Queluz, 18/03/1797.	Manuel Arruda da Câmara	- A mesma ordem expressa acima descrita.
Sousa Coutinho Queluz, 04 /01/1798.	Manuel Arruda da Câmara	- Dar o parecer às pesquisas científicas e recompensas pelo Real Serviço.
Sousa Coutinho Queluz, 27/09/1798.	Manuel Arruda da Câmara	- Informa que ordenou o Governador da Capitania de Pernambuco o pagamento pelos serviços prestados.
Sousa Coutinho Queluz, 27/09/1798.	Governador de Pernambuco	- Ordena pagamentos aos serviços de pesquisas destinado à Arruda da Câmara.
Sousa Coutinho Queluz 18/11/1800.	Governador de Pernambuco	- Determina que Arruda faça pesquisas na nitreira da Serra da Ibiapaba.
Sousa Coutinho <i>Rio de Janeiro</i> 28/03/1810.	-	- Manda Arruda confeccionar 200 quintais de caruatá para uso da Marinha.
Sousa Coutinho <i>Rio de Janeiro,</i> 26/04/1810.	-	- Indica Arruda para inspetor do Jardim Botânico de Pernambuco.

**Fonte:** CÂMARA, Manuel Arruda. Obras impressas de Manuel Arruda da Câmara. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras Reunidas (1752-1811), 1982. Organização da autora, 2020.

O Quadro 04 acima descrito contém uma sequência de 09 correspondências oficiais do ministro Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho no período de 1796 a 1810, ora emitidas de Portugal (Queluz), ora do Rio de Janeiro. Desse montante de 09 correspondências oficiais, 04 delas, estão dirigidas ao Governador de Pernambuco e 03 destinadas à Manuel Arruda da Câmara e as duas últimas sem identificação do destinatário, porém a incluímos pela importância do conteúdo delas.

As primeiras 07 cartas estão datadas no período em que Sousa Coutinho esteve à frente da Secretaria do Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em Portugal, entre 1796 a 1801. As duas últimas cartas estão vinculadas ao período em



que Sousa Coutinho presidiu o Real Erário (1801-1803) e na Regência de D. João VI (1808-1812) esteve à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (RAINFAS, 2000).

É importante mencionar que a ocupação desses cargos, reflete o seu poder de influência na administração metropolitana portuguesa e no domínio colonial. A estratégia para gerir o território colonial à distância, se deu pelo intercâmbio político entre Sousa Coutinho e os agentes administrativos da Colônia, por meio de correspondências oficiais, geralmente endereçadas ao governador da capitania de Pernambuco, à época, D. Tomás José de Melo, que administrou essa Capitania durante 1787 a 1798, mas, no final do ano de 1798, passa a ser governada por uma junta, no qual esteve à frente o Bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho até 1802<sup>75</sup>.

Nessa hierarquia administrativa, há uma centralização e fortalecimento de poder metropolitano e na colônia e segundo Perides (2011, p. 83) o Governador Geral “[...] em princípio seria hierarquicamente o principal representante na colônia”. Mas, ao que parece os governadores das capitanias, tinham mais acesso ao ministro Sousa Coutinho do que o Governador Geral.

É importante mencionar que antes da gestão de Sousa Coutinho e do *boom* das viagens científicas luso-brasileiras no século XIX, já havia uma política de remessas pela capitania Pernambuco, ou seja, de envio de objetos de História Natural para Portugal, entre eles, o de animais que se deu entre 1754 e 1805 pelos governadores de Pernambuco<sup>76</sup>.

Em vista disso, investigamos o termo “remessa”, embora não tenha sido mencionada nas “cartas da Natureza”, mas bastante usual na historiografia das viagens científicas luso-brasileiras. Realizamos uma busca da acepção da palavra remessa no “Vocabulário Portuguez e Latino” de Rafael Bluteau de 1712, dentre as quais, a de: “Acção de remeter [...]. *Exportatio*, [...] ‘encommendas ou mercancias, que vão remetidas a esta, ou aquella pessoa [...]’ (BLUTEAU, 1712, p. 5591-5592).

Notamos que não se trata de um significado isolado de outras dimensões da vida social Ilustrada e colonial. Podemos inferir que remessa e Natureza não estão

---

<sup>75</sup> ALMEIDA, Argus de Vasconcelos, PAPAVERO, Nelson e TEIXEIRA, Dante Martins. **Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1805, pelos governadores de Pernambuco**. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2014. Disponível em: [http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/backup/NEHiLP\\_2.pdf](http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/backup/NEHiLP_2.pdf). Acesso em: 02 fev 2021.

<sup>76</sup> ALMEIDA; PAPAVERO; TEIXEIRA, loc. cit.

desconexas da relação econômica, que as viagens científicas luso-brasileiras proporcionaram.

Observamos ainda no Quadro 04, que as palavras mais utilizadas constituem elemento-chave para compreender a ideia de Natureza contida nas entrelinhas das cartas, como: “encarregar o exame de nitreiras, salitre”, ‘descobrir salitre e outras quaisquer minas’, ‘visitar e depois passar em Jacobina e ao Rio São Francisco’ e ‘informar sobre as minas de cobre salitreiras’.

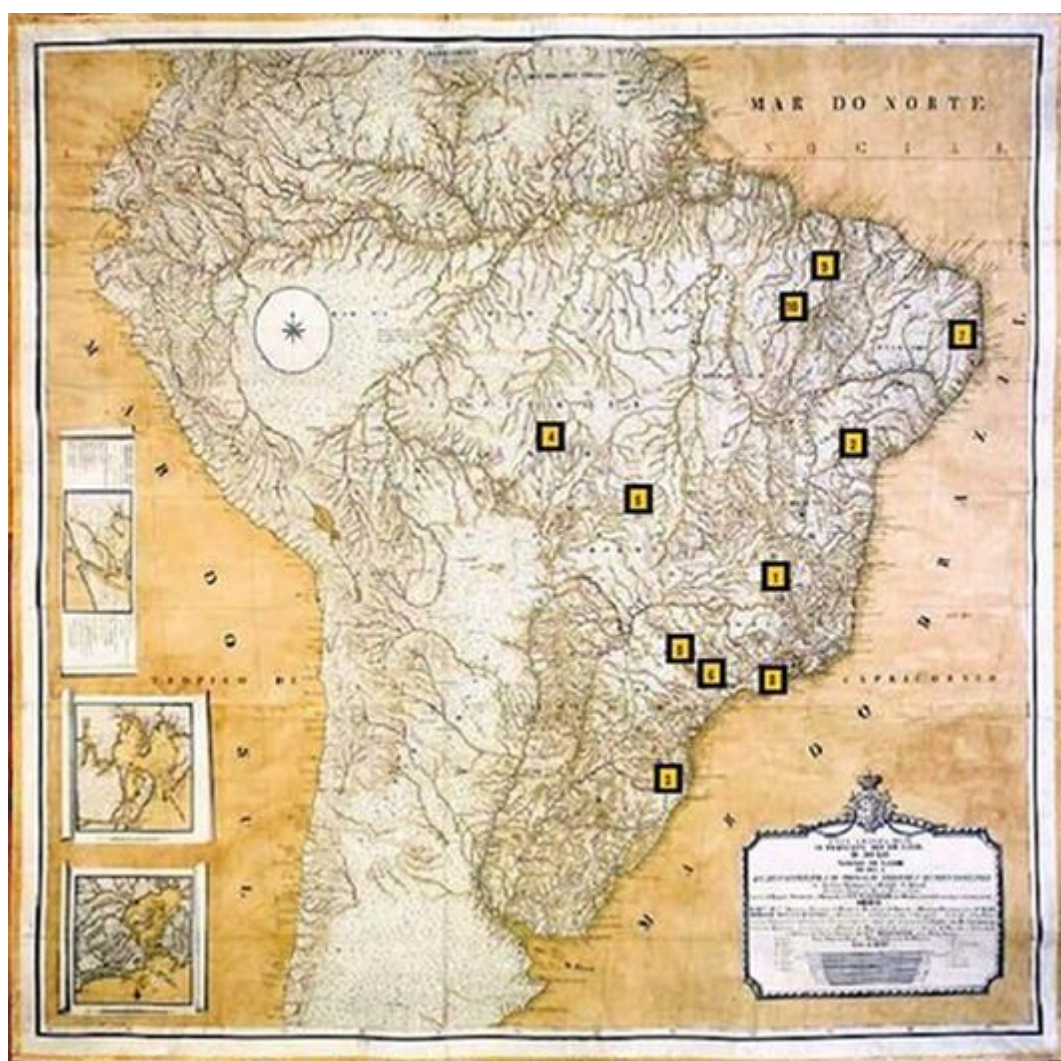
Portanto, podemos inferir que todos esses termos descritos nas cartas administrativas, evidenciam uma ideia de Natureza, estruturada pela política de mando da Secretaria de Estado Ultramarino e ratificada pelos naturalistas viajantes. Assim, a ideia de Natureza era vista como objeto exploratório e utilitário com fins econômicos, apoiada pela ciência, sobretudo pelos estatutos da História Natural produzida na Universidade de Coimbra e na Academia Real de Lisboa, que tinham acentuada dependência do poder central. Ademais, essa política de mando da Secretaria de Estado tem forte atuação na relação de poder frente aos naturalistas viajantes luso-brasileiros no processo de investigação da Natureza no sertão da caatinga.

Assim, ressaltamos que pela ótica da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, a Natureza era vista como recursos naturais, logo, o objeto de História Natural que mais interessava à economia portuguesa. Portanto, os dicionários e as cartas analisadas, evidenciam que a ideia de Natureza esteve subentendida, forjada por esses processos de territorialização da Natureza no passado colonial.

## CAPÍTULO II

**ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS VIAGENS CIENTÍFICAS LUSO-BRASILEIRAS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA NO SERTÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA**

**Figura 02** - Regiões percorridas pelos viajantes na administração de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1805).



Fonte: Pataca e Oliveira, 2016.

Neste capítulo, intitulado “Antecedentes históricos das viagens científicas luso-brasileiras de Manuel Arruda da Câmara no sertão da América portuguesa”, buscamos evidenciar o sentido da colonização da América portuguesa, vinculada ao processo de territorialização e como se deu o processo de investigação da Natureza no sertão da América portuguesa no final do século XVIII e XIX. Depois, caracterizamos, as viagens científicas luso-brasileiras associada aos naturalistas viajantes e; em seguida, discutimos o papel dos relatos de viagens científicas e a representação territorializada da Natureza.

## 2.1 As viagens científicas luso-brasileiras: Colonização e territorialização

Sabemos que as primeiras viagens de exploração e circunavegação na América portuguesa, tinham como propósito uma geopolítica *da instalação portuguesa na América*, pois não havia no horizonte do pensamento português, o novo território que não provia de recursos auríferos em que pudesse atraí-los imediatamente ao exercício de ocupação<sup>77</sup> (MORAES, 2000, p. 289-329). De modo geral, o autor explica, que essa geografia da instalação tinha objetivo geopolítico de controle militar, de defesa e de proteção territorial da costa; inclusive dos piratas estrangeiros e dos franceses.

Embora o processo de ocupação na América portuguesa tenha sido lento, as novas necessidades de expansão territorial iam surgindo e às técnicas de navegação<sup>78</sup> propiciaram a elaboração de mapas<sup>79</sup>, cujas informações geográficas e

---

<sup>77</sup> O autor analisa as bases da formação territorial do Brasil a partir de uma geografia da instalação portuguesa em que discute o complexo movimento de conquista pelas viagens de circunavegação na América e a singularidade da soberania territorial portuguesa com a sua efetiva geopolítica de ocupação pelas capitânicas hereditárias e a relação da exploração com a questão econômica.

<sup>78</sup> PEREIRA, José Manuel Malhão. **A Evolução da técnica náutica portuguesa até ao Uso do método das distâncias lunares**. Academia de Marinha de Lisboa, 2004. Disponível em: [http://chcul.fc.ul.pt/textos/malhao\\_pereira\\_2004b.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/textos/malhao_pereira_2004b.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019. Este autor discorre sobre a aplicação das técnicas dos novos desenvolvimentos da matemática e dos métodos gráficos no aperfeiçoamento e rigor dos instrumentos de observação a bordo, importante à náutica portuguesa.

<sup>79</sup> CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965. Disponível em: <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/handle/01/400>. Acesso em: 02 fev. 2019. Na segunda parte deste livro o autor discute sobre as escolas cartográficas do ocidente e na sua IV parte afirma que os cartógrafos elaboraram os mapas segundo o uso de informações indígenas. Outro importante livro de OLIVEIRA, Francisco R. de e VARGAS, Héctor M. **Mapas de Metade do Mundo: A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos (Século XVI**

cartográficas<sup>80</sup> serviriam de utilidades para as Cortes portuguesa e espanhola como elemento estratégico geopolítico nas Américas. Processo indissociável ao controle e domínio territorial, ao passo que teve eficácia somente em 1530, quando se investiu em expedições organizadas com objetivos de colonização, depois de outras tentativas de expedições exploradoras protagonizadas pela Marinha de guerra colonial portuguesa<sup>81</sup>.

Esse projeto de exploração, de conquista e de expansão territorial, esteve sendo gerida de forma centralizadora, e segundo, Frederico Lustosa da Costa, a administração colonial estava racionalmente:

[...] organizada em quatro níveis — as instituições metropolitanas, a administração central, a administração regional e a administração local. Essa estrutura tinha em seu topo o Conselho Ultramarino, subordinado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Territórios Ultramarinos que se ocupava de todos os aspectos da vida das colônias, à exceção dos assuntos eclesiásticos, a cargo da Mesa de Consciência e Ordens (COSTA, 2008, p. 832).

Nessa estrutura administrativa, o território colonial estava dividido em capitanias, cujo exercício de poder e domínio era regido hierarquicamente pela unidade administrativa metropolitana de forma centralizadora, de outro modo internamente, as capitanias territorializadas também exerciam seu poder de domínio legitimada pelas comarcas, que por sua vez, sediavam vilas e cidades; bem como as freguesias, que correspondiam ao poder paroquial de circunscrição eclesiástica. Podemos dizer, que nesse processo de domínio territorial, as vilas, as cidades e as

---

**a XIX) 1ª ed. Centro de Estudos Geográficos**, Universidade de Lisboa e Instituto de Geografia de la Universidad Nacional Autónoma de México: 2010. Esta obra traz um conjunto de artigos relevantes sobre a questão da cartografia no período colonial.

<sup>80</sup> RODRIGUES, Carmem M. **Os portugueses e os mapas: relações histórico-cartográficas**. In: Cadernos de Paleografia, n. 1, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2014. A autora assinala que durante o século XVIII que a geografia de gabinete passou a depender dos levantamentos topográficos dos engenheiros-militares baseado em novas técnicas e instrumentos matemáticos mais precisos. Todavia, na metade desse século houve uma decadência da geografia de gabinete em função das medições topográficas *in loco*, ou seja, do aumento das viagens administrativas.

<sup>81</sup> PRADO MAIA, João do. **A marinha de guerra do Brasil na colônia e no império: tentativa de reconstituição histórica**. Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, 121. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. À luz da história naval, o autor retrata sobre as expedições que se dirigiram ao território da América portuguesa: Fernão de Loronha (1503), a da Nau *Bretoa* (1511), a de D. Nuno Manuel (1513), a de João Díaz de Solís (1515), a de Fernão Magalhães, português ao serviço da Espanha (1519), a de Sebastião Caboto, e as duas de Cristóvão Jaques (1516-1526). Além disso, elucida também detalhes da armada de Martim Afonso de Sousa e o papel da marinha colonial nos primeiros tempos da colonização e sobre a política de divisão territorial em Capitanias Hereditárias e a instituição do Governo-Geral (Tomé de Sousa) em 1549.

freguesias fundadas, eram formas geográficas produzidas historicamente pelo processo colonizador, que não mediu esforços de desorganizar as sociedades originárias por meio da violência.

Logo, compreendemos que o território era formado por espaços qualificados pela dominação política, no âmbito jurisdicional de um governo, áreas de exercício de um poder<sup>82</sup> e ao mesmo tempo uma relação de domínio da Natureza<sup>83</sup>. Assim sendo, havia um sentido estratégico no processo de colonização<sup>84</sup>, e conforme Caio Prado Júnior, o sentido da colonização esteve diretamente relacionado ao grande interesse mercantil europeu, cujo caráter exploratório constituía uma peça-chave na lógica de conquista e de sua efetiva ocupação e expansão territorial (PRADO JR., 2011, p. 21). Nessa perspectiva crítica, Moraes (2009, p.59) reafirma, que “a colonização é – em essência – um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular de relação sociedade-espaço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras”.

Podemos inferir, que a colonização se caracteriza como projeto de poder e de domínio territorial, que sob a égide do trabalho escravo, baseou-se num modelo de exploração, cuja atividade econômica esteve associada à agricultura e conforme, Prado Jr. (2011, p. 135) era “[...] o nervo econômico da colonização. [...] que assentou a ocupação e exploração da maior parte do território [...]”. Muito embora, saibamos que base econômica do sertão consistiu na pecuária e como centro de irradiação as capitanias da Bahia e Pernambuco (PRADO JR., 2012, p. 45).

Importante ressaltar, que a partir da segunda metade do século XVIII as ideias dos economistas fisiocráticos de corrente opositora ao mercantilismo alegavam que a riqueza das nações era unicamente proveniente do valor de terras agrícolas, assim, a atividade econômica em destaque, voltava-se para a agricultura e com o novo contexto da Revolução Industrial, causando profundo impacto no processo produtivo econômico e social iniciada pelos ingleses, expandindo os

---

<sup>82</sup> MORAES, Antônio Carlos R. Território, região e formação colonial. In: **geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 64.

<sup>83</sup> HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In: **o mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 37-40. O autor ao fazer uma síntese da concepção de território agrupa três vertentes clássicas na esfera política, cultural e econômica. Mas na amplitude do conceito inclui a interação sociedade-natureza.

<sup>84</sup> Têm-se uma bibliografia extensa de vários autores, de diferentes períodos e de específicas linhas teóricas que debruçaram e analisaram sobre a formação social brasileira e o sentido da colonização. Para nós, a colonização se baseia no conjunto da perspectiva teórica desenvolvido por PRADO JUNIOR, 2011; NOVAIS, 1977, 2005; MORAES, 2000.

mercados. Essas transformações em curso geraram conflitos de ordem social e políticos no contexto europeu<sup>85</sup> e não menos, no Antigo Sistema colonial da América portuguesa (MAXWELL, 1941).

Desde o início do século XVIII, a Coroa portuguesa investia no reconhecimento do território da América portuguesa, incluindo os sertões através de contratação de padres jesuítas matemáticos que tinham conhecimento na Astronomia e Cartografia e, conforme Carlos Fioravanti (2014, p. 93) o trabalho cartográfico desses jesuítas rendeu frutos, “[...] concluído em 1748 ganhou o nome de Novo atlas da América portuguesa, um conjunto de 31 mapas cobrindo toda a costa sul e sudeste [...], e boa parte do interior, além de relatos e roteiros de sertanistas [...]”.

Sendo assim, todo o mapeamento tinha como finalidade precípua a geopolítica da defesa, o controle e domínio territorial, notadamente nas transações diplomáticas com a Espanha, que se sucederam no Tratado de Madri, de 1750, extinguindo o Tratado de Tordesilhas e estipulando novos limites e outorgando a Portugal, a posse oficial de terras já ocupadas.

Neste sentido, vale dizer, que no processo de colonização do século XVIII, houve novas reconfigurações do território, na medida em que se investia nas expedições de fronteiras e legalização do território, fruto da geopolítica do Tratado de Madri (1750), do Tratado de Santo Idelfonso (1777) e do Tratado de Badajós<sup>86</sup> (1801). Destes acordos internacionais, o poderio territorial português se fortalecia juridicamente pela via dos referidos Tratados, tornando fértil a nova reorganização da política pombalina (1750 a 1777), conhecido como regalista e despotismo

---

<sup>85</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Neste livro o autor faz menção à Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714), à Revolução Francesa (1789-1799), as crises napoleônicas, entre outras.

<sup>86</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Território brasileiro e povoamento, construção do território legalizados:** os tratados. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>. Acesso em: 02 jul. 2019. O Tratado de Madri teve como objetivo a redefinição de fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o Tratado de Tordesilhas de 1494, utilizando o princípio de usucapião (*uti possidetis*) ou seja, a terra pertencia a quem ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez. No Tratado de Santo Idelfonso, se confirmou o Tratado de Madri e devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região de Sete Povos e no Tratado de Badjós houve um acordo entre Portugal e Espanha que incorporou definitivamente os Sete povos das Missões ao Brasil.

ilustrado o qual visava soerguer a economia monárquica pela intensa arrecadação fiscal, favorecimento do comércio e do aumento da produção agrícola.<sup>87</sup>

Somado a estes fatores, a tomada de posse de territórios e de fronteiras aos portugueses pelos Tratados, somente reforçava a lógica colonial-territorial expansionista definida pelo Marquês de Pombal de sua forte atuação político-administrativa, a exemplo do seu modelo de colonização na Amazônia<sup>88</sup>.

Portanto, os interesses da Corte portuguesa nos acordos diplomáticos territoriais e no forte investimento cartográfico sobre a colônia americana, expressa uma concepção de território, que compreende uma área de soberania formal, restringido a administração do Estado, associada a uma geopolítica expansionista e autoritária; uma conexão entre espaço e política que se expressa pelas variadas formas de poder. Nos estudos de Gottmann (2012, p. 523) o território “[...] parece ter sido um termo utilizado nas línguas europeias desde o século XIV para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos”.

De sorte que, não há como se desconectar do contexto da colonização e territorialização, sobretudo em fins do século XVIII, no período de crise do Antigo Sistema Colonial<sup>89</sup> onde surgiram novas demandas ao empreendimento colonial e, dentre elas, a necessidade de uma investigação da Natureza pelas viagens científicas. Nestas circunstâncias de novas demandas coloniais, Warren Dean, elucida apropriadamente, a conexão entre a Botânica e a política colonial:

Os esforços oficiais multiplicaram-se as últimas décadas do século XVIII. O ministro Rodrigo de Souza Coutinho era especialmente atento às possibilidades de aclimatar e transferir espécies. Mandou que os governadores no Brasil enviassem amostras das madeiras nativas com indicações dos seus usos e que contratassem

---

<sup>87</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Memória da Administração Pública Brasileira** (MAPA). In: Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. (2019, on-line). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/386-sebastiao-jose-de-carvalho-e-melo-marques-de-pombal>. Acesso em: 02 jul. 2019.

<sup>88</sup> AZEVEDO e SILVA, José Manuel. **O modelo pombalino na colonização da Amazônia**. Universidade de Coimbra (C.S.H.C.), 2002. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>. Acesso em: 03 jul. 2019.

<sup>89</sup> NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Neste livro, o autor dedica um capítulo sobre a crise do colonialismo mercantilista, e explica com detalhes o quadro agudo de tensões da escravista-mercantil no período que transcorre entre 1763 (término da Guerra dos Sete Anos) e 1776 (independência dos Estados Unidos), que de modo geral, a massa de produtores diretos (escravos) vivia fora das relações mercantis travava a constituição do mercado interno, bem como a política colonial metropolitana, que impossibilitava a produção manufatureira nas colônias.



jardineiros peritos para colecionar e enviar sementes de espécies nativas de interesse econômico, cultivadas ou silvestres, ao Jardim da Ajuda (DEAN, 1989, p. 08).

Logo, as viagens científicas luso-brasileiras exerceram um papel imperativo no processo de reordenamento territorial de poder e domínio da colônia e na valorização de parcelas do espaço, qualificando determinados territórios, em que a Natureza era transformada em recursos naturais. A política do Território Ilustrado favorecesse o enriquecimento da metrópole portuguesa. É importante assinalar, que os investimentos em viagens científicas, somente tiveram grandes proporções, a partir do período joanino e com a abertura dos Portos do Brasil ao comércio e à navegação das nações amigas via carta régia, em 1808<sup>90</sup>.

Em fins do século XVIII, rondava uma atmosfera inquietante entre os naturalistas viajantes europeus e luso-brasileiros, que aspiravam investigar uma Natureza ainda desconhecida à luz da História Natural. A magnitude do acervo botânico colonial na metrópole portuguesa, somente foi possível pelo investimento na política territorial das viagens científicas e na construção de instituições científicas, como os jardins botânicos, os jardins de aclimação e de museus de História Natural. Contudo, havia um *status* de urbanidade e modernidade na urbe portuguesa, amparadas pela matriz ideológica eurocêntrica e civilizatória frente ao Novo Mundo *bárbaro e incivilizado*.

Uma boa parcela dos estudiosos, que debruçaram na literatura de viagens e expedições científicas, de modo geral, fez uma caracterização sistemática das viagens evidenciando as particularidades de cada uma delas. Podemos observar isso, na obra de Antônio Cândido Mello Leitão “História das Expedições Científicas no Brasil” de 1941, no qual se examina minuciosamente sobre as expedições científicas.

Verifica-se que o livro foi organizado metodologicamente em duas partes. A primeira, caracterizada pelos estudos da Terra, em que retrata as expedições dos descobrimentos, a exploração da costa e das fronteiras; a fixação dos limites, o conhecimento da geografia física, e notadamente, o estudo do solo e das riquezas

---

<sup>90</sup> **Carta ao Conde da Ponte em 28/01/1808.** Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1157496/mss1157496.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1157496/mss1157496.pdf). Acesso em: 02 julho de 2019.

minerais. A segunda parte do livro, caracterizada pelos estudos da vida, em que se discute minuciosamente as expedições botânicas, zoológicas e etnológicas.

De modo geral, o autor compreende que as viagens exploratórias dos primeiros séculos continham algumas práticas científicas e afirma que “[...] a viagem de Duarte Pacheco tenha sido a primeira expedição científica ao Brasil e a viagem de Pedro Álvares Cabral como a segunda expedição científica [...]” (LEITÃO, 1941a) por compreender que os navegadores tinham formação intelectual, que variava nos campos dos saberes matemáticos, cartográficos e astronômicos.

Ao que tudo indica, o autor demarca a diferenciação entre as viagens dos antigos cronistas, dos roteiros de bandeirantes e sertanistas em relação as das expedições científicas, nos quais teria um objetivo de atuação político-militar e “[...] não científico sob a orientação de um chefe e obedecendo a um plano de estudos, das viagens feitas por um só homem, mesmo cientista, com o simples fim de colheita de material ou pesquisas pessoais” (LEITÃO, 1941b).

Todavia, nossa discussão sobre viagens científicas está vinculada à História Natural portuguesa, que logo mais explicaremos adiante. Nesse debate sobre viagens científicas, Lorelai Kury traz uma contribuição esclarecedora no artigo intitulado “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem” de 2001, nos quais a autora aborda as finalidades das viagens científicas e de como elas se organizavam:

A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da Natureza em ciência. Muitas vezes, o coletor e o sistematizador não são a mesma pessoa. Ou seja, para a história natural realizada nas instituições européias, ver com os próprios olhos não é necessário. Daí a importância que adquirem as instruções para as viagens científicas e a formação de profissionais de diversos tipos, tais como jardineiros coletores, desenhistas e pintores especializados, preparadores de animais (que conheciam os procedimentos de conservação e empalhamento) ou algumas vezes substituíam os próprios naturalistas (KURY, 2001, p. 865).

Esses apontamentos demonstram como a História Natural propiciou na consolidação do domínio sobre a Natureza, mediada pelas expedições científicas. Portanto, os propósitos das viagens científicas, contrapuseram-se as viagens dos primeiros séculos de colonização, nos quais as observações assistemáticas dos

viajantes construíram, de modo geral, um imaginário do Novo Mundo pela “[...] visão religiosa dos mistérios da Natureza” (BELLUZO, 2000, p.39).

Observamos nestas assertivas, que os ventos da razão iluminista, notadamente da disciplina de História Natural, guiaram as viagens filosóficas e e/ou científicas em direção ao Novo Mundo. As viagens científicas eram coordenadas dentro de um rigor prévio, cujo trabalho de campo se dava de forma planejada pelos naturalistas viajantes, que consistia num exercício metódico e num conjunto de atribuições técnicas, mencionada pela autora.

Compreendemos que as viagens científicas se tornaram mais um instrumento de poder e de domínio territorial. Empreendimento, que dinamizava a economia colonial por serem geridas pelo Estado monárquico.

Portanto, a colonização “[...] implicou na consolidação desse domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial” (MORAES, 2001, p. 105). Nesta perspectiva, há uma íntima correlação entre colonização e territorialização. Alinhada à essa reflexão, compreendemos que a colonização não se constituiu, somente um desdobramento da expansão comercial, mas de expansão territorial. Uma dimensão espacial de poder e de controle de determinado grupo social sobre outro de ocupação, apropriação e exploração de novas áreas, de terras e da Natureza estruturada pelo modo de produção escravista-mercantil.

Ao discutir sobre a temática de viagens científicas, Ronald Raminelli, especificamente, no artigo “Viagens e História Natural dos Séculos XVII e XVIII” publicado em 2001, realiza uma classificação das viagens em três seguimentos, distinguindo cada uma delas: as viagens exploratórias, as viagens administrativas e as viagens científicas.

Relativo às viagens exploratórias, o autor considera que elas tinham uma finalidade central, movida pelos interesses geopolítico militar, vinculadas ao ofício de conquista territorial, de conhecimento de fronteiras e de mapeamento territorial, comandado pelos militares. Dessas viagens exploratórias os franceses, os ingleses e, sobretudo os holandeses, tinham interesses pela tomada do território colonial da metrópole portuguesa, uma vez que no século XVII, o aparelhamento de vigilância portuguesa enfraquecido, resultou no triunfo dos holandeses, que estrategicamente ocuparam com sucesso e conquistaram poder e domínio territorial da América portuguesa.

Sem esmiuçar a explicação de Raminelli, de modo geral, constatou-se que após a Guerra dos Sete Anos, (1763) os navegadores ingleses e franceses tiveram maiores incentivos e financiamentos por capitais privados e estatais, portanto, ampliaram-se os objetivos das viagens exploratórias, ou seja, além do propósito militar, agregam-se as finalidades econômicas e científicas.

Mas, a demanda de vigilância portuguesa é retomada, pois, esclarece Raminelli (2001a), os naturalistas ingleses, John Byron e James Cook, entre 1764 e 1768, empreenderam tentativas pela América portuguesa e foram impedidos pelas autoridades da colônia, que não permitiram embarcações aportadas na costa por expedições estrangeiras.

Da mesma forma aconteceu com os naturalistas franceses, sob o comando de Louis Antoine de Bougainville, que aportaram no Rio de Janeiro em 1767, e mesmo seguindo em direção ao sul, foram proibidos de coletar espécies vegetais. Em suma, embora ampliada os objetivos das viagens exploratórias, adverte Raminelli (2001b) que “os novos territórios forneceria ainda elementos preciosos para a História Natural”.

Concernente às viagens administrativas, este autor ainda comenta, que elas também eram planejadas e financiadas pelo governo português, cujo propósito essencial era demarcar rotas e fronteiras no intuito de mensurar possibilidades econômicas; muito embora permanecesse a finalidade precípua de controle e domínio territorial por meio de fiscalização do funcionamento da estrutura jurídica do império português na colônia, no qual Ronald Raminelli afirma, que:

O estabelecimento de **vilas e empreendimentos agrícolas** seria indispensável para o **controle das fronteiras**. Os **viajantes amparados pela ciência setecentista** concebiam mapas populacionais – nascimentos, mortes, casamento -, e estudos sobre o cultivo de produtos de exportação – anil, arroz, café, entre outros [...]. Para **dinamizar a exploração econômica** e a **posse das conquistas** em áreas de litígio, a coroa portuguesa enviou dezenas de outros viajantes para a região. (RAMINELLI, p. 49-51, grifo nosso).

O autor demonstra bem o quadro da política das viagens administrativas, que incorporaram também atividades científicas e corroboraram na complexa rede de conexões da administração colonial. Essa estratégia, se dava por meio de um conjunto de técnicas e inventários preliminares sobre o território, a administração

colonial teria um diagnóstico mais preciso para estimular a exploração. No tocante, as viagens científicas, o autor explica que:

[...] a viagem não era apenas produtora de uma narrativa cronológica. Além dos diários, elas produziam correspondências, crônicas, derrotas, mapas, gravuras e **memórias científicas**, documentos que possuíam a finalidade, quase instrumental, **de inventariar as potencialidades e os entraves à economia. Enfim, a viagem era entendida como parte do empreendimento colonial** (RAMINELLI, 2001, p.45-46, grifo nosso).

Essa reflexão sobre as viagens científicas, corrobora com a nossa análise da política territorial das viagens científicas como um dos instrumentos de salvaguardar o projeto de empreendimento colonial, em fins do século XVIII e início do XIX, a partir do pacto com a ciência ilustrada, por isso, o interesse na investigação da Natureza nos territórios coloniais.

Podemos inferir ainda, que o mercantilismo em curso, arruinou de forma hegemônica outras formas de saberes das sociedades originárias, as quais existiam no território colonial, prevalecendo a investigação da Natureza pelo conhecimento botânico dos naturalistas viajantes, fortalecido pela ideologia da “missão civilizatória”.

## **2.2 Os naturalistas viajantes luso-brasileiros: Territórios Ilustrados no sertão da América portuguesa**

Nessa etapa histórica das viagens científicas luso-brasileiras, o sentido do trabalho se converte sob o império e o fetiche da mercadoria, ou seja, a atividade vital se metamorfoseia em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória<sup>91</sup>. Associou-se fortemente as condições históricas do mundo da

---

<sup>91</sup> NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Neste livro, o autor dedica um capítulo sobre a crise do período mercantilista colonial e, explica com detalhes o quadro agudo de tensões escravista-mercantil transcorridos entre 1763 (término da Guerra dos Sete Anos) e 1776 (independência dos Estados Unidos), que de modo geral, a massa de produtores diretos (escravos) vivia fora das relações mercantis e a política colonial metropolitana impossibilitava a produção manufatureira nas colônias.

mercadoria e do dinheiro<sup>92</sup> no qual, a dinâmica econômica mercantil-escravista do sistema colonial favorecia o controle do território na América portuguesa, irmanada pelas raízes do Estado burguês e do regime político monárquico absolutista, que defendia uma estrutura social em que os donos dos escravos permaneciam sendo donos dos escravos.<sup>93</sup>

Para Netto e Braz, (2012, p. 105) o signo da “[...] mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens”. Para esses autores, dentro da estrutura mercantilista, a relação entre a sociedade e a Natureza resultou na produção de bens convertidos em valores de uso. Logo, um modelo de organização social baseada numa lógica mercantil-escravista e de relação da sociedade com a Natureza regulada pelo fetiche da mercadoria.

Lembremos ainda, que no bojo da sociedade mercantilista europeia e do pensamento burguês, se buscava “[...] a separação entre o Estado e sociedade, enquanto conjunto das atividades particulares dos indivíduos, sobretudo de Natureza econômica” (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 217). As autoras explicam, que surgiam três vertentes do pensamento liberal: o liberalismo ético, o liberalismo político e o liberalismo econômico. Esse último, tinha inicialmente como pensamento, se opor à intervenção do rei nos negócios, nos quais os fisiocratas foram os primeiros a insurgirem contra o controle da economia, cujo tema levantado era “*Laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même*”, que significa “deixai fazer, deixai passar, que o mundo anda por si mesmo”.

É importante recapitular, que em Portugal, as reformas pombalinas se deram em 1772 no campo estatutário; e no âmbito da formação da Acadêmica das Ciências de Lisboa, em 1779, a chegada das Ciências Físicas e Naturais com ênfase à disciplinas de Filosofia Natural e da História Natural, tendo como pré-requisito obrigatório de no mínimo três anos nos cursos de Medicina e de Teologia

---

<sup>92</sup> NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: Uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. Os autores dedicam um capítulo as etapas da produção mercantil simples e de produção capitalista e, de como se deu o processo de acumulação primitiva, o desenvolvimento da produção mercantil capitalista, assentada na exploração da força do trabalho, que o capitalista compra mediante o salário, na lei do valor e do dinheiro e no fetichismo da mercadoria.

<sup>93</sup> MORENO, Nahuel. Estado, governo e regime. In: Instituto latino-americano de estudos sócio-econômicos-ILAESE (org.). **O Estado burguês e a revolução socialista**. Cadernos de formação ILAESE – 2. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005. O autor explica, que o Estado é um conjunto de instituições, mas a classe que está no poder não as utiliza sempre da mesma forma para governar. Já o regime político é a combinação ou articulação específica das instituições estatais utilizadas pela classe dominante, ou por um setor dela, para governar. O Estado burguês deu origem a muitos regimes políticos, dentre eles a monarquia absoluta.

(PRESTES, 2000, p. 67); razão pelos quais, os médicos e teólogos tinham conhecimento na botânica, na zoologia e na mineralogia.

Neste contexto, Domingos Vandelli se encarregou na formação de uma geração de naturalistas de acordo com os preceitos da Filosofia Natural e da História Natural, inaugurando uma nova categoria profissional, a de *naturalista-viajante* à serviço da Coroa portuguesa, que segundo M<sup>a</sup> Elice B. Prestes:

[...] tornava-se encarregado de cumprir com as determinações da Coroa no que tangia ao levantamento de recursos naturais do Brasil [...]. Inicialmente designados de *naturalistas peregrinos*, conforme documentos da Coroa portuguesa de finais do século XVIII, depois de *naturalistas viajantes*, conforme o nome do cargo criado no Museu Imperial do Rio de Janeiro, no século XIX, é aí que tem início o reconhecimento da profissão (PRESTES, 2000, p. 14-15).

Embora essa nova profissionalização atendesse às demandas da Coroa portuguesa, vimos no primeiro capítulo, que havia um número reduzido de estudantes que migraram para estudar em Coimbra, o que dificultou a meta desejável da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Nesse contexto, quais foram os naturalistas viajantes luso-brasileiros, da *Geração Ilustrada*, que Manuel Arruda da Câmara participou e esteve atrelado à Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos?

Essa pergunta conduziu nossa pesquisa bibliográfica, visto que selecionamos as seguintes fontes secundárias: artigos, livros, dissertações e teses. A escolha das fontes textuais se deu por dois critérios: temporal e temático às viagens científicas dos naturalistas viajantes no período de 1778 a 1810. Para a leitura das fontes e sistematização do Quadro 05, elaboramos um Instrumento de pesquisa com base na mesma metodologia de análise documental e bibliográfica da pesquisa historiográfica com a qual estamos trabalhando desde o início da Tese (Anexo C).

Do cômputo de 30 fontes bibliográficas pesquisadas sobre os naturalistas viajantes, selecionamos 18, que pudessem identificá-los e caracterizá-los socialmente, a exemplo de: “A botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811)” (AGUIAR, 2011); “Um Maranhão Ilustrado? história e Natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa [1798-1801]” (COSTA JR., 2016); “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil

colonial” (FIGUEIRAS,1993); “Francisco Antônio de Sampaio: de cirurgião a homem de ciências [Vila de Cachoeira, Bahia, c. 1780]” (KURY; NOGUEIRA, 2018); “Relatos e relações descritivas da capitania do Ceará Grande e seus ‘dilatados sertões” (OLIVEIRA, 2015); “Os naturalistas e o Ceará: João da Silva Feijó (1760,-1824)” (PAIVA, 1991); “O conhecimento científico da caatinga no século XVIII” (PEREIRA, 2012); “Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e pesquisas em história natural na Capitania de Minas Gerais (1746-1816)” (PEREIRA, 2018); “Biografia de Alexandre Rodrigues Ferreira” (RAMINELLI, 2020); entre outros<sup>94</sup>.

Dessa maneira, conseguimos identificar alguns elementos e/ou variáveis sociais possíveis de caracterizá-los no conjunto da sociedade colonial e de maneira elementar nos aproximarmos do “perfil” da Geração Ilustrada de naturalistas viajantes luso-brasileiros, conforme o Quadro 05 abaixo descrito.

**Quadro 05** – Nascimento, gênero, idade, classe social e nível de instrução dos naturalistas viajantes luso-brasileiros na América Portuguesa (1778-1810)

<b>NATURALISTA VIAJANTE e VIAJANTE</b>	<b>NASCIMENTO/ANO</b>	<b>GÊN.</b>	<b>IDADE</b>	<b>CLAS. SOCIAL</b>	<b>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</b>
Frei José Marianno da Conceição Velloso (Naturalista viajante)	S. José Del-Rei, atual Tiradentes- Minas Gerais. (1742)	M	37	2	Sup.
Pe. Joaquim Veloso de Miranda	Freguesia do Inficionado, Mariana- M.G.	M	34	2	Sup.
Francisco Antônio Sampaio (Naturalista viajante)	Vila Real-Portugal/ Vila de Cachoeira- Bahia (1748)	M	34	1	Autod.
Joaquim de Amorim e Castro (Naturalista viajante)	Bahia.	M	29	2	Sup.
Alexandre Rodrigues Ferreira (Naturalista viajante)	Salvador-Bahia. (1756)	M	27	2	Sup.
João Machado Gaio (Naturalista viajante)	Pernambuco. (-)	M	-	-	Autod.
João da Silva Feijó (Naturalista viajante)	Povoação de Guaratiba- R.J. (1760)	M	25	2	Sup.
João Manso Pereira (Naturalista viajante)	Minas Gerais. (1750)	M	43	2	Autod.
Manuel Arruda da	Piancó	M	27	2	Sup.

<sup>94</sup> Conferir as demais fontes na Referência bibliográfica dessa tese.



Câmara (Naturalista viajante)	Distrito de Pombal-PB (1766)				
Francisco Vieira Goulart (Naturalista viajante)	Ilha do Faial, Portugal. (1765)	M	31	1	Sup.
José de Sá Bittencourt Accioli (Naturalista viajante)	Caeté- Minas Gerais. (1755)	M	45	2	Sup.
Pe. Joaquim José Pereira (Naturalista viajante)	Sertão Valença do Piauí (-)	M	-	2	Sup.
Vicente Jorge Dias Cabral (Naturalista viajante)	Tejuco/Serro Frio, atual Diamantina-MG. (-)	M	-	2	Sup.
Henry Koster (Viajante)	Portugal. (1784)	M	25	1.1	-

Fonte: AGUIAR et al, 2011. Organização da autora, 2020.

O Quadro 05 está organizado por uma subdivisão que totaliza 06 colunas com as seguintes denominações: 1) Naturalista viajante ou viajante; 3) Nascimento; 4) Gênero; 5) Idade; 6) Classe social; 7) Nível de Instrução.

Começamos a explicar, a partir da coluna 1 intitulada de “Naturalista viajante e viajante”, em que podemos observar, que de modo geral, os padres, freis e autodidatas também realizavam atividades de investigação da Natureza no território colonial. Esses dados quantitativos de naturalistas viajantes, evidenciam reduções de custos econômicos para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino no empreendimento das viagens científicas luso-brasileiras, comparado ao tipo de viagem ultramarina, que demandava elevados investimentos econômicos, como a tão conhecida viagem filosófica comandada pelo naturalista viajante luso-brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira.

Do total dos 14 nomes listados na coluna 1, apenas 01 não é naturalista viajante. Se trata de Henry Koster, filho de comerciante inglês, que ao chegar à Capitania de Pernambuco em 1809, inicia suas viagens no ano seguinte pelo sertão das capitanias da Paraíba, Ceará e do Maranhão, tornando-se senhor de engenho somente apenas no ano de 1812.<sup>95</sup>

Porém, não fica restrito a administração de suas terras, ao contrário, continua com suas longas viagens pelas terras sertanejas, visto que pelas suas observações de viajante, realizou um relato descritivo, não somente paisagístico, mas de forte teor social, político-econômico, em que retratou com detalhes, a sociedade colonial

<sup>95</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11ª ed, vol. 1. Tradução e prefácio Luís Câmara Cascudo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massanga, 2002.

e; conforme Câmara Cascudo (2002a), ilustra bem o retrato da cultura colonialista, sobretudo, pela narrativa etnográfica do povo sertanejo.

Embora Koster não tenha sido naturalista viajante, o inserimos nessa quadra histórica das viagens científicas, por considerar que sua obra seminal “Travel in Brazil”, de 1816 ter sido reeditada oito vezes em línguas estrangeiras, tornou-se referência para os naturalistas viajantes do século XIX, como *Spix, Martius, Wied Neuwied, Lubbock, Mawe, Saint Hilaire* (CASCUDO, 2002b).

No que se refere a coluna “Nascimento”, observamos, que dos 13 naturalistas, 02 são de origem estrangeira, o que representa 15,38% e 11 são naturalistas de origem luso-brasileiro que representa 84,62%. Esses dados demonstram que o investimento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, não se deu pelas viagens ultramarinas, a exceto da longa viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira que durou nove anos, iniciada em 1783 e concluída em 1792<sup>96</sup>.

Dos naturalistas viajantes, que não nasceram na colônia, temos o exemplo do naturalista Francisco Antônio Sampaio, nascido na Vila Real, em Portugal e, segundo estudos de Loreai Kury e André Nogueira (2018, p. 515) “[...] ainda criança, se estabeleceu no Brasil. Era autodidata. Segundo ele, seu “gênio naturalmente curioso” e uma “[...] natural propensão ao estudo da Medicina, cirurgia e farmácia”. Segundo os autores, embora não tenha passado por uma Universidade, realizava pesquisa nos três reinos nos arredores de Vila de Cachoeira, na capitania da Bahia e era considerado pelos arredores de cirurgião.

Além de Sampaio, observamos que o naturalista Francisco Vieira Goulart, nascido na ilha Faial, Portugal, e segundo estudos de Lúcia Bastos Neves (2006, p. 2) “[...] veio para a capitania de São Paulo, em 1796, como secretário do bispo D. Mateus de Abreu Pereira. Estava ainda encarregado, por ordem régia [...], das Observações Mineralógicas e Metalúrgicas e da descrição [...] da Capitania de São Paulo [...]”.

Em relação a coluna “Gênero”, evidenciamos de forma unânime, que a profissão de naturalistas viajantes constituía uma atividade hegemonicamente masculina, reafirmando o caráter patriarcal da sociedade colonial. De acordo com nossa pesquisa bibliográfica, constatamos a primeira mulher que se matriculou na

---

<sup>96</sup> RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

Universidade de Coimbra<sup>97</sup> se deu somente no final do século XIX e, relacionada às viagens científicas sendo realizada pelo gênero feminino, encontramos o nome da inglesa Maria Graham, professora de Literatura e desenhista, que prestou serviço à Imperatriz, realizando viagens no Primeiro Império, em 1821 a 1824, passando por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro<sup>98</sup>.

No que se refere a coluna “Idade” dispomos no quadro uma idade aproximativa, uma vez que nem todas as referências pesquisadas havia a data de nascimento dos naturalistas viajantes. A idade aproximada está associada a data da primeira viagem de cada naturalista viajante.

No que se refere a coluna “Classe social” estratificamos de acordo com o grau de instrução, pois as nossas fontes pesquisadas não fornecem dados de renda per capita e nem dos rendimentos familiares. Logo, classificamos da seguinte maneira: 1 - Classe alta (naturalistas estrangeiros - elite metropolitana); 1.1 - Classe alta (viajante – elite colonial, Senhor de engenho e/ou comerciante); 2- Classe média em formação (naturalistas luso-brasileiros).

Este último grupo social, geralmente, eram filhos do senhor de engenho, que tinha acesso ao ensino religioso ou iam estudar no exterior, retornando como profissionais liberais; pois nesse período colonial estava em vias de formação do que hoje denominamos de classe média (SODRÉ, 1984).

É consenso nos estudos da formação social da América portuguesa, que a sociedade colonial era dividida majoritariamente por dois grupos sociais; os dos senhores e o dos escravos. Não obstante, adverte Caio Prado Júnior, que a vida social na colônia não se restringia a esses dois grupos sociais; pois na obra da colonização portuguesa havia um expressivo grupo socialmente “indefinido”, de trabalhadores desocupados, inúteis e inadaptados, compondo a maioria da população livre, formada por pretos, mestiços e mulatos forros ou fugidos da escravidão, bem como os índios que viviam distantes de seu habitat nativos. Para além disso, haviam outros indivíduos “livres em pequeno número, como os

---

<sup>97</sup> VAQUINHAS, Irene. **Raras e Discretas, conhecer um pouco da história das primeiras mulheres da Universidade de Coimbra**. In: Notícias UC. Universidade de Coimbra, abr 19, 2017. Disponível em: <http://noticias.uc.pt/universo-uc/raras-e-discretas-conhecer-um-pouco-da-historia-das-primeiras-mulheres-da-universidade-de-coimbra/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

<sup>98</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. In: **Esforço biográfico de Dom Pedro I**: Maria Graham. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 2010. Conferir também: LEITÃO, Cândido de Mello. Visitantes do Primeiro Império. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1934.

profissionais liberais, advogados, médicos-cirurgiões, entre outros” (PRADO JR., 2011).

Relativo à coluna “Nível de Instrução” observamos que dos 13 naturalistas viajantes, 03 foram considerados autodidatas, o que representa aproximadamente 23% que não tiveram acesso à Universidade; enquanto os 10 restantes, o que representa 77 % do total, tiveram acesso à Universidade. Embora não tenhamos fontes da renda familiar, esses dados indicam que no final do século XVIII e início do XIX, somente a elite colonial tinha acesso a escolaridade, numa sociedade mercantil-escravista.

Importante lembrar, que haviam outros naturalistas luso-brasileiros contemporâneos à Manuel Arruda da Câmara, que faziam parte do contexto da Geração Ilustrada, mas que não realizaram viagens científicas na América portuguesa, por esse motivo não incluímos neste quadro, a exemplo de José Bonifácio de Andrada Silva, que nasceu em Santos, Brasil, em 13 de junho de 1763, ingressando também em Coimbra, no ano de 1783 e em 1790, obteve bolsa do governo português para realizar viagens científicas circunscritas pela Europa, especificamente na França, na Itália, na Alemanha, na Dinamarca, na Holanda e na Suécia<sup>99</sup>.

Portanto, levando em consideração os aspectos apresentados e analisados no Quadro 05, podemos deduzir, que os naturalistas viajantes luso-brasileiros, incluído Manuel Arruda da Câmara, estiveram vinculados a um grupo social colonial seletivo, que fizeram parte da denominada Geração Ilustrada por terem tido acesso ao ensino religioso e ao Ensino Superior no exterior. Logo, tiveram ascensão intelectual ao estudarem nos Cursos de Filosofia Natural, de Leis e de Medicina (que inclui o conhecimento de História Natural e dos fundamentos botânicos) que influenciaram toda a geração de naturalista. Mas, qual a mentalidade dessa Geração Ilustrada? O artigo de Maria Odila da Silva Dias, traz uma discussão relevante sobre essa questão, na qual sintetizamos e sistematizamos no Quadro 06, abaixo descrito:

---

<sup>99</sup> ARQUIVO NACIONAL. José Bonifácio de Andrada Silva. In: **Memória da Administração Pública Brasileira: Biografias. (on-line)**. Disponível: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/431-jose-bonifacio-de-andrada-e-silva>. Acesso em: 20 jun. 2020.

**Quadro 06** – Principais aspectos da mentalidade da geração Ilustrada de naturalistas do final do século XVIII e início do XIX

<b>Naturalistas da metrópole portuguesa</b> (Características)	<b>Naturalistas luso-brasileiros</b> (Características)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mentalidade pragmática das reformas concretas;</li> <li>- Exaltação do cientista como homem prático e de ação: estudos que resultasse alguma utilidade para a sociedade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupar-se dos problemas de sua terra e nelas introduzir reformas;</li> <li>- A agricultura como foco principal e preocupação na implantação de invenções úteis para essa atividade econômica;</li> <li>- Primeiras manifestações revolucionárias e republicanas na colônia.</li> </ul>

**Fonte:** DIAS, Maria Odila da Silva. RIHGB, nº 278, 1968. Organização da autora, 2020.

O Quadro 06 acima sistematizado, demonstra os principais aspectos da mentalidade da geração Ilustrada de naturalistas do final do século XVIII e início do XXI, a partir da perspectiva de Maria Odila da Silva Dias, especificamente do seu artigo intitulado “Aspectos da Ilustração no Brasil”, publicado em 1968. A autora explica, que constatou que os jovens luso-brasileiros em fins do século XVIII e início do XIX, de forte influência dos naturalistas da metrópole portuguesa tiveram suas obras marcadas por uma atitude idêntica aos dos outros naturalistas, ou seja, “[...] imbuídos do mesmo estado de espírito, não de procurar ser úteis e aproveitar <as luzes>, voltando seus estudos principalmente para a agricultura” (DIAS, 1968, p. 109-110). Nessa mesma linha de raciocínio, Otávio Aguiar e Catarina Buriti, acrescentam que:

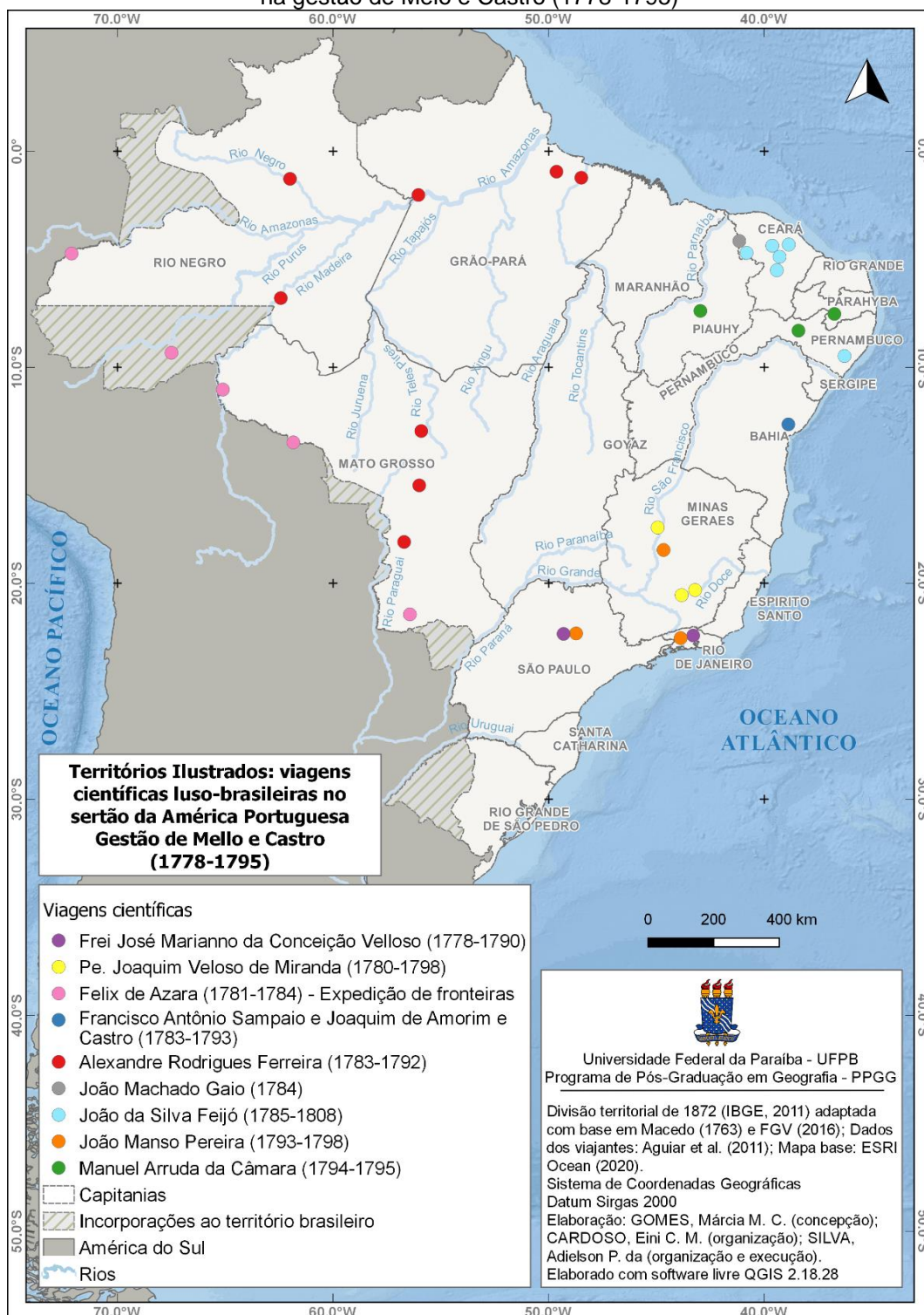
o reformismo ilustrado presente na Academia Real de Ciências de Lisboa, que influenciou profundamente a “geração ilustrada” de intelectuais luso-brasileiros, entre eles, **Manuel Arruda da Câmara**, em fins do século XVIII e inícios do XIX, visava exclusivamente redirecionar a política colonial da Metrópole. Nesse momento histórico, Portugal se encontrava em crise diante da concorrência com outras potências européias e perdia parte de seus territórios ultramarinos. Conforme observamos, **esse grupo de intelectuais naturalista-utilitários constituíram um sub-grupo no interior da Academia com o intuito de redirecionar a política colonial** da Coroa e de recuperar o Reino da crise (AGUIAR; BURITI, 2009, p. 372, grifo nosso).

Essas considerações são relevantes porque demonstram os propósitos da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras vinculada à recuperação da economia portuguesa. Esse vínculo criou outras condições sociais, o de aproximá-los ao grupo seletivo da Universidade de Coimbra, ou seja, de ascensão social dentro do quadro administrativo tanto da metrópole quanto da colônia.

Ademais, compreendemos ainda, que os naturalistas viajantes luso-brasileiros tiveram papel coparticipantes no direcionamento da reorganização do territorial colonial, redefinido pela política de mando da Secretaria de Estado monárquico português representado nos Mapas 03 e 04, por meio de duas gestões político-administrativa.

Para a elaboração do Mapa 03 e 04, necessitamos realizar uma pesquisa bibliográfica, na qual selecionamos as seguintes fontes secundárias: artigos, livros, teses, dissertações e teses. Elegemos os mesmos critérios e escolhemos as mesmas fontes textuais descritas na metodologia do (Anexo C). Todavia as leituras foram direcionadas aos seguintes propósitos: o de identificar a quantidade e o período de viagem de cada naturalista viajante, o de especificar o tipo e os objetivos de cada viagem e; por fim de identificar uma rota aproximativa empreendidas pelos naturalistas (Anexo D) no período de duas gestões político-administrativas: a de Melo e Castro (1778-1795) e a de Sousa Coutinho (1796-1810), conforme veremos nos Quadros 07 e 08 após a exposição dos Mapas 03 e 04, abaixo descritos.

**Mapa 03 – Território Ilustrado: viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América portuguesa na gestão de Melo e Castro (1778-1795)**



**Fonte:** IBGE, 2011, adaptada de MACEDO, 176; FGV, 2016; AGUIAR, et al, 2011.

O Mapa 03 representa uma síntese do ordenamento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras na gestão de Melo e Castro (1778-1795). Todos os pontos distribuídos no território colonial representam as pesquisas desenvolvidas *in loco* pelos naturalistas viajantes, exceto os pontos de cor (rósea) que se refere as

expedições de fronteiras como informamos e explicamos no Mapa 01 no primeiro capítulo. Esse ordenamento territorial das viagens científicas luso-brasileiras que denominamos de Território Ilustrado, foi sendo configurado durante os 17 anos da gestão do referido ministro. Durante esses anos, observamos que houve aproximadamente 37 pedidos de mando de investigação da Natureza no território colonial, conforme expresso no Quadro 07 abaixo descrito.

**Quadro 07 - Viagens científicas luso-brasileiras: Gestão de Martinho Melo e Castro (1778-1795)**

<b>Quant.</b>	<b>Período</b>	<b>Naturalista viajante</b>	<b>Tipo de Viagem (Objetivos)</b>	<b>Capitania e/ou (Rotas imprecisas)</b>
<b>03</b>	1778/1790	Frei José Marianno da Conceição Velloso	<b>Viagem científica</b> (Pesquisa botânica e mineral: Salitre ou nitrato de potássio)	<b>São Paulo e Rio de Janeiro</b> <b>Rota:</b> Interior (Imprecisa)
<b>06</b>	1780/1798	Pe. Joaquim Velloso de Miranda	<b>Viagem científica</b> (Pesquisa botânica e mineral-cobre, ouro e o Salitre)	<b>Minas Gerais</b> <b>Rota:</b> Vila Rica, Mariana, Sertões do Rio São Francisco.
<b>02</b>	1781/1784	Felix de Azara	<b>Expedição de Fronteira</b> (Demarcação de fronteiras)	<b>Capitania do Rio Grande e São Pedro</b> <b>Rota:</b> Rio Prata, Guaporé, Mamoré, Javari e Rio Branco
<b>02</b>	1783/1793	Francisco Antônio Sampaio, Joaquim de A. e Castro	Investigação autodidata (Pesquisa botânica aplicada à Medicina e a zoologia).	<b>Bahia</b> <b>Rota:</b> Vila de Cachoeira (Sertão/Recôncavo baiano)
<b>07</b>	1783/1792	Alexandre Rodrigues Ferreira	<b>Viagem científica</b> (Pesquisa zoológica, botânica, do solo e antropológica)	<b>Grão-Pará e Rio Negro e Mato Grosso</b> <b>Rota:</b> Marajó, Amazonas, Negro, Madeira, M. Grosso, Cuiabá, Pantanal, Belém.
<b>01</b>	1784	João Machado Gaio	<b>Viagem científica</b> (Botânica, demográfica e mineral).	<b>Ceará</b> <b>Rota:</b> Serra da Ibiapaba (Sertão)
<b>07</b>	1785/1808	João da Silva Feijó	<b>Viagem científica</b> (Pesquisa mineral para a exploração do Salitre)	<b>Ceará</b> <b>Rota:</b> Sertões Baturité, Canindé e Ribeira do Choró, Serra dos Cocos, Quixeramobim. Pindoba (Serra de Ibiapaba).
<b>04</b>	1793/1798	João Manso Pereira	<b>Viagem científica</b> (Descobrir nitreiras naturais ou nitrato de potássio)	<b>Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais</b> <b>Rota:</b> Imprecisa
<b>02</b>	1794/1795	Manuel Arruda da Câmara	<b>Viagem científica</b> (Mineral e botânica: Ferro, pedras calcárias, gesso, pedra-ume, salitre e outros)	<b>Pernambuco, Paraíba e Piauí</b> <b>Rota:</b> (sertões) Fazenda da Onça
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	-	-	-
<b>34</b>	<b>17 anos</b>	-	-	-

Fonte: AGUIAR et al, 2011. Organização da autora, 2020.



O Quadro 07 retrata a gestão de Melo e Castro no período entre 1778 a 1795; intelectual bastante influente no círculo ilustrado. Uma vez que antes de assumir essa pasta administrativa, atuava como diplomata e mediou conflitos nas relações entre Portugal e Inglaterra, em função da política nacionalista pombalina,<sup>100</sup> Melo e Castro se manteve no poder durante 25 anos, entre dois reinados: o de D. José I (1750-1777) e de D. Maria I (1777-1792) e depois esteve no governo da regência de D. João VI.<sup>101</sup>

De modo geral, o reinado de D. José I, era apelidado de “o Reformador,” mas, manteve a estrutura de três secretarias de Estado do reinado de D. João V (1707-1750); a de Negócios Interiores e do Reino, a da Marinha e Domínios Ultramarinos e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>102</sup>. É importante mencionar, que no período de 1777 até 1792, D. Maria assume o poder monárquico resultante da morte de D. José I. Este período denominado “Viradeira” caracterizou-se por mudanças no âmbito administrativo, do qual Jorge Pedreira e Fernando Costa asseveram que:

[...] jogou-se durante muito tempo a avaliação política do pombalismo e da reação antipombalina, sendo tanto um como a outra as referências centrais da história portuguesa contemporânea: os admiradores de Pombal viram o reinado seguinte como a destruição da obra do marquês; seus opositores consideravam-no o fim de uma era de opressão e de violência despótica (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 33).

Nesta assertiva, está claramente definido o modelo de gestão mariana, que se opôs à política rigorosa de Pombal, pela qual começa a desenhar uma nova geopolítica de aguda característica moderada. Esta observação sinalizada pelos autores acima, deve ser levada em consideração no que diz respeito à longa gestão de Melo e Castro, pois na análise de Virgínia Valadares, a gestão de Melo e Castro de atuação política autoritária e conservadora das ideias de seu tempo, se utilizou do poder de conhecimento diplomático para manter-se em cargos públicos em mais de uma gestão de correntes ideológicas diversas (VALADARES,1998).

---

<sup>100</sup> VALADARES, Virgínia M. T. **Trajetória do homem e do estadista Melo e Castro**. Cadernos de História, v. 3, n. 4, p. 36-46, 17 nov. 1998. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1690>. Acesso em: 12 maio 2020.

<sup>101</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

<sup>102</sup> ALMEIDA, Felipe Pessanha de. **A Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra**. Cadernos Mapa n.6, Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

A quarta coluna do Quadro 07, demonstra o tipo de viagem e os objetivos de cada viagem científica e, de modo geral, evidencia os interesses da metrópole portuguesa, bem como, o de incrementar o envio de amostras dos três reinos da Natureza, (zoológicos, botânicos e mineralógicos) para os institutos de pesquisa, como o Museu de Portugal e de Coimbra. A pesquisa de Magnus Roberto Pereira no artigo “O conhecimento científico da caatinga no século XVIII” (2012) já havia sinalizado os interesses dessa referida gestão, sobre o qual especifica o quantitativo de algumas amostras do reino animal:

Devido a parceria entre o ministro e o governador Manoel da Cunha Meneses (1774-1779), Pernambuco tornou-se um centro de remessa de aves tropicais para Portugal, muitas vezes acompanhadas de outros animais e de curiosidades. Foram feitas dezenas de envios de viveiros de pássaros, por vezes com mais 100 animais cada. [...] A Bahia não ficou atrás e dali seguiram mais de 70 remessas de pássaros e outros animais. (PEREIRA, 2012, p. 115).

O envio dessas remessas científicas obedecia às normas de orientação dos manuais e exigia dos naturalistas luso-brasileiros, uma espécie de relatório descritivo, delineando além da localização geográfica, a descrição científica relacionada aos três reinos da Natureza. Esse processo de informativo sobre os três reinos da Natureza, muitas vezes, informa Ermelinda Pataca, que contou com a colaboração dos indígenas, principalmente nas pesquisas desenvolvidas pelos missionários, a exemplo de frei José Marianno Velloso.<sup>103</sup>

Nesse mesmo período de envio de amostras, o império luso esteve ocupado com outras demandas geopolíticas, devido ao envolvimento da administração portuguesa na Guerra dos Sete anos (1756-1763), um ano após o terremoto que destruiu Lisboa. Pressupomos que as questões geopolíticas militares e de fronteiras estariam em primeira ordem (GASPARRI; ATHOR; ÁVILA, 2017). Neste sentido, Manuel Correia de Andrade (1989, p. 13) adverte que “[...] dos meados do século XVIII até o início do século XIX, o Brasil procuraria precisar melhor as suas fronteiras, resolvendo, por arbitragem internacional ou por tratados diretos, questões de limites [...]”.

---

<sup>103</sup> PATACA, Ermelinda Moutinho. **Coleta, transporte e aclimação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822). Museologia & interdisciplinaridade.** Vol. 5, nº 9. Jan/jun de 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17247>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Segundo o autor, este período fazia parte da segunda fase dos interesses geopolíticos imperiais de Portugal, logo, um período de tensões fronteiriças. Portanto, esses interesses geopolíticos lusitano evidenciavam um dos motivos em que os investimentos relacionados a investigação da Natureza, à luz da História Natural não tiveram destaque maior comparado ao período joanino.

Em relação a coluna “Capitania e/ou rotas imprecisas” não encontramos na nossa pesquisa bibliográfica nenhuma rota geográfica delimitada com precisão e, muito embora não tenhamos esses dados, optamos em localizar as pesquisas de campo por capitania e concluímos que nesse período, a maior parte dessas viagens científicas se deram em direção ao interior, ou seja, no sertão da América portuguesa.

Mais adiante, continuaremos a discussão sobre a política territorial da gestão de Rodrigo de Sousa Coutinho no período de 1796 a 1810. A entrada de Sousa Coutinho nessa pasta ministerial somente foi possível em função do falecimento de Martinho Melo e Castro no ano de 1795 (VALADARES, 1998, p. 33). Sousa Coutinho não reformulou a estrutura hierárquica administrativa, representada na figura 03, abaixo descrita.

**Figura 03** – Hierarquia da Administração Colonial das Viagens Científicas da América Portuguesa



**Fonte:** Arquivo Nacional/Memória da Administração Pública Brasileira. Organização da autora, 2020.

**Notas:**

(1) O cargo de governador-geral se caracterizava como um servidor da monarquia portuguesa, provido de poderes com certos limites e dignidade real, exercido no território colonial, por delegação real, poderes que eram próprios do ofício régio. A criação do cargo de Governador-geral se deu em 1548 e a partir de 1720 todos os Governadores-gerais passaram a deter o título de Vice-rei.

(2) O cargo de capitão e governador das Capitanias foi criado em 1534 a 1808 e instituído para a administração das capitanias hereditárias na América. A doação mais antiga que se conhece é a da Capitania de Pernambuco, oferecida a Duarte Coelho.

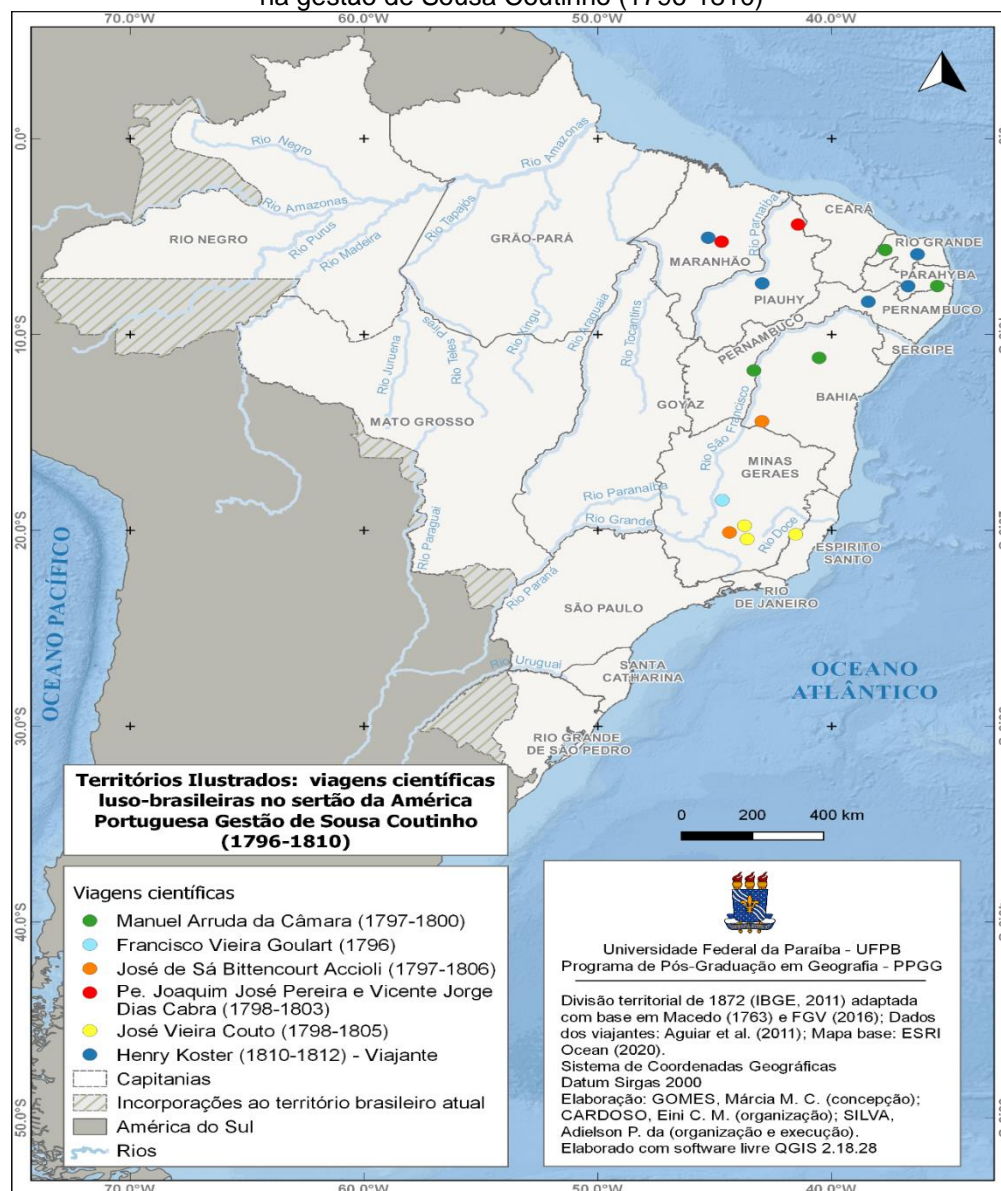
O Fluxograma apresentado na Figura 03 acima, demonstra a estrutura hierárquica das relações de poder na administração colonial, que se manteve no governo de D. José e com poucas mudanças no governo de D. Maria<sup>104</sup>, o que não descaracterizou a estrutura. As alterações mais significativas se deram no período joanino a partir de 1808<sup>105</sup>. O fluxograma também evidencia a organicidade de poder centralizado sob o comando da metrópole e demonstra a dinâmica político-administrativo territorial, relacionado às viagens científicas luso-brasileiras nas duas gestões acima mencionada. A dinâmica no contexto da rede de fluxo comunicativa para chegar até o naturalista viajante no território colonial, eram concretizadas pelo “vai e vem das cartas”, e conforme o Mapa 04, abaixo descrito, a gestão de Sousa Coutinho (1796-1810) deu continuidade à política territorial das viagens científicas.

---

<sup>104</sup> ARQUIVO NACIONAL (Mapa da Administração Pública Brasileira). Essas secretarias foram mantidas após as reformas empreendidas por Pombal, que em 1761 cria uma instância destinada ao controle fazendário, o Erário Régio, elevado à categoria de secretaria de Estado no reinado de d. Maria, em 1788. Fonte: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>. Acesso em 15 de maio de 2020.

<sup>105</sup> O ARQUIVO NACIONAL (Mapa da Administração Pública Brasileira) descreve que a diminuição da jurisdição e dos privilégios dos capitães e governadores se deu pela compra gradativa das capitanias pela Coroa. [...] no século XVIII, com a política de centralização de d. João V (1707-1750) e por Pombal (1750-1777) [...]. No entanto, não significou o fim da divisão da colônia em capitanias, que continuaram a ser geridas pelos capitães e governadores. Fonte: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/415-capitao-e-governador-de-capitania2> . Acesso em: 15 maio 2020.

**Mapa 04 – Territórios Ilustrados: viagens científicas luso-brasileiras no sertão da América portuguesa na gestão de Sousa Coutinho (1796-1810)**



**Fonte:** IBGE, 2011, adaptada com base em MACEDO, 1763 e FGV, 2016.

O Mapa 04 também representa uma síntese do ordenamento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, na gestão de Sousa Coutinho (1796-1810). Todos os pontos distribuídos no território colonial representam as pesquisas desenvolvidas *in loco* pelos naturalistas viajantes, concentrados no sertão das capitanias do norte e de Minas Gerais. Ressaltamos, Sousa Coutinho, na sua gestão de 14 anos que deu continuidade ao modelo de ordenamento territorial das viagens científicas luso-brasileiras, iniciada por Martinho Melo e Castro, nos quais observamos que houve aproximadamente 14 pedidos de mando de investigação da

Natureza no território colonial, exceto as 04 viagens de Henry Koster, conforme expresso no Quadro 08, abaixo descrito.

**Quadro 08 - Viagens científicas luso-brasileiras: gestão de Sousa Coutinho (1796-1810)**

<b>Nº viagem</b>	<b>Período</b>	<b>Natura/Viaja. e Viajante</b>	<b>Tipo de Viagem (Objetivos)</b>	<b>Capitania e/ou (Rotas imprecisas)</b>
<b>02</b>	1797/1800	Manuel Arruda da Câmara Naturalista viajante	<b>Viagem científica</b> (Botânicas e minerais; Salitre, algodão)	<b>Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio São Francisco e Maranhão</b> <b>Rota:</b> Pirauá, Serra Cajueiro (Borburema); Rio São Francisco e Jacobina.
<b>02</b>	1796	Francisco Vieira Goulart Naturalista viajante	<b>Viagem científica</b> (Pesq. Mineral - salitre ou nitrato de potássio)	<b>São Paulo</b> <b>Rota:</b> Imprecisa
<b>03</b>	1797/1806	José de Sá Bittencourt Accioli Naturalista viajante	<b>Viagem filosófica</b> (Pesq. mineral, salitre, ferro, algodão, mandioca).	<b>Bahia e Minas Gerais</b> <b>Rota:</b> Serra de Montes Altos e Sabará
<b>04</b>	1798/1803	Pe. Joaquim José Pereira e Vicente Jorge Dias Cabral Naturalista viajante	<b>Viagem científica</b> (Pesquisa Mineral-Salitre, cochinha, anil e quina, inventário dos recursos hídricos).	<b>Maranhão e Piauí</b> <b>Rota:</b> Serra Grande e Serra dos Matões (Sertões)
<b>03</b>	1798/1805	José Vieira Couto	<b>Viagem científica</b> (Pesquisa Mineral-Salitre, chumbo, ferro, cobalto, cobre, e outros).	<b>Minas Gerais</b> <b>Rota:</b> Região Serro Frio, Sabará e Vila Rica.
<b>04</b>	1810/1812	Henry Koster (Viajante)	<b>Viagem autônoma</b> (Descrição da paisagem e social).	<b>Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão</b> <b>Rota:</b> (Sertão).
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	-	-	-
<b>18</b>	<b>15 anos</b>	-	-	-

**Fonte:** AGUIAR et al, 2011. Organização da autora, 2020.

Observamos no Quadro 08, que há uma quantidade menor de naturalistas viajantes na gestão de Sousa Coutinho, porém o seu plano de atuação se deu para além desse período descrito acima. O quantitativo expresso nesse referido quadro, não elimina o plano de ação da política territorial de Souza Coutinho, que buscava dinamizar a rede de influências com os naturalistas luso-brasileiros para a execução do seu plano e fortalecer o ideal de um poderoso império português.

De modo geral, a gestão de Sousa Coutinho consiste num projeto político de poder do império português, demarcada pelo protagonismo científico das viagens

científicas luso-brasileiras. A política de mando da Secretaria de Estado pesquisas de investigação da Natureza implementadas nos territórios coloniais deram continuidade ao conjunto de reformas ilustradas em que curso. Nesta direção, José Otávio Aguiar afirma, que a gestão de Sousa Coutinho atuava numa estratégia política em que agregava a incorporação das atividades científicas e de:

[...] racionalizar a exploração colonial e garantir a lealdade dos súbditos de além-mar, frente ameaça que os exércitos e as ideias da França representavam para a metrópole lusitana. Sua política de valorização dos saberes científicos afirmava-se contra uma série de tendências que neles viam, dada a sua associação com os pressupostos da ilustração, um meio de penetração de pressupostos subversivos à ordem vigente. Muitos cientistas naturais foram perseguidos em Portugal sob a alegação de que eram ateus ou portadores das “perigosas ideias francesas” (AGUIAR, 2011, p. 17-18).

Dessa assertiva, percebemos que os saberes científicos estariam na esteira de sua atuação administrativa e concatenada com os elementos geopolíticos frente ao jogo ideológico sobre o possível enfraquecimento da monarquia e diante dos levantes coloniais. Neste sentido, dentro do planejamento estratégico ultramarino de Souza Coutinho, buscava dinamizar a rede de influências com os naturalistas luso-brasileiros para a execução do seu plano e fortalecer o ideal de um poderoso império português.

Na ordem do seu poderoso projeto político-administrativo, seu campo de atuação estava voltado para os territórios coloniais, logo, sua preocupação central estaria relacionada às questões geopolíticas e de recuperação econômica do império português em crise, pois nesse período houve mudanças sociais externas; ao tempo que havia condições comerciais favoráveis. Nessa direção, Nuno Monteiro, assinala que:

[...] o fim do século foi marcado por uma notável prosperidade comercial. Para os anos de 1796-1807, [...] a reexportação de produtos coloniais manteve o papel dominante nas exportações portuguesas, correspondendo a quase dois terços do seu valor total. A novidade está na crescente procura europeia do algodão brasileiro, com um peso cada vez mais relevante, a par da exportação cada vez mais significativa do cacau e do café (MONTEIRO, 2014, p. 141.)

Essa afirmação permite-nos compreender que as investigações da Natureza realizada pelos naturalistas viajantes luso-brasileiros, estão diretamente relacionadas ao empreendimento colonial de ordem econômica, onde sobretudo a agricultura e, nesse contexto, o algodão, foram uma das preocupações centrais nas investigações de Arruda da Câmara. No ano 1792, o naturalista, Arruda da Câmara elabora um trabalho em que sinaliza um comunicado, como uma espécie de boletim informativo aos agricultores, intitulado “Aviso aos lavradores: Sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão [...] para o aumento da colheita e, em 1797 publica “Memória sobre a cultura do Algodão, que em outro momento, dedicaremos maior atenção.

Para além do algodão, havia uma preocupação central na ordem da política administrativa Ultramarina de Souza Coutinho relacionada às questões geopolíticas e econômicas do império português, que basicamente era a de “[...] resolver a dependência portuguesa da importação de potassa e de salitre, problema que comportava uma vertente científica” (PEREIRA, 2014, p. 500).

A potassa<sup>106</sup> conhecida pela aplicação industrial na fabricação do vidro e do sabão; no caso do salitre, conhecido pela aplicação de materiais explosivos, notadamente para produção de pólvora, era um produto disputado no passado colonial. Popularmente denominado como o “ouro branco”, Alice Baeta no artigo “A Exploração do “Ouro Branco” nas Gerais e nas Cavernas: Um breve histórico sobre degradação ambiental” (2018) afirma que no domínio francês setecentista, foi criada uma frente da Administração da Pólvora e do Salitre, coordenado pelo célebre químico Lavoisier, que demonstrava preocupação com os aspectos relacionados à produção e as explicações químicas envolvendo estes materiais. Nos domínios portugueses, segundo a autora, a Universidade de Coimbra construiu um laboratório destinado a desenvolver pesquisas com estes produtos.

Tais elementos concorrenciais na política internacional corroboraram na política estratégica de Souza Coutinho para o investimento em pesquisas nos territórios coloniais que investiu no projeto editorial<sup>107</sup> e com o apoio do Governador-

---

<sup>106</sup> NASCIMENTO, Marisa; BEZERRA, Marisa Bezerra de M. Monte e LOUREIRO, Francisco Eduardo Lapido. Potássio. **Rochas e Minerais industriais**. CETEM, 2005. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1044/3/08.SSI.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

<sup>107</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: **A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX**. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, dez. 2014. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/numeros->



geral, que cumpria determinações de informar sobre a existência de minas de salitre, de ferro e de outros metais, além de reforçar a fiscalização dos portos, os navios estrangeiros e do Reino de aportarem sem mostrar provisão régia (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

Daí, sua preocupação em encontrar reservas de potassa e de salitre nos territórios coloniais, como demonstrado no Quadro 4, cujos cinco anos de sua gestão administrativa teve como objetivo central, incumbir os naturalistas viajantes Luso-brasileiros de realizar pesquisas de prospecção mineral, bem como realizar experimentos científicos sobre a produção de salitre artificial.

Portanto, compreendemos que no período de quase meio século, o projeto político de poder e domínio colonial, protagonizado pela Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos sob duas gestões administraram e ordenaram a política de viagens filosóficas, das quais os naturalistas viajantes Luso-brasileiros da *Geração Ilustrada* estiveram submetidos. Noutras palavras, a ciência da Natureza esteve submetida, não somente aos cânones da História Natural, mas, da geopolítica do absolutismo ilustrado português e; com isso, redesenhou territórios coloniais, explorando-os contribuindo ao empreendimento colonial.

Esse projeto das viagens filosóficas seguiu lentamente, comparado ao intenso investimento depois da abertura dos portos, em 1808 com a chegada do Príncipe Regente, D. João VI junto com a família real portuguesa ao Rio de Janeiro, e com elevado aumento da presença de naturalistas e de viagens filosóficas, bem como de expedições científicas. Enquanto que em quase meio século registramos 51 viagens filosóficas, no século XIX, foram registradas 266 viagens e inúmeras obras resultantes das expedições sobre o território da América portuguesa<sup>108</sup>. Noutras palavras, a Natureza se tornou valor agregado ao mercado, ou seja, um produto de valor comercial, tornando-se objeto de investigação e esses processos estiveram diretamente vinculados à política da Coroa portuguesa.

Depois desse panorama geográfico histórico, das viagens científicas do final do setecentismo e início do oitocentismo, dedicaremos maior atenção ao protagonismo do naturalista, Manuel Arruda da Câmara, pelo desenvolvimento do

---

anteriores/topoi29/. Acesso em: 03 mar. 2020. O autor neste artigo traz à tona o detalhamento da estratégia editorial de Souza Coutinho.

<sup>108</sup> SILVA, Leonardo Dantas. Koster: **O mais fiel retratista da paisagem**. In: KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. 1ª ed, vol. 1, Tradução e prefácio Luís Câmara Cascudo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massanga, 2002, p. 09-35.

seu trabalho botânico, dando enfoque ao seu diferencial no conjunto dos naturalistas viajantes da Geração Ilustrada.

Essa assertiva deixa claro o projeto geopolítico ultramarino português através das viagens científicas, fundamentado pelas necessidades da ciência classificatória da História Natural, mas com fortes elementos de “[...] um saber geográfico que viabilizasse a expansão colonial associado às condições naturais [...]”<sup>109</sup>

Os colonos Ilustrados, ancorados na manutenção do projeto colonial e nos interesses territoriais expansionistas, dão início a uma nova rede de influências, vinculados aos estatutos da História Natural, redirecionando a geopolítica baseada num novo ordenamento territorial por meio de mapeamentos em função da exploração econômica e da política utilitária; por meio de contratação de naturalistas e viagens filosóficas e científicas, com Arruda da Câmara conduzindo suas pesquisas no sertão da caatinga.

### **2.3 Relatos de viagens científicas: representação territorializada da Natureza**

As leituras territoriais na América portuguesa por meio da literatura de viagens foram demasiadamente exploradas pelos viajantes, numa travessia que excederam os três longos séculos coloniais, cujas impressões sobre o Novo Mundo influíram decisivamente nas representações coletivas e memórias sociais, não somente no Velho Mundo, mas também contribuíram para a manutenção da própria ideologia colonialista.

Importante assinalar que os relatos de viagens no território colonial, foram fortemente influenciados pela literatura portuguesa<sup>110</sup>, circunscritas dentro de uma estrutura hierárquica do saber e de estratificação social disseminadas por representações territoriais coloniais sinônimo de espaço rudimentar, tosco e incivilizado. Esse domínio e monopólio do saber e da produção dos relatos se manteve incorporado por muito mais de um século, haja vista não conter nenhuma

---

<sup>109</sup> MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 12ª. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>110</sup> CÂNDIDO, Antônio. Letras e idéias no período colonial. In: CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: **Ouro sobre Azul**, 2006, p.100. Esse autor demonstra historicamente sobre a indivisível tradição literária portuguesa na vida social colonial, da qual afirma que somente a certa altura do século XVIII que passaram conscientemente a querer fundar ou criar uma literatura nossa, embora sem as aspirações separatistas que os românticos teriam mais tarde.

produção existente no campo das atividades da escrita e de dimensão intelectual na colônia, como mencionamos no capítulo anterior, que somente no setecentismo, chega ao Rio de Janeiro, o primeiro tipógrafo, Antônio Isidoro da Fonseca<sup>111</sup> entre 1746 e 1749, que se tornou o único caso comprovado de instalação e funcionamento de uma oficina de impressão da América portuguesa, antes da chegada da família Real em 1808.

No arco da elaboração dos relatos de viagens, a representação territorial do Novo Mundo não se limitou ao gênero textual descritivo, em que os viajantes se ocupavam em descrever a paisagem apenas pelos aspectos físicos da flora e da fauna. Ao longo do tempo, as narrativas eram também construídas pela força dos recursos gráficos como os desenhos e gravuras, vinculadas aos aspectos sociais dos lugares, notadamente das sociedades originárias, dos costumes e cotidianos.

Noutras palavras, o território colonial esteve sob o olhar dos viajantes como uma espécie de arena artística incomum para registros pitorescos e exóticos sobre plantas e animais, de mulheres e de homens considerados “primitivos e selvagens”; e que entre outros fatores, corroboraram com a complexa teia de relações territoriais, simbólicas e culturais entre Novo Mundo e o Velho Mundo.

Neste contexto, um conjunto de narrativas descritivas, associadas muitas vezes às criações artísticas sobre o território colonial foi sendo elaboradas e circuladas no mundo europeu, a exemplo da arte da pintura<sup>112</sup>, da xilogravura<sup>113</sup>, da caricatura<sup>114</sup> e da arte de elaboração de cartas e de um conjunto de técnicas

---

<sup>111</sup> BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. **Na oficina de Antônio Isidoro da Fonseca: Levantamento e análise das obras produzidas pelo primeiro tipógrafo da América portuguesa.** Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/oficina-antonio-isidoro-fonseca-levantamento-analise-obras>. Acesso em: 03 maio 2019.

<sup>112</sup> BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **A propósito d’o Brasil dos viajantes.** Revista USP, n. 30, p. 6-19, 30 ago. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25903>. Acesso em: 02 maio 2019. A autora traz uma contribuição iconográfica no período colonial relevante, cujo foco da pesquisa se refere à construção de imagens do Brasil e da América por artistas, cronistas e cientistas estrangeiros desde o século XVI.

<sup>113</sup> COSTELLA, Antônio. Fernando. **Introdução à Gravura e História da xilogravura.** 1ª ed. Campos do Jordão: Editora, Mantiqueira, 1984. O autor afirma que não há comprovação documental da xilogravura na América portuguesa. Todavia nos antigos relatos de viajantes, foi possível constatar em várias tribos o emprego de matrizes de madeira para imprimir, com tinta, desenhos ritualísticos na pele do corpo humano [...]. Mas, somente em 1860 com a criação do “Instituto Artístico” abre um curso de xilografia no Rio de Janeiro. (p.50-56).

<sup>114</sup> BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **O rio na caricatura.** Rio de Janeiro: Catalogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional, como contribuição aos festejos do 4º Centenário da Cidade. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965. A Exposição “O Rio na Caricatura” foi organizada em 1965 pela Biblioteca Nacional, através do caricaturista Alvarus, de pseudônimo de Álvaro Cotrim. No Catálogo desse evento, apresenta a importância histórica artística dado à arte da caricatura e

cartográficas<sup>115</sup>. Esses trabalhos de ilustrações foram correntes, por meio das artes gráficas da litografia, que consistia em método de impressão sobre papel, por meio de prensa, uma espécie de escrito ou um desenho executado com tinta graxenta sobre uma superfície calcária ou uma placa metálica, de zinco ou alumínio<sup>116</sup>.

Nesse processo histórico, determinadas representações territoriais – que incluíam aspectos sociais e paisagísticos - ruíram no decorrer do tempo; outras, porém persistiram como heranças culturais, das quais delinearão traços sociais e culturais da sociedade colonial, tornando-as mais tarde, parte da identidade da cultura nacional. Nesta direção, a pesquisadora Carmem Lícia Palazzo-Almeida, evidencia notadamente no livro “Entre utopias e razão: Os olhares franceses sobre o Brasil” sobre as permanências dos mitos medievais na sociedade moderna, bem como identifica que, no Dicionário de Literatura Medieval galega e portuguesa de autoria de Giulia Lanciane e de Giuseppe Tavani, que a Europa medieval produziu um relevante conjunto de textos que classificaram como ‘literatura de viagens’ (PALAZZO-ALMEIDA, 2002, p.34).

Sem pormenorizar a discussão, Paul Claval no livro “Epistemologia da Geografia”, (2014) dedica proficuamente o primeiro capítulo sobre as Geografias vernaculares<sup>117</sup> e observa que na passagem da sociedade simples para as

afirma que se iniciou na França, mas que, somente se deu atenção devida, quando entrou no Dicionário da Academia em 1762. Todavia, o "termo de pintura oriundo do italiano" [...] É o mesmo que "charge". No Brasil surge em 1837 na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no Jornal do Comércio. Disponível em: Biblioteca Digital [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon693341.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon693341.pdf). Acesso em: 01 mar 2020. Conferir também: LIMA, Herman de Castro. História da caricatura no Brasil. (1963).

<sup>115</sup> ADONIAS, Isa e FARIAS, Maria Dulce. **A cartografia no Brasil colonial**. In: Cartografia histórica do século XVI ao XVIII. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/a-representacao-cartografica-no-brasil-colonial-na-colecao-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 03 de mar 2020. Os autores afirmam que a primeira representação cartográfica do Brasil aparece no planisfério de Juan de la Cosa, de 1500, mostrando a Costa do Norte até as proximidades da Ponta do Mucuripe (Ceará), cujo traçado revela conhecimento que se prendem à viagem Yañez de Pinzón. Quanto aos documentos cartográficos portugueses que retratam o Brasil, o primeiro foi o denominado Planisfério de Cantino, existente na Biblioteca de Estense, em Módena (Itália), foi elaborado em 1502 por um cartógrafo português anônimo.

<sup>116</sup> PACIORNIK, Vitor Flynn. **A invenção da litografia o tratado de Alois Senefelder**: Relatório final de Iniciação Científica. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/webform/projetos/bolsistas/43.Relatorio%20final\\_Vitor%20F%20Paciornik.pdf](http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/webform/projetos/bolsistas/43.Relatorio%20final_Vitor%20F%20Paciornik.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020. O autor descreve com detalhes o processo da litografia, sobre os processos químicos, as pedras, as tintas, cores, vernizes, como também sobre os instrumentos e utensílios necessários.

<sup>117</sup> CLAVAL, Paul. CLAVAL, Paul. **Geografias vernaculares e recenseamentos administrativos**. In: CLAVAL, Paul. Epistemologia da Geografia. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. 2ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. O autor explica as formas e conteúdo das geografias pré-científicas, qualificadas como etnogeografias e que se diferenciam de uma cultura a outra. Compreende por geografia vernacular o conhecimento restrito aos saberes-fazeres das

sociedades hierarquizadas mais complexas, as formas do saber geográfico não se deram instantaneamente, garantindo em certa medida, o legado memorialista dos saberes-fazer geográficos das sociedades simples; uma vez que os novos tipos de discursos geográficos vão surgindo na medida em que as sociedades vão se tornando mais complexas. Nesta direção, demonstra Paul Claval que desde a Idade Média, as narrativas e discursos geográficos de viagem provocavam fascínio a uma determinada classe social europeia, afirmando que:

As elites são igualmente apreciadoras de narrativas que tratam dos hábitos, das festas e costumes dos povos estrangeiros, das práticas religiosas e das formas que assumem as instituições políticas. As narrativas de viagens permitem responder as essas curiosidades. Seu sucesso é grande, mesmo sendo fictícias, como as de Manderville (1480) na Idade Média. A estrutura normal das narrações que são elaboradas é simples o texto é construído sobre um itinerário onde são evocados os encaminhamentos e as diferentes etapas (CLAVAL, 2014, p. 45).

Na compreensão deste autor, as elites europeias tiveram curiosidades geográficas, cujas narrativas contidas nos relatos de viagens, agregavam os novos tipos de discursos geográficos, porém ainda apresentava uma estrutura narrativa simples, cujo eixo central na construção do esquema textual continha aguda imagem figurativa de acontecimentos fictícios, imaginários e de forte cunho medieval e religioso nas narrativas de viagens.

Todavia, os relatos de viagens sobre o Novo Mundo se propagaram e desde a metade do setecentismo e com maior pujança no oitocentismo em diante, sobretudo, no período joanino com a abertura dos Portos<sup>118</sup> e os Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Grã-Bretanha<sup>119</sup> propiciaram “[...] a presença de estrangeiros [...] dando causa ao aparecimento de relato de viajantes acerca dos

---

sociedades mais simples, que combinam uma grade de informações geográficas transmitidas pela palavra, portanto, uma estrutura narrativa de elaboração simples com destaque a itinerários geográficos memorizados pelo cotidiano, graças à observação contínua do traçado topográfico.

<sup>118</sup> Providência tomada por D. João VI ao aportar na colônia portuguesa, assinado em 28 de janeiro de 1808 a Carta ao Conde de Ponte, admitindo nas Alfândegas do Brasil toda e qualquer mercadoria estrangeira, ao tempo que permitia a exportação de produtos da terra, à exceção do pau-brasil, para os países que se conservaram em paz com a Cora Portuguesa. Conferir o manuscrito no Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1157496/mss1157496.html#page/1/mode/1up](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1157496/mss1157496.html#page/1/mode/1up). Acesso em: 15 mar. 2020.

<sup>119</sup> Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/expo/djoaovi/cronologia.html>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

habitantes, vida social, flora, fauna e aspectos outros que precederam e sucederam a independência da própria colônia” (SILVA, 2002, p. 15-16).

Os historiadores André F. Rodrigues, José Otávio Aguiar e Wilton Carlos L. da Silva, trouxeram à tona o debate sobre a literatura de viagens, especificamente no livro publicado em 2013 e intitulado “Literaturas de viagem: fauna, a flora e a etnografia brasileira” cuja discussão no primeiro momento, esteve em torno das imagens dos índios construídas pelos viajantes, através da carta de Américo Vespúcio e do relato de Hans Staden<sup>120</sup> nos primeiros séculos de colonização.

No segundo momento, abordaram sobre a literatura de viagem com ênfase na descritiva e realista do missionário Jean de Léry, através do relato – semelhante a um diário - sobre a visão e observações etnológicas (tupi-guarani) e, sobretudo do seu inventário da Natureza.

Além dessas perspectivas, os autores discutiram também questões pertinentes sobre o relato do jesuíta Antonil, que retratava a transformação da Natureza e; por fim, apresentaram outros dois debates que estiveram circunscritos no âmbito da Natureza, ou seja, como era vista pelo aventureiro Richard Burton, que viajou pelo interior do Brasil, e pelo naturalista viajante luso-brasileiro, Manuel Arruda da Câmara, destacando o seu trabalho de campo e como os seus saberes científicos, através da Botânica, tiveram papel relevante, enquanto missão pedagógica.

Sem pormenorizar toda a discussão, esses autores asseveram que no final do setecentismo, o aumento da produção, da circulação e da propagação de relatos de viagens - dado ao relevo da História Natural - além de satisfazer a curiosidade do europeu sobre o outro, estaria relacionado com a ruptura definitiva na estrutura de uma narrativa descritiva em oposição à narrativa fantástica.

Além do mencionado ‘divisor de águas’ na estrutura das narrativas, os historiadores advertem também, que frequentemente as análises historiográficas sobre os relatos de viagens e dos cronistas limitam-se a duas questões centrais; amiúde as abordagens descritivas traduziam uma percepção mecanicista, bem como, demonstravam ausência de contextualização histórica, reduzindo os relatos

---

<sup>120</sup> “**Viagem ao Brasil**” (2012) traduzido pela primeira vez em 1892 pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, mas publicado em 1557 na cidade de Marburg, em Hessen, na Alemanha. Hans Staden, cronista prestigiado no Quinhentismo, no frontispício da edição original (traduzido) informa “Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais, situado no Novo Mundo América...”.

às subjetividades particulares. Após assinalar a crítica sobre as análises historiográficas acerca dos relatos de viagem, os autores acima mencionados, compreendem que:

O relato de viagem não traz em si somente uma descrição de lugares exóticos ou costumes estranhos, mas a fusão entre dois mundos, em que a linguagem e o espaço se mesclam na constituição de um novo alicerce simbólico, espaço no qual o pensamento humano possa produzir uma ordenação entre os seres, uma classificação que possibilite, através de similitudes e diferenças, uma apropriação total. (RODRIGUES, AGUIAR e LIMA DA SILVA, 2013, p. 10).

Neste sentido, os relatos de viagem não se restringem a uma descrição geográfica e nem a subjetividades particularidades; neles contém elementos que desnudam visões hegemônicas de quem escreve – o estrangeiro europeu – eivado de sensações, impressões e interesses sobre o outro e sobre um ignoto e exótico território, que possibilita evidenciar uma narrativa repleta de simbologia criadora de encontro e desencontro de mundos.

Acrescentamos nesta análise, que aos confrontos territoriais, incluem-se também conflitos com as sociedades originárias e o confronto com uma Natureza exótica, mas, sobretudo, necessária à acumulação de riqueza. Portanto, para uma apropriação total desse território desconhecido, a técnica de coletar, de sistematizar, de descrever e de classificar os seres vivos amparados pelo estatuto da História Natural, suplantou a carga emotiva e religiosa nos relatos de viagem inicialmente elaborados.

Existiram outros tipos de relatos descritos em outras formas de documentos e, que foram expressas manifestações humanas e do meio social em que se vivia na colônia, nas entrelinhas de documentos oficiais. Nesta direção, Antônio Cândido, explica que no longo período, do século XVI ao meio do século XVIII, as formas de manifestações literárias tiveram as seguintes peculiaridades:

Os homens que vieram para o Brasil [...] com mente fundadora, a partir de 1530, tiveram inicialmente necessidade de descrever e compreender a terra e os seus habitantes, com um intuito pragmático necessário para melhor dominar e tirar proveito. Ao mesmo tempo, precisaram **criar os veículos de comunicação e impor o seu equipamento ideológico, tendo como base a religião católica.** Tais homens eram administradores e magistrados, soldados e agricultores, mercadores e sacerdotes, aos quais devemos os primeiros escritos feitos aqui. Esses escritos são descrições do país

e seus naturais, relatórios administrativos ou poemas de fundo religioso, destinados ao trabalho de pregação e conversão dos índios [...] (CÂNDIDO, 1999, p. 16-17 grifos nossos).

A primeira relevância mencionada por Cândido se refere à advertência relacionada ao tipo de gênero textual – o relato – caracterizado pela descrição produzido na colônia, que necessariamente não esteve associada às descrições de viagens. Além desta observação, o autor faz uma análise crítica ao poder ideológico permeado pelos escritos nos relatórios administrativos, baseado no fundamento religioso, sobretudo jesuítico. Diante dessa análise, compreendemos que esses escritos materializados, sejam em formas de viagens ou em relatórios administrativos exerce uma função social dentro de um processo de comunicação.

Assim sendo, compreendemos que boa parte da documentação oficial dos governos de Portugal como alvarás, correspondências de governadores, doações, forais, livros administrativos, leis, mandatos, ordens régias, patentes, provimentos eclesiásticos referentes aos séculos XVI ao XVIII, contém escritos em forma de pequenos relatos, que permitiram revelar não somente descrições da flora e fauna, mas de fatos do cotidiano e problemas de ordem política-territorial-econômica, além de variadas esferas da vida social da colônia, ligados às festas, escândalos, desavenças judiciais, problemas de fronteiras, invasões, expansão e ocupação no interior, problemas de abastecimento de águas e também no ensino<sup>121</sup>.

Voltemos à discussão dos relatos de viagens do período que se teve maior relevo da História Natural, em que pese um universo robusto de valores qualitativos ao território do Novo Mundo, da qual os naturalistas viajantes entusiasmados pelos estudos classificatório das plantas e dos animais produziram, também juízo de valores e dimensões subjetivas da existência cotidiana das sociedades originárias que viviam na América portuguesa. Assinalamos também, que os relatos de viagens estão diretamente vinculados as viagens ou expedições, sejam elas, exploratórias, administrativas ou científicas.

---

<sup>121</sup> Constatamos esse universo da escrita em documentos oficiais como aluna ouvinte, no semestre 2019.1, na disciplina de Paleografia, ministrada pelo prof. Dr. Acácio José Lopes Catarino no Curso de História da Universidade Federal da Paraíba – Campus I. Esta disciplina tinha como um dos objetivos contextualizar os elementos constitutivos do universo da escrita, em especial a escrita de matriz latina em seus enraizamentos lusófonos modernos em que envolveu técnicas de leitura da documentação antiga, especificamente luso-brasileiro. Ao ter contato com documentos manuscritos (fólios digitalizados datados do século XIX ao XVI) aprendemos a técnica de transcrição paleográfica, bem como, discutimos o conteúdo escrito nas fontes documentais e verificamos os relatos descritos pelos escrivães, que dimensionavam questões de ordem geopolítica e outros fatos do cotidiano como conflitos territoriais, problemas de abastecimento d'água, de transporte, de iluminação pública.



Os relatos de viagens fazem parte de uma das produções materiais introduzidas dentro do empreendimento das viagens e expedições científicas pelas veredas do Iluminismo entre o crepúsculo do século XVIII e alvorecer do XIX, quando a História Natural esteve atrelada a política administrativa pombalina da Coroa portuguesa, articulada ao projeto colonial, empreendendo esforços financeiros e subsidiando as expedições científicas, denominadas inicialmente de “viagens filosóficas” nas suas colónias (da África e da América) para investigação da Natureza, com fins utilitários ao desenvolvimento da agricultura.

Nesta discussão temática sobre as viagens científicas, assinalamos anteriormente que o empreendimento de viagens contava com um robusto aparato técnico e de especialistas que corroboraram não somente, em construção de mapas, mas de documentos escritos, comumente denominados, de relatos de viajantes. Assinalamos também que ao longo do período colonial, as viagens tiveram objetivos distintos e finalidades específicas, notadamente pelo avanço das forças produtivas<sup>122</sup> e da ciência desenvolvida no “Século das Luzes”, das quais as ciências naturais cooperaram de forma colossal.

Muitos dos relatos tornaram-se objetos de estudos pelos pesquisadores, a exemplo do trabalho de investigação minucioso e de riqueza documental, mergulhada em fontes iconográficas e da literatura, realizada por Ana M<sup>a</sup> de Moraes Belluzo, em seu livro “O Brasil dos viajantes: Imaginário do Novo Mundo” lançado em 2000, numa edição preciosamente ilustrada, faz uma reflexão, cujos elementos centrais de análise estiveram em torno das representações, visão e mentalidade dos viajantes europeus (artistas, cronistas e cientistas) dos primeiros séculos de colonização diante do território desconhecido do “Novo Mundo”.

Nestas viagens, a representação da América portuguesa esteve baseada nas observações dos viajantes estrangeiros, cujos aspectos da Natureza exuberante e da exótica sociedade originária eram notabilizados e tecidos por elaborações artísticas, através de pinturas e xilogravuras; bem como, descritos em crônicas e relatos. Nesta produção diversa, imprimiram uma visão sobre o território desconhecido sobre o Novo Mundo.

---

<sup>122</sup> NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: Uma Introdução crítica**. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2012. Os autores explicam com maiores detalhes sobre “forças produtivas, relações de produção e modos de produção.

No que tange ao século XVIII, em que houve um expressivo crescimento na formação de naturalistas viajantes, evocado pela atmosfera nascente da História Natural, Belluzo em seu estudo iconográfico, centrado na representação visual de símbolos e em imagens com suas correspondentes concepções através do desenho e da pintura, evidencia que a História Natural lineana influenciou uma geração de naturalistas Luso-brasileiros, no tocante:

[...] à iconografia realizada no ciclo das expedições científicas que percorrem o Brasil, os preceitos de Lineu incidem sobre a mentalidade da geração de brasileiros formada em Portugal, que responde às encomendas de Portugal: desenhistas da Viagem Filosófica, nas expedições do frei Veloso e de **Arruda Câmara**. (BELLUZO, 1996, p. 18, grifo nosso).

Tais considerações demonstram que o modelo científico lineano classificatório dos seres vivos, acompanhado das observações empíricas e desenhos botânicos, influenciou uma quadra de naturalistas viajantes na prática investigativa, ao passo que também construiu bases de representação do território ambiental na América portuguesa. No que pese a menção aos naturalistas viajantes e de nosso destaque à Arruda Câmara, faremos uma análise mais detida no terceiro capítulo sobre essa influência lineana, onde essa assertiva sinaliza como foi realizado o trabalho de campo de Arruda da Câmara nos sertões da caatinga.

O trabalho de Luís Adão Fonseca no artigo “O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16” (1992), traz uma significativa reflexão sobre o imaginário Atlântico do maravilhoso, tanto do fantástico quanto do monstruoso. De suas considerações, o que nos chamou a atenção, se deu no campo da reflexão espacial, dos quais estão contidas duas principais dimensões residentes na ideia do espaço do desconhecido. O Atlântico, mar aberto, ainda sem referências concretas de suas fronteiras, residiu no imaginário português como um espaço do ignoto e da aventura, do risco, do perigo.

Ao que nos parece, partindo da realidade concreta, a contradição esteve presente no imaginário português baseado entre a proeza da conquista e o medo do desconhecido na complexa empreitada das viagens marítimas, que, segundo o autor, os navegantes construíram uma geografia imaginária do desconhecido, a partir das raízes culturais tanto de textos bíblicos quanto de fontes da Antiguidade.

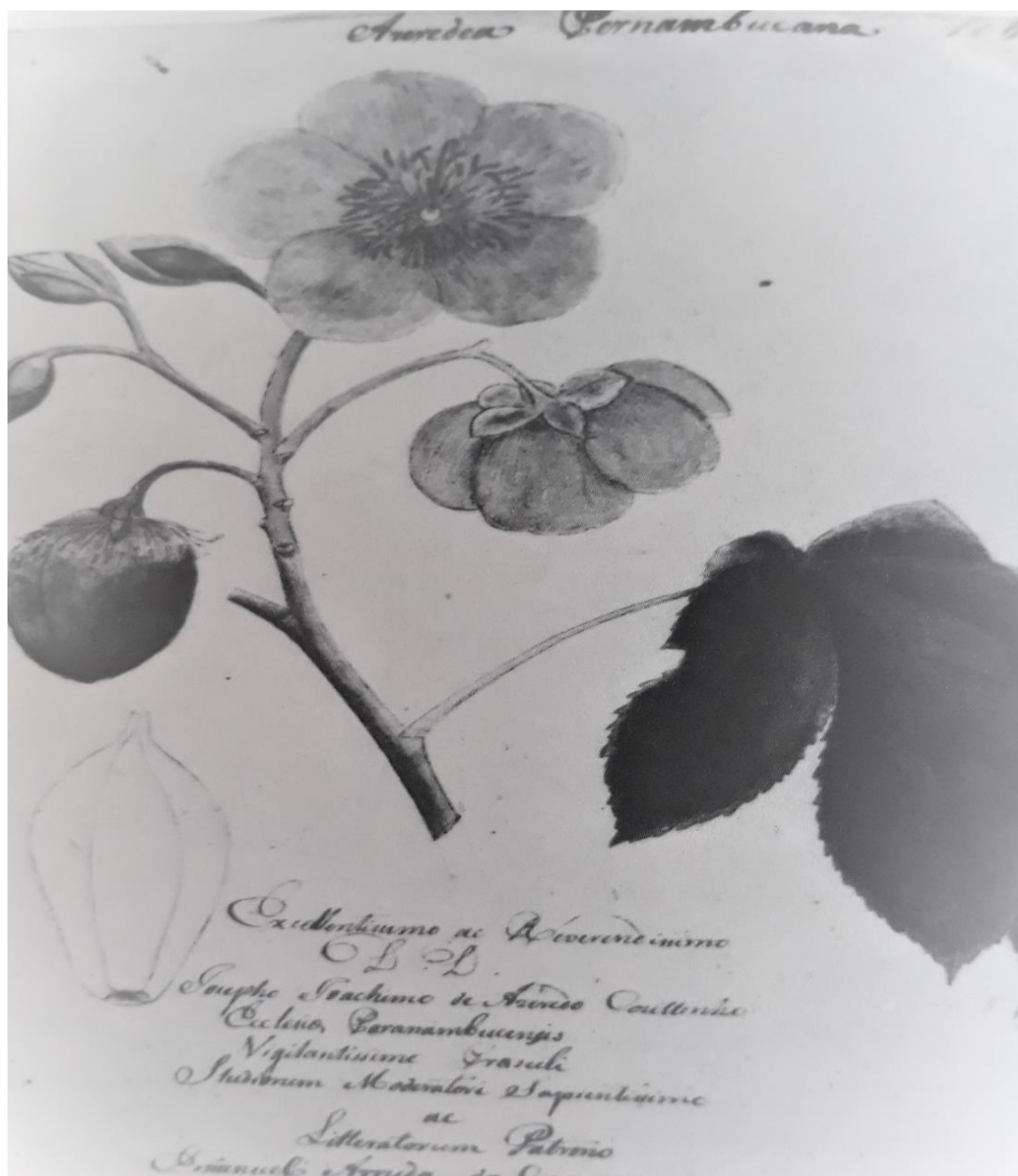
Nesta linha interpretativa, destacamos um dos trabalhos de Ronald Raminelli, intitulado “Viagens e História Natural dos Séculos XVII e XVIII”, onde se faz uma reflexão em que demonstra também (2001, p. 45) que “[...] os viajantes rompiam com o maravilhoso, afastavam-se da tradição, concebendo o conhecimento como fruto da experiência e do controle sobre o mundo natural”. Para este autor, a ciência, sobretudo a História Natural, junto com os avanços técnicos, banuiu com o caráter dogmático tradicional da escolástica, corroborando no domínio sobre a Natureza.

Neste contexto, os naturalistas viajantes se guiaram por leituras territoriais do arroubo juvenil da História Natural em ascensão, norteadas pelo modelo classificatório lineano e buffoniano sobre a Natureza. Logo, as representações territoriais não estavam isentas da ideologia geográfica eurocêntrica da colonização nos relatos de viagens; muito bem respaldado pelo Estado monárquico português, que garantiu a manutenção do trabalho dos naturalistas viajantes e de viagens científicas, como uma das formas de poder e domínio territorial.

Logo, investigar a Natureza no Novo Mundo, serviria ao sistema colonial mercantil português, como estudo prospectivo, baseado em estudos investigativos da Natureza nos territórios coloniais para se tornar em uma possível área geoeconômica e/ou serviria como um simples “laboratório à céu aberto” com vistas a manutenção e acúmulo de conhecimento, fomentada pela criação de instituições científicas, a exemplo dos jardins de aclimação de plantas exóticas, na domesticação de animais e no incentivo de atividades agrícolas.

Portanto, para compreendermos o contexto da *Geração Ilustrada* dos naturalistas viajantes luso-brasileiros, incluindo, Arruda da Câmara, no período do final do século XVIII e início do século XIX, cuja atuação na realização de pesquisas no campo de investigação da Natureza nos territórios coloniais, cumpre discutirmos como se estruturou o trabalho do naturalista viajante na América portuguesa.

## CAPÍTULO III

O LEGADO TERRITORIAL DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA: A FORMAÇÃO  
E A ROTA DAS VIAGENS CIENTÍFICAS NO SERTÃO DA CAATINGA**Figura 04**– Ilustração Botânica de Manuel Arruda da Câmara e Pe. João Ribeiro Pessoa Montenegro

Fonte: CAMARA, Manuel Arruda da. In: MELLO, José A. G. de. Obras reunidas, 1982.

Nesse capítulo apresentamos uma discussão sobre o legado territorial da família patriarcal Arruda Câmara com o propósito de investigar se o vasto domínio territorial e patrimonial familiar serviu como alicerce e suporte para as futuras viagens científicas e estudos botânicos do naturalista viajante Arruda da Câmara. Ainda assim, provocamos uma discussão territorial relacionada com questões históricas polêmicas da sua naturalidade, da sua inserção no ensino religioso e da sua atuação política. Logo em seguida, procuramos situar a inserção do jovem Arruda da Câmara em duas Universidades europeias, primeiro, em Portugal e depois na França no contexto de sua geração ilustrada, que resultou na sua formação de Medicina, mas com atuação na botânica. Em face do seu retorno da Europa, realizamos uma discussão em torno das suas viagens científicas no sertão da caatinga, representadas em mapas.

### **3.1 O legado territorial familiar de Arruda da Câmara na manutenção de poder no sertão da caatinga**

O legado de poder patrimonial e domínio territorial da família patriarcal Arruda Câmara derivou de processos articulados com as formas imperativas de ocupação, exploração e povoamento do território, fruto do modelo de colonização portuguesa; muito embora no final do século XVIII o pacto colonial estivesse entrando em colapso, por pressões do capitalismo industrial nascente, não suportando o modelo do exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, o poder político-administrativo centralizador se manteve mesmo à distância até 1808 com a chegada da família Real na América portuguesa.

O século XVIII também pode ser caracterizado pelo avanço no processo de expansão territorial vinculado às atividades econômicas, como na mineração associada a ocupação do Centro-Sul e da pecuária vinculada ao povoamento do sertão (PRADO JR., 2011). Assim sendo, o avanço da expansão territorial no sertão da caatinga, notadamente da capitania da Paraíba, também acompanhou esse processo.

Essa dinâmica espacial e econômica colonial sinalizou uma configuração geográfica fragmentada entre o litoral e o sertão, com fissuras sociais e econômicas

distintas, caracterizada, de modo geral, pela hegemonia da grande lavoura da monocultura no litoral e a pecuária e o algodão no vasto sertão da caatinga da América portuguesa. Deste modo, o gado e o algodão, associados ao trabalho escravo, signos do processo de conquista do sertão, foram elementos essenciais dentro dos moldes operantes de exploração territorial.

Nessa divisão territorial, econômica e social, ocorreu uma subordinação do pastoreio à economia açucareira, conseqüentemente outras formas de relações de trabalho, porém não reversa ao trabalho escravo, evidenciado nos estudos de Manuel Correia Andrade (1983, p. 75): “[...] os proprietários sertanejos, imitando os senhores de engenho do litoral, a aplicarem capitais na aquisição de escravos indígenas - muitas vezes apresados nas guerras - adquiriam escravos negros”. De fato, como discutiremos mais adiante, o próprio Manuel Arruda da Câmara, em finais do século XVIII e início do XIX, tinha escravos na sua propriedade de algodão no sertão da caatinga, territorializada na Capitania da Parahyba.

É importante ressaltar, que o sertão da caatinga para o colonizador do final do século XVIII, deixa de constituir uma criação do maravilhoso geográfico e, sob o “signo da expansão territorial pela vastidão de terras despovoadas, passa a constituir uma materialidade geopolítica à maneira do poder administrativo da Casa da Torre da família d’Ávila”<sup>123</sup> se reconfigurando pelas novas formas espaciais ali impostas, como as aldeias, as freguesias, as vilas<sup>124</sup> e algumas poucas cidades coloniais<sup>125</sup>, instituídas pela sistemática da política colonial de poder e de ocupação caracterizada pela escravidão, pelo regime de família e da propriedade.

Nesta direção e numa linha investigativa crítica, Ângelo Emílio Pessoa elege como objeto de análise a Casa da Torre da família Garcia d’Ávila, fazendo conexão

---

<sup>123</sup> PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição**: a casa da torre de Garcia d’Ávila família e propriedade no nordeste colonial. 2ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

<sup>124</sup> AZEVEDO, Aroldo. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. nº 10. São Paulo: Revista Terra Livre/AGB, 1992. O autor faz uma discussão sobre a repartição geográfica dos aglomerados e vilas, que vai do Quinhentismo à primeira vinheta do Oitocentismo, do qual afirma que no final do século XVIII registravam-se apenas 10 cidades e 161 vilas no vastíssimo território colonial.

<sup>125</sup> ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território colonial. In: ABREU, Maurício de Almeida. FRIDMAN, Fania e HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 265-298. O autor adverte, que a diferenciação entre vilas e cidades no período colonial se caracterizava pela ordem jurisdicional e não hierárquico. As cidades por serem da Coroa, eram denominadas de *cidades reais*, todavia nem todas conferiam poder de comando sob o título que lhes conferiam, dado o exemplo da cidade Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, fundada em 1585, de São Cristóvão, em Sergipe, fundada em 1590, e de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, fundada em 1615.

com as relações de expansão territorial, o poder familiar e com os bens patrimoniais na conquista do sertão, no qual adverte, que:

esse Patrimônio da Casa envolveu, ao longo de três séculos, além da acumulação de bens, o estabelecimento de diversos vínculos de poder entre os membros da família e as autoridades, em várias instâncias. Podemos considerar, então, que o Patrimônio tem uma dimensão econômica, por envolver a propriedade de uma vasta gama de bens e uma dimensão política, por implicar no exercício e na manutenção de um poder que buscava se refazer geração após geração (PESSOA, 2017, p. 244).

Essas considerações nos parecem fecundas, porque o autor demonstra que a Casa da Torre continha elementos materiais de poder territorial vinculadas ao mecanismo sistemático da economia com o patrimônio, a família e a política. Assim sendo e, em acordo com Pessoa, a geopolítica colonial da Casa da Torre não esteve desassociada de relações de poder, ao contrário, representou no sertão das capitanias do Norte, a personificação de poder amparado pelas formas de controle territorial, que permaneceram simbolicamente no conjunto de dominação social, que se reproduziu por outras famílias de poder, como a da família Arruda Câmara.

Neste território colonial, propício à exploração e necessário ao poder e domínio da metrópole, não existia ambiente de trocas de saberes, tampouco de debates intelectuais. Somente no final do setecentismo a estrutura social colonial rígida foi sendo alterada com limites e reservas às novas necessidades do trabalho livre<sup>126</sup>, ao tempo em que surgiam outras atividades, diga-se, classistas, a exemplo do trabalho dos naturalistas viajantes, como vimos no capítulo anterior.

Ressaltamos, que o trabalho dos naturalistas viajantes, não esteve caracterizado numa mesma esteira de valor social dos outros trabalhos existentes na colônia, ao contrário, vimos no capítulo anterior, que eles tinham prestígios, nos quais faziam parte do universo de um pequeno grupo social seletivo no período de declínio colonial, acirrando internamente as desigualdades da estrutura social em vigor. Mas, em que medida o legado patrimonial territorial da família Arruda Câmara construiu uma rede de privilégios, que propiciou acesso a futura formação intelectual e as viagens científicas do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara? Para

---

<sup>126</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro**: 1850/1888. v. 13 n. 1 (1983): Economia Escravista Brasileira. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11057>. Acesso em: 10 mar 2020.

responder a esse questionamento, recorreremos a pesquisa documental e as referências de estudiosos, que debruçaram sobre a vida e obra de Manuel Arruda da Câmara.

Por muito tempo houve um debate sobre a origem de Manuel Arruda da Câmara, decorrente de não ter sido encontrado o seu registro de nascimento. Essa lacuna documental ocasionou polêmicas e contestações na data e local de nascimento, bem como referente a seu óbito, causando versões históricas adversas.

Alguns pesquisadores se valeram de anos de muitas buscas, que ora apontavam ter nascido em Pernambuco, ora na Paraíba, ora em Alagoas<sup>127</sup>. Toda essa polêmica em torno da data e local de nascimento de Arruda da Câmara foi gerada também por outros motivos, que mais adiante discorreremos.

Outro motivo que causou perturbação investigativa entre os pesquisadores, esteve associado ao patrimônio territorial do seu irmão, Francisco Arruda da Câmara Júnior; pois, o mesmo, morava no engenho Goiana Grande<sup>128</sup>, Capitania de Itamaracá. Dessa forma, os estudiosos faziam associação com a origem de Manuel Arruda da Câmara, não ser da Capitania da Parahyba, mas da Capitania de Pernambuco.

As contestações sobre a origem de Arruda da Câmara, se davam por meio de artigos publicados em jornais e revistas<sup>129</sup> e de modo geral, os que afirmavam a naturalidade paraibana de Manuel Arruda da Câmara, argumentavam pelo domínio do patriarcado familiar e bens patrimoniais, ou seja, por meio de registros documentais dos arquivos públicos cartoriais e religiosos, ou de fontes documentais das sesmarias da Capitania Paraíba.

---

<sup>127</sup> CAVALCANTI, M. Tavares. **Uma dúvida biográfica:** O célebre naturalista Arruda Câmara era paraibano. In: LIMA, Clóvis e VEIGA JÚNIOR, J. (org.). Revista do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba, v. 13º, 1958, p. 49-50.

<sup>128</sup> PEREIRA, Levy. **Atlas Digital da América Lusa.** O Atlas informa com base nos estudos de Pereira da Costa, que a época das construções dos engenhos de açúcar em Goiana vem da segunda metade do século XVI, quando começou a concessão das suas terras em sesmarias pelos capitães-mores governadores da capitania de Itamaracá, a que originariamente pertenciam. Concedida no ano de 1570, data de cinco mil braças de terra em quadro a Diogo Dias e seus filhos, cujas terras ficavam situadas no Vargedo norte do Capibaribe Meirim, foram nelas que se fundaram os engenhos Goiana Grande e Jacaré [...].

<sup>129</sup> À época, eram os seguintes jornais: o Diário de Pernambuco, fundado em 1825; O jornal "A União" fundado em 1893, constituído pelo órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba; o Jornal "Comércio" do Recife de 1919 e o Jornal do Brasil (RJ), fundado em 1891. Em relação às revistas eram as seguintes: A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundada em 1905 e a Revista do Instituto Histórico Arqueológico de Pernambuco, inaugurada em 1863. Conferir todas as fontes na referência bibliográfica.



Começemos pelo artigo “Uma dúvida biográfica: O célebre naturalista Arruda Câmara era Paraibano” de Manuel Tavares Cavalcanti, publicado no Jornal “A UNIÃO”, em 11 de maio de 1926 e transcrito para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba em 1958. Nesse artigo, o autor afirma, que:

[...] o solar da família era a Fazenda <Olho d'Água do Arruda>, hoje sita no município de Catolé do Rocha e pertencente a digno membro da família Maia. A aludida família Arruda, originária do sertão da Parahiba, irradiou para o do Rio Grande do Norte e outras regiões da Parahiba e Pernambuco (CAVALCANTI, 1958, p. 49).

Embora o autor tenha mencionado a localização da origem do município de Arruda da Câmara, não há nenhuma referência sobre a fonte documental pesquisada, apenas citando autores como Pereira da Costa, Sylvio Romero e Irineu Pinto, que já haviam afirmado, que o naturalista era paraibano. Embora sem mencionar fontes, podemos pressupor que já havia indícios do arco de domínio territorial das relações de poder e das ações político-econômica do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, pai de Manuel Arruda da Câmara.

Nos estudos de Octacílio N. de Queiroz, especificamente no artigo “Da Paraíba o naturalista Arruda Câmara” de 1958, transcreve a carta do historiador Coriolano Medeiros, emitida em João Pessoa no dia 21 de agosto de 1935, que em resposta ao jornal Diário de Pernambuco, cita fontes documentais das terras das sesmarias<sup>130</sup> para refutar e contestar os estudiosos que afirmavam que o naturalista; ora seria natural de Pernambuco; ora de Alagoas.

Octacílio de Queiroz explica ainda, que a confusão sobre a origem do naturalista foi gerada devido à uma declaração de Arruda da Câmara descrita no documento da matrícula do curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, informando que o mesmo era de Pernambuco. Todavia, Queiroz esclarece, que tal menção na matrícula de Arruda da Câmara, deveria ter ocorrido porque na época a Capitania da Paraíba era subordinada a Capitania de Pernambuco. Todavia, não se sustentou tal argumento, porque “[...] as Capitânicas não tinham governo comum, nem território unificado, pois havia, ao tempo, um Governador [...] de Pernambuco e um [...] da Paraíba” (MELLO, 1982, p. 18-19).

---

<sup>130</sup> Essas sesmarias da Paraíba estão descritas na referida carta de números 242, de 10 de março de 1735; 245 de 22 de julho de 1741; de 08 de 1742; de 09 de julho de 1777 e que sistematizamos no Quadro 09.

Ainda no encaixo da família Arruda Câmara, encontramos o artigo de Coriolano Medeiros “O naturalista Arruda Câmara é bem nosso” de 1958, que em busca de encontrar vestígios sobre a naturalidade de Manuel Arruda da Câmara, menciona que escreveu cartas para alguns de seus conterrâneos e membros da sua família, acrescentando os seguintes dados de sua pesquisa oral:

A tradição oral está confirmada com o adendo de um esclarecimento: Manuel de Arruda Câmara e seu irmão Francisco de Arruda Junior, nasceram na segunda metade do século XVIII, em Piancó, naquela época districto de Pombal. Pombal não tinha afeições ao pae do naturalista. Realmente o capitão-mór Francisco de Arruda Câmara irritou os habitantes desta ribeira penetrando ali violentamente varias vêzes, a última em 1786, para fazer recrutamentos de ordem do govêrno de Pernambuco. Assim, procurou retirar-se afastado da villa, para as nascentes de Piancó. Em meu poder tenho carta de um distincto membro da família Arruda Câmara, contendo boas informações [...] a descendência de Arruda Câmara, na Parahyba, é ainda numerosa e, em maioria, afirma que Manuel de Arruda Câmara é parahybano (MEDEIROS, 1958, p. 51-52, grifo nosso).

Ao que parece, o autor na reconstrução do passado da vida de Manuel Arruda da Câmara leva em consideração algumas narrativas de descendentes familiares, que discorrem sobre as relações de poder territorial e patrimonial do capitão-mor, Francisco de Arruda Câmara espriada em toda a extensão do sertão da caatinga. É importante mencionar, a escolha metodológica da pesquisa oral utilizada por Coriolano Medeiros, mas pouco utilizada pelos pesquisadores nos anos de 1950<sup>131</sup>. Pois, através da técnica dos relatos memorialistas<sup>132</sup>, o autor captou o movimento histórico e espacial do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara.

Observamos ainda nessa citação, como se dava a estratégia de expansão do território pelo referido capitão-mor, que sob a violência, prática comum dos colonizadores, foi reproduzida pela mesma estratégia político-econômica da família d’Ávila, uma vez que “o avanço dos currais da Casa da Torre [...] traz à tona uma

<sup>131</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CPDOC/FGV). **O que é história oral**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 02 mar. 2021. Conforme dados do CPDOC, a metodologia da pesquisa oral no Brasil somente foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do CPDOC.

<sup>132</sup> DELGADO, Lucília de A. Neves. **História oral: Memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. A autora assinala que no recurso da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional), história, tempo e memória são processos interligados.

série de tensões que redundam em lutas armadas nos sertões. Esses conflitos têm como razão principal o controle de terras [...]” (PESSOA, 2017, p. 235).

Ora, a colonização, como já sinalizamos, além de constituir um empreendimento comercial, não é senão um processo de expansão territorial e, sob a essência da conquista, empregaram como regra sistemática, a violência, amparado por estratégias militares e jurisdicionais no ordenamento territorial, bem como por meio de um conjunto de normas que legitimaram a posse e domínio do sertão.

Portanto, a expansão territorial no sertão se deu por um arsenal de tensões, de conflitos e de guerras entre os colonizadores e habitantes originários, considerados inimigos pelos portugueses, e nesse movimento colonizador, o processo de conquista nos sertões dos Cariris, Piranhas e Piancó não foi diferente, até porque, segundo dados de Wilson Seixas (1993; p. 61) a “[...] Casa da Torre estava de posse de quase todas as terras do sertão da Paraíba [...]”, assim sendo, o capitão-mor Francisco de Arruda Câmara utilizou o mesmo modelo sistemático de conquista da família d’Ávila.

Nesse aspecto, podemos inferir, que as tensões sociais provocadas intencionalmente pelo capitão-mor Francisco de Arruda Câmara na vila de Piancó e Pombal, fizeram parte da lógica colonial empreendedora e que resultaram no avanço da expansão territorial para além das fronteiras da capitania da Parahyba. Essa questão entre propriedade de terra, família e violência no período colonial foi também abordada por Capistrano de Abreu no livro “Capítulos de História Colonial” de 1998, em que afirma que as:

questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável **desfechavam em sangue. [...] na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino**, às vezes marcando o começo **de longa série de assassinatos e vendetas**. Com a economia naturista dominante, custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. (ABREU, 1998, p. 139, grifo nosso).

Essa assertiva demonstra os desdobramentos dos modos operantes de violência no processo de conquista de terra em direção ao sertão, perpetuados no modo de vida das famílias que detinham poder territorial. Além disso, o autor evidencia, que o sertão representava um lugar de fuga das autoridades do governo

português e suas forças militares; ou seja, do afrouxamento do controle centralizador, conseqüentemente, o sertão seria um território de práticas violentas, conduzido pelos senhores de terras, por meios autoritários e opressores na posse de terras.

Importante mencionar, que o biógrafo do naturalista, José A. G. Mello, assinala como possível data de nascimento de Manuel Arruda da Câmara, o ano de 1752 e de falecimento no ano de 1811, devido as complicações de *hydropisia*<sup>133</sup>. Muito embora, Mello, não tenha encontrado o registro de nascimento do naturalista, realizou também uma intensa investigação documental e, dentre eles, constatou sua paternidade numa correspondência oficial do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do dia 10 de novembro de 1796, emitida ao Governador de Pernambuco, cujo propósito era de mandar o naturalista em questão realizar pesquisa mineral no sertão da capitania de Pernambuco. Ao solicitar a pesquisa mineral, o ministro faz referência à Manuel Arruda da Câmara como filho do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, do Piancó da Paraíba do Norte.

Na pesquisa de Bella Herson “Cristãos-novos e seus descendentes na Medicina brasileira (1500-1850)” publicada em 1996, temos novos elementos sobre a possível data de nascimento de Manuel Arruda da Câmara. A autora inicia o subcapítulo deste livro, fazendo referência a obra biográfica de Manuel Arruda da Câmara, discordando sobre os dados de nascimento do naturalista.

Conforme achados de sua pesquisa documental no Arquivo da Universidade de Coimbra se deparou com a ficha de matrícula do Curso de Filosofia, em que consta dados textuais anotados do dia 26 de outubro de 1786 com as seguintes informações: “[...] Diz Fr. Manuel do Coração de Jesus Arruda, Religioso Carmelita Calçado da Província de Pernambuco, que pella certidão, [...] como tão bem pella

---

<sup>133</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias...**V 2, p. 1444. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-de-medicina-popular-e-das-sciencias-access%C3%B3rias-para-uso-das-familias/>. Acesso em: 25 jan. 2021. Conforme este dicionário dá-se o nome de *hydropisia* a todo o derramamento de serosidade em uma cavidade qualquer do corpo ou no tecido celular subcutâneo. Quando o tecido celular de todo o corpo está cheio de serosidade, como uma esponja embedida d'água, a molestia toma o nome de *anasarca*; e se esta *hydropisia* se limita a uma só região, chama-se de *edema*, ordinariamente de *inchaço*; a que ocupa [...]. As causas capazes de produzir *hydropisia* são numerosas. O frio humido e o temperamento debil predispõe a este gênero de affecção. A alimentação insalubre ou insuficiente, a ingestão de bebidas frias, estando o corpo suado, as paixões vivas da alma, a tristeza, uma vida sedentária e desocupada [...].

certidão d. Batismo que apresentou mostra ter **vinte annos**, [...]” (HERSON, 1996, p. 261, grifo nosso).

Logo, com base neste registro de matrícula, Bella Herson assegura, que Manuel Arruda da Câmara teria nascido em 1766<sup>134</sup>, e não em 1752 como assinalou, José Antônio Gonsalves de Mello. Portanto, ao ingressar no Convento em 1783, teria 16 ou 17 anos de idade. A pesquisa de M<sup>a</sup> Elice B. Prestes “A investigação da Natureza no Brasil colônia”, publicada em 2000, assinala em nota de rodapé, essa questão do nascimento do naturalista, em conformidade com os dados de Bella Herson.

A pesquisa de Bella Herson encontrou outros registros documentais, que reforçam a origem paraibana do capitão-mor Francisco Arruda Câmara e das gerações desta família, que viviam no sertão de Piancó, bem como as questões relacionadas a entrada de Manuel Arruda da Câmara ao Convento Religioso em Goiana e a da viagem do seu patriarca ir para a Portugal se contrapondo novamente com a análise de José A. G. de Mello.

Dos achados de pesquisa de Bella Herson, o acesso ao documento de uma Ordem da Mesa da Santa Inquisição de Lisboa e a uma carta-defesa<sup>135</sup>, escrita a punho pelo capitão-mor Francisco de Arruda Câmara. Nesse documento de Ordem da Inquisição, consta o Processo n. 13451 de 14 de maio de 1783, e nele consta, que o capitão-mor “[...] precisava esclarecer o assunto da fuga de dois presos, que devia remeter aos cárceres secretos do Santo Ofício, mas deixou, no entanto, os presos fugirem” (HERSON, 1996, p. 262).

Sem nos determos minuciosamente ao conteúdo desse delito cometido pelo Capitão-mor Francisco Arruda Câmara em sua carta-defesa, o mesmo afirma ser de origem da Vila de Pombal, no sertão de Piancó. Conforme análise da autora, é justamente nesse ano de 1783, que o referido capitão-mor, matricula o filho Manuel Arruda da Câmara no Convento Religioso dos Carmelitas e após três anos, justifica ter viajado para Lisboa para se apresentar na Mesa da Inquisição com seu pedido de perdão pela falta cometida. Dessa forma, Bella Herson, fundamentada nessas

---

<sup>134</sup> Constatamos na nossa pesquisa bibliográfica que as datas de nascimento e morte são divergentes entre os autores, mas após a pesquisa de Herson, há um consenso entre alguns pesquisadores na data de nascimento: Os autores (AGUIAR, 2011; COSTA, 2013; KURY, 2012; PRESTES, 2000), informam a seguinte data: (1766-1811). Outros pesquisadores como (COSTA, 1882; FONSECA, 2010; PATACA, 2006) informaram a seguinte data: 1752-1810 ou 1811.

<sup>135</sup> Bella Herson disponibiliza aos leitores essa carta-defesa do Capitão-mor Francisco Arruda Câmara.

fontes documentais se contrapõe às justificativas dadas por Antônio G. Mello sobre os motivos dessa viagem realizada pelo patriarca com os filhos para Portugal.

Essa questão da origem de Arruda da Câmara ainda persiste nos estudos mais recentes dos historiadores, a exemplo de José Otávio Aguiar, expressada a devida inquietação no artigo “A botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811)”, publicado em 2011. Nesse artigo, o autor comenta em nota de rodapé, ter realizado uma pesquisa de campo no sertão da Paraíba, sobretudo na cidade de Pombal, no qual visitou a Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso com finalidade de encontrar algum vestígio documental referente ao nascimento de Arruda da Câmara, constatando, que não havia encontrado nenhum registro do século XVIII nessa referida Paróquia.

Ficamos também inquietos e realizamos uma busca nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e encontramos o documento impresso “Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)”, de 1940 e, constatamos nessa relação nominal, apenas o registro de data de matrícula de Manuel Arruda da Câmara no curso de Filosofia no dia 27 de outubro de 1786<sup>136</sup>, mas não há nenhuma menção a sua idade e nem tão pouco relacionado a sua origem de nascimento.

Portanto, com base na nossa pesquisa documental (Sesmaria), podemos afirmar, que o Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, foi casado com Maria Saraiva da Silva e tiveram três filhos: Francisco Arruda Câmara Júnior, Manuel Arruda da Câmara e Vicência de Arruda Câmara. Importante mencionar, que não encontramos na nossa pesquisa bibliográfica, nenhuma referência à essa filha do capitão-mor e nem tampouco no estudo biográfico de Manuel Arruda da Câmara.

Esses achados sobre a família Arruda Câmara estão contidos na Plataforma de Sesmaria do Império Luso-brasileiro (S.I.L.B). Nele, encontramos, às cartas de sesmaria (digitalizadas) do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, especificamente a de referência PB 0236, datada do dia 10 de março de 1735, na qual consta, que o governador Pedro Monteiro havia dado a concessão de terras ao suplicante, sesmeiro, Francisco de Arruda Câmara com as seguintes observações:

---

<sup>136</sup> ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (RJ). **Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)**. Rodolfo Garcia (Diretor). Ano 1940\Edição 00062 (1) p. 181. Disponível: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em 26 de maio de 2020.

“[...] a filha do suplicante, Vicencia de Arruda Câmara, recebeu uma concessão de sesmaria” (S.I.L.B/UFRN, s.d.).

Até aqui, sinalizamos nesta tese, que a categoria território nos possibilitou uma análise geográfica histórica na reconstituição do passado do naturalista, e portanto, fizemos um levantamento de dados das terras de sesmarias e patrimonial, com propósitos de identificar, em que medida o legado patrimonial territorial da família Arruda Câmara, construiu uma rede de privilégios ao naturalista, Manuel Arruda da Câmara, desde a formação intelectual na Europa até às suas viagens científicas realizadas no sertão da caatinga.

Para termos uma maior dimensão da territorialidade da família Arruda da Câmara, sistematizamos os dados, que coletamos nos Quadros 09, 10 e 11 abaixo apresentados. Em relação ao Quadro 09 “Patrimônio territorial familiar: Sesmarias do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1735-1788)” dividimos em 03 colunas, à saber: Sesmaria de nº; Referência e data da concessão e; Capitania e/ou Localização das Sesmarias.

Para o Quadro 10 “Patrimônio familiar: Propriedades do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1735-1788)”, estruturamos em 03 colunas, à saber: Sesmeiro, quantidade de propriedades e localização do patrimônio. Para o Quadro 11 “Patrimônio territorial familiar: Terras de sesmarias dos descendentes - filhos (1741-1778)”, estruturamos em 03 colunas, à saber: Sesmaria de nº; Referência e data da concessão e Capitania e/ou localização das sesmarias.

Esclarecemos, que não há uma precisão na localização geográfica, ou melhor, não há delimitação de limites e fronteiras das terras de sesmarias precisas, pois os dados geográficos locacionais registrado no sistema de Sesmaria não era preciso, o que não impediu que traçássemos um desenho espacial do patrimônio familiar da Família Arruda Câmara como descrito nos três respectivos Quadros 09, 10 e 11. Optamos pelo termo “Referência” descrito na segunda coluna do Quadro 09 e 11, em consonância ao número do código de concessão das terras de sesmarias que encontramos na referida Plataforma de Sesmarias. Importante mencionar também, que não optamos em atualizar a ortografia e conservar alguns vocábulos tupis e sinais gráficos encontrados na referida Plataforma de Sesmarias.

**Quadro 09** - Patrimônio territorial familiar: Sesmarias do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1735-1788)

Sesmaria Nº	Referência/ Data De Concessão	Capitania e/ou Localização das Sesmarias
0243 0246 242* 245*	PB 0243/0246  10/03/1735  05/11/1735 22/07/1741 08/04/1742 09/07/1777	<b>Capitania da Paraíba</b> ( <b>Sertão dos Cariris</b> : Riacho da Caraibeira, que parte da Serra da Borborema e atravessa a Serra Timbaúba fazendo ao atravessar esta serra "uma grande cachoeira". Tais terras "fazem pião" na dita cachoeira; uma légua e meia pelo riacho da Caraibeira abaixo, e outra légua e meia de tal cachoeira para cima, pelo riacho Gado Bravo, por serem sobras de terras). * <b>Sertão e Seridó</b> , em um riacho do Padre. *Municípios: Conceição, São José de Piranhas, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz.
0286 0287  245* 283*	PB 0286/0287  22/07/1741 23/07/1741	<b>Capitania da Paraíba</b> ( <b>Rio Salgado</b> : Noroeste até uma légua de largura, meia para Sudoeste e meia para o Nordeste, e pelo mesmo riacho acima até completar as três léguas e meia de largura para cada banda do riacho). *Sertão do Cariri.
0295	PB 0295  08/04/1742	<b>Capitania da Paraíba</b> ( <b>Sertão do Cariri</b> : Entre seus providos, a saber: Algodão, Santa Rosa, Antas, Uria, Curimatau e "Curnichava").
0728 0925  725*	PB 0728  09/06/1777 09/07/1777	<b>Capitania da Paraíba</b> ( <b>Serra da Borborema</b> : Ilhargas da Ribeira do Piancó; riacho Cravata, onde desaguava no riacho dos Macacos. Ao Sul, a sesmaria confrontava com o riacho Cravata, sendo acima do riacho com Lourenço de Brito Correa).
0809 0859 0802*	PB 0809 08/08/1781	<b>Capitania da Paraíba na fronteira - Rio Grande do Norte</b> ( <b>Vila do Pombal</b> : Confrontante Norte, Riacho do Cipo; confrontante Sul, sítio Porocon).
0816	PB 0816 28/04/1783	<b>Capitania da Paraíba</b> ( <b>Riacho dos Porcos</b> : Ribeira do Patu).
0914  802*	PB 0914 ?/08/1781 21/05/1788	<b>Capitania da Paraíba</b> ( <b>Sertão das Piranhas</b> : Ribeira das Piranhas).
0914	PB 0914 21/05/1788	<b>Capitanias: Rio Grande do Norte e Piauí</b> Cidade de Natal; cidade de Oeiras no Piauí.

Fonte: Plataforma S.I.L.B/UFRN; CAVALCANTI, 1958 e QUEIROZ, 1958. Organização da autora, 2019.

**Quadro 10** - Patrimônio familiar: Propriedades do Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1735-1788)

Sesmeiro	Quant. de propriedades	Localização do Patrimônio
<b>Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara</b>	01	Cidade da Parahyba, atual João Pessoa-PB.
	01	Goiana-PE.
	02	Ceará Grande (Antiga Capitania Siará Grande) Ceará-CE.
	03	Vila Santo Antônio do Recife, atual Recife-PE.
	04	Icó-CE.
	05	Crato-CE.
<b>Total</b>	16	-

Fonte: Plataforma S.I.L.B/UFRN; CAVALCANTI, 1958 e QUEIROZ, 1958. Organização da autora, 2019.



**Quadro 11** - Patrimônio territorial familiar: Terras de sesmarias dos descendentes - filhos (1741-1778)

Sesmeiro	Sesmaria de Nº	Referência concessão	Capitania e/ou localização das Sesmarias
Vicência de Arruda Câmara	0236	PB 0286 22/07/1741	<b>Capitania da Paraíba</b> (Sertão dos Cariris).
Dr. Francisco de Arruda Câmara Júnior	PB 0243, 0246, 0285, 0287 e 0295. 0744 741*	10/03/1753  PB 0744 05/03/1778 ?/03/1778*	<b>Capitania da Paraíba</b> (Serra da Borborema, na ribeira do Piancó, na serra da Borborema, da parte leste. Sobras de terras devolutas entre as fazendas do Boqueirão sítio Boqueirão). *Propriedade em Goiana
	0574 0658	PB 0744 05/03/1778	<b>Capitania da Paraíba</b> (Serra da Borborema: Campos Novos, Lagoa ou Ipueira chamada Cascavel, Malhada do Boi).
	-	-	<b>Capitania de Pernambuco</b> (Goiana: Propriedades de terras (engenho))
Dr. Manuel de Arruda Câmara	0731 1078	PB 914 09/06/1777	<b>Capitania da Paraíba</b> (Ribeira de Piancó: Pilões).
	728*	?/07/1777*	*Descobriu terras de sobras no lugar Pilões, para a nascente Campos Novos e para o poente com os fundos do sitio chamado Santo Antoninho e para o Sul com o fundo do sitio chamado Arraial Sêco.
	-	-	Engenho nas ribeiras da Paraíba. Terras às margens do Rio Paraíba do Norte (plantação de algodão).

**Fonte:** Plataforma S.I.L.B/UFRN; CAVALCANTI, 1958; QUEIROZ, 1958 e MELLO, 1982. Organização da autora, 2019.

A forma de organização dos Quadros 09 e 10 evidencia o conjunto de terras de sesmarias e propriedades adquiridas pelo capitão-mor Francisco de Arruda Câmara no sertão da Caatinga, que não se restringe à Capitania da Paraíba (Mapa 5). Importante mencionar, que já havia um quadro de dominação territorial e social, caracterizada por outras famílias de poder que colonizaram o sertão do Cariri de Fora, como a do português, Domingos de Faria Castro, que foi tenente em 1735 e capitão-mor em 1740, conseqüentemente, também possuía grandes extensões de terras e prestígio no sertão dos Cariris<sup>137</sup>.

Noutros tempos que antecederam a este poderio da família de Arruda Câmara e da família Castro, o sertão da Paraíba esteve demarcado pela força da tradição do poderio familiar-territorial dos Oliveira Lêdo, que desde 1670 tinha

<sup>137</sup> MEDEIROS, Tarcízio Dinoá e MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

conquistado o sertão dos Cariris, Espinharas, do Piancó, até o Rio do Peixe; iniciado pelo velho capitão-mor Antônio de Oliveira Ledo<sup>138</sup>, e bem antes deste, a marcha para o sertão se deu pela empreitada da Expedição, sob o comando de Elias Herckman<sup>139</sup>, partindo de Recife no dia 03 de setembro de 1641, período do domínio holandês na Paraíba<sup>140</sup>.

Em relação a terceira coluna do Quadro 10, chamamos atenção ao fato de não constar nenhum número ou alguma referência normativa, relativo à especificação das propriedades do capitão-mor Francisco Arruda Câmara; apenas encontramos dados indicativos sobre uma localização geográfica dos referidos patrimônios. Suspeitamos, que a ausência dessas referências, relativas as propriedades do capitão-mor, digamos, urbana, estejam dentro do cômputo das propriedades, tipo de *sesmarias de chãos*, elucidado nos estudos de Maurício de Abreu (2014, p. 279) no qual explica que se trata de uma “[...] doação de solo aos moradores dos núcleos urbanos para que ali construíssem suas casas de moradia e quintais”.

Esse autor esclarece, baseado nos estudos de Costa Porto, que não aplicavam tributos (dízimos) nas doações *de chão* por não caracterizar uma terra produtiva, mas com fins para moradia; ao contrário das terras destinadas à agricultura e a pecuária. Possivelmente a prática de doações *de chão* não se aplicava em outras Capitânicas, mas em Pernambuco guardava alguns registros (COSTA PORTO *apud* ABREU, 2014, p. 279).

Ainda na ótica de Abreu, para garantir a expansão territorial e o povoamento pela criação de novas vilas no final do século XVIII, a Coroa portuguesa adotou uma política de incentivo, acrescentando nas cartas de sesmarias uma nova diretriz, a de exoneração de encargos e pensão para o sesmeiro, que se aventasse criar uma nova vila.

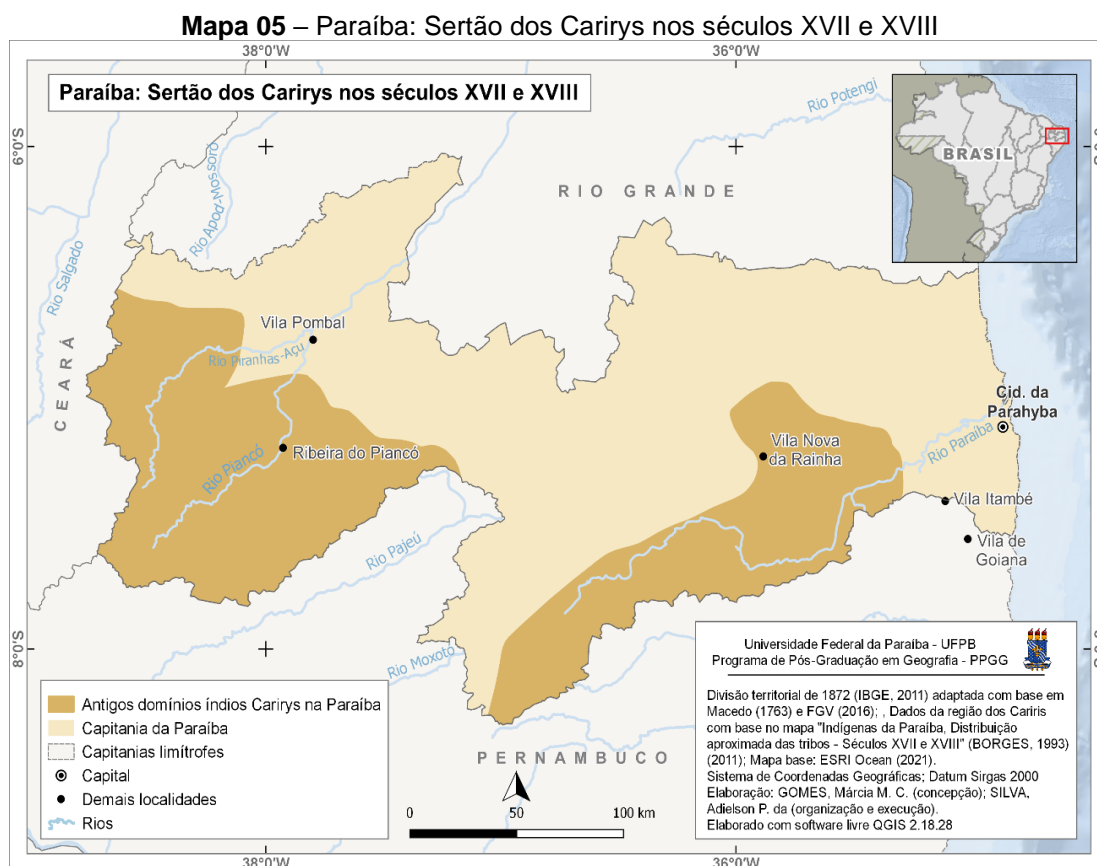
---

<sup>138</sup> MEDEIROS, T. e MEDEIROS, M. op., cit., 1989, p. 19-20.

<sup>139</sup> HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da capitania da Parahyba**. Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano. Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aherckman-1886-parahyba/herckman\\_1886\\_parahyba.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aherckman-1886-parahyba/herckman_1886_parahyba.pdf). Acesso em: 10 de ago. 2019.

<sup>140</sup> ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. Esse autor, dedica um subcapítulo sobre o domínio holandês na Paraíba.

Assim sendo, o capitão-mor, pai do naturalista viajante viveu aproximadamente nos anos de 1734 na vila de Piancó, distrito de Pombal. A vila de Pombal e a Ribeira do Piancó estão diretamente relacionadas ao sertão dos Cariris, conforme o Mapa 05, abaixo demonstrado.



**Fonte:** IBGE, 2011 adaptada com base em Macedo, 1763 e FGV, 2016; BORGES, 1993.

O Mapa 05, adaptado do artigo “Índios paraibanos: classificação preliminar”, de 1993 de José Elias Borges, nos auxilia a compreender espacialmente o sertão da Paraíba no passado colonial. Observamos nesse esboço cartográfico, que havia uma distribuição espacial das populações originárias, denominado pelos colonizadores de tribos indígenas, durante o século XVII e XVIII, logo o qualitativo desse sertão faz referência a esses habitantes dos Cariris.

Voltemos a questão das terras de sesmarias da família Arruda Câmara, conforme dados organizados do Quadro 11, identificamos 14 propriedades dos filhos do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara. Portanto, das 38 propriedades do patriarca Francisco de Arruda Câmara, somados as 14 propriedades dos filhos,

computa-se o total de 52 propriedades. Advertimos, que não nos ocupamos de mensurar o comprimento em léguas<sup>141</sup> de terras sesmarias e das propriedades *de chão* da família Arruda, por considerar que demandaria outro campo de investigação.

Não obstante, identificamos na Carta de sesmaria (Referência PB 0744), do postulante Francisco Arruda Câmara Júnior, datado do dia 05 de março de 1778, da Capitania Paraíba, algumas notas de observações acerca do parâmetro quantitativo de concessão e doação terras, em que se estabelecia para cada requerente de terras de sesmarias um padrão dimensional de três léguas de comprimento por uma légua de largura (PLATAFORMA S.I.L.B/UFRN, on-line).

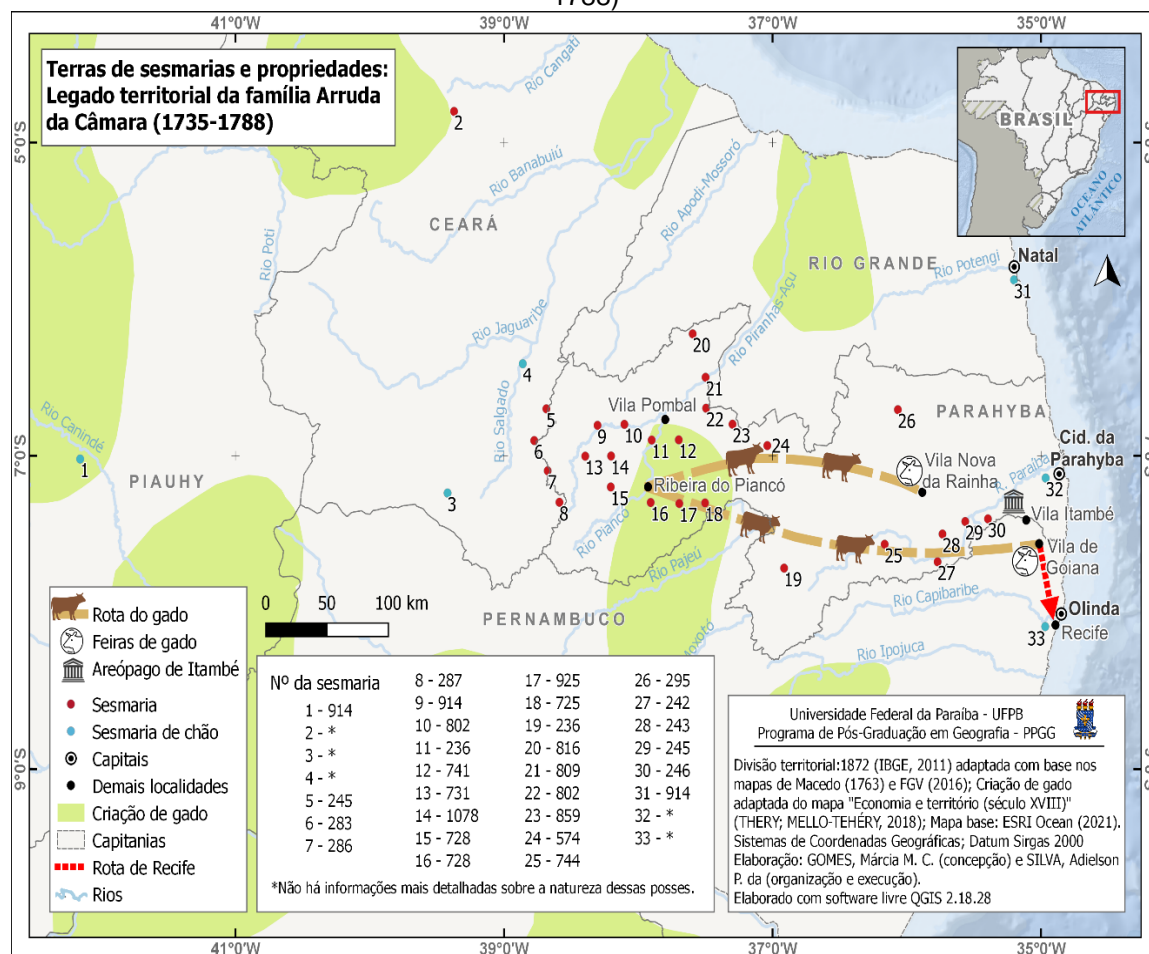
Não nos esquecemos, que o monopólio da propriedade da terra adotado pela coroa portuguesa do nosso passado colonial, foi o da hegemonia da propriedade de todo o território em poder da monarquia, não havendo propriedade privada da terra, que somente foi instituída por força de Lei nº 601, em 1850, no qual legitima o latifúndio no Brasil (STEDILE, 2011, p. 21-22).

Portanto, embora a coroa adotasse um parâmetro de léguas para a concessão de terras a cada sesmeiro, vimos de forma resumida na sistematização dos Quadros 09, 10 e 11, como os limites e fronteiras das terras de sesmarias eram bastante imprecisas. Essa questão, sinaliza, sobretudo a dimensão política territorial da relação e concentração de poder de domínio territorial da família Arruda Câmara, como exposto no Mapa 06 abaixo exposto.

---

<sup>141</sup> DANTES, Editora. **Medidas de comprimento, peso e volume**. In: DANTES, Editora. De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008. Esta editora informa que 1 légua equivalia a 6,6km (no Brasil)).

**Mapa 06 - Terras de sesmarias e propriedades: legado territorial da família Arruda Câmara (1735-1788)**



**Fonte:** IBGE, 2011 adaptada com base nos mapas de MACEDO, 1763; FGV, 2016 e THERY, MELLO-TEHÉRY, 2018.

O Mapa 06 demonstra a espacialização de poder e domínio territorial do capitão-mor Francisco Arruda Câmara durante 53 anos. Nesse período se construiu um poderio patrimonial territorial expressivo, expansivo, vinculado a um ambiente de influências, de prestígios e de interferências político-econômica; sobretudo, pela dinâmica da rota do gado e pelo poder patrimonial nas áreas fronteiriças, formando uma espécie de eixo de "integração" territorial econômico no sertão da caatinga, sobretudo entre as duas capitânicas vizinhas, a de Pernambuco e da Paraíba. Importante assinalar, conforme Caio Prado Júnior, que é justamente em meados do século XVIII, que o sertão:

[...] alcança o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abastece, sem concorrência, todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. O gado é conduzido através destas grandes distâncias em manadas de centenas de

animais. Cruzando regiões inóspitas, onde até a água é escassa e não raro inexistente (contentando-se então os homens e os animais com as reservas líquidas de certas plantas hidrófilas), o gado chega naturalmente estropiado a seu destino (PRADO JR., 2012, p. 46).

De forma abreviada, podemos inferir, que o pacto colonial território-gado no sertão da caatinga impulsionado pela família Arruda Câmara na capitania da Paraíba, desenhava uma conexão territorial-político-econômica vinculada à dois eixos sertanejos como o sertão das capitanias ao Norte e com o sertão das capitanias ao Sul. Vimos, que o filho do capitão-mor, Francisco de Arruda Câmara Júnior se fixou em Goiana<sup>142</sup>, Capitania de Pernambuco, ou seja, se ocuparia estrategicamente de manter forte articulação com o grande fluxo comercial do Recife portuário, na busca de escoar a produção de carnes salgadas e manufatura de couros que eram exportados para Portugal.

Portanto, o Mapa 06 acima exposto não trata apenas de cartografar as propriedades territoriais da família Arruda Câmara, mas de compreender a dinâmica espacial em conexão com as relações de poder. Logo, como o poder e o domínio não têm fronteiras, o Mapa 06 demonstra o poder de expansão territorial adquirido pelo capitão-mor Francisco Arruda Câmara como agente colonizador do sertão, e expansionista, estendendo para outras capitanias vizinhas, como as do Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e sobretudo com a de Itamaracá e Pernambuco.

Nessa estratégia, o capitão-mor, estrategicamente finca raízes familiares na vila de Goiana <sup>143</sup>, a partir da aquisição de terras de sesmarias para o filho Francisco de Arruda Câmara, pois esta vila localizava-se em zona fronteira do sertão para o litoral, caracterizada pelos caminhos de gado, configurando uma região geográfica intermediária entre a capitania da Paraíba e de Pernambuco e; ao que parece, funcionava como ponto estratégico importante para os negócios da família Arruda

---

<sup>142</sup> GIL, Tiago. **Capitania de Itamaracá**. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_de\\_Itamarac%C3%A1](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Itamarac%C3%A1). Acesso em: 18 mar 2021. Segundo o autor, Goiana fazia parte da Capitania de Pernambuco desde 1573 até 1763, ano em que houve a anexação à Capitania de Pernambuco.

<sup>143</sup> Conforme o IBGE/Cidades, o topônimo do município aparece pela primeira vez nos catálogos da Companhia de Jesus, em 1592, com o nome de aldeia de "Gueena". O mesmo documento, em 1606, registra-o com a grafia modificada para "Goyana" e, finalmente Goiana. Do ponto de vista político-administrativa, em 1568 foi criado o Distrito com a denominação de Goiana e elevado à categoria de vila com a denominação de Goiana, por provisão Régia de 15-01-1685. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Goiana, em 06-10-1742 e à categoria de cidade e sede do município com a mesma denominação, pela lei provincial nº 86, de 05-05-1840.

Câmara. Explica Antônio C. R. Moraes, que a região geográfica ainda no alvorecer dos oitocentos:

[...] abrigava várias economias regionais (e alguns entraves, coloniais) entremeadas ou rodeadas de por amplos espaços constituídos por áreas de trânsito e por fundos territoriais poucos conhecidos pelos agentes coloniais. A descontinuidade espacial do processo colonizador explicava a descontiguidade do espaço efetivamente apropriado na colônia. A única área de ocupação contínua (mesmo assim dispersa e pontual) era a zona costeira (MORAES, 2009, p. 67-68).

Essa assertiva demonstra que as instalações coloniais na América portuguesa se objetivaram como enclaves econômicos e aos poucos evoluíram para regiões geográficas; ou seja, na medida em que os núcleos pioneiros de colonização se instalaram, dinamizaram as relações comerciais, criaram-se economias regionais. Assim sendo, podemos inferir, que a vila de Goiana constituiu uma das unidades espaciais ou núcleo de colonização, mediada pela dinâmica das feiras de gados, pode ser caracterizada como uma região geográfica, importante elo de ligação econômica entre a capitania da Paraíba e Pernambuco.

Esses elementos territoriais e econômicos, vinculados à vila de Goiana, atraía o patriarca na esfera político-econômico e religioso para salvaguardar a família, livrando-o da inquisição e das perdas patrimoniais, como explica Bella Herson (1996, p. 37): “[...] ter um filho padre era como um escudo da família perante a Inquisição, uma proteção contra o confisco dos bens [...]”.

Assim sendo, podemos depreender que a vila de Pombal, funcionava como núcleo econômico vinculada as áreas de criação de gado, cuja conexão se dava pelos caminhos do gado e pelas feiras de gados. Essa configuração espacial do sertão ligavam os territórios longínquos aos interesses econômicos em comuns entre as vilas coloniais de Piancó, Pombal e a de Goiana. Pode-se dizer, que funcionava como uma espécie de redes territoriais<sup>144</sup> coloniais, que atendiam aos propósitos do fluxo de mercadorias (gado e outros produtos agrícolas) entre essas vilas.

---

<sup>144</sup> Não nos ocupemos nesta pesquisa de nos apropriar da discussão conceitual de redes e seus efeitos na organização do território. Para um maior aprofundamento, ler: DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo C. da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 141-164.

Portanto, podemos concluir efetivamente, que a nossa suposição se confirma, pois, o legado de poder territorial administrada pelo signo da conquista da família Arruda Câmara se manteve por mais de meio século decorrido, notadamente no período de 1735 a 1788, teve outros desdobramentos, dentre eles, o funcionamento de uma rede de influências de poder político-econômico e religioso, que contribuiu na formação científico-político de Manuel Arruda da Câmara, foco de nossa próxima discussão.

### 3.2 Formação científico-político: do ensino religioso à Universidade de Coimbra e de Montpellier

Algumas das mudanças ocorridas no final do século XVIII no tecido social da colônia da América portuguesa foram demarcadas por forças jurisdicionais como os Alvarás de 1761 e de 1773, que substituíam o trabalho escravo pelo trabalho livre, ou seja, normativa de transição, que deveria ser utilizada pelo governo metropolitano e pelos proprietários de terras na colônia para substituir a mão-de-obra escrava africana pelo trabalho livre no Brasil<sup>145</sup>.

Todavia, essa questão promoveu conflitos de interesses se estendendo para o século posterior com tensões por parte da classe dominante, ocasionando debates entre “Emancipacionistas e Abolicionistas”<sup>146</sup> a exemplo da “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil” de 1821<sup>147</sup>, escrito por João Severiano Maciel da Costa, luso-brasileiro e Marquês de Queluz. Ao que parece; o título evoca o fim da escravidão, no entanto, logo nas primeiras páginas do escrito, Maciel da Costa, emite seu posicionamento:

---

<sup>145</sup> OLIVEIRA, Henrique Velloso de. **A substituição do trabalho dos escravos pelo trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1845. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/179446/000093802.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mar. 2020.

<sup>146</sup> BARROS, José D’Assunção. “**Emancipacionismo e abolicionismo**”, *Cultura* [Online], Vol. 25 | 2008, online since 01 october 2013, connection on 02 april 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/695>. Esse autor tece com maiores detalhes a luta de representação em torno do fim da escravatura.

<sup>147</sup> COSTA, João Severino Maciel da. **Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil** [...]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1821. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3835/1/004294\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3835/1/004294_COMPLETO.pdf). Acesso em: 02 mar. 2021.



Eis qui a marcha que seguiremos no discurso: mostraremos 1º que o comercio dos escravos, com quanto contrario à humanidade, não é tão horrível como o pintão seus antagonistas: 2º eisaminaremos que motivos terá Inglaterra para instar com tanto afinco na abolição universal d'ele [...]” (COSTA, 1821, p. 9).

Essa assertiva evidencia a corrente de pensamento ‘emancipacionista’, ou seja, embora advogassem a abolição da escravatura, propunha medidas gradativas, a exemplo da posição de José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>148</sup> contrários à corrente de pensamento de uma ruptura radical como os abolicionistas<sup>149</sup>. Sem esmiuçar essas questões, a referida Memória de Maciel da Costa, de modo geral, dá sustentação a permanência da política escravista de D. João VI.

Concomitante as essas questões, a sociedade colonial em curso estava num incremento populacional, e segundo estudos de Clotilde Paiva, a Coroa Portuguesa determina a realização de levantamentos populacionais, passando tal procedimento a assumir caráter sistemático<sup>150</sup>

Conforme análise de Paiva, a população livre em curso era calculada pelo Estado português para satisfazer interesses, digamos, geopolíticos; pois, “[...] quando decidiu realizar levantamentos sistemáticos da população da Colônia, a Coroa Portuguesa tinha um objetivo nitidamente militar: conhecer a população livre e adulta apta a ser usada na defesa do território”<sup>151</sup>.

Essas questões aprofundaram os problemas sociais na colônia, pois a população de negros, mulatos, forros ou fugidos da escravidão e também de índios apartados do seu grupo social, desapropriados de propriedade privada e pobres, gerou uma população excedente e à mercê do mercado “[...] de forma que sua

<sup>148</sup> ANDRADA, José Bonifácio. **A Abolição**: Emancipação dos escravos. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia a vapor, Lombaerts & Comp., 1884. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4486/1/016881\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4486/1/016881_COMPLETO.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021. Esta fonte comprova a corrente emancipacionista do patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva.

<sup>149</sup> Para aprofundar essas questões abolicionistas ver também: NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Cia, 1883. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4692/1/012043\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4692/1/012043_COMPLETO.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021.

<sup>150</sup> PAIVA, Clotilde Andrade et al. Demografia. In: MOTTA, Ronaldo S. da; VERSIANE, Flávio R. e SUZIGAN, Wilson (coord.). **Estatísticas históricas do Brasil**: Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1987, p. 17-50. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983\\_v3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf). Acesso em: 15 jul. 2020. Os autores demonstram vários dados estatísticos descrito na “Tabela 1. Demografia: Estimativas da população 1500-1872” dos quais informam que em 1780 a estimativa da população variou entre 2 523 000 a 2 841 000, conforme trabalhos de Contreiras Rodrigues e Giorgio Mortara. Já em 1798, variou entre 2 888 078, 3 800 000 e 4 000 000, segundo estudos realizados por Dauril Alden, Humbolt e Abade C. da Serra. Somente a partir de 1750 até 1872 (período proto-estatístico).

<sup>151</sup> PAIVA, op., cit., p. 20.

liberdade não encontrava outra alternativa senão submeter-se ao capital” (KOWARIC, 1994).

No caso da abolição do trabalho escravo da população originária, designado pelos europeus de ‘indígenas’, se deu pela política de reformas pombalinas, denominada de “Diretório dos Índios” publicado em 1757, em que normatizava o índio como “livre”, tornando-o disponível para o trabalho voltado para o mercado, “mas não abolindo do trabalho compulsório a que estava submetido, cuja condição índio “livre” somente piorou [...]” (MEDEIROS, 1999). Na análise de Prado Jr., o objetivo dessa política era a implantação de diretórios, não somente na capitania da Paraíba, mas nas demais. A população escravizada africana,

[...] mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo. O que pesou muito na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país” (PRADO JR, 2011, p. 293).

O escravo, principalmente, o africano, por não ter tido acesso à educação ou a nenhum tipo de conhecimento técnico-instrucional, gerou uma população sem qualificação para o mundo do trabalho. Assim, foram classificados pela classe dominante de incultos, de inúteis, de inadaptados, de ralé, de maldas e de vadios por não terem nenhuma formação profissional e, “portanto, imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular (KOWARIC, 1994, p. 30).

Numa dimensão oposta, outro grupo de indivíduos livres, exerciam atividades profissionais liberais em função do crescimento do aparelho administrativo, caracterizado pelos padres, letrados, magistrados, militares-engenheiros, advogados, médicos cirurgiões. Somam-se a esse número restrito de profissionais, com as dos naturalistas viajantes luso-brasileiros, que discutimos no segundo capítulo, no qual formava um desenho social, que desencadeava a um processo de formação de uma classe média no território colonial.

Essas atividades do segundo grupo de indivíduos livres eram bastante restritas nas vilas e cidades coloniais e, pelos idos de “[...] 1792, não havia no Rio de Janeiro, 32 advogados, [...] os médicos então era uma exceção” (PRADO JR., 2011, p. 297). A vida social na colônia, nesses fins de século XVIII, se mantinha em estado deplorável pelos níveis extenuantes de exploração, ausente de instituições de

ensino e de profissionais especializados, o que demandou certa atenção às autoridades portuguesas. Caio Prado Júnior, assinala que o governo metropolitano:

[...] resolveu em 1799, ordenar que as Câmaras concedessem pensões para aqueles que, tendo demonstrado habilidade, fossem cursar a Universidade de Coimbra ou a Academia de Lisboa. Cada Câmara deveria pagar os estudos de pelo menos dois topógrafos, dois engenheiros hidráulicos, um contador, um médico e um cirurgião (PRADO JR., 2011, p. 297).

Essas considerações nos levam a refletir que a política duradoura da reforma pombalina não foi capaz de reverter o quadro débil da política de instrução na colônia, embora tenha precariamente adotado a política de Aulas Régias<sup>152</sup> e se levarmos em consideração o início da política pombalina de 1752 até 1799, temos um período de quase cinquenta anos de uma política colonial desinteressada no investimento em educação na colônia.

Os investimentos em ensino e pesquisa estiveram voltados estritamente para a metrópole portuguesa, a exemplo do Jardim Botânico de Coimbra de 1772 e a imponente fundação da Academia das Ciências de Lisboa de 1799<sup>153</sup>. Ao que parece, a ausência de letrados e de instituições educacionais no território colonial constituiria uma política estratégica em função da manutenção do alto grau de exploração, de poder e domínio do império português voltado apenas para as necessidades do desenvolvimento mercantil.

Portanto, esse era o quadro de penúria e desigualdade social no território colonial em que o jovem Manuel Arruda da Câmara vivia. Todavia, não havia sofrido as agruras desse tempo, tendo em vista a sua condição social elitista, respaldado pelo legado de poder territorial e econômico do seu patriarca.

---

<sup>152</sup> CAMARGO, Angélica Ricci. **Aulas Régias**. Dicionário do período imperial, 04 de set. 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/260-aulas-regias>. Acesso em: 16 jul. 2020. A autora menciona que foram implantadas as aulas régias no período pombalino pelo Alvará de 28 de junho de 1759, o qual demarca o surgimento do ensino público oficial e laico, ruptura com o legado do controle da Igreja; mas, com dificuldades de implantação das reformas, pela redução de investimento financeiro como a redução de verba disponível para resolver, a ausência de professores, os baixos salários dos funcionários e a insuficiência ou escassez de livros destinados aos estudos.

<sup>153</sup> FRANCO, Francisco de Mello. **História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Academia Real das Ciências de Lisboa, 1831. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1462/bndigital1462.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1462/bndigital1462.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020. Nesta obra há um detalhamento sobre a fundação da Academia Real das Ciências em 24/12/1779, com anuência da rainha D. Maria I.

Vimos anteriormente, que os cargos de capitães-mores, eram providos de poderes e privilégios para além das conquistas, de concessão de sesmarias e de expansão territorial, como o acesso às Ordens religiosas, indispensáveis na garantia da formação dos filhos, proporcionando acessibilidade no grau de instrução no Ensino Superior para o ensino no exterior. Segundo estudos de M<sup>a</sup> das Graças Araújo, a Ordem dos Carmelitas, possuía:

[...] sólido patrimônio composto por casas, engenhos, fazendas e terrenos. Os fiéis doavam dinheiro e terras em troca de benefícios dos regulares [...] como o caso do capitão-mor Manoel Garcia de Moura [...] que fez a doação do seu engenho [...] situado em Ipojuca – aos carmelitas de Recife (ARAUJO, 2007, p. 58).

Esta autora explica, que os Carmelitas realizavam muitos acordos patrimoniais que exigiam pactos e trocas de terras, de fábricas, de escravos, de bestas e de bois de forma conflituosa com os capitães-mores e colonos. Ainda assim, a autora assinala, que no final do século XVIII, a cristandade seguia enfraquecida, estimulada pelo iluminismo e o enciclopedismo europeu. Com esse enfraquecimento, havia na hierarquia eclesiástica, dois movimentos: por um lado, os bispos sustentavam o conservadorismo monárquico, fieis ao projeto colonial português, enquanto parte dos sacerdotes se aliaram as ideias liberais e republicanas tornando-se comum a participação deles nos movimentos políticos.

Portanto, podemos inferir, que tanto os interesses de poder territoriais, quanto de poder religiosos são elementos chaves de compreensão na predileção do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara na vila de Goiana. Havíamos mencionado também, que a vila de Goiana serviu como porta de entrada para Manuel Arruda da Câmara professar na Ordem Carmelita e veremos adiante que no seu retorno da Europa, serviu como moradia temporária para seu trabalho de naturalista viajante nas propriedades do seu irmão.

Portanto, estudar na Europa era privilégio para poucos, ou seja, estava restrito a um grupo social seletivo; na maioria dos casos, eram os filhos dos colonos, beneficiários de um grande poder territorial-político-econômico e de influência religiosa como os da família Arruda Câmara, que poderia custear os estudos na metrópole portuguesa.

Segundo estudos de Bella Herson (1996, p. 261) “[...] tudo deixa crer, [...] que a família Arruda Câmara era cristã-nova. O sacerdócio era uma fuga de cristãos-

novos da Inquisição”. Em conformidade com a autora, José Otávio Aguiar (2011, p.06) também afirma, que “[...] é provável que sua família (Arruda Câmara) vislumbrasse a possibilidade de ‘desoneração’ da pecha de descendente de cristãos novos que socialmente a desqualificava”, logo, a inserção de Arruda da Câmara no referido convento religioso.

A ruptura com a carreira religiosa se desfez somente quando se desobrigou dos votos no seu retorno da Europa, possivelmente em 1792 ao chegar à capitania de Pernambuco, notadamente na Ordem dos Carmelitas, em Goiana, do qual o naturalista “[...] já trazia a bula de secularização dada em Roma [...]” (PEDROSA, 1959, p. 68). Todavia, somente em 13 de julho de 1805 foi concedido o seu pedido de desobrigação com a Ordem Carmelitana.

Segundo o estudo biográfico de Gonsalves Mello, o Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara viajou no ano de 1786 para Lisboa com seus dois filhos, Francisco de Arruda Câmara Júnior e Manuel Arruda da Câmara, por se “[...] tratar de um pai dedicado que quer verificar pessoalmente as condições de vida dos filhos durante seus estudos no estrangeiro” (MELLO, 1982, p. 17”).

Todavia, vimos nos estudos de Bella Herson, que essa justificativa dada pelo biógrafo não se sustentou, uma vez que, munida de fontes documentais acerca do processo de delito do capitão-mor na vila de Pombal, confirma que a viagem à Lisboa com seus dois filhos, tratava de resolver a pendência de delito. Pois bem, nos idos do dia 26 ou 27<sup>154</sup> de outubro de 1786, Manuel Arruda da Câmara se matricula no Curso de filosofia e em 09 de outubro de 1787, Manuel Arruda da Câmara, matriculou-se no curso de Matemática, ambos na Universidade de Coimbra:

[...] um centro promotor da modernização da agricultura, manufatura e comércio. Filhos de militares, comerciantes e proprietários de terras foram enviados a Universidade com intenção de receber formação e, posteriormente, ingressarem na magistratura ou em cargos de prestígio na administração metropolitana ou colonial (RAMINELLE, 2008, p.08).

Desse centro promotor formava-se uma elite ilustrada, sobretudo, luso-brasileira, com finalidades bem definidas pelos vínculos entre a colônia e a metrópole. Em relação à Francisco Arruda Câmara Júnior, em 08 de outubro de

---

<sup>154</sup> Observamos que o dia da matrícula das duas fontes citadas se diferem: A fonte de Bella Herson consta o dia 26 de outubro. Já a fonte do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, consta dia 27 de outubro, mas o ano e o mês não se diferem. Esses dados não alteram nossa análise.

1787 se matricula no curso de Medicina na Faculdade de Montpellier, na França e conclui no dia 15 de novembro de 1790<sup>155</sup>.

Manuel Arruda da Câmara não concluiu nenhum dos cursos em que se matriculou na Universidade de Coimbra, migrando para estudar na França em 15 de agosto de 1790, matriculando-se na Faculdade de Montpellier, antes de seu irmão concluir o doutorado em Medicina nesta mesma faculdade, período de efervescência política e social da Revolução Francesa. Talvez, tenha sido uma estratégia protetiva do capitão-mor, os filhos estudarem em países distintos, haja vista o delito cometido pelo patriarca, como mencionamos anteriormente. Não se sabe os motivos que levaram Arruda da Câmara abandonar os dois cursos na Universidade de Coimbra. Todavia, já sinalizamos que os estudos de Bella Herson sobre os cristãos-novos e seus descendentes na Medicina brasileira, traziam novos elementos reflexivos sobre o contexto:

Os jovens brasileiros preferiam estudar longe da Inquisição, distantes da opressão e do obscurantismo, e até superar as limitações da língua, procurando universidades estrangeiras, onde o que os atraía era a tolerância, a liberdade de pensamento e a esperança de poder um dia trazer aquelas mudanças para o Brasil. [...]. Tendo Montpellier uma velha tradição de tolerância religiosa, para lá se refugiaram os perseguidos pela Inquisição. Ali, jovens podiam ler livros proibidos, sem medo de serem por isso processados. (HERSON, 1996, p. 224-227).

Consideramos que essa assertiva, confirme mais um motivo da migração do jovem Manuel Arruda da Câmara, da Universidade de Coimbra para a Universidade de Montpellier. O tempo de permanência de Arruda da Câmara nos estudos de Medicina - entre o bacharelado e o doutorado - na Faculdade de Montpellier durou um ano e dois meses de 15/08/1790 a 03/09/1791, o suficiente para enveredar pelos estudos de ciências naturais, já que na época o curso de Medicina oferecia disciplinas relacionadas a essa área, como Química e Fisiologia, favorecendo acesso e influência dos escritos dos botânicos, Félix de Avelar Brotero e Antônio Gouan e dos químicos, Antoine Laurent de Lavoisier e João Antônio Chaptal (MELLO, 1982, p. 20-21).

---

<sup>155</sup> PEDROSA, Manoel de Vasconcellos. **Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 243 abril-junho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?searchword285=243&moduleId=150&Itemid=174>. Acesso em: 17 mar. 2019.

Ainda no período estudantil, Arruda da Câmara se envolveu com estudos disciplinares das ciências naturais como a Fisiologia e a Química, associada ao estudo botânico, sobretudo nas suas futuras viagens científicas no sertão da caatinga. Para a obtenção do título de médico em 1791, dedicou-se a uma pesquisa intitulada “*Disquisitiones Quaedam: Physiologico-Chemicae, de Influentia Oxigenii*”.

Esse trabalho do naturalista foi objeto de estudo de Argus Almeida e de Francisco Magalhães, os quais traduziram do Latim para o português por “Investigações fisiológico-químicas sobre a influência do oxigênio na economia animal, principalmente no calor e na cor dos homens” (ALMEIDA e MAGALHÃES, 1997). Esses autores apontam que esse trabalho é de conclusão para a obtenção de grau de bacharel em Medicina e não de tese como aponta o biógrafo José Antônio G. de Mello. Talvez a estrutura curricular do curso de Medicina da Universidade de Montpellier desse período permitisse um trabalho de pesquisa iniciado no bacharelado até a defesa da Tese. Nesse aspecto, não nos detemos a esse detalhe, já que encontramos duas versões distintas acerca desse trabalho de Manuel Arruda da Câmara.

De modo geral, esse estudo de conclusão de curso, seja para grau de bacharelado ou doutorado de Manuel Arruda da Câmara, sinaliza a forte influência da Química e da Fisiologia, que o inspirou numa pesquisa das reações do novo gás, o oxigênio e o seu papel na combustão, e de modo geral, tratou de demonstrar o seu papel metabólico, que a combustão respiratória era a fonte de energia produzida pelos animais e que essa combustão explicava as modificações observadas na cor do sangue. Daí supunha que o oxigênio era a causa da diversidade da cor dos homens (MELLO, 1982 p. 21-22).

Ao concluir esse estudo, retorna a Lisboa e antes de regressar à sua terra natal, realiza algumas atividades investigativas, que culminam com uma publicação em 1792 do seu primeiro livro escrito na língua portuguesa, intitulado “Aviso aos lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grãos ou pevides para aumento da colheita, segundo um anúncio que se fez ao público”. Essa publicação não teve nenhuma nota explicativa que indicasse algum patrocínio, sendo possivelmente custeada pelo próprio naturalista.

Não nos ocupamos detidamente a investigar sobre a veracidade da atividade política de Arruda da Câmara, pois, o pesquisador José Antônio G. de Mello, examinando registros documentais em arquivos, levantou suspeitas e interrogações

sobre as afirmativas da atuação política de Arruda da Câmara escrito em jornais e publicações científicas por diversos pesquisadores.

Segundo a pesquisa de Mello, até então, não havia nenhuma comprovação documental sobre a atuação política de Arruda da Câmara no Areópago de Itambé, em Pernambuco, lugar destinado a reuniões e assembleias de conteúdo maçônico, bem como de discussões literárias e propagação de ideias republicanas. Portanto, Mello considera essa questão inverídica.

Em todos os escritos consultados neste trabalho, afirma-se que essas reuniões reservadas e conduzida por Arruda da Câmara no Areópago desencadearam consequências nos movimentos rompidos pela Revolução Pernambucana de 1817. Mello, informa ainda, que a atuação de Arruda da Câmara, foi inicialmente exposto por Francisco A. Pereira da Costa, no “Diccionario biographico de pernambucanos celebres (1851-1923)” e teve repercussão e aceitação acadêmica. Depois dessa publicação, a informação foi repassada sem a preocupação de averiguação documental, para o Instituto Histórico de Goiana, depois para o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e, ainda reafirmada por Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, no artigo intitulado “O ‘Testamento’ político de Arruda Câmara”, publicado em 1973.

Ao pesquisarmos sobre a história da cidade de Itambé, constatamos que ainda há menção sobre a atuação política do naturalista, vinculado ao desenvolvimento político e cultural desta cidade, notadamente no período de 1797 a 1801, onde funcionou o Areópago “[...] onde o Dr. Arruda Câmara fazia propaganda dos ideais da Revolução Francesa” (MEDEIROS, 1967).

Outra inverdade histórica, aludida por Gonçalves de Mello, tratou de uma obra inédita coordenada por Joaquim de Almeida Pinto, intitulada “Diccionario de Botânica Brasileira ou Compêndios dos vegetais do Brasil, tanto indígenas como aclimados” publicada em 1873, contendo na contracapa algumas informações e, dentre elas a afirmativa, que na elaboração do referido dicionário, continha “[...] grande parte sobre os manuscritos do Dr. Arruda Câmara” (PINTO, 1873).

Há ainda três questões de ordem científica que Mello considera inverídica: a do naturalista ter viajado ao Rio de Janeiro e ter sido membro da Academia ou Sociedade Literária criada sob a proteção do Vice-Rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790). O biógrafo constata, que nesse período da gestão de Vasconcelos e Sousa Arruda da Câmara ainda estaria em Coimbra.



A outra situação advertida pelo biógrafo esteve relacionada ao fato de constar nos artigos, que o naturalista teria sido Membro de uma Comissão de Naturalistas, designadas para o exame e correção da obra do frei José Mariano da Conceição Veloso, denominada de “Flora Fluminensis”. E por fim, de Arruda da Câmara ter aceitado o convite de José Bonifácio de Andrada a uma viagem pela Europa, mas segundo o biógrafo, os estudiosos não atentaram que foi outro naturalista luso-brasileiro, Manuel Ferreira da Câmara, de Minas Gerais, o companheiro de viagem de José Bonifácio de Andrada e Silva e, não o naturalista paraibano.

Portanto, essas afirmativas sobre a vida política de Manuel Arruda da Câmara, não se sustentavam por não terem comprovação documental, haja vista a revisão histórica inquerida, afirmando, ainda que as declarações de diversos estudiosos, que escreveram sobre o naturalista não passaram de lendas inventadas e, que alguns autores desavisados, ainda cometem o erro de reproduzirem a veiculação dessas informações sem conferir.

Não obstante, os caminhos da pesquisa de Bella Herson, a levou a encontrar fontes documentais que se referem ao levante de 1817, no qual temos uma alusão à Francisco de Arruda Câmara Júnior na lista de culpados:

[...] Medico de Goiana. – Francisco de Arruda Câmara. – Testemunha de ouvida, de tratar da Rebelião, há muitos anos. Influído. Laço dos Rebeldes, acudir aos rebates e enxortar o povo ao partido Rebelde. Falador. Escreveu cartas sediciosas’ (BIBLIOTECA NACIONAL *apud* HERSON, 1996, p. 266).

Ao que nos parece, o poder e domínio territorial do capitão-mor não se limitou às demandas econômicas da pecuária no sertão de Piancó-Pombal, se expandindo para outras esferas de poder, a de atuação política. Herson ainda informa, segundo outra fonte, que Francisco Arruda da Câmara, era médico e político no Norte do Brasil:

[...] foi eleito deputado pela Paraíba às Cortes de Lisboa, não chegou a tomar posse [...] em 1823, já no Brasil independente, seria eleito deputado pelo Rio Grande do Norte à Assembleia Constituinte [...] não tomaria posse [...]. Em 1824 iria envolver-se no movimento revolucionário pernambucano [...] Confederação de Equador [...] (SANTOS FILHO *apud* HERSON, 1996, p. 269).

Esses dados de Francisco Arruda Câmara Júnior, parece-nos relevantes porque demarca o poder de influência política da Família, o que permite-nos inferir, que o filho mais novo do capitão-mor de Piancó, Manuel Arruda da Câmara não era alheio as questões políticas da colônia. Talvez, Manuel Arruda da Câmara tivesse sido influenciado, não somente pelo seu irmão, Francisco Arruda Câmara Júnior, mas pelo conjunto de ideias revolucionárias francesas, o que era comum aos jovens que estudavam em Montpellier. Ressaltamos ainda, que não devemos desconsiderar o contexto histórico europeu em que Arruda da Câmara esteve inserido, no qual Warren Dean assinala, que:

[...] os intelectuais portugueses estavam habituados a trocar correspondência com os colegas franceses, porque a França era o *locus* da maioria das inovações e recursos para seus campos de estudo. A corte abominava os franceses, que eram aliados dos seus rivais espanhóis e a fonte de panfletos e anticoloniais e igualitaristas, e tais associações se tornaram anátema com a eclosão da revolução e a execução do rei. O sucessor de Vasconcellos e Souza, o conde Rezende, fechou a reativada Sociedade Literária (DEAN, 1996, p.137).

A abominação pelos franceses era de tal monta, comenta o autor, que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, apontada como um lugar de debates políticos perigosos, levou a cabo de seu fechamento; o que levou alguns luso-brasileiros fundarem outra Sociedade, mas sem sucesso, pois foram perseguidos e exilados. Em consonância com Dean, o trabalho de José Otávio Aguiar e Catarina Buriti também assinala a questão sobre o nacionalismo em volta dos debates entre os luso-brasileiros, sobretudo de Arruda da Câmara, período do Reformismo Ilustrado, nos quais afirmam, que a estratégia utilizada por Arruda da Câmara se deu pela exaltação do potencial das terras brasileiras, sobretudo do sertão da caatinga, a exemplo das suas pesquisas sobre a cultura do algodão (AGUIAR e BURITI, 2009).

Diante dessa assertiva, podemos inferir, que o grupo de jovens intelectuais luso-brasileiros, sobretudo os que estudaram no curso de Medicina na Universidade de Montpellier<sup>156</sup>, o qual inclui os filhos do capitão-mor de Piancó, não estavam desvinculados das discussões políticas do lema “Liberté, Egalité, Fraternité”.

<sup>156</sup> O artigo de Pedrosa, aqui já mencionado, traz uma lista de estudantes luso-brasileiros que estudaram na Faculdade de Medicina de Montpellier no período de 1767 a 1793 constando o ano de matrícula, do bacharelado e do doutorado dos 15 jovens luso-brasileiros dos quais, 09 eram do Rio de Janeiro, 03 de Minas Gerais, 01 de Salvador e 02 da capitania de Pernambuco. Esses dois últimos, refere-se à Manuel Arruda da Câmara e Francisco Arruda Câmara Júnior.

Podemos concluir, efetivamente, que o contexto histórico de ebulição de ideias francesas e a condição do processo de delito que o capitão-mor de Piancó estava envolvido, tenha contribuído para Manuel Arruda da Câmara, não somente abandonar os estudos na Universidade de Coimbra, mas a fazer parte do grupo de jovens luso-brasileiros que discutiam também questões políticas sobre a condição colonial do seu território de origem.

Além desses elementos conjunturais do período em que este na Europa, acrescentamos outro elemento que nos parece importante, a presença do padre João Ribeiro Pessoa, desenhista, que esteve acompanhando as viagens científicas no sertão da caatinga com Arruda da Câmara, pois segundo estudos de Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa (1973, p. 487-488), o padre-desenhista foi “[...] colaborador e seguidor político [...] de posições liberais e dos [...] ideias dos revolucionários franceses de 1789”. Segundo Xavier Pessoa, o naturalista, imbuído dessa atmosfera francesa, ao concluir seu doutorado, retorna da metrópole portuguesa para a sua colônia e paralelo as suas viagens científicas à serviço da Corte portuguesa funda uma sociedade secreta na cidade de Itambé (PE), denominado Areópago de Itambé, como mencionamos anteriormente.

Portanto, a discussão anterior sobre o legado territorial familiar de Arruda da Câmara na manutenção de poder econômico e seus desdobramentos no sertão da caatinga, evidenciou o poder de influência social política na medida em que contribuiu no processo de formação de Manuel Arruda da Câmara. Suspeitamos, que esses elementos de poder também alicerçaram às viagens científicas ao naturalista, o qual demonstraremos na nossa próxima discussão.

### **3.3 O território Ilustrado no avanço do sertão: A rota das viagens científicas arrudiana numa caatinga nunca antes investigada**

Manuel Arruda da Câmara nos idos de 1793, retorna dos estudos das universidades de Coimbra e de Montpellier para sua terra natal, mas somente em 1794, inicia a empreitada das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da caatinga. Compreendemos, que o seu regresso da Europa tenha consubstanciado sua visão social de mundo. Michael Löwy considera que uma visão social de mundo

se vincula a um conjunto de representações, de valores e de ideias que podem ser do tipo conservador ou legitimador da ordem existente, ou de um tipo crítico, subversivo, que propõe uma alternativa, o qual chama de utopia (LÖWY, 2006, p. 32).

Nesse sentido, os valores e ideias de Arruda da Câmara não eram mais duma percepção cognitiva do sertão e da caatinga, cujas tessituras imaginativas da infância e da juvenildade o circundava pelas paisagens dos vales dos rios, das serras, da flora e da fauna da caatinga no sertão de Piancó; pelo qual, envolvia seu lugar de morada, socialmente dividida entre o casario, a pecuária e o escravo. Supomos, que Arruda da Câmara não tenha rompido com essas memórias primaveris do sertão e da caatinga; todavia, sua viagem à Europa proporcionou um encontro com outros valores e conjunto de representações da cultura europeia, permitindo uma visão social do mundo, uma vez que:

[...] aos interesses históricos da classe burguesa em formação, [...] quando essa classe era revolucionária, na França do século XVIII, que [...] focava os direitos dos homens, a igualdade, a liberdade, a fraternidade da filosofia das luzes [...] (LÖWY, 2006, p.33).

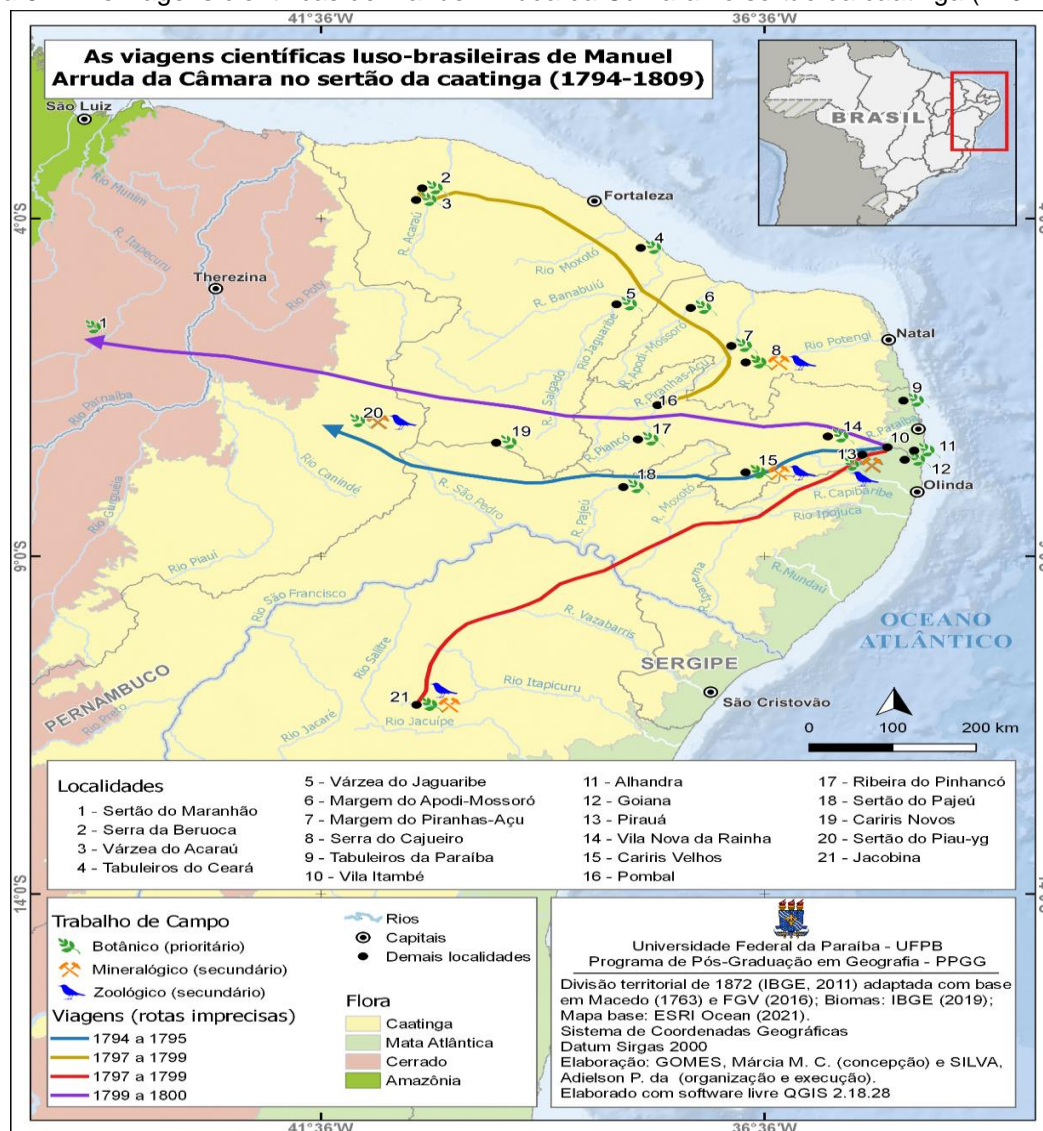
Lowi (2006) explica que essa visão social do mundo da burguesia nascente tinha um caráter utópico, na medida em criticavam a monarquia absoluta, o poder doutrinário da Igreja; porém, no século XIX, quando essa burguesia está no poder esse mesmo conjunto de ideias adota um caráter conservador. Ao que parece, Arruda da Câmara se alimenta em parte do conservadorismo, do Reformismo Ilustrado português e do conhecimento científico adquirido no mundo luso-franco.

Nesta atmosfera de conhecimentos adquiridos, Arruda da Câmara de retorno ao seu lugar de origem, esteve alicerçado por bases da ciência Ilustrada, da erudição, dos parâmetros da História Natural, das técnicas de campo, da Química e a da Física, conforme a cartilha da empiria à maneira do Reformismo Ilustrado vandelliano e dos interesses da política de mando da exploração da caatinga, patrocinada pela coroa portuguesa.

Com todo esse conjunto de conhecimento adquirido pelo naturalista, o sertão e a caatinga não eram mais concebidos como antes. Logo, o sertão da caatinga, neste momento estava ordenado pela política territorial das viagens científicas da metrópole portuguesa, configurado em **Território Ilustrado**, notadamente, numa

caatinga nunca antes investigada à luz da História Natural. Assim sendo, utilizamos como ponto de partida o recurso cartográfico em que se apresenta um mapa das rotas das viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara, a seguir.

**Mapa 07 – As viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga (1794-1810)**



Fonte: IBGE, 2011 adaptada com base em Macedo, 1763; FGV, 2016.

O Mapa 07 acima exposto, descreve a rota aproximativa das viagens científicas empreendidas por Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga, pelo período de quinze anos, pois elas foram iniciadas em 1794 e suas produções científicas compreendidas até 1810. Para além de uma representação cartográfica, que descreve o itinerário das viagens científicas do naturalista, esse referido Mapa, tem como propósito, aproximarmos da realidade do passado arrudiano, notadamente do período em que o naturalista esteve investigando a caatinga à

serviço da corte portuguesa e, cruzar com os dados do mapa da territorialidade da família. Mas será que o poder e domínio territorial da família Arruda da Câmara tem conexão com a territorialidade das viagens científicas do naturalista Manuel Arruda da Câmara?

Fazendo uma análise espacial associada ao processo histórico do passado territorial da família Arruda Câmara com a nova dinâmica territorial das viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara, veremos que tanto o Mapa 07, quanto o Mapa 05, embora representem conjunturas históricas diferenciadas, a espacialidade de ambas sugere que a rota empreendida pelo naturalista viajante, esteve circunscrita exatamente no domínio de extensão território familiar.

Nesta direção, podemos entender, que ao realizar o mapeamento da rota das viagens científicas de Arruda da Câmara, cruzando com o mapeamento das terras de sesmarias do legado familiar de Arruda Câmara, identificamos fortes indícios, que as terras de família no sertão da caatinga, alicerçaram às viagens científicas do naturalista, uma vez que ele, estando em Recife, escreveu uma carta no dia 28 de agosto de 1797, endereçada à Sousa Coutinho, informando realizar uma pesquisa científica no sertão deserto da caatinga, uma vez que era oneroso por não possuir infraestrutura adequada nas estradas, nem estadias confortáveis e nem serviço postal como na Europa.

Logo, a materialidade da expansão territorial expressa as formas de ação de poder na manutenção de controle territorial, pois, segundo Moraes (2005, p. 114), o “[...] aprofundamento de um poder se manifesta com a extensão territorial”. Recapitulemos, que esse novo traçado espacial, configurado em **Território Ilustrado**, constitui também territórios de poder na e da caatinga, conforme o ordenamento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras da metrópole portuguesa no processo de investigação da Natureza dentro do território colonial.

Vimos no decorrer da tese, como se estruturou a política de mando das viagens científicas no sertão, conforme atuação de duas gestões administrativas da metrópole portuguesa, legitimada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobretudo da gestão do ministro Martinho Melo e Castro (1770-1795) e da gestão do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho fragmentado em dois períodos: No período de 1796 a 1801, Sousa Coutinho esteve à frente da pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios

Ultramarinos e no período de 1801 a 1803 esteve ocupando o cargo de Presidente do Real Erário e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Essas referidas Secretarias, sobretudo a primeira, financiaram as viagens ultramarinas e as pesquisas de interesses da coroa portuguesa.

Sem nos determos as particularidades de cada uma dessas gestões, podemos inferir, que elas tinham algo em comum, uma nova modalidade de controle e domínio do território colonial transformado em **Território Ilustrado**, vinculado às viagens científicas luso-brasileiras e a exploração econômica, em continuidade à manutenção do empreendimento colonizador. Logo, o fomento no empreendimento das viagens científicas luso-brasileiras, consistia num novo investimento estratégico, que unia os interesses territoriais e econômicos, pactuado com a ciência no processo da investigação da Natureza.

Lembremos, que em fins do século XVIII, a investigação da Natureza, conforme Magnus Pereira (2012, p. 127), ainda era mais “[...] corrente nas cidades costeiras e da Zona da Mata, onde se concentravam os funcionários ilustrados, do que na Caatinga propriamente dita”. Esse autor informa, que algumas demandas foram iniciadas no Recôncavo baiano, exercendo “[...] como principal porta de acesso de exploração científica do Sertão [...]” (PEREIRA, 2012, p. 127).

E mesmo no século XIX, período de amplo investimento nas políticas territoriais de viagens científicas, a rota da caatinga era desviada por muitos naturalistas estrangeiros e isso evidencia que a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos também não tinha interesses, apenas pontuais, como veremos adiante. Essa questão foi advertida pelas pesquisadoras, Magali Sá e Lorelai Kury, que afirmam, de modo geral, que:

[...] os naturalistas desembarcavam no Rio de Janeiro e acabavam seguindo para Minas Gerais, por onde muitas vezes atingiam Mato Grosso e Goiás. Muitos prosseguiram até a Bahia e passavam também pelo Espírito Santo, como é o caso do Príncipe Wied-Neuwied. Alguns viajantes, como Saint-Hilaire e Sellow conheceram a região Sul do Brasil, chegando até o Uruguai. A Amazônia também foi visitada, não só pelas viagens que percorriam longuíssimos trajetos pelo Brasil, como a de Spix e Martius e Langsdorff [...]. As Caatingas foram percorridas por naturalistas estrangeiros, mas em menor número. A maioria deles passavam pelas bordas do semiárido, seguindo caminho seguindo por outras paisagens [...]. Muitos viajantes evitaram as caatingas [...] (SÁ; KURY, 2012, p. 206-207).

Essas autoras demonstram explicitamente que, a caatinga não era atrativa como objeto científico aos naturalistas estrangeiros<sup>157</sup>, nesse aspecto particular, antecipamos em afirmar que o fato de Arruda da Câmara realizar viagens científica no sertão da caatinga, já sinaliza uma resistência entre os naturalistas luso-brasileiros e os naturalistas estrangeiros. Pressupomos, que a caatinga mais seca, era considerada pelos naturalistas estrangeiros, uma flora de difícil acesso, principalmente nas áreas distantes dos rios e de condições climáticas adversas, diferentemente do clima da flora da mata Atlântica do litoral ou mesmo de outros sertões não tão secos, como os de Minas Gerais.

Embora essas dificuldades descritas por Arruda da Câmara, ele era um dentre os poucos naturalistas viajantes luso-brasileiros, que adentraram o sertão da caatinga com tamanha extensão territorial, circunscrito pelas seguintes capitânicas: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Bahia e o Estado do Maranhão e Piauí (Mapa 04).

Podemos dizer, que a dinâmica das viagens científicas se dava em três etapas, embora não signifique que a rigor se cumpria todas elas. De modo geral, podemos dizer, que a primeira etapa, incidia sobre um planejamento do trabalho de campo, a partir das instruções de viagens, que envolviam atividades de preparação da rota, da escolha e disponibilidade dos instrumentos de viagem, da equipe e logística econômica das viagens, como o transporte (geralmente mulas), a alimentação, as paradas, os descansos ou pernoites.

Arruda da Câmara estando em Recife no dia 28 de agosto de 1797 escreve uma correspondência em resposta a solicitação do ministro Sousa Coutinho, que o designou para chefiar uma viagem científica no sertão da caatinga:

Não devo contudo, deixar de lembrar a V. Excia. Algumas circunstâncias que podem retardar muito o bom êxito desta Comissão, para que V. Excia. Haja por bem dissipá-las, aplanando as dificuldades, que são invencíveis às minhas poucas forças: a Capitania de Pernambuco, Rio de São Francisco, que devo viajar, tem de extensão mais de quatrocentas léguas, sem haverem estalagens e os mais cômodos que têm os caminhos da Europa, pelo que devo levar comigo os víveres necessários para mim e para os que me acompanham; para isto e para a minha condução, me são indispensáveis, ao menos, cinco cavaladuras e outros tantos

---

<sup>157</sup> Em 1808, o Príncipe Regente D. João VI por meio de carta régia, autoriza a abertura dos portos do Brasil ao comércio e à navegação das nações amigas. Logo, vários naturalistas viajantes estrangeiros aportaram no Rio de Janeiro.



condutores, instrumentos para as minhas experiências, tais como o meu necessário químico, alavancas, almocatres, bateas, varruma para penetrar a terra, o que tudo devo conduzir por estes lugares quase desertos, para o que não podem chegar os quatrocentos mil réis anuais [...] para a minha subsistência além de alugueis da pessoas que devem cavar a terra nos lugares em que eu achar indícios de algum mineral, e das conduções ao porto de embarque, e daí para o Recife de Pernambuco (CÂMARA, [1797] 1982, p. 237-238).

O trecho dessa “Carta da Natureza” evidencia as preocupações de Arruda da Câmara com a logística das suas viagens científicas, e nesta em particular, por demandar um longo percurso no sertão adentro, observamos que o naturalista como chefe da Comissão solicita recursos financeiros as despesas da viagem, que incluía entre outras não mencionadas: A equipe de trabalho com o serviço de um químico e de pessoas para escavar o terreno no percurso do sertão de Pernambuco até a Bahia.

Observamos que há raro registro sobre o quantitativo e o perfil da sua equipe de trabalho de campo nas viagens científicas realizadas. Mas, nos idos de 1800 Arruda da Câmara escreveu um Relatório enviado ao Governador Fernando Delgado Freire de Castilho e afirma:

Querendo dar pronta execução ao Real Aviso a respeito da extração dos linhos deste país, que me foi expedido por Vossa Senhoria com a mais enérgica recomendação, me entranhei pelas matas, acompanhado de alguns escravos, e consegui extrair o que envio a V. Senhoria, que é o seguinte: 1º. – Linho de Ananás bravo [...], 2º. – Linho de Ca-aroá. [...], 3º. – Linho de Ca-aroá-açu. [...], 2º. – Linho de Carrapichinho. [...] (CÂMARA, [1800] 1982, p. 249-251).

Observamos, que Arruda da Câmara deixa escapar que contava com o trabalho escravo para o desenvolvimento de suas investigações botânicas, ou seja, esteve alinhado ao modelo colonial de exploração. Voltemos as informações da correspondência do dia 28 de agosto de 1797 em que o naturalista expõe as despesas com os instrumentos necessários à pesquisa mineral, como alavancas, almocatres, bateas, varruma para penetrar a terra e com o serviço de transporte, no caso das mulas, que serviriam tanto para o deslocamento da equipe, quanto para acomodar ou armazenar a coleta dos minerais que encontrar no percurso.

Importante mencionar que no século XVIII, o uso de muares foi o terceiro principal meio de transporte no período do ouro e conforme estudo de Myriam

Austregésilo, contribuiu para o fluxo de comércio e comunicações com as Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro e “[...] embora caro, o transporte pelo mar foi o preferido, por ser o único possível, desde o início do século XVIII até mais ou menos 1875, época do advento da ferrovia” (AUSTREGÉSILO, 1950, p. 505).

Daí, o naturalista incluiu nas despesas o transporte de mueres que serviriam para a coleta de produtos da demanda solicitada e seus deslocamentos no envio das remessas e amostra minerais do sertão até o porto de Recife. É importante também mencionar que nesse período, a dinâmica econômica e política da Capitania de Pernambuco, segundo Leonardo Dantas Silva “[...] se faziam presentes do Ceará até a foz do Rio São Francisco, transformando o Recife no principal porto exportador e importador de riquezas” (SILVA, 2007).

Além disso, o naturalista faz uma breve menção a ausência de infraestrutura de hospedagem pelas rotas e caminhos sertanejos, qualificando o sertão um deserto em comparação a infraestrutura das estradas e caminhos da Europa, portanto, necessitaria de recurso financeiro para manter a si e toda a equipe nesta viagem científica.

Demonstramos, que há forte indícios que o legado territorial da família Arruda Câmara propiciou melhores condições de paragens à suas viagens científicas, uma vez que para possuir terras de sesmarias havia como contrapartida possuir alguma atividade econômica, notadamente a pecuária. Significa dizer, que a rota e os caminhos por onde sua Comissão científica passaram, possivelmente englobavam paragens em suas terras, uma vez que não havia infraestrutura de hospedagens.

Podemos inferir ainda, que essa questão tornou um elemento diferencial frente aos outros naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros, que não optaram por adentar a caatinga. Talvez esses elementos expliquem, senão por completo, pelo menos parcialmente os motivos dos os naturalistas viajantes tanto luso-brasileiros, quanto estrangeiros, desviaram da caatinga.

É importante ressaltar as etapas do planejamento dessas viagens, que incidia sobre as técnicas empregadas nas viagens *in loco*, contendo no bojo delas a corrente empirista, que tinha como base a observação da Natureza, seguida de anotações, de experimentos, de coleta, de ilustração e de técnica de transporte de amostras da Natureza. Já na terceira etapa, compreendia na maioria das vezes, o trabalho de sistematização da classificação botânica das novas plantas da caatinga, que Arruda da Câmara escrevia para publicação futura (Quadro 12 e 13), bem como

realizava experimentos, testes, o envio de remessas (de sementes, de plantas, animais, minerais).

Vimos no primeiro capítulo da tese, que Domingos Vandelli estava alinhado com a teoria lineana, e sua missão na Universidade de Coimbra era, entre outras, a de construir uma História Natural portuguesa, tendo influenciado uma geração de naturalistas viajantes, por meio de sua atuação em sala de aula e, sobretudo por meio de publicação de vários artigos científicos e memórias; e dentre elas, o “Diccionario dos termos technicos de Historia Natural, extrahidos das obras de Linnêo, com sua explicação e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos” publicado em 1788. Conforme dito anteriormente, esse dicionário e outras várias Memórias estava alinhado aos propósitos econômicos, cujo modelo de instruções de viagens era seguido pelos naturalistas viajantes luso-brasileiros, e não menos por Arruda da Câmara no seu processo de investigação científica no sertão da caatinga.

O trabalho de Tese de Ermelinda Pataca “Terra, água, e ar nas viagens científicas portuguesa (1755-1808)” de 2006, analisou sobre as questões relativas à preparação das viagens e sua execução, em descreve os grupos envolvidos, a liderança científica-político, as diretrizes das viagens e as práticas dos viajantes de gabinetes e de campo. Em relação as instruções de viagens científicas, Ermelinda Pataca; afirma:

[...] como um gênero literário bastante difundido na Europa desde o final do século XVIII, mostram o trabalho de gabinete anterior ao campo, contrastando com a visão do naturalista viajante somente como “homem de campo”, como já era corrente na época. A diferença entre um guia e uma instrução de viagem é sutil, mas significativa. [...] as instruções de viagens devemos levar em consideração suas particularidades. Como gênero literário, a autoria e o público das instruções são determinantes para sua composição. Além disto, devemos também considerar as obras de referência, os locais, (PATACA, 2006, p. 86).

Essa autora, explica que os guias não tinham a mesma pretensão das instruções na medida em que traziam informações mais gerais para qualquer pessoa que não tivesse o objetivo de estudar determinada localidade. Já, os manuais de instruções de viagens científicas, produzidos e publicados pelos naturalistas renomados da História Natural, continham rigor técnico mais específico, cujo propósito era de dar suporte aos naturalistas viajantes no trabalho de campo.

Nessa pesquisa, Pataca dedica um subcapítulo sobre Arruda da Câmara e afirma que a viagem mineralógica realizada no período de 1794 a 1795 não esteve amparada com um manual de instrução, logo “[...] serviu como um treinamento preliminar em que houve o reconhecimento inicial do território e das potencialidades naturais, para posteriormente o naturalista elaborar seus planos de viagem (PATACA, 2006, p. 390).

Essa afirmativa da autora foi baseada numa carta-resposta de Arruda da Câmara ao Frei José Mariano da Conceição Velloso, professor de História Natural, da Capitania de Minas Gerais, que detinha poder de influência junto à Ilustração do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, o qual era sócio da Academia Real de Lisboa<sup>158</sup>. Como dito, o médico e naturalista Arruda da Câmara, era conhecedor da História Natural e das técnicas de campo, e nessa carta-resposta do dia 20 de setembro de 1795, o naturalista paraibano faz menção de que havia recebido de Frei Velloso, o manual de instruções de viagens, e afirma que serviria como um guia importante para suas viagens.

Mas, isso não significa dizer, que Arruda da Câmara não teria nenhum manual de instruções para suas viagens como afirmou Pataca; uma vez que consideramos pouco provável que o naturalista paraibano não tenha trazido nenhum manual botânico de Coimbra, de Lisboa ou mesmo de Montpellier, uma vez que os naturalistas viajantes cientes de seus trabalhos de campo teriam como pré-requisito obter algum manual dessas viagens científicas.

Observamos em outros trabalhos do naturalista, a exemplo da “Dissertação sobre as plantas que podem dar linhos”, publicado apenas em 1810, mas resultado de pesquisas de campo dos anos anteriores, no qual constata que o mesmo esteve realizando nova classificação botânica da flora da caatinga (Quadro 12 e 13) e, para tal atividade classificatória, se embasava de manuais de instruções, sobretudo da classificação botânica lineana.

Talvez o manual de instrução que o naturalista Frei Velloso encaminhou a Arruda da Câmara seria de uma nova edição ou uma estratégia de comunicabilidade com os demais naturalistas luso-brasileiros, uma vez que Velloso tinha prestígio na metrópole portuguesa e tinha poder de influência e de comunicação entre os

---

<sup>158</sup> GAMA, José de Saldanha da. **Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Velloso**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Pinheiro e C., 1869. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or18047/or18047.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or18047/or18047.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

naturalistas luso-brasileiros. Importante frisar, que neste período de 1783 a 1790, sob a ordem do vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, Velloso comandou a viagem científica pela capitania do Rio de Janeiro com o objetivo de coletar e descrever a flora fluminense para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa.

Outra afirmação mencionada por Pataca alude à viagem mineralógica de Arruda da Câmara. Nesta questão, podemos inferir que essa referida viagem não esteve reduzida as pesquisas minerais, uma vez que o mesmo alega em um dado momento da referida carta, não ter tido maior tempo de dedicação aos estudos dos minerais encontrados no sertão da caatinga, mas que poderia no futuro “[...] dar ao público, pondo-lhe na frente um pomposo título: Viagens mineralógicas no interior dos Sertões de Paranambuc, pelo ...” (CÂMARA, [1795] 1982, p. 102).

Embora não tenha tido tempo hábil de realizar estudo sobre os minerais encontrados, descreve que havia descoberto algumas jazidas minerais no período em que esteve realizando essa pesquisa de campo e, menciona que “[...] em várias partes dos Cariris se acha muito gesso. De tudo isso tenho apontamentos nos meus Diários das viagens, que fiz aos Sertões [...]” (CÂMARA, 1795: 182, p. 102). De fato, muitas de suas descobertas no âmbito da mineração, ficou apenas descrito nos seus diários de viagens, pois não temos nenhum registro de trabalhos escritos nessa área.

Assim sendo, podemos inferir, que essa rota de viagem, se caracterizou mais uma “viagem botânica” do que uma “viagem mineralógica” como geralmente é mencionada, muito embora o naturalista tenha realizado algumas descobertas minerais. Inclusive, nessa própria carta o naturalista anuncia um plano de metas de suas pesquisas botânicas, que resultaria num futuro próximo, em oito dissertações, do qual descreve, sumariamente o objetivo de cada uma delas, associando-as a utilidade.

A primeira dissertação tratou sobre todas as plantas que fornecem óleos; a segunda, sobre os vegetais que podem dar linhos; a terceira, sobre os vegetais, que servem a tinturaria; a quarta, sobre os vegetais que fornecem vinho e aguardente; a quinta, sobre as madeiras de marchetaria; a sexta, sobre as plantas que dão féculas e farinha; a sétima, sobre as plantas e árvores frutíferas, que servem de nutrimento ao homem e, por fim, a oitava dissertação, sobre as plantas que tem conhecida virtude medicinal (CÂMARA, 1795: 182).

Sua botânica esteve expressada nos seus escritos, e dentre essas referidas dissertações, temos o exemplo da já mencionada “Dissertação sobre as Plantas do Brasil”, sobre a qual sistematizamos nos Quadros 12 e 13, abaixo.

**Quadro 12 - Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos (1810)**

<b>Espécies</b>	<b>Descrição de novas plantas</b>	<b>Tipos e/ou usos</b>	<b>Geografia das Plantas</b>
Caroá	<b><i>Bromelia variegata</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 7. 1810.	Fibra de linho, cordoalhas, pano grosseiro, rede de pescar.	Curimataú e Cariri Capitania da Paraíba.
Crauatá de Rede	<b><i>Bromelia sagenaria</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 13. 1810.	Fibra de linho, amarras e cordoalhas e lonas.	Beira mar Pern, Paraí. e Rio Grande.
Ananás Manso	<b><i>Bromelia ananas</i></b> L., Sp. Pl. 1: 285. 1753.	Linho superior, licor, produção de frutos.	Sem localização.
Ananás de Agulha	<b><i>Bromelia muricata</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 21. 1810.	Linho, produção de frutos e cercas.	Afogados e Sul de Recife.
Caroatá	<b><i>Bromelia karatas</i></b> L., Sp. Pl. 1: 285. 1753.	Linho, mas não é forte, para uso vulgares.	Sem localização
Caroatá Açú ou Piteira	<b><i>Bromelia variegata</i></b> , Arruda, Diss. Pl. Brazil 7. 1810.	Conservação do fogo na madeira do Scapo, cercas nativas, panos, cordões.	Capitania de Pernambuco.
Coqueiro	<b><i>Cocos nucifera</i></b> L., Sp. Pl. 2: 1188. 1753.	Linho, cordas, refrigerante, adubo, azeite puro, luzes e sabão.	Originário da Índia.
Aninga	<b><i>Arum liniferum</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 30. 1810.	Limpar utensílios de ferro, faca, espingardas, cordas fortes.	Alagadiços de Pernambuco.
Tucum	-	Linho.	Interior do sertão
Macaíba ou Macaúba	<b><i>Cocos ventricosa</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 37-41. 1810.	A folha contém um linho fino e forte.	Pernambuco e em outras partes do Brasil.

**Fonte:** CÂMARA, Manuel Arruda da. Dissertação sobre as plantas do Brasil, 1810. In: Mello, José A. G. de. Obras reunidas, 1982. Revisado pelo prof. Dr. Rubens Teixeira de Queiroz/UFPB, 2020, organização da autora, 2020.

**Quadro 13 - Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos de fibras unidas, 1810.**

<b>Espécies</b>	<b>Descrição de novas plantas</b>	<b>Tipos e/ou usos</b>	<b>Geografia das Plantas</b>
Carrapicho	<b><i>Urena sinuata</i></b> L., Sp. Pl. 2: 692. 1753.	Linho para fabricação de corda e rede.	Paratibe-PE.
Guaxuma do Mangue	<b><i>Hibiscus pernambucensis</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 44-45. 1810.	Cordas.	Pernambuco.
Embira Branca, ou Jangadeira	<b><i>Apeiba cimbalaria</i></b> Arruda, Diss. Pl. Brazil 46-48. 1810.	Uso da madeira para pequenas embarcações.	Matas e capoeiras pernambucanas.
Embira vermelha	-	Cordas.	Matas e capoeiras pernambucana.

**Fonte:** CÂMARA, Manuel Arruda da Dissertação sobre as plantas do Brasil, 1810. In: Mello, José A. G. de. Obras reunidas, 1982. Revisado pelo prof. Dr. Rubens Teixeira de Queiroz/UFPB, 2020. Organização da autora, 2020.

Antes de discutirmos de adentrarmos na discussão, vale mencionar, que o termo “Geografia das plantas” utilizado na quarta coluna do Quadro 12 e 13, se trata de uma discussão das [...] quatro grandes áreas desenvolvidas na História Natural do século do XVIII, Fisiologia, Taxonomia, geologia e História Geográfica, [...] e na obra do naturalista Manuel Arruda da Câmara [...] mais especialmente para a Geografia das Plantas [...]” (PRESTES, 2000, p. 51). Para essa autora, os estudos botânicos de Arruda da Câmara se centrava em busca da ordem espacial, do lugar próprio de cada ser na natureza, ou seja, de uma perspectiva homem-natureza.

No cômputo geral, Arruda da Câmara classificou 51 novas espécies da flora da caatinga, segundo fontes do banco de dados “Tropicos” que contém os nomes científicos e espécimes detalhadas do naturalista<sup>159</sup>. Aliás, Arruda da Câmara tinha a pretensão de realizar um compêndio sobre a flora pernambucana, a partir da coleta de trabalho de campo, período em que a maioria dos naturalistas não estavam interessados com a flora da caatinga, como já comentamos em diversos outros momentos.

Em poucas palavras, Arruda da Câmara focava suas pesquisas no ramo da botânica, embora desenvolvesse pesquisas sobre a fauna e no âmbito da mineração na busca de ferro, de pedras calcárias, de gesso, de pedra-ume e, principalmente do salitre, determinada pela política de mando da Secretaria de Domínios Ultramarinos da metrópole portuguesa.

Neste sentido, podemos inferir que essa rota das viagens científicas, do qual o naturalista empreendeu, não esteve limitado às ordens dessa política de mando da referida Secretaria, uma vez que os interesses da metrópole portuguesa, demandava pesquisas, sobretudo na área de mineração, como vimos no segundo capítulo.

Veremos adiante, que Arruda da Câmara ao dar início ao seu trabalho de naturalista viajante, embora estivesse à serviço da Coroa portuguesa, não se esquivou de questionar o trabalho dos naturalistas de gabinete, tanto da metrópole portuguesa, quanto dos naturalistas renomados como Buffon e Lineu, embora de forma sutil.

O naturalista paraibano não esteve sozinho nessas viagens científicas, havendo uma equipe de trabalho de campo. Apesar disso, não encontramos

---

<sup>159</sup> Tropicos.org. Missouri Botanical Garden. Disponível em: <https://www.tropicos.org/person/12615>. Acesso em: 24 ago. 2021.

registros do grupo que o acompanhava nas viagens científicas no sertão da caatinga, apenas do padre-desenhista, que é enfatizado pelos pesquisadores. Do que pesquisamos, constatamos que houve também a atuação dos escravos, de forma díspar ao trabalho dos especialistas e bem menos citados nos estudos em que nos debruçamos.

O padre-desenhista, João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, era natural da vila de Goiana e sua atuação não se resumiu a arte da ilustração, tendo participado da convulsão social (MONTENEGRO, 1817) denominada de Revolução Pernambucana, de pensamento liberal, antilusitano, sendo considerado um dos seus mártires. Consequentemente, muitos associaram a participação política de Arruda da Câmara no Areópago de Itambé por meio de influência do padre, como sinalizamos anteriormente. Na obra do padre Joaquim Dias Martins “Os martires pernambucanos: victimas da liberdade: nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817”, publicado em 1853, no qual consta seu nome e, dentre as informações afirma, que o padre-desenhista:

[...] Era natural de Goianna, onde a indigencia, que herdára ele seos pobres paes, o condemnaria a viver sem gloria, e a morrei' sem nome, se o habilissimo medico e naturalista, Manoel d'Arruda da Camara, não conhecesse e cultivasse o sublime talento [...] associando-o á viagens, que, como naturalista do estado, [...], nas quaes muito se utilisava do raro talento do discipulo para desenbar os objectos das suas investigações, e singularmente em botanica, sciencia em que eternisou o afillhado dedicando-lhe a mais bella planta ou arvore do Brasil, cujo nome vulgar de mangabeira, já descripta por Linné sob o nome de Áchras-Zapota, foi convertido em Riberia-Sorbilis. [...] pôde cathequizar, persuadir e conquistar não só os que propendião para a Liberdade o nosso heroe foi designado para ser preso [...] (MARTINS, 1825, p. 544-545).

Os desenhos do padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, não se limitavam a botânica, mas há registros também da fauna da caatinga como peixes, aves (ALMEIDA, 2002) e um número relevante de insetos. Constatamos na pesquisa de José Otávio Aguiar, que os desenhos dos naturalistas viajantes eram realizados *in loco* pela aplicação de aquarela ou tinta nanquim e como não se dispunha de muito tempo no local visitado era necessário esboçar e/ou traçar a flora e fauna num esforço de aproximar-se do real (AGUIAR, 2011, p. 11).

Não sabemos os motivos, mas quando o padre-desenhista não estava presente nas viagens científicas, o próprio Arruda da Câmara, além de ilustrar fazia



comparações e críticas com os desenhos dos naturalistas europeus. Identificamos essa questão na Memória dos Algodoeiros, no capítulo VII, que trata das moléstias a que são sujeitos os algodoeiros. O naturalista, inicia o referido capítulo, informando sobre o gafanhoto, “[...] indivíduo que tenho na minha coleção de insetos, tem comprimento de 5 polegadas da cabeça [...] a fig. 1. Estamp. 1, que pintei pelo mesmo original que tenho; a cabeça é obtusa [...]” (CÂMARA, [1799] 1982, p. 140). Em seguida a essa descrição classificatória e ilustração do gafanhoto, bastante presente nos algodoeiros da caatinga, faz as devidas comparações e críticas à obra de Lineu:

A figura, que se vê no volume, I, p. 203, das Amenidades Academ., **foi muito mal desenhada, de sorte que de nenhum modo condiz com a descrição que no mesmo lugar faz o autor deste inseto**, sendo aliás a descrição exatíssima; **isto acontece comumente aos Naturalistas, que não sabem desenhar, fiando-se dos desenhos dos pintores**, que deixam escapar miudezas, que fazem contudo caracteres essenciais (CÂMARA, [1799] 1982, p. 140-141, grifos nossos).

A figura do volume I à que o naturalista se refere, esteve relacionada a descrição classificatória e da ilustração do *Grillus cristatus*, divisão (*locusta*) contida no *Systema Naturae* de Lineu, ou seja, na medida em Arruda da Câmara compara a descrição e a ilustração do referido inserto escrito na obra de Lineu (ALMEIDA, 2010)<sup>160</sup>, divergia da História Natural produzida pelos europeus. Dessas considerações apontadas por Arruda da Câmara, antecipamos em afirmar, que o naturalista paraibano, na medida que se contrapunha a produção científica dos naturalistas eurocêntricos, desempenhava um papel importante de divulgação científica da flora e fauna da caatinga de forma positiva. Desses elementos consistia a sua ideia de Natureza, nos quais veremos detidamente no próximo capítulo.

Em relação ao escravo, constatamos nas leituras documentais, que o naturalista contou muitas vezes com o seu trabalho. Embora não tenhamos registros documentais da presença desse grupo nas suas viagens científicas, temos nota, que Arruda da Câmara contava com o trabalho escravo na medida em que realizava

---

<sup>160</sup> Esse autor informa que a classificação dos insetos foi feita pela primeira vez por Lineu em 1735, quando se fundou um sistema de classificação dos insetos (Sistema alário), baseado na estrutura das asas, reconhecendo-se sete ordens: Coleoptera, Hemiptera, Lepidoptera, Neuroptera, Hymenoptera, Diptera e Aptera.

seus experimentos de pesquisa sobre a cultura do algodão, notadamente, num de seus engenhos na Paraíba.

De modo geral, nesta já mencionada “Memória sobre a cultura do Algodoeiros” de 1797, estão expostas suas primeiras observações agrônômicas sobre a cultura do algodão e sem minuciar o método desenvolvido por ele, sobre a melhor maneira de plantar os algodoeiros, das operações técnicas de produzirem com melhor qualidade o algodão, das moléstias e pragas, da monda, da colheita e do ensacamento; daremos destaque a uma das passagens em que Arruda da Câmara faz alusão ao trabalho escravo no momento de uma das etapas de sua investigação botânica sobre o algodão. Assim, Arruda da Câmara ao desenvolver um novo método de colheita do algodoeiro, descreveu:

para efetuar esta colheita não é necessário senão um cesto da capacidade de uma arroba. Quando se vê o algodoal branquejar, de modo que se suponha haver suficiente número de cápsulas abertas, não se deve dilatar o Agricultor em colher, para isto bata que o escravo se sirva unicamente de três dedos. [...] no que deve o feitor pôr um extremo cuidado, para cujo efeito os deve ter sempre debaixo da vista, e passear naquela esteira, para o que contribui muito a ordem em que se devem plantar os algodoeiros; ele deve castigar ou repreender qualquer negligência da parte dos escravos [...] (CÂMARA, [1797] 1982, p. 147).

Essa descrição evidencia uma das etapas de sua investigação botânica sobre o algodão, e antes de descrever o novo método de colheita do algodoeiro, expõe o tratamento e sua relação com os escravos bastante consoante com o modelo colonizador de seu período. Portanto, sua botânica não esteve preocupada com as formas de opressão e violência com o trabalho escravo; ao contrário, esse modelo de exploração escravista, garantiu tempo e lucro sob a tutela de suas observações e anotações científicas nos seus engenhos.

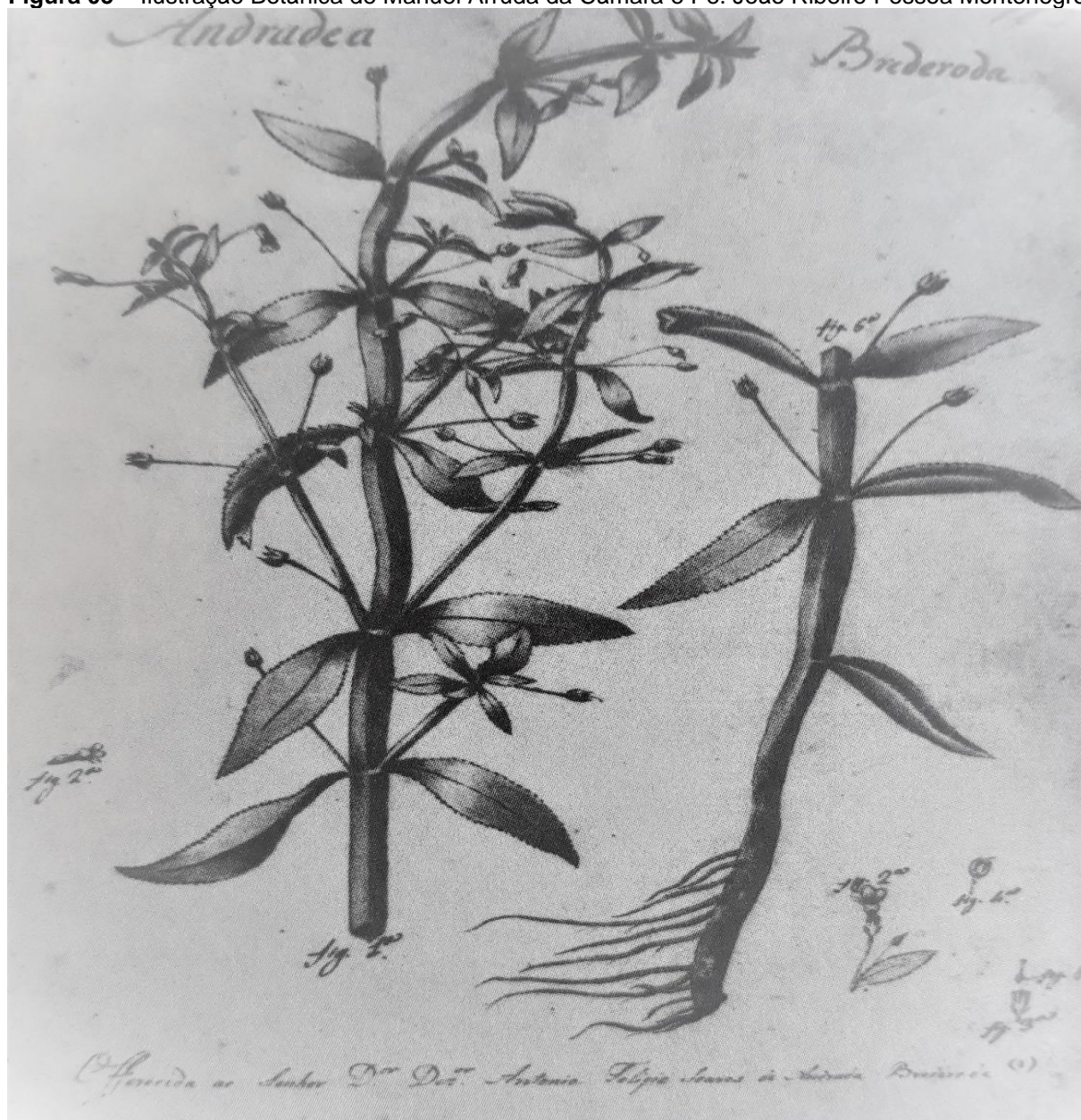
Apesar disso, para Arruda da Câmara, possuir escravos em grande quantidade, era sinônimo de desordem social “[...] cada escravo deve-se encarregar de uma fileira de algodoeiros, acabada aquela, principiar outra para evitar confusões; o ano passado, só com 30 escravos fiz capar em 4 dias um algodoal avaluado em 1000 arroubas de algodão (CÂMARA, [1799] 1982, p. 133-134).

Arruda da Câmara escrevia seus escritos (Memórias, dissertações, avisos, cartas) para um grupo seleta da Ilustração portuguesa e para os seus patriotas da colônia (donos de terras, capitães-mores) como denominava. Daí, podemos inferir

que, embora tenha sido um homem de ciência e ter tido acesso às leituras de ideais de liberdade *à la française*, como vimos anteriormente, sua prática estava conciliada ao modelo colonial cativo, opressor e explorador.

Portanto, Arruda da Câmara desenvolveu essas dinâmicas territoriais no processo de investigação da Natureza, na medida em que avançava no sertão da caatinga, conduzido sistematicamente por rota do trabalho de campo.

## CAPÍTULO IV

DO TERRITÓRIO ILUSTRADO À IDEIA DE NATUREZA ARRUDIANA  
TERRITORIALIZADA NO SERTÃO DA CAATINGA**Figura 05** – Ilustração Botânica de Manuel Arruda da Câmara e Pe. João Ribeiro Pessoa Montenegro

**Fonte:** CAMARA, Manuel Arruda da. In: Mello, José A. G. de. Manuel Arruda da Câmara - Obras reunidas, 1982.

Apresentamos nesse capítulo uma discussão sobre os interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e o domínio territorial de Arruda da Câmara no sertão da caatinga. Logo em seguida, demonstramos as bases que assentaram as divergências científica-política de Arruda da Câmara dentro da estrutura viagens científicas luso-brasileiras, em que o mesmo estava envolvido; evidenciando a caatinga, pouco estudada pelos viajantes naturalistas de seu período. Em síntese, construímos um subcapítulo, apenas ilustrativo e pedagógico, para demonstrar como a ideia de Natureza de Arruda da Câmara esteve representada por meio das ilustrações botânicas, fruto de suas viagens científicas no sertão da caatinga no final do século XVIII e início do XIX.

#### **4.1 Território Ilustrado: Interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e o domínio territorial de Arruda da Câmara no sertão da caatinga**

Realizamos anteriormente uma discussão sobre o legado de poder, domínio e expansão territorial familiar Arruda Câmara e de como essa dinâmica territorial desempenhou influência na sua formação intelectual e na sua atuação de naturalista viajante. Depois, reconstruímos a sua rota de trabalho de campo no sertão da caatinga, espacializando-as pela dimensão da política territorial das viagens científicas, por meio de duas gestões ministeriais da metrópole portuguesa.

Nessa direção, e como dito anteriormente, denominamos nessa Tese de **Território Ilustrado** esse novo ordenamento territorial demandado pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, o qual representa uma área de dominação político-econômica do Estado vinculada à ciência, que controla e delimita pelo exercício de poder o processo de investigação da Natureza no território colonial.

Recapitulemos que esse controle do território, na maioria das vezes, é realizado pelo poder político do Estado, mas, não exclusivamente (HAESBAERT, 2016, p. 40). Nesse sentido, não há território sem relação de poder, sem interesses conflitantes, tampouco sem relação com a Natureza. Vimos, ao longo da Tese, que o Reformismo Ilustrado da gestão pombalina tinha como propósito empreender um

conjunto de mudanças para dinamizar e fortalecer a economia portuguesa e, dentre elas, investiu num novo ordenamento político-territorial das viagens científicas luso-brasileiras.

Nesse empreendimento, vimos também, que a estratégia de poder do Estado português no incremento da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras se deu pela incorporação de cientistas Ilustrados na gestão, encarnados como cientistas-políticos atuando como agentes da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Vale salientar que essa estratégia de aliança de poder de domínios distintos entre o Estado e a ciência constituiu o ajuste essencial como nova modalidade de apropriação de território e dominação da Natureza em fins do Antigo Sistema Colonial na América portuguesa. Esse controle e dominação da Natureza no território colonial pelo Estado português somente foi possível pela vinculação com a ciência, notadamente, com os naturalistas viajantes luso-brasileiros, que detinham o poder de conhecimento da Natureza capaz de alavancar a economia portuguesa.

Nesse contexto, a colônia demandou um conjunto de relações de poder fomentada pelo signo da conquista e da expansão territorial, associada aos interesses econômicos (MORAES, 2009, p. 105) uma vez que as viagens científicas e as atividades de investigação da Natureza desenvolvidas pelos naturalistas viajantes em fins do século XVIII e início do XIX tinham objetivos claros de dinamizar à economia portuguesa, como mencionamos anteriormente.

Ressaltamos que, para entendermos essa dinâmica territorial das viagens científicas luso-brasileiras, elegemos o conceito de território pela dimensão político-jurídica-econômica e segundo estudos de Rogério Haesbaert, o território pela dimensão política, consiste num espaço delimitado e controlado pelo Estado, e pela dimensão econômica, o território é visto como “fonte de recursos” (HAESBAERT, 2016., p. 62). Mas, essas dimensões do território não estão isoladas, há uma dinâmica entre elas, logo, compreendemos que, nas relações territoriais, envolvem uma relação com a Natureza. Portanto, essas dimensões do território balizam essa Tese para demonstrar a dinâmica territorial das viagens científicas luso-brasileiras, sobretudo as de Arruda da Câmara.

Assim sendo, o território colonial era visto pela metrópole portuguesa como fonte de recursos necessários ao empreendimento colonial; sobretudo na virada do século XVIII para o XIX, quando se incluíram na agenda política territorial as viagens

científicas luso-brasileiras, que tiveram como centro norteador, a política de investigação da Natureza no território colonial.

Nesse período, Raminelli (2008, p. 8) salienta que “[...] a ciência se tornou instrumento necessário para medir terras, produzir mapas, aperfeiçoar as lavouras e as minas [...]”. Além disso, o papel dos naturalistas viajantes luso-brasileiros, inclusive de Arruda da Câmara era de investigar e explorar os três reinos da Natureza para servir aos propósitos da economia portuguesa no incremento da produtividade agrícola e no aumento das coleções para os Jardins e museus da urbe ilustrada portuguesa.

Mas, em que medida Arruda da Câmara se confrontou e divergiu com a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e com a História Natural Portuguesa no sertão da caatinga?

Pressupomos que Arruda da Câmara passa a divergir objetivamente frente à política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e da História Natural Portuguesa na medida que se apropria de duas fontes de poder: o de domínio botânico e o de domínio territorial do sertão da caatinga.

Para capturarmos quais as divergências de Arruda da Câmara, traçamos um caminho metodológico por meio de quatro fontes documentais e, dentre elas, elegemos as que mais evidenciaram as divergências, quais sejam: duas “Cartas da Natureza”, a Memória sobre a cultura dos Algodoeiros (1799) e a Dissertação sobre a instituição de Jardins (1810). Essas fontes impressas estão contidas no livro biográfico de José Antônio G. de Mello, mencionado ao longo dessa Tese.

Logo, elaboramos um instrumento de pesquisa (Anexo D) com base na metodologia de análise documental de uma pesquisa historiográfica, conforme Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), e, depois, sintetizamos no diagrama da Figura 05 os interesses envolvidos nas duas esferas de poder, que mencionamos acima.

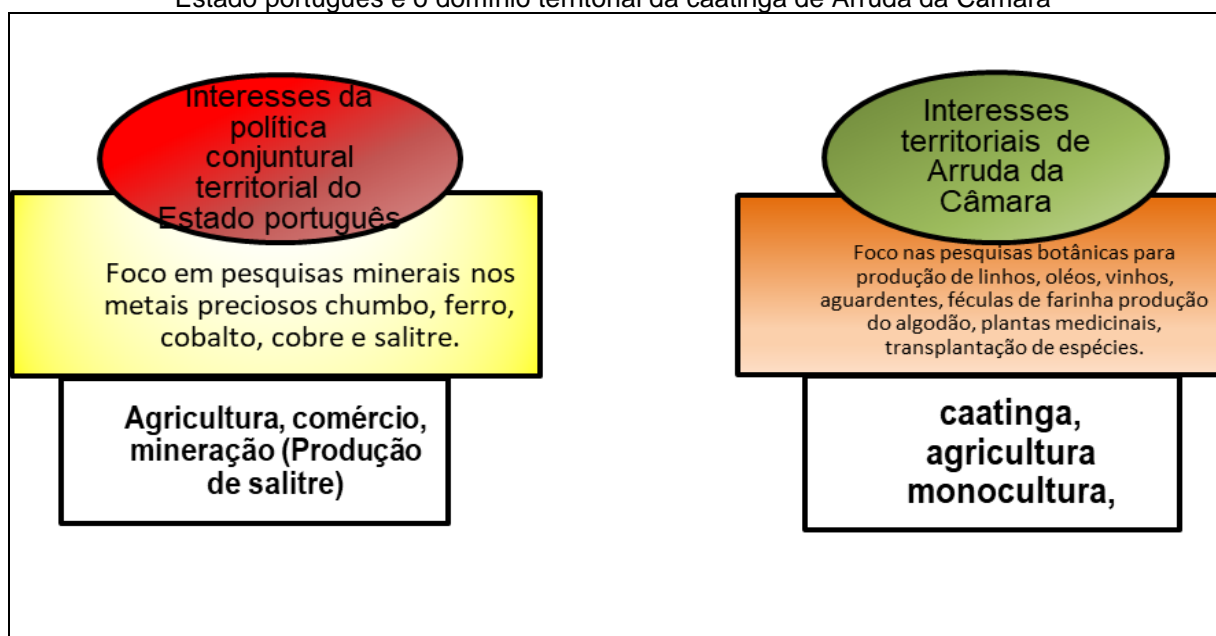
Importante recapitular que José D’Assunção Barros (2019, s.d.) adverte, que as “fontes textuais” são categorias que incluem “[...] os manuscritos, documentos de arquivos, livros e impressos diversos [...]”. Para esse autor, os “documentos de arquivo” e os “livros” também podem ser considerados como uma submodalidades das “fontes impressas”. Assim, com base na análise documental de Arruda da Câmara, elegemos um quadro de referências que aborda o contexto das viagens científicas luso-brasileiras para confrontarmos com os escritos do naturalista, das



quais elegemos as seguintes fontes secundárias: Aguiar (2011), Aguiar e Buriti (2009), Almeida e Papavero (2014), Barcelos (2010), Cabral e Camargo (2010), Camargo (2013), Carvalho (1987), Castro (2007), Dean (1996), Dias (2005), França (1982), Kury (2012), Munteal Filho (1999), Neves (2012), Pádua (2004), Pereira (2012 e 2014) e Raminelli (2008).

Assim sendo, sistematizamos os interesses conflitantes entre a política territorial do Estado português e o domínio territorial da caatinga de Arruda da Câmara na Figura 06 abaixo descrita.

**Figura 06** - Viagens científicas luso-brasileiras: Interesses conflitantes entre a política territorial do Estado português e o domínio territorial da caatinga de Arruda da Câmara



**Fonte:** AGUIAR et al, 2011. Organização da autora, 2020.

A Figura 06 demarca os interesses conflitantes entre o domínio territorial do Estado português e o domínio territorial de Arruda da Câmara na caatinga. Noutras palavras, sintetiza os interesses territoriais de poder, não exclusivamente do poder político do Estado, representado pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínio Ultramarino, mas de seus agentes, que estiveram a serviço de investigação da Natureza na colônia para a metrópole, a exemplo do naturalista viajante Arruda da Câmara.

Vimos, no decorrer da Tese, que um dos mecanismos político-jurídicos de controle territorial à distância do império português ocorreu pelo Alvará de 1736, com



a criação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, que atuou por meio do Conselho Ultramarino, o qual possuía uma função mediadora entre o monarca e a burocracia colonial (SALGADO, 1985, p. 44-45). Entretanto, no período pombalino, dentre várias demandas da pasta dessa secretaria, havia interesses na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e, mesmo no período pós-pombalino, deu-se continuidade nesses empreendimentos estratégicos de poder e controle territorial.

Não esqueçamos que, no período pombalino (1755-1777), uma das estratégias de poder centralizado e intervencionista, propiciou uma atuação focada no processo de modernização no ensino, fragilizando as estruturas das companhias religiosas e, no contexto das reformas pombalinas, sob a influência da Ilustração, a Universidade de Coimbra recebe um forte investimento, além de criação de instituições acadêmicas e de pesquisas como a Academia Real das Ciências, os Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra, que tinham como propósito formar um corpo técnico-científico preparado para investigação da Natureza, ao tempo de acompanhar o ritmo do desenvolvimento científico no mundo europeu.

Nessa atmosfera Ilustrada, segundo estudos de Ronald Raminelli (2008, p. 67) “[...] o patrono régio criou uma legião de matemáticos e naturalistas que [...] percorria as diversas conquistas para informar à Secretaria [...] as melhores diretrizes para o fomento da agricultura, mineração e comércio”. Daí o interesse de Pombal com a política das viagens científicas luso-brasileiras, decorridas na gestão ministerial de Dr. Martinho de Mello e Castro (1770-1795), que persistia em descobrir, sobretudo, jazidas para a exploração de ouro, cobre, nitrato de potássio, ferro, calcário, e sobretudo, o salitre.

O luso-brasileiro que contribuiu nessa gestão foi o frei José Marianno da Conceição Velloso, professor de História Natural, que se dedicava para estudos no âmbito da botânica, mineralogia e da zoologia. Em um de seus primeiros estudos, escreveu um pequeno opúsculo intitulado de “Memória sobre a prática de se fazer o salitre”<sup>161</sup> e, nos idos de 1793, a potassa também foi estudada por ele, resultando no trabalho intitulado “Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda, e dos seus nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras” (REIS, s.d),

---

<sup>161</sup> GAMA, José de Saldanha da. **Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Velloso**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Pinheiro e C., 1869. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or18047/or18047.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or18047/or18047.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

publicado somente em 1798. Veremos adiante, que esse naturalista tinha poder de influência sobre o grupo de naturalistas luso-brasileiros, entre eles, Arruda da Câmara.

Relembremos, que o controle territorial das viagens científicas luso-brasileiras ocorria pela política do mando entre as esferas de poder da metrópole e a da colônia, decorridas por um fluxo de correspondências e cartas oficiais, tanto da gestão de Mello e Castro, quanto da gestão de Sousa Coutinho, que ora emitia para os vice-reis, ora para governadores das capitanias e, ora para os naturalistas viajantes luso-brasileiros.

Lembremos que essas correspondências com fins de pesquisas, na qual intitulamos nesta Tese de “Cartas da Natureza”, legitimavam a política territorial das viagens científicas, sobretudo da relação da sociedade com a Natureza, na medida em que demandava o envio de remessas botânicas, minerais e zoológicas, provenientes dos territórios Ilustrados, com intuito de dinamizar a agricultura e ampliar os Museus de História Natural em Lisboa e Coimbra.

Neste contexto, Arruda da Câmara inicia suas pesquisas científicas no sertão da caatinga no final da gestão de Mello e Castro. Todavia, não encontramos as “Cartas da Natureza” dessa gestão, somente as do período de Sousa Coutinho.

Demonstramos no segundo capítulo que, na gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), as viagens científicas tiveram papel relevante na sua pasta administrativa, e suas demandas de pesquisas na colônia da América portuguesa, revelam que havia interesse na pesquisa mineral, notadamente na descoberta de chumbo, ferro, cobalto, cobre e, sobretudo, no Salitre.

Essa questão também foi evidenciada nos estudos de Magnus Pereira (2014, p. 500) em que aponta que a política portuguesa de produção de salitre esteve centrada na gestão de Sousa Coutinho, demonstrando que uma de suas preocupações era “[...] resolver a dependência portuguesa da importação de potassa e de salitre, problema que comportava uma vertente científica”. Explica esse autor, que a potassa e o salitre eram minerais estratégicos para a economia portuguesa, uma vez que a potassa interessava à produção de sabão, vidros e branqueamento de tecidos; e o salitre para a fabricação de materiais explosivos, como a pólvora.

Como já assinalamos, não havia interesse científico pela caatinga, embora Sousa Coutinho tenha avançado um pouco mais do que na gestão anterior de Mello e Castro. Outro estudo de Magnus Roberto Pereira, intitulado “O conhecimento

científico da caatinga no século XVIII”, afirma que “[...] a Caatinga só voltou à agenda científica oficial portuguesa no final do século XVIII, muito mais por ordem estratégica e mineralógica do que por qualquer outro interesse” (PEREIRA, 2012 p. 134). Esse autor informa, que antes do período pre-vandaliano, nas primeiras décadas de 1760, havia iniciativas isoladas, como a dos governadores das capitanias do atual Nordeste, que enviavam remessas de objetos a mando do irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que estava à frente da pasta do Ministério Ultramar.

Esses dados observados, sobretudo da política de viagens científicas luso-brasileiras da gestão de Sousa Coutinho, que estava centrada nas pesquisas minerais, reforçam o delineamento espacial dos **Territórios Ilustrados**, que estava em consonância com os interesses econômicos da Coroa portuguesa. Portanto, podemos inferir, que a pesquisa mineral predominou entre os interesses da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras (Figura 5), fruto de uma concepção de território, amparado na perspectiva de um espaço conquistado, submetido e dominado por um poder político, centralizado na figura do Estado (MORAES, 2009, p. 116).

Esses interesses estratégicos na manutenção da soberania nacional portuguesa, somente demonstram que a botânica, foco das pesquisas dos naturalistas, não obteve atenção, sobretudo na política territorial do Estado, inclusive das pesquisas botânicas de Manuel Arruda da Câmara (Figura 5). Essa questão foi enfatizada por Raminelli (2008, p. 116) ao afirmar, que “a botânica não recebeu destaque especial, comum entre os naturalistas setecentistas, nem o rigor exigido pelas instruções concebidas pela Academia das Ciências de Lisboa”.

Ao que parece, nas viagens científicas, por terem sido financiadas pelo Estado português, não havia espaço para os naturalistas realizarem suas pesquisas botânicas, nessas relações de poder, uma vez que os interesses do Estado direcionavam as pesquisas de campo e o perfil das viagens científicas. Não obstante, alguns naturalistas, embora desenvolvessem as pesquisas de mando, não foram de um todo consensual com a política de Estado e, ao que parece, Arruda da Câmara foi um deles. Assim sendo, veremos detidamente, quais os interesses conflitantes que o naturalista se defrontou com a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e/ou com a História Natural portuguesa.

Estando em Recife, Arruda da Câmara escreveu uma “Carta da Natureza” no dia 20 de setembro de 1795 e num determinado trecho, suscitou sobre as despesas econômicas das viagens científicas no sertão, levantando a possibilidade de subsídios do Estado português para assegurar-lhes meios de investigação científica no sertão da caatinga:

Se eu gasto esse pouco que tenho nestas viagens, recolho-me rico em conhecimentos [...] porém ser-me-á então indispensável trabalhar para substituir, pelo que acho ser melhor levar este estudo [...] combinados com o cuidado de conservar meios mais seguros de não experimentar falta do preciso para o futuro (CÂMARA, [1795] 1982, p. 105).

O naturalista sinaliza que as viagens científicas eram onerosas e, caso não tivesse financiamento pelo Estado português, não iria comprometer seus empreendimentos coloniais numa de suas extensas terras familiares. Na perspectiva de José Antônio de Mello, o naturalista “tinha preocupações com a sua estabilidade econômica, por isso não se dedicava exclusivamente as pesquisas científicas pelas necessidades futuras” (MELLO, 1982, p. 26). Discordamos dessa análise, pois demonstramos que Arruda da Câmara fazia parte da estrutura de poder territorial familiar no sertão da caatinga, possuidor de engenho e de escravos, bem como de um legado de vasta extensão de terras e propriedades de família. Além disso, Manuel Arruda da Câmara conciliava suas pesquisas botânicas nas suas terras de engenho, como adiante veremos.

Na nossa análise, não houve preocupação com a estabilidade econômica, ao contrário, sua preocupação era na manutenção dos seus empreendimentos econômicos coloniais, já bem consolidado pelo poderio territorial levantado pelo seu patriarca Francisco de Arruda Câmara. Observamos que o momento em que o naturalista “solicita” financiamento do Estado português para as viagens científicas no sertão da caatinga, é justamente o período em que o mesmo estava investindo na cultura do algodão.

Importante frisar que, embora a manutenção dos empreendimentos coloniais do naturalista em uma de suas terras de sesmarias estivesse em consonância com o modelo colonial adotado pela metrópole portuguesa, podemos inferir que o fato de Manuel Arruda da Câmara possuir o título de naturalista viajante, demandava um serviço especializado, o de investigação da Natureza. Portanto, uma modalidade de

trabalho escasso na colônia, logo, necessário à Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, era que houvesse dedicação exclusiva nessa empreitada das viagens científicas luso-brasileiras. Todavia, constatamos que Arruda da Câmara estava envolvido não somente com a atividade de naturalista viajante, mas com outras demandas no empreendimento colonial, a exemplo da cultura do algodão.

Com base na pesquisa documental, recorreremos a outra “Carta da Natureza”, escrita por Arruda da Câmara e endereçada para o Frei José Mariano da Conceição Velloso, do qual lembramos que, desde 1790, esse influente franciscano-naturalista estava trabalhando no Real Museu da Ajuda, bem como na Academia Real das Ciências de Lisboa, enquanto nos idos de 1795, Arruda da Câmara encontrava-se no Recife, notadamente no dia 20 de novembro, data em que escreveu a referida carta e nela, comunica, que:

o Bispado de Paranambuc não é abundante de ferro, o que tem em excesso no Piau-yg. [...] tem por toda a costa do infinito mármore de rude de Linne, sendo o da Paraíba tão belo [...]. Em várias partes do Cariri tem muito gesso. De tudo isso tenho apontamentos nos meus Diários das viagens que fiz aos Sertões, porém como estas não foram feitas de propósitos para estas indagações, ainda estão muito imperfeitas, e só as aperfeiçoarei indo lá novamente [...] de haver alguma cousa que sirva ao intento, o que se não pode fazer indo estrada direita dirigido a um lugar determinado a objeto de negócio. Se eu tivesse o gênio de algumas pessoas, já podia arranjar o que tenho a este respeito e dar ao público, pondo-lhe na frente o pomposo título: *Viagens Mineralógicas no interior dos Sertões de Paranambuc* [...]. Estou com entusiasmo de trabalhar periodicamente algumas dissertações, [...] sobre as plantas [...] que todas formem um corpo de obra interessante [...] (CÂMARA, [1795] 1982, p. 102).

O fragmento dessa “Carta da Natureza” demonstra o conflito de interesses, entre o naturalista e o Estado metropolitano, ao afirmar que havia encontrado jazidas minerais, no entanto, justifica que não houve tempo de dedicar mais afinco nas pesquisas. As evidências descritas nessa correspondência demonstram que o naturalista, ao realizar as viagens científicas, tinha predileção nas pesquisas botânicas, contrariando os interesses da metrópole portuguesa, que estava interessada nas pesquisas de sondagem e levantamento na pesquisa mineral, notadamente àqueles que tivessem viabilidade econômica, a exemplo de chumbo, ferro, cobalto, cobre e, sobretudo, o salitre, como havíamos mencionado anteriormente.

A dinâmica do conflito de interesses era sutil, não havendo um embate radical do naturalista viajante com a ordem estabelecida da política de mando das viagens científicas pelo Estado metropolitano português. De acordo com a nossa análise documental, antecipamos em afirmar que a dinâmica do conflito dava-se de forma consensual, na medida em que Arruda da Câmara desenvolvia estudos das plantas da flora da caatinga e, muito embora não estivesse totalmente destoante dos empreendimentos coloniais, apresentava estudos botânicos sobre a caatinga, viáveis para a agricultura tipo exportação, bem como para a fabricação de produtos comerciais de óleos, de linhos, de estopas, de papeis, como vimos no terceiro capítulo, a descrição do seu plano de pesquisa alusivo às oito dissertações.

Importante lembrar que, no final do século XVIII e início de XIX, esse modelo de colonização estava sendo questionada pela oligarquia local da região mineira e, dentre os fazendeiros e mineradores, incluíam-se os intelectuais ilustrados, que “[...] buscavam reconquistar a prosperidade econômica diminuída pelos altos impostos cobrados pela Coroa portuguesa na região [...]” (RODRIGUES, 2017), culminando na conjuração mineira de 1789; bem como pelos movimentos dos inconfidentes baianos de 1798, que mobilizou insatisfações da elite privilegiada (VALIM, 2015) com uma perspectiva de exploração

Os interesses conflitantes de Arruda da Câmara não romperam com a estrutura colonial, uma vez que o naturalista, ao retornar dos círculos do movimento iluminista luso-franco, caso não fosse contratado como naturalista viajante, desenvolveria pesquisas e experimentos adquiridos da História Natural, da Química e da Física em uma de suas vastas propriedades de terras e, dificilmente, romperia com os vínculos comerciais com a metrópole. Num de seus escritos, notadamente na “Memória sobre a cultura do Algodoeiros”, de 1797, o naturalista, descreve que:

[...] desde que tornei do Brasil, arder **no desejo de empregar-me na fabricação do açúcar**, a ver se, por meio de repetidas experiências, poderia achar regras, quando não exatas todas, ao menos aproximadas, que servissem de guia e constituíssem arte, o que até aqui tem sido rota cega; mas até o presente não me tem sido conseguir a inteira execução desse projeto, e o maior obstáculo que tenho encontrado **é não ter tido ainda a oportunidade de possuir um engenho, onde sem prejuízo de outro**, pudesse fazer minhas experiências em grande (CÂMARA, [1797] 1982, p. 113, grifos nossos).

Nesta passagem, Arruda da Câmara deixa escapar um de seus interesses, no qual evidencia dar continuidade aos empreendimentos coloniais da família patriarcal, notadamente na monocultura do açúcar. Muito embora não tenha concretizado seu desejo, ao afirmar não ter tido oportunidade de possuir um engenho, não significava dizer que não desfrutasse de poder de concessão de terras de sesmarias e, tampouco encontrava-se desafortunado do legado territorial familiar. Ao contrário, constatamos, que o naturalista afirma, que:

o acaso, porém, me tem posto outras circunstâncias de fazer experiências, observações e descobertas úteis em outra cultura, não menos interessante ao comércio, tanto de Portugal como de Paranambuc, [...] esta cultura, de que falo, é a do Algodão, nela me tenho empregado nas margens do Rio Paraíba com suficiente fábrica, pelo que tenho tido tempo e vagar para muitas experiências e observações; não me tenho poupado em nada, a fim de melhoramento tanto da cultura, como do benefício que deve correr antes do comércio para isto tenho construído diferentes máquinas, e a que mais útil me parece, é a de ensacar, pela qual cheguei a poupar a mão-de-obra [...] esse meu método tem sido geralmente aplaudido, porque, além da economia, reúne outras circunstâncias úteis [...] (CÂMARA, [1797] 1982, p. 113-114).

Notemos as evidências nesse outro trecho, em que o naturalista, homem ilustrado, mas também latifundiário, dono de engenho e de escravos, certamente tenha optado em não obter concessão de outro engenho, porque já previa os possíveis prejuízos econômicos se houvesse paralisado suas experiências e observações agrônômicas, iniciadas sobre a cultura do algodão no seu engenho no sertão da caatinga, na capitania da Parahyba. Consequentemente, haveria possíveis perdas e danos na plantação, na produção e na comercialização da monocultura algodoeira.

Observamos, que Arruda da Câmara tinha acesso a fontes de informações privilegiadas sobre a economia da Capitania da Parahyba, publicadas no Arco do Cego, a exemplo dos dados do mapa da balança de exportação do período de 1787 até 1797, notadamente dos produtos que saíam dessa referida capitania para Portugal, como as imensas arrobas do açúcar, caixas de gomas, barris de mel e aguardentes, de vaquetas de couro e de algodão. Todo o detalhamento dos dados econômicos desses produtos de exportação encontra-se dentro do referido Memorial dos Algodoeiros.

Esse mapa de exportação evidencia também que o conhecimento científico Ilustrado adquirido por Manuel Arruda da Câmara não se voltou aos estudos do aprimoramento das lavouras, mas da agricultura tipo exportação; diferentemente da perspectiva do naturalista luso-brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, sobre quem o estudo de Raminelli revelou que, nos seus diários de viagens filosóficas, fica evidente uma dedicação maior sobre as lavouras indígenas e, portanto, não foram bem aceitas e nem publicadas na Academia de Ciências de Lisboa (RAMINELLI, 2008, p. 117).

O enfoque das pesquisas botânicas de Arruda da Câmara na cultura de exportação também foi advertido por Aguiar (2011, s.d.), no qual “privilegiava não os saberes nativos, mas, o que deles se poderia confirmar por meio de pesquisa empírica [...] ensinar aos homens livres, proprietários e letrados dedicados à terra”. Esse interesse de Arruda da Câmara nos parece importante, por sinalizar que seus interesses atendiam a uma elite colonial e ao modelo de produção da monocultura.

Notemos que, nos idos de 1797, ano em que Arruda da Câmara escreveu o referido Memorial sobre a cultura do algodão, tinha-se conjuntura política da gestão territorial de Sousa Coutinho, em que o mesmo demandava pesquisas estratégicas com foco na mineração. Ou seja, Arruda da Câmara persistia nas pesquisas agrônômicas e dava relevo capital à reorganização das unidades de produção no sertão da caatinga com a cultura do algodão, uma vez que havia o predomínio da economia pecuária. Logo, o enfoque dessas pesquisas botânicas e agrônômicas de Arruda da Câmara, evidencia seu posicionamento e alinhamento com a corrente dos economistas franceses, teóricos da fisiocracia, que defendiam a riqueza da nação somente pela via da agricultura.

Assim sendo, podemos inferir que havia um ajuste de interesses na estratégia estabelecida por Arruda da Câmara na relação entre a nova atividade de naturalista viajante com a manutenção da atividade econômica da monocultura, desenvolvido por ele no sertão da caatinga. Portanto, sua perspicaz dinâmica no arranjo das relações sociais e territoriais o mantinha na correlação de poder entre a colônia e a metrópole, ao tempo que conciliava seus vínculos de poder e conexão com o grupo seleta da Ilustração, notadamente com os naturalistas luso-brasileiros.

Também nos achados de nossa pesquisa documental, identificamos ainda outras evidências, que descrevem os interesses territoriais do naturalista Arruda da Câmara, notadamente no “Discurso sobre a utilidade de instituição de Jardins nas



principais Províncias do Brasil”, publicado em 1810, no Rio de Janeiro e oferecido ao príncipe Regente, D. João VI. O naturalista, sistematizou esse discurso, dividido em duas partes e, já na primeira, faz os seguintes questionamentos:

Mas, qual será o meio mais fácil de se pôr em execução essas transplantações e de as fazer prosperar? Será porventura o deixar esta obra à discricção e vontade dos povos? [...] Será o mandar o Ministério vir de diversas partes as plantas, fazendo-as entregar aos Governadores das Capitánias para serem distribuídas pelos agricultores? Todos esses meios são, enquanto a mim, ineficazes é a instituição de Hortos ou Jardins em algumas principais Províncias do Brasil, tratados e administrados por homens inteligentes e ativos; nos quais Hortos se cultivem e tenham como em viveiros e reservatórios, tanto as plantas indígenas, como as exóticas. Um jardim no Rio de Janeiro, outro na Bahia, outro em Pernambuco, [...] (CÂMARA, [1810] 1982, p. 202-203).

Num quadro mais geral, identificamos que o referido discurso, enquanto objeto material científico-político, ratificava interesses de ambas as partes na implantação de hortos e jardins. Da parte da Coroa portuguesa, sobretudo, no período joanino, com a abertura dos portos, pois, com o aumento crescente das viagens científicas estrangeiras das Nações amigas, havia interesse útil-econômico; conseqüentemente, o início do “[...] estabelecimento de instituições para as novas práticas culturais, como para aquelas comprometidas com o pragmatismo da educação e da ciência ilustrada” (CABRAL; CAMARGO, 2010, p. 81).

Entre os naturalistas luso-brasileiros, havia também interesses na implantação de Jardins Botânicos e hortos como garantia de um espaço privilegiado, *lócus* de manejo e intercâmbio internacional de espécies e de pesquisas científicas e, particularmente, para Arruda da Câmara, poderia abrir uma porta para, num futuro próximo, ele assumir um cargo administrativo. De fato, havia uma grande oportunidade, pois, segundo dados biográficos, Arruda da Câmara, no dia 26 de abril de 1810, teria recebido do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, a indicação para assumir o cargo de inspetor do Jardim Botânico de Pernambuco (MELLO, 1982., p. 291).

A essa altura, nos primeiros decênios do século XIX, o naturalista, aos quarenta e três anos, encontrava-se amadurecido no seu processo de investigação da Natureza, haja vista ter iniciado seu trabalho de campo, desde 1794; completando seus dezesseis anos de viagens científicas no sertão da caatinga.

Mas, será que houve interesses conflitantes nesse pacto científico-político na implantação dos jardins botânicos? Os elementos acima levantados são relevantes porque, no trecho acima destacado, Arruda da Câmara chama atenção das autoridades ilustradas e do papel do Ministério, responsável pela gestão das viagens científicas, ou seja, evidencia uma escrita aguda, incisiva e questionadora, alusivo às técnicas de transplantação das plantas exóticas e no processo de distribuição delas.

Em poucas palavras, suas preocupações estavam em torno do gerenciamento dos jardins e hortos, pois, na medida em que questionava o papel dos técnicos ainda não preparados para assumir funções especializadas no manejo das plantas, advogava em prol do seu grupo seletivo de naturalistas luso-brasileiros, ou seja, dos seus interesses.

Outro interesse que Arruda da Câmara deixou escapar no fragmento acima exposto foi o de incluir as plantas nativas, ou seja, indígenas. Na nossa compreensão, o naturalista, ao defender a inclusão da flora nativa, estava demarcando politicamente a flora da caatinga. Destacamos que a ciência até então ainda não tinha dado atenção à caatinga como objeto de estudo; logo, na visão do naturalista em destaque, diversas espécies desse bioma deveriam ser introduzidas, cultivadas e aclimatadas nos jardins botânicos.

Portanto, o discurso sinalizava não somente uma intervenção na gestão dos jardins e hortos, mas de poder, controle e domínio territorial, na medida em que demarca a territorialidade dos jardins botânicos nas respectivas províncias do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco (LOBO, 2020). Em outras palavras, não se tratou apenas de uma indicação locacional geográfica, despossuída de interesses, mas de uma recomendação técnico-científica com viés político territorial, tendo em vista os questionamentos levantados sobre a capacidade de gestão da política ministerial das viagens científicas.

Logo, nos conflitos de interesses assinalados, não havia pretensão de rompimento de ambas as partes. Compreendemos, que havia um ordenamento do **Território Ilustrado** consensuada com as diretrizes impostas pelas demandas das viagens científicas luso-brasileiras, mas o olhar aguçado de investigação botânica da flora da caatinga conduzido por Arruda da Câmara permitiu uma narrativa de viagem ocupada em demarcar algumas divergências no âmbito da História Natural e da

política territorial das viagens científicas luso-brasileiras. Vimos, então, que território e Natureza são indissociáveis.

Sendo assim, Arruda da Câmara, embora tenha acatado todos os mandos e realizado as pesquisas minerais de interesse da corte portuguesa, identificamos que havia outro ramo de investigação científica de interesse por parte do naturalista, especialmente o de estudos botânicos e agrônômicos, mas comprovamos, por meio da pesquisa documental, que todas as pesquisas realizadas nessa vertente estiveram também voltadas para o desenvolvimento econômico do sertão da caatinga, uma vez que poderia conciliar com os negócios das terras de família.

Portanto, podemos inferir que o interesse conflitante de Arruda da Câmara se deu em duas frentes, no ramo da investigação científica, dando preferência aos estudos botânicos, e no de reorganizar as unidades de produção no sertão da caatinga, comprovando a viabilidade na produção da prática da monocultura, inclusive de algodão, destinado à exportação e na fabricação de óleos, linhos, papel, vinho, aguardente e de medicamentos.

Em vista desses interesses conflitantes, compreendemos que, aos poucos, foram surgindo algumas divergências na prática botânica do naturalista, constituindo elemento-chave para capturar a ideia de Natureza arrudiana. Portanto, nossa próxima discussão, tem como propósito identificar quais as divergências botânicas que Arruda da Câmara imprimiu nas viagens científicas no sertão da caatinga.

#### **4.1.1 A caatinga no centro das divergências botânicas de Arruda da Câmara**

Discutidos e constatados os interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e o domínio territorial de Arruda da Câmara na caatinga, podemos avançar na identificação das divergências botânicas, que o naturalista construiu na sua prática de campo, resultado das suas viagens científicas no sertão da caatinga. Pressupomos que a identificação das divergências botânicas constitui mais um elemento-chave para capturarmos posteriormente qual a ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara. Por enquanto, avancemos nessa discussão das divergências assentada na prática científica de Arruda da Câmara sobre a flora desse bioma.

Relembremos, que sua prática científica se amparou nos fundamentos da filosofia empirista e utilitarista de seu tempo. Num quadro geral, vimos que a concepção empirista tinha como base metodológica principal a observação e a experimentação sobre o objeto de estudo, para se chegar à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e as previsões (CHAUÍ, 2000, p. 252).

Nesta atmosfera, o empirismo e utilitarismo português dos fins do século XVIII e início do XIX esteve demarcado tanto pelas Memórias filosóficas e econômicas de Vandelli, quanto de Brito, que estiveram vinculadas à fisiocracia e a uma concepção de ciência prática, na qual se chegaria à felicidade do homem ou do Estado (BRITO, 1992, p. 313).

Logo, numa atmosfera do reformismo Ilustrado, no envolvimento no conjunto de estudos interdisciplinares da História Natural portuguesa, da Medicina e da Química francesa, a prática científica de Arruda da Câmara no sertão da caatinga esteve vinculada à política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, ou seja, o **Território Ilustrado**, como expressão política-administrativa de poder, delimitado pelo Estado português como *lócus* de investigação da Natureza no território colonial.

Mas, como identificar as divergências botânicas que Arruda da Câmara imprimiu no seu processo de investigação da Natureza no **Território Ilustrado** da caatinga, demarcado de poder pela metrópole portuguesa? Nossa hipótese consiste numa resposta provisória de que o trabalho de campo no processo de investigação da Natureza desenvolvida por Arruda da Câmara, sobretudo pela classificação de novas espécies da flora da caatinga propiciou reflexões botânicas divergentes aos compêndios da História Natural Portuguesa e ao ordenamento do Território Ilustrado na caatinga. Importante mencionar que a discussão anterior demarcada pelos interesses conflitantes sinaliza que haviam algumas divergências entre as duas esferas de poder entre a metrópole e a colônia, como veremos adiante.

Definimos, então, um caminho metodológico com o propósito de nos aproximarmos do nosso objeto de estudo e desvendar a suposição acima afirmada provisoriamente, confirmando-a ou negando-a. Nessa busca de respostas, mergulhamos na pesquisa documental, abaixo descrita nos Quadros 14 e 15; depois partimos para a leitura documental amparada pelo seguinte questionamento: Em que medida os estudos botânicos de Arruda da Câmara no sertão da caatinga

divergiram da História Natural Portuguesa e da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras?

Orientados por esse questionamento, iniciamos a leitura e a sistematização documental, de acordo com a forma e o conteúdo exposto nos Quadros 14 e 15, nas quais dividimos em duas colunas, respectivamente: “Fontes textuais” e os “Termos-chaves das divergências botânicas”.

Para a sistematização dos Quadros 14 e 15, elaboramos um instrumento de pesquisa (Anexo E) com base na mesma metodologia de análise documental de uma pesquisa historiográfica, conforme Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).

Em relação aos documentos da primeira coluna dos Quadros 14 e 15, esses dizem respeito às seis fontes impressas de Manuel Arruda da Câmara, especificadas pelas respectivas tipologias como um Aviso, duas Memórias, um ofício, uma carta, uma Dissertação e um Discurso. Para melhor compreensão do movimento histórico de Arruda da Câmara, organizamos todos esses documentos, seguindo uma ordem cronológica de publicação com sua respectiva localidade geográfica. Apenas duas, a exemplo da carta e o do ofício do Quadro 15, referem-se à localidade de onde foram escritos e não de publicação. Em relação à segunda coluna dos Quadros 14 e 15 - “Termos-chaves das divergências botânicas” - que, como o próprio título sugere, refere-se às palavras ou frases que encontramos nas fontes impressas do naturalista.

**Quadro 14** - Antecedentes às viagens científicas luso-brasileiras: Divergências botânicas arrudiana (1792)

Tipologia das fontes impressas Título Localidade	Termos-chaves das divergências botânicas
Aviso Aviso aos Lavradores, sobre a inutilidade da fermentação de grãos (Lisboa, 1792)	- Falsas descobertas, nome impróprio de fermentação; - Agricultores e filósofos curiosos falharam na experimentação; - Evitar engano para servir de utilidade; - Experimentação e receitas (fermentação de grãos).
Memória Memória sobre as plantas de que se pode fazer barrilha entre nós (Lisboa, 1792)	- Os charlatões que querem encobrir a sua ignorância, explicam a geração da soda por palavras obscuras. - É a semente desta má qualidade de soda que se vende [...] fraudulentamente em Lisboa.

**Fonte:** CÂMARA, Manuel Arruda da. In: Mello, José A. G. de. Manuel Arruda da Câmara - Obras reunidas, 1982. Organização da autora, 2020.

**Quadro 15** - Viagens científicas no sertão da caatinga: Divergências botânicas arrudiana (1795-1810)

Tipologia das fontes impressas Título e localidade	Termos-chaves das divergências botânicas
Carta Anúncio dos descobrimentos feitos em Pernambuco (Recife, 1795)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Árvore nos sertões chamada <i>Pekiy</i> da classe das Palyandrias, que por não está ainda descrita a descrevi.</li> <li>- Produtos que a Química e a História Natural fornecem, pois que este fato não é ainda conhecido, nem pelos Químicos, em pelos Naturalistas Europeus</li> </ul>
Memória Memória sobre a cultura dos algodoeiros (Lisboa, 1797)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Luzes tênues; meus patrícios não mendigassem livros estranhos;</li> <li>- O que até então tinha adquirido de conhecimentos, sem olhar para a mesquinhez deles;</li> <li>- São obras de gabinete, erros introduzidos no sistema de comércio;</li> <li>- Lendo as obras dos Naturalistas que falam no algodoeiro, vejo que se enganaram a respeito do terreno.</li> </ul>
Dissertação Dissertação sobre plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade e suprir a falta de Cânhamo (Rio de Janeiro, 1810)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para melhor fazer compreender o verdadeiro método de extrair linhos dos vegetais;</li> <li>- Pison parece não ter observado bem as flores desta planta na sua Hist. Nat. do Brasil, péssima descrição e Manuel Ferreira da Câmara na sua descrição, exagerando o linho.</li> </ul>
Discurso Discurso sobre a utilidade de instituição de Jardins nas principais Províncias do Brasil (Rio de Janeiro, 1810)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Veremos que os países situados nos Trópicos parecem ser os únicos destinados pela Natureza para habitação dos homens; pois só [...] pode viver [...], e nutrir-se dos inumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, [...]. Com efeito, a Natureza poucos frutos concedeu à Europa [...].</li> </ul>

**Fonte:** CÂMARA, Manuel Arruda da. In: Mello, José A. G. de. Manuel Arruda da Câmara - Obras reunidas, 1982. Organização da autora, 2020.

Os dados dos Quadros 14 e 15, acima sistematizados, auxiliam a identificarmos as divergências botânicas, que o naturalista Arruda da Câmara se confrontou com a História Natural Portuguesa e/ou com a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras. Importante mencionar, que não iremos minuciar as pesquisas realizadas por Arruda da Câmara descrita em cada uma dessas fontes documentais, pois nos distanciaríamos do nosso objeto de estudo.

Assim sendo, nos idos de 1792, um determinado jornal<sup>162</sup> de Lisboa, publica uma nova descoberta científica, no âmbito da produtividade agrícola, notadamente sobre a fermentação de qualquer qualidade de grão para o aumento da colheita. Nesse ano, o naturalista, ainda em solo europeu ao ter lido sobre o novo invento, percebeu que havia alguma imperícia. Logo, no intuito de comprovar sua ineficiência, realiza algumas pesquisas, divergindo dos resultados da fermentação

<sup>162</sup> Arruda da Câmara não faz menção ao nome do jornal e nem aos pesquisadores, que realizaram a nova descoberta.

dos grãos, publica um “Aviso aos Lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de grãos”, nos quais destacamos a seguinte sentença:

[...] essa pretendida descoberta conhecida como debaixo de nome impróprio de fermentação, excitou [...] a atenção de vários agricultores curiosos, mais ainda muitos Filósofos, como Duhamel, Vallemont Galois, l’abbe Rousseau e outros, que fizeram repetidas experiências [...] sobre esse objeto que falhavam inteiramente (CÂMARA, [1792] 1982, p. 87).

Para demonstrar a ineficiência da nova descoberta, Arruda da Câmara realiza oito experimentos com uma variedade de compostos, entre eles: excrementos de vacas e pombos, urinas, cinzas de vegetais, salitre, álcali vegetal ou potassa, no qual apresenta resultados para comprovar a inutilidade da suposta fermentação de grãos que considerou de pseudocientífica. Observamos que a divergência Arrudiana não se limitou aos experimentos dos pesquisadores dessa nova descoberta científica, mas aos filósofos que eram opositores da visão utilitarista, como a de Rousseau, pois, segundo estudos de Luana Aversa (2017, p. 103) “Rousseau afasta-se de uma visão utilitarista que via a Natureza como recurso, pois a botânica não tinha, para ele, um fim prático, mas lhe trazia paz e satisfação espiritual”.

Ainda sobre as fontes do Quadro 14, no ano provável de 1792, Arruda da Câmara escreve uma “Memória sobre as plantas de que se pode fazer barrilha entre nós”, somente publicado em 1814, em Lisboa. Importante esclarecer, que a referência “entre nós” que o naturalista intitula na Memória, alude aos portugueses, logo, essas pesquisas sobre a barrilha<sup>163</sup> teriam utilidades para a fabricação de sabão e de vidro, produtos relevantes para a economia portuguesa. Essa referida Memória resultou também de observações botânicas, que o naturalista realizou nos “[...] arredores da região de Languedoc ou no jardim de Montpellier na França [...]” (MELLO, 1982, p. 21), associada à soda, à potassa (LUNA, 2008)<sup>164</sup> e à barrilha encontrada nas plantas, no qual Arruda da Câmara, advertia sobre:

---

<sup>163</sup> É um nome comum de carbonato de sódio, uma espécie de sal que utiliza na criação de vidros, detergentes e sabões. Disponível em: <https://www.farmacia.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/FISPQ-Carbonato-de-s%c3%b3dio-barilha-5.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

<sup>164</sup> Segundo o autor, a potassa e a soda eram extraídas pela queima das plantas e na Europa oitocentista, a demanda comercial potencializou a sua exploração numa produção de larga escala e somente foi substituída em 1861 na Alemanha pelas descobertas de jazidas minerais para exploração. Disponível em: [http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=1388](http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1388). Acesso em: 21 dez. 2020.

os charlatões, que querem encobrir sua ignorância e ao mesmo tempo fazer-se admirar dos rústicos, explicam a geração da soda por palavras obscuras: dizem, que as partes salitrosas, sulfurosas e betuminosas das plantas se transmutam em soda [...]. O álcali mineral não é produto de vegetação, como o é o álcali vegetal, e eis aqui as provas: todos os vegetais marítimos, ou os que nascem ao pé do mar, fornecem álcali mineral. *Mr. Duhamel* cultivou plantas marítimas distante do mar e não pode tirar um átomo de soda do mar, e só tirou potassa [...]. *Mr. Chaptal* disse-me que as plantas não marítimas cultivadas à borda do mar davam, pela combustão, uma certa porção de soda [...] (CÂMARA, [1792] 1982, p. 95).

Essa passagem acima descrita, demonstra que Arruda da Câmara não se limitou a divergir da História Natural portuguesa, mas a que era produzida na Europa. Além disso, evidencia que suas divergências sobre a barrilha, o álcali mineral e o álcali vegetal, estiveram embasados nos estudos que havia realizado na Universidade de Montpellier, sobretudo de influência de seus mestres botânicos e químicos, como o citado Jean-Antoine Chaptal, que era professor dessa referida universidade francesa. Sem minuciar essa Memória, Arruda da Câmara elabora suas divergências na medida em que apresenta suas observações e experimentações botânicas das espécies de soda retirada das plantas e conclui:

[...] como já observei a princípio, as plantas marítimas, plantadas distantes de água salgada, não dão soda. O tempo em que se costuma semear a barrilha é comumente o em que se semeia o trigo. O Português zeloso que empreendesse a agricultura desta planta, fomentando o seu progresso, tiraria o fruto do seu trabalho e mereceria o agradecimento da nossa Nação. O Ministério certamente fomentará este ramo de indústria pelas razões que já ficam expostas (CÂMARA, [1792] 1982, p. 100).

Arruda da Câmara, no ano em que publica essa Memória, era um jovem cientista e bem informado sobre a indústria de vidro de Portugal, conseqüentemente, das necessidades de pesquisas que apontassem dinamismo econômico, pois é no final do século XVIII que a Fábrica de vidros da Marinha Grande “[...] atinge um volume de produção considerável [...]” (APAI *apud* MONTEIRO, 2007, p. 54).

Podemos inferir, portanto, que essas divergências botânicas assinaladas pelo naturalista, embora tenham ocorrido no momento em que esteve na Europa, nos dão algumas pistas de como Arruda da Câmara iria se defrontar com a História Natural Portuguesa e com a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras no retorno a sua terra natal. Já as fontes impressas descritas no Quadro 15, são do



período de 1795 a 1810, totalizando o conjunto de quatro escritos de Arruda da Câmara, resultantes das viagens científicas no sertão da caatinga.

Nos idos de 1793, provável ano de retorno da Europa, o naturalista planeja sua primeira viagem científica para o ano 1794 e, como já dito, descreve suas primeiras impressões, observações numa “Carta da Natureza”, que endereçou ao Frei Velloso, estando em Recife no dia 20 de setembro de 1795. Nessa carta, Arruda da Câmara acusa recebimento da correspondência do Frei Velloso e, numa das passagens, anuncia alguns de seus descobrimentos realizado no sertão da caatinga da Capitania de Pernambuco.

Vimos, que Arruda nessa “Carta da Natureza” informava a Frei Velloso, o resultado de seu trabalho de campo, como uma espécie de prognóstico de pesquisas, tanto minerais, quanto botânicas e deixa escapar que ainda não havia concluído suas observações e experimentos, das quais, parte delas, ainda estavam anotadas em seu diário de campo. Todavia, o naturalista apresentou uma descrição sumária de oito dissertações<sup>165</sup> e, desse quantitativo, todas elas estavam relacionadas com a pesquisas botânicas e, em relação às divergências, Arruda da Câmara chamava atenção para:

As folhas da *Corypha umbraculifera*, que aquecido ao lume dá cera branca [...] qualidade vantajosa [...] a remessa deste pó farei uma amostra [...] e tal pó aquecida, [...] vai derretendo em cera branca excelente [...]. E quando não sirva para o comércio, engrossar-se-á mais o número dos produtos que a Química e a História Natural fornecem, pois que este fato não é ainda conhecido, nem pelos Químicos, em pelos Naturalistas Europeus, por que a árvore que eles conhecem é o *Myrica cerifera* [...] há uma árvore nos Sertões chamada *Pekiy*, da classe das Palyandrias, que por não estar ainda descrita a descrevi, chamando-lhe, em atenção a meu Mestre de Química, *Chaptalia Pekiy*. [...] (CÂMARA, [1795] 1982, p. 104).

Podemos evidenciar nesse trecho que suas divergências eram sutilmente direcionadas para a produção científica dos naturalistas europeus e para a política territorial das viagens científicas. Em relação à divergência, observamos que esteve demarcada nas entrelinhas, em que descreve e classifica as novas espécies da flora caatinga, como a da *Corypha umbraculifera* e a da *Chaptalia Pekiy*, e logo em seguida, adverte que os naturalistas europeus não as conheciam, logo, fazia crítica

---

<sup>165</sup> Essas dissertações botânicas estão descritas no terceiro capítulo.

as limitações da taxonomia lineana, uma vez que essas espécies da caatinga ainda não estavam catalogadas.

Ainda assim, observamos que, ao qualificar a *Corypha umbraculifera* de vantajosa para o comércio, de forma quase imperceptível, o naturalista estava divergindo da teoria degenerativa de Buffon, que desqualificava a Natureza da América portuguesa, conforme vimos na análise de Antonello Gerbi e outros autores, no primeiro capítulo. Podemos ainda inferir que essa qualificação da espécie vantajosa para o comércio revestia-se de uma crítica à política territorial das viagens científicas luso-brasileiras por ainda não terem dado atenção à utilidade econômica da flora da caatinga.

Encontramos nos estudos de José Otávio Aguiar, argumentos que corroboram com a nossa posição, acima descrita, pois “Arruda considerava a teoria de Lineu insuficiente por desconhecimento das características climáticas e naturais do Brasil, o que resultava em descrições inadequadas, orientadoras, por práticas obsoletas” (AGUIAR, 2011, n.p.). Portanto, Arruda da Câmara na medida em que avançava no sertão da caatinga. posiciona-se frente ao modelo de História Natural Portuguesa e à política territorial das viagens científicas luso-brasileiras. No que diz respeito a “Memória sobre a cultura dos Algodoeiros”, escrito em 1797, destacamos duas passagens em que Arruda da Câmara apresenta outras divergências:

[...]. Reflexões gerais sobre a agricultura do Brasil e seu comércio pouco podem influir no aumento real dos gêneros que fazem a nossa riqueza: **são obras de gabinete, em que só podem seus autores pôr na presença do Ministério erros introduzidos no sistema do comércio:** isto é muito, quando há felicidade de produzir bom efeito a verdade, que as mais das vezes encontra grande obstáculos, [...] (CÂMARA, [1797] 1982. p.111-112).

Noutro momento dessa Memória, Arruda da Câmara afirma que:

**Lendo as obras dos Naturalistas** que falam no algodoeiro, vejo que se **enganaram a respeito do terreno mais apto para a melhor produção** deste gênero de plantas tão importante; e, meditando profundamente na causa disto, não posso deixar de supor que **escreveram por notícias de viajantes e homens que não trataram ex professo desta cultura.** Todos que tenho lido dizem que o algodoeiro produz melhor nos terrenos arenosos e áridos, e que não duram mais de três anos, [...]. Nesta Província de Paranambuco, onde cultivo este gênero, há veia de terra em que o algodoeiro vive dez, doze anos e mais, frutificando sempre com o maior proveito do

Agricultor [...]. Não conheço país algum, onde o algodão chegue a estes anos: logo, **a qualidade deste terreno** deve ser considerada [...] (CÂMARA, [1797] 1982, p. 125-126, grifos nossos).

Essas divergências assinaladas por Arruda da Câmara são direcionadas aos naturalistas de gabinetes europeus, que não conheciam as espécies e ainda descreviam distante do campo. Com a flora da caatinga era o mesmo, os naturalistas de gabinetes europeus não conheciam esse bioma, nem as condições climáticas e tampouco os processos químicos e físicos relacionados à fertilidade e condições do solo.

A divergência com a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras se dava na medida em que Arruda da Câmara citava o equívoco dos estudos dos naturalistas de gabinetes sobre a cultura do algodão. Nas entrelinhas, Arruda estava tentando dizer que, além de serem ineficientes na descrição e classificação botânica, o Ministério da política territorial das viagens científicas era também mal assessorado pelos naturalistas de gabinete, que centralizavam poder do conhecimento na metrópole portuguesa.

Para o naturalista, o estudo interdisciplinar *in loco* da flora da caatinga era um elemento essencial no incremento da cultura do algodão. Nesse aspecto, ao demonstrar cientificamente que era possível a cultura do algodão na caatinga, segundo as condições do clima e da fertilidade do solo, divergia da teoria degenerativa de Buffon, que alegava que o tipo de clima quente na América influenciava na debilidade das espécies da flora, da fauna e dos homens tornando-os débeis, inférteis, fracos; como vimos na análise de Antonello Derbi e outros teóricos, a exemplo de José Otávio Aguiar (2011, n.p.) que assevera que a ciência prática de Arruda da Câmara procurava nas suas experiências de viagens “suplantar as teorias de gabinete elaboradas por homens como Buffon e o Abade Raynal, que nunca haviam visitado as Américas [...]”.

Vimos também essa questão, no estudo de Elice Prestes (2000, p.127), pois “[...] parecia haver, ainda, no tempo de Arruda da Câmara, uma descrença na fertilidade dos terrenos tropicais”. Essa autora assevera que essa noção de infertilidade do solo, talvez resultasse de uma longa tradição aristotélica, que acreditava, que a temperatura tropical seria quente demais para abrigar a vida.

Podemos inferir que esse é um dos traços-chave de divergência nas pesquisas botânicas-agronômicas de Arruda da Câmara, pois suas investigações

científicas configuravam uma resistência a todas as teorias eurocêntricas sobre a Natureza da América portuguesa, comprovando que a caatinga era viável do ponto de vista da economia de exportação, apesar de, na conquista do sertão, Josué de Castro (2007, p. 173) nos lembrar bem que não houve um processo de produção social, que constituísse “[...] o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para o seu próprio consumo [...]”.

Isso quer dizer que, embora as divergências estivessem dentro de uma atmosfera consensual, havia um avanço na perspectiva de Arruda da Câmara por construir uma investigação botânica, desconstruindo uma visão eurocêntrica sobre a Natureza da América portuguesa e, sobretudo, da flora da caatinga. A peculiaridade dos trabalhos de Arruda da Câmara, conforme estudos de José Otávio Aguiar e Catarina Buriti:

[...] reside no fato de que estes não foram, em última instância, apenas produto do olhar de um estrangeiro, mas de um brasileiro formado em territórios europeus, que direcionou os conhecimentos por lá construídos para analisar a sua Terra, com a sua Natureza e com a sua gente (AGUIAR; BURITI, 2009, p. 349).

Os confrontos de Arruda da Câmara eram muito sutis, pois ainda predominava a presença de uma escrita submetida às ordens do soberano, e um forte apelo do movimento dos intelectuais, que defendiam as teorias econômicas da fisiocracia, vinculadas à agricultura e fortemente representada pelas publicações das memórias econômicas. Para esses autores, a perspectiva de confronto desenvolvido por Arruda da Câmara ao mundo eurocêntrico, partia de uma concepção nascente, que povoava algumas mentes ilustradas luso-brasileiras daquele período, o do espírito nacionalista. Vimos que Arruda da Câmara estudou em Montpellier e, em contato com a cultura francesa, logo prescindiu um discurso nacionalista mesmo antes de ser uma nação (MATOS, s.d.)<sup>166</sup>.

Em seu outro escrito, intitulado “Dissertação sobre plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade e suprir a falta de Cânhamo”, publicada em 1810, são apresentados resultados de seu trabalho de

---

<sup>166</sup> Segundo esse autor, o uso do conceito de nação no Estado português deve compreender-se tendo em conta a especificidade da situação histórica vivida a partir das invasões francesas (1807-1811): retirada da corte para o Brasil (1807) com a transferência do centro político do Império para o Rio de Janeiro.

campo e de suas viagens científicas, realizadas desde 1801 nos sertões das caatingas sobre as plantas do gênero do ananás e das malváceas, cuja finalidade era de incentivar o cultivo para a fabricação de linhos extraídos dessas plantas na ausência de produção do cânhamo<sup>167</sup>. Em relação às divergências, sublinhamos a seguinte passagem:

Dão este nome a uma espécie de Palmeira, mais ainda não pude reduzi-la ao seu gênero; por que habitando eu no interior do Sertão, e não vindo à beira beira-mar onde esta planta habita, senão de três a três anos, não tive ocasião de a encontrar em flor: dela só fala Pison na sua Hist. Nat. do Brasil, onde há uma ruim figura e péssima descrição, e Manuel Ferreira da Câmara na sua Descrição Física da Comarca dos Ilhéus, [...], só diz que o Tucum daquela comarca não parece ser o mesmo que trata Pison; mas este escreveu em tempo eu ainda não haviam verdadeiras luzes de História Natural, e aquele escreveu em Lisboa, estando a planta no Brasil (CÂMARA, [1809] 1982, p. 183).

Embora a espécie de palmeira não fosse da flora da caatinga, esse dado nos chama atenção porque demonstra claramente a insistência de Arruda da Câmara, ao encontrar divergências na descrição e classificação botânica dos naturalistas europeus e também dos luso-brasileiros na medida que se deparava com a planta *in loco* e com as referências classificatórias dela nos compêndios de História Natural portuguesa. O naturalista observou que não havia rigor teórico e nem técnico-científico no processo de descrição e de classificação taxonômica dos naturalistas, a exemplo do citado Pison. Aliás, Guilherme Piso era um médico-naturalista holandês que havia estudado a botânica do Jardim do Conde na Cidade Maurícia ou no Recife holandês (GESTEIRA, 2004); enquanto Manuel Ferreira da Câmara<sup>168</sup>, seu conterrâneo, era um naturalista luso-brasileiro, que realizou pesquisa mineral na Europa junto com José Bonifácio, ou seja, não conhecia a realidade territorial e nem da flora costeira da colônia.

---

<sup>167</sup>.Cânhamo: Planta da família *Cannabaceae*, da espécie *Cannabis sativa L*; conforme Dicionário Bilingue Terminológico de Plantas Estrangeiras e Brasileiras/Esalq/Usp.

<sup>168</sup> Esse naturalista não tinha grau de parentesco com Manuel Arruda da Câmara, segundo dados biográficos, Ferreira da Câmara, nasceu na capitania de Minas Gerais, na área da Demarcação Diamantina, em 1764. Manuel Ferreira da Câmara foi contemporâneo de José Bonifácio Andrada e Silva, nos quais estiveram realizando pesquisa mineral e metalurgia na Europa em 1790 e ao retornar a colônia foi nomeado como intendente-geral das minas. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/442-manuel-ferreira-da-camara-de-bittencourt-e-sa>. Acesso em: 19 jan. 2021.

E, por fim, temos o “Discurso sobre a utilidade de instituição de Jardins nas principais Províncias do Brasil”, publicado em 1810, no Rio de Janeiro e, como dito anteriormente, esse trabalho foi oferecido ao príncipe Regente, D. João VI. Antes de identificarmos as divergências, situaremos algumas questões. Começamos pelo título do documento, o próprio termo “Discurso” denuncia o seu conteúdo, ou seja, não se trata de uma pesquisa científica que o naturalista tenha realizado, mas expressa uma escrita de caráter político-científico, embora na segunda parte do referido discurso, o naturalista tenha descrito uma lista de plantas exóticas possíveis de serem transplantadas para fins de estudos.

Na primeira parte do discurso, Arruda da Câmara, com base na sua formação técnica-científica de naturalista viajante e de poder de influência, construiu um texto argumentativo com fins práticos para a gestão da política territorial das viagens científicas e, num tom não menos político, faz menção à necessidade de instauração de Jardins botânicos e hortos em três capitanias - Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Sem pormenorizar o discurso técnico-político sobre os jardins botânicos, o naturalista encontrou espaço para divergir da História Natural e da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras. Logo no início da primeira parte desse trabalho, tratou de expor as necessidades da implantação dos jardins botânicos:

Se lançarmos um golpe de vista filosófico sobre a superfície do globo, veremos que os países situados nos Trópicos parecem ser os únicos destinados pela Natureza para habitação dos homens; pois só ali é que ele pode viver comodamente sem o socorro d’Arte, e nutrir-se dos inumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, e que não se encontram em países vizinhos aos polos. Com efeito, a Natureza poucos frutos concedeu à Europa; a maior parte dos que nela se cultivam vieram d’outros países, comumente situados entre os Trópicos [...]. E que mesquinha e desgraçada não fora a condição dos Europeus, se com a mais louvável indústria não tivessem transplantados os frutos, de que não mister para a sua sustentação e comércio? (CÂMARA, [1810] 1982, p.198).

As divergências aparecem aí na medida em que Arruda da Câmara discursa em defesa da Natureza, ou melhor, da abundância das florestas tropicais ou das culturas dos trópicos em comparação a parca flora e cultura de produtos agrícolas existente no mundo europeu. Era uma defesa, não da Natureza em si, mas de uma Natureza utilitária vinculada à arte da cultura agrícola nos trópicos, cujo centro do

discurso tinha propósito econômico-político, mas amparado numa análise geográfica e territorial comparativa dos domínios da Natureza na superfície do globo terrestre.

Arruda da Câmara estava em consonância com uma corrente da História Natural, a da história geográfica de plantas que, de modo geral, os botânicos do final do século XVIII, como Willdenow e Forster, discutiam, ao cabo de publicar, em 1792, sob a autoria do primeiro, os “Princípios da Botânica”, que articulava os fatores físicos à localidade e à habitação das plantas (PRESTES, 2000, p. 65). Arruda da Câmara não divergia de um todo, nem de Buffon e nem de Lineu. Pois, nessa questão da geografia das plantas, Elice Prestes já advertia que Arruda da Câmara, ao afirmar a dupla origem do algodoeiro, indica:

a sua opção perante a polêmica a respeito do centro de dispersão original das espécies: Arruda da Câmara mostra-se partidário da concepção segundo a qual não houve um único centro de criação, mas vários, como Buffon defendera. **Mas, é seguindo a prática lineana** do período que Arruda da Câmara justapõe **as informações de caráter taxonômico às de caráter geográfico** (PRESTES, 2000, p. 124-125, grifos nossos).

Essas considerações são importantes porque demonstram que as divergências de Arruda da Câmara não rompiam com todo o arquétipo de História Natural produzida em seu tempo. O naturalista pendia para a influência vandelliana-lineana. Assim sendo, Arruda da Câmara se apoiava no aspecto geográfico de plantas que, de modo geral, não cabia apenas anunciar o lugar das plantas, era necessário indicá-la, descrevê-la, explicar a especificidade de cada espécie da flora da caatinga e fazer conexão às condições climáticas, à temperatura, às condições físicas como da topografia, de altitude e latitude, ou no desenvolvimento histórico da região.

Podemos inferir que suas divergências eram mais contundentes no âmbito das teses buffoniana, que foram largamente aceitas pelos naturalistas de gabinete eurocêntricos. Essa questão também já tinha sido colocada nos estudos de Kury (2012, p. 168), em que afirma que “Câmara se contrapôs a autores consagrados na Europa na época das Luzes como Buffon [...]. Para Buffon, como é sabido, a habitação mais adequada à espécie humana seria um clima temperado [...]”. Relacionada ainda a essa questão, José Otávio Aguiar também ressaltou que Arruda da Câmara, empenhava-se:

[...] sistematicamente, a reverter o preconceito europeu contra a flora neotropical, defendendo a possibilidade de promover, através dos hortos botânicos, o desenvolvimento econômico de Portugal para que se criasse independência econômica no cenário mercantil internacional (AGUIAR, 2011, on-line).

Portanto, a constatação dessas divergências botânicas construídas na prática científica de Arruda da Câmara, resultado da política de mando das viagens científicas luso-brasileiras, confirma nossa suposição levantada de que elas constituem elemento-chave para capturarmos a ideia de Natureza arrudiana na caatinga, foco de nosso objeto de pesquisa e de reflexão no próximo subitem.

#### **4.2 As viagens científicas de Arruda da Câmara e sua ideia de Natureza no sertão da caatinga**

Realizamos anteriormente uma análise sobre os interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e do domínio territorial de Arruda da Câmara na caatinga; bem como sobre as divergências botânicas que o naturalista construiu na sua prática de campo, foram elementos-chave para nesse momento discutirmos e capturarmos, qual a ideia de Natureza que Arruda da Câmara construiu no sertão da caatinga.

Recapitemos o nosso problema de pesquisa inicialmente levantado: Qual a ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara nas suas viagens científicas no sertão da caatinga?

Pressupomos, que a ideia de Natureza arrudiana esteve forjada pelo desenvolvimento da História Natural Portuguesa e pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, patrocinada pelo Estado português na virada do século XVIII para o XIX. Logo, a hipótese que levantamos é que a sua ideia de Natureza se confunde com a sua própria relação com a caatinga, colocando-a como expressão máxima de viabilidade e utilidade tanto para a ciência botânica, quanto para o desenvolvimento econômico da colônia; se contrapondo, ora com as teses degenerativas de Buffon, ora com a taxonomia de Lineu.

Definimos então, um caminho metodológico com o propósito de nos aproximarmos cada vez mais do nosso objeto de estudo e desvendar a suposição



acima afirmada provisoriamente, confirmando-a ou negando-a. Vimos ao longo da Tese que Manuel Arruda da Câmara fez parte da geração de ilustrados, que desempenhava papel de coparticipação a política de reordenamento territorial das viagens científicas luso-brasileiras. Neste sentido, em que medida arruda da Câmara se confrontou com a política territorial da Secretaria do Estado monárquico português?

Essa pergunta conduziu nossa pesquisa documental, na qual selecionamos as seguintes fontes impressas: Aviso aos Lavradores (1792); Memória sobre as plantas (1792); Carta Anúncio dos descobrimentos feitos em Pernambuco (1795); Memória sobre a cultura dos algodoeiros (1797); Dissertação sobre plantas do Brasil (1810), Discurso sobre a utilidade de instituição de Jardins nas principais Províncias do Brasil (1810), Almêcega e a Carnaúba (1886). Além dessas fontes impressas, elegemos as correspondências oficiais do naturalista remetidos aos agentes da Secretaria do Estado Ultramarino.

Selecionamos também 4 cartas impressas de Manuel Arruda da Câmara emitidas para o ministro Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho do período de 1797 a 1799. O conjunto dessas correspondências de Arruda da Câmara está contido no livro biográfico de José Antônio Gonsalves de Mello. Para a leitura dessas cartas, elaboramos um instrumento de pesquisa com base na metodologia de análise documental de uma pesquisa historiográfica, adotada por Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), conforme o modelo que consta nos Anexos A, B e D, com propósitos de sistematizar a rota de viagens científicas, que Arruda da Câmara traçou no sertão da caatinga no período de 1794 a 1810 representado no Mapa 07.

Como vimos, o Mapa 07 demonstra a configuração da territorialidade arrudiana no sertão da caatinga, fruto das viagens científicas luso-brasileiras que o naturalista realizou no período de 1794 a 1810, cuja configuração espacial de destaque está sublinhada pelo traçado de cor verde, compreendido no perímetro da caatinga, representado pela cor amarela. Mas, essa configuração espacial nos leva a fazer o seguinte questionamento: O que distingue o domínio do Território Ilustrado demandado pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos da territorialidade arrudiana?

Defendemos nesta Tese que no final do século XVIII e início do XIX, que o Estado monárquico português construiu um novo ordenamento territorial no âmbito político-administrativo relativo as viagens científicas luso-brasileiras, denominado de

**Território Ilustrado** materializado a partir das investigações da Natureza no território colonial empreendidas pelos naturalistas viajantes.

Na nossa compreensão esse novo ordenamento territorial, não era senão uma das estratégias geopolítica do Estado metropolitano, uma vez que no final do século XVIII “o antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar o pacto colonial, e que representava o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio (PRADO JR., 2012, p. 88).

Recapitemos, que o controle do território na maioria das vezes, se dá pelo poder político do Estado, mas, não exclusivamente (HAESBAERT, 2016., p. 40). Logo, o controle do **Território Ilustrado** somente foi possível por meio de seus agentes de Estado português, demandando o serviço da investigação da Natureza aos naturalistas viajantes, inclusive a Arruda da Câmara. Compreendemos que esse vínculo do Estado metropolitano com a ciência não evitou interesses conflitantes. Para compreendermos melhor a territorialidade arrudiana, vejamos a explicação de Porto-Gonçalves ao afirmar, que território:

não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.42).

Essa compreensão do autor nos dá elementos para pensar a distinção do domínio do **Território Ilustrado** entre a **territorialidade arrudiana**, que na nossa análise se expressa, na medida em que há conflitos de interesses entre dois grupos de naturalistas: os naturalistas de gabinetes metropolitanos, agentes diretos da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Coloniais e os grupos de naturalista viajantes luso-brasileiros, que não faziam parte direta da administração colonial. Estes, eram contratados por essa Secretaria de Estado para realizarem viagens científicas no território colonial, a exemplo de Arruda da Câmara. Portanto, a territorialidade arrudiana se dá na medida em que o naturalista se confronta com o ordenamento do Território Ilustrado nas viagens científicas luso-brasileiras.

Assim sendo, o Mapa 8 representa uma síntese espacial de poder, ou seja, uma relação social de poder, demarcada pelo que denominamos de **territorialidade**

**arrudiana** por meio de suas investigações científicas no sertão da caatinga; muito embora, o naturalista estivesse vinculado à complexa relação das viagens científicas luso-brasileiras, demandada pela metrópole portuguesa. Ressaltamos ainda que, essa configuração espacial evidencia que não há território sem relação de poder, sem interesses conflitantes e tampouco sem relação com a Natureza.

Importante mencionar que essa territorialidade arrudiana alude ao seu enfrentamento divergente ao ordenamento do Território Ilustrado, não somente pelo trabalho botânico, mas por está intimamente vinculado ao sentido do sertão da caatinga. Recapitulemos, que o sertão na perspectiva do colonizador estabelecido no litoral, era concebido como terras adentro, relativo ao interior, lugar do desconhecido. Vale ressaltar, com base em Neves, era sinônimo de “[...] espaço vazio, indomado e selvagem, terra de índios bravos, do medo, em oposição à “região”, ao espaço social ocupado”. Seria também “o lugar da desordem e da rebeldia [...]” (NEVES, 2012, p. 36). Nesta direção, Moraes também afirma que, na lógica do colonizador, o sertão constituía um espaço a ser conquistado, um lugar projetado para sua valorização futura para novas ondas colonizadoras (MORAES, 2009, p. 90).

Sendo assim, neste trabalho de Tese, compreendemos que o *sertão da caatinga* no período histórico arrudiano, caracterizava-se pela dimensão político-territorial-científico, fruto da expansão e poder de domínio da Natureza pelas viagens científicas luso-brasileiras, sobretudo territorializada por Arruda da Câmara.

Além disso, a denominação de *sertão da caatinga* representa uma diferenciação espacial no tocante aos demais sertões existentes na América portuguesa, como exemplo, o sertão do Grão-Pará, o sertão de Goiás, o sertão bandeirante como demonstramos no segundo capítulo. O sentido do sertão esteve presente nos escritos de Arruda da Câmara e estando no sertão de Pirauá, na Capitania da Paraíba (Quadro 15), quando escreveu uma correspondência no dia 10 de dezembro de 1797 para o ministro Sousa Coutinho e informa:

Continuadas febres [...] têm sido causa de retardar [...] a importante Comissão de que fui incumbido; agora ainda em convalescença [...] não serei omisso [...] devo, contudo, lembrar [...] que muitos obstáculos retardarão as minhas relações, já **a vastidão dos sertões** que devo percorrer, **já lugares desertos e falta de correios, já vigorosas invernadas e rios caudalosos que**

**procurarei vencer todas as minhas forças [...]** (CÂMARA, [1797] 1982, p. 239, grifos nossos).

No trecho dessa carta, Arruda da Câmara justifica o atraso no envio de suas pesquisas por motivos de adoecimento. Mas, para além dos limites físicos da enfermidade que estava acometido, o naturalista deixa escapar outras limitações no campo da pesquisa científica, os limites geográficos do sertão acompanhado da falta de infraestrutura logística das suas viagens científicas, a exemplo da ausência de correios.

Porém, não era um deserto no sentido do vazio, do indomado, do medo e do desconhecido como os primeiros colonizadores e naturalistas estrangeiros descreviam. Ao contrário, o sertão deserto para Arruda da Câmara era familiar, sinônimo de manutenção de vasto patrimônio territorial, de expansão territorial, de currais de gado, de caminhos de gado, de artérias comerciais; ou seja, o *sertão da caatinga* continha o sentido de territorialização, de domínio científico e de empreendimento colonial como vimos ao longo da Tese. Assim, o sertão da caatinga nesse momento histórico arrudiano estava ordenado pela política territorial das viagens científicas da metrópole portuguesa, configurado em **Território Ilustrado**.

Depois dessa discussão sobre a territorialidade arrudiana e sobre o sertão da caatinga, avancemos na nossa análise para capturarmos a ideia de Natureza arrudiana territorializada na caatinga, na qual partimos para a leitura das correspondências oficiais, denominadas de “Cartas da Natureza” munida da seguinte indagação: Que ideia de Natureza está descrita nas entrelinhas das correspondências oficiais que Arruda da Câmara escreveu em resposta a política de mando das viagens científicas luso-brasileiras?

Na busca de resposta, sistematizamos o Quadro 16, abaixo exposto de maneira, que apresentasse questões centrais contidas nas correspondências oficiais de Arruda da Câmara para extrairmos a sua ideia de Natureza. Essas correspondências epistolares foram sistematizadas e classificadas de acordo com a metodologia descrita no primeiro capítulo. Seleccionamos cinco “Cartas da Natureza” de Arruda da Câmara do período de 1797 a 1809. Todas elas, estão organizadas e coligidas no estudo biográfico de José Antônio Gonsalves de Mello, em forma de livro.

**Quadro 16** - Cartas da Natureza: De Manuel Arruda da Câmara à Rodrigo de Sousa Coutinho e a Miranda Montenegro (1796-1809)

Remetente (Local e data)	Destinatário	Conteúdo das cartas – Ideia de Natureza
Arruda da Câmara Recife, 28/08/1797.	Rodrigo de Sousa Coutinho	“[...] Fui instruído das ordens de Sua Majestade encarregar-me da indagação das nitreiras Naturais e mais Minas que possa conter essa Capitania de Pernambuco, Rio de São Francisco e Jacobina [...].
Arruda da Câmara Pirauá-Pb 10/12/1797.	Rodrigo de Sousa Coutinho	“[...] agradecimentos da mercê que me fez Sua Majestade [...] a importante Comissão de que fui incumbido [...] não serei omissos [...] devo, contudo, lembrar [...] que muitos obstáculos retardarão as minhas relações, já a vastidão dos sertões que devo percorrer, já lugares desertos e falta de correios, que procurarei vencer todas as minhas forças [...]”.
Arruda da Câmara Vila de Pombal, 09/10/1798.	Rodrigo de Sousa Coutinho	“Desde [...] ano passado saí a viajar pelos sertões desertos, em conformidade as Reais Ordens expedidas por V. Excia., e tendo me embrenhado pelos bosques da Serra chamada Cajueiro, que é parte da Bruburema [...] descobri salitre [...] de pedra-ume, [...] achei uma amostra de <i>aluen plumorum</i> , coisa rara e digna do museu de V. Excia., descobri grande abundância de petróleo, amostras de <i>ágata</i> [...] e cristais de rochas [...] de <i>ametista</i> , de <i>sal-gema</i> , <i>sais neutros</i> , <i>ferro</i> [...]”.
Arruda da Câmara Cidade da Paraíba, 31/07/1799.	Rodrigo de Sousa Coutinho	“Em virtude da ordem de Sua Majestade, expedida por V. Exca., dei princípio às minhas viagens pelos sertões da Paraíba e Ceará [...] a fim de enviar [...] os produtos naturais que tenho achado, [...] não tenho limitado só ao reino mineral; também tem alcançado o reino animal e vegetal [...]”. Eu farei acompanhar a remessa uma descrição que puder dos produtos, que são, [...] amostra de ouro, [...] salitre [...] nativo, [...] ferro, diversos sais muriáticos ametistas e cristais, rocha, ágatas, petróleo.
Arruda da Câmara Vila de Goiana, 26/11/1809.	Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Governador de Pernambuco)	- [...] ainda que sua madeira tenha pouca ou nenhuma serventia [...] que sem atenderem à preciosidade da resina, as derribam sem piedade nos matos e roçados que fazem nas matas virgens [...] com fogos [...] - [...] se vê a necessidade de proibir-se as derribadas das matas virgens, nas que são abundosas de almêcegas, [...] - Razão tem o Ministério de empregar o seu cuidado na conservação dos imensos carnaubais, porque essas árvores são úteis [...]

**Fonte:** CÂMARA, Manuel Arruda. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Manuel Arruda da Câmara – Obras Reunidas, 1982. Organização da autora, 2020.

O Quadro 16 acima descrito demonstra uma sequência de “Cartas da Natureza” do período de 1797 a 1809, as quais Arruda da Câmara endereçou para o então ministro Sousa Coutinho e para o Governador de Pernambuco Miranda Montenegro. Todas essas correspondências foram escritas em resposta às demandas desses referidos representantes ou agentes da Corte portuguesa.

Observamos nestas seis “Cartas da Natureza” o emprego da linguagem formal nas Reais Ordens e do tratamento cerimonioso de Arruda da Câmara para com os representantes da sua Majestade. Essa forma de tratamento nas

comunicações oficiais expressam as tramas hierárquicas nas relações de poder, bem como demonstra a forma de legitimação de controle e domínio do novo ordenamento territorial do Estado português no sertão da caatinga vinculada à ciência. Na correspondência do dia 28 de agosto de 1797, Arruda da Câmara em resposta à demanda de Sousa Coutinho, demonstra que o naturalista foi:

[...] instruído das ordens de Sua Majestade pelas quais foi a mesma Senhora servida encarregar-me da indagação das nitreiras Naturais e mais Minas que possa conter essa Capitania de Pernambuco, Rio de São Francisco e Jacobina [...] (CÂMARA, [1797] 1982, p. 237).

A instrução dessa correspondência evidencia a política de mando relativo à viagem científica com propósito de realizar uma prospecção mineral, ou seja, um levantamento geológico detalhado e sua correlação com dados físicos e químicos do solo, de realizar algumas aberturas de escavações e execução de sondagens no corpo mineral no sertão da caatinga de Pernambuco, margeando o Rio São Francisco e Jacobina.

Podemos observar, que a ideia de Natureza contida nessas relações de poder, está em conformidade com o estatuto da História Natural, fundada na descrição e classificação e na extração mineral não como objeto de admiração e coleção para os museus e gabinetes, mas como objeto de exploração útil para a economia portuguesa.

Constatamos essa percepção da Natureza, na medida em que contextualizamos essas correspondências oficiais dentro de um contexto histórico e conjuntural, notadamente da gestão de Sousa Coutinho, vinculada à política territorial das viagens científicas. Logo, conforme estudos de Magnus Pereira:

[...] uma das principais preocupações da coroa, e conseqüentemente, de d. Rodrigo, era resolver a dependência portuguesa da importação de potassa e de salitre, problema que comportava uma vertente científica. A potassa era a “matéria-prima essencial para, além do vidro e do sabão, o branqueamento de tecidos, de papel, do açúcar, e no preparo de medicamentos e tinturas”. Já o salitre era o principal insumo para a produção da pólvora. Em decorrência, na complexa conjuntura bélica do período, a autossuficiência na produção de pólvora de boa qualidade era considerada essencial à manutenção da soberania nacional portuguesa na Europa e nas colônias (PEREIRA, 2014, p. 500).

O autor demonstra claramente que a preocupação na conjuntura política de Sousa Coutinho esteve centrada em busca de minerais, objetos da Natureza, como a potassa e salitre, cujas razões apresentadas estiveram baseadas na balança comercial de produtos de exportação e importação, caros à defesa territorial de Portugal. Nessas condições, vimos ao longo da Tese, que sua estratégia geopolítica se voltou para o vasto território colonial, no qual através de cartas, construiu uma rede de comunicação para se aproximar dos naturalistas viajantes luso-brasileiros espalhados tanto pela Europa, quanto pelo território colonial, a exemplo de Manuel Arruda da Câmara. Portanto, nesse aspecto, a ideia de Natureza assimilado por Arruda da Câmara descrita na carta mencionada anteriormente, esteve ajustada ao ordenamento da política do **Território Ilustrado** pelo Estado português.

Em consonância com essa ideia de Natureza, Arruda da Câmara sublinhou em outra correspondência, quando esteve no sertão de Pombal, na Paraíba no dia 09 de outubro de 1798 e em resposta à Sousa Coutinho, que:

desde [...] ano passado saí a viajar pelos sertões desertos, em conformidade as Reais Ordens expedidas por V. Excia., e tendo me embrenhado pelos bosques da Serra chamada Cajueiro, que é parte da Bruburema [...] descobri salitre em vários lugares [...] algumas minas de pedra-ume, [...] achei uma boa amostra de *aluen plumorum*, cousa rara e digna do museu de V. Excia., descobri grande abundância de petróleo, algumas amostras de bela *ágata* [...] e grandes cristais de rochas [...] de *ametista*, de *sal-gema*, *sais neutros*, *ferro* [...] (CÂMARA [1798] 1982, p. 240-241).

Arruda da Câmara, embora acentue a analogia do sertão ao deserto, destaca a abundância de minas, de salitre, de pedra-ume, de ágata, de ametista, de sal-gema, de ferro, ou seja, de produtos econômicos da Natureza. Noutras palavras, uma ideia de Natureza arrudiana, vinculada à um dos princípios da fisiocracia e incentivada por Vandelli, o “[...] de utilidade econômica proporcionada pela afetação dos recursos naturais” (CARDOSO, 2003, p. 17).

Logo, as duas “Cartas da Natureza” acima citadas, evidenciam que Natureza e território não estiveram dissociados, uma vez que Sousa Coutinho tinha interesses geopolíticos, até porque o seu ministério incluía também atribuições “[...] à expedição das armadas e frotas; a administração da Fazenda e dos armazéns; o provimento dos postos militares e ofícios da Marinha [...]” (CAMARGO, 2011, online). Importante mencionar, que embora o foco de Sousa Coutinho estivesse na

área da mineração, o contexto em fins do século XVIII tinha tido um enfraquecimento e declínio na atividade mineral, e em “[...] seu lugar tenha ressurgido novamente a agricultura, que volta a ocupar a posição dominante” (PRADO JR., 2012, p. 54).

A ideia de Natureza arrudiana, também esteve sublinhada numa outra correspondência, quando o naturalista esteve no sertão do Pirauá, na Paraíba no dia 10 de dezembro de 1797 e em resposta à Sousa Coutinho, reiterou-se do encargo no serviço de chefia na Comissão científica e informa sobre as:

continuadas febres intermitentes [...] não serei omisso [...] com toda a exatidão, as minhas observações; devo, contudo, lembrar [...] que muitos obstáculos retardarão as minhas relações, já a vastidão dos sertões que devo percorrer, já lugares desertos e falta de correios, já vigorosas invernadas e rios caudalosos que procurarei vencer todas as minhas forças [...] (CÂMARA, [1797] 1982, p. 239).

Ao afirmar que procurará vencer todas as forças, Arruda da Câmara não estava apenas se referindo ao seu adoecimento, mas nas entrelinhas estava sinalizando que suas observações, baseadas pela ciência investigativa e experimental, iria controlar a caatinga, mesmo diante de adversidades climáticas nos sertões desertos, nos rios caudalosos e invernos rigorosos da caatinga. Ou seja, a ideia de Natureza, aliado à ciência tinha como propósito dominar a Natureza. Já, na correspondência do dia 31 de julho de 1799, Arruda da Câmara encontrava-se na Cidade da Paraíba, e:

Em virtude da ordem de Sua Majestade, expedida por V. Excia., dei princípio às minhas viagens pelos sertões da Paraíba e Ceará [...] a fim de enviar [...] os produtos naturais que tenho achado, [...] não tenho limitado só ao reino mineral; as minhas observações também tem alcançado o reino animal e vegetal [...]”. Eu farei acompanhar a remessa uma descrição a mais exata que puder dos produtos, que são, 1º. a amostra de ouro, 2º. de salitre nativo, 3º. de ferro, 4º. de pedra-ume, 5º. de alvaiade nativo, 6º. de diversos sais muriáticos [...], 7º. ametistas e cristais de rochas, 8º. algumas incrustações de ágatas, 9º. Petróleo [...]. Descobri o anil [...] outra planta, cujo fruto dá excelente tinta amarela, que se fixa tenazmente no algodão [...] tomando a confiança de oferecer-lhe uma Memória sobre a cultura do algodão, com a descrição de uma máquina de ensacar a pluma do mesmo, cousa utilíssima e que tem merecido o aplauso de alguns agricultores inteligentes [...] (CÂMARA, [1799] 1982, p. 242-243).

No fragmento dessa correspondência, o naturalista nas entrelinhas de suas alegações sobre o envio de produtos naturais não somente do reino mineral, mas



vegetal, sublinha o traço de sua ideia de Natureza na medida em que se refere à caatinga como um produto natural, ou seja, como matéria-prima útil com fins de fabricação necessário a defesa e ao comércio.

Portanto, essas “Cartas da Natureza” expressam essa conjuntura política, destacada por Nuno Monteiro ao se referir ao final do século XVIII e início do XIX, quando houve um aumento positivo nos produtos agrícolas, logo no comércio de exportação português, ou seja, a “[...] reexportação de produtos coloniais manteve o papel dominante nas exportações portuguesas, correspondendo a quase dois terços do seu valor total” (MONTEIRO, 2014, p. 141). Explica o autor, que essa prosperidade comercial, notadamente entre 1796 e 1807, consistiu pela crescente procura por algodão brasileiro, paralelo ao cacau e ao café.

Essa conjuntura demonstra a expertise das investigações científicas de Arruda da Câmara que garantiu uma outra linha de pesquisa, notadamente a da botânica voltada para o incremento da agricultura, colocando-o na vanguarda de pesquisa do algodão, inserindo a caatinga no centro de produtos agrícolas na balança de exportação portuguesa, contrariando a percepção dos naturalistas de gabinete, que defendiam as teses de degeneração da Natureza na América portuguesa.

Arruda da Câmara estando na Vila de Goiana e, no dia 26 de novembro de 1809, escreve outra carta em resposta ao ofício dirigido ao Governador da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. À mando do referido Governador, o naturalista faz pesquisa sobre os novos gêneros e espécies de plantas da almêcega e da carnaúba, afirmando que:

[...] elas na verdade se acham em abundância nas matas do distrito dessa Vila, de Alhandra e da Jacoca; e ainda que sua madeira tenha pouca ou nenhuma serventia [...]. É um produto precioso pelos muitos usos que tem tanto na Medicina como no civil; na Medicina [...] mitiga e extingue comumente as dores de dentes [...] além dos usos de [...] de vernizes [...]. Assim pela ignorância dos povos que sem atenderem à preciosidade da resina, as derribam sem piedade nos matos e nos muitos roçados que fazem nas matas virgens [...] com fogos [...] se vê a necessidade de proibir-se as derrubadas das matas virgens, nas que são abundosas de almêcegas, [...] será muito conveniente à Coroa a compra desta droga para querena de seus vasos, porque ainda no estado atual se pode fazer aquisição de grande quantidade anualmente, assegurando o consumo aos índios [...]. No que respeita a cera vegetal de carnaúba, devo dizer que eu fui o primeiro que anunciei esse produto no ano de 1796, [...]. Razão tem o Ministério de empregar o seu cuidado na conservação dos

imensos carnaubais, porque essas árvores são úteis por muitos lados, pois que não só produzem cera vegetal senão que contém fécula muito nutriente e abundante, semelhante ao sagu da Índia Oriental, a qual serve de nutrientes aos povos do sertão em tempos famintos [...] nutre os animais cavaleiros tanto como o milho (CÂMARA, [1809] 1982, p. 229-231).

Nesta breve passagem, o naturalista expõe uma inquietação com o desmatamento, tanto da Mata Atlântica como da Caatinga, conseqüentemente propõe a conservação desses biomas. Mas sua preocupação na conservação da flora tinha como propósito a reserva delas para uso futuro enquanto produto econômico. Já havíamos sinalizado ao longo dessa Tese, que se tratava de uma conservação motivada por fins utilitário-econômico e político, baseados em uma visão pragmática.

Nesse contexto, é provável que Arruda da Câmara, imbuído nos saberes da Medicina, teria tido acesso às obras do filósofo, médico e pedagogo António Nunes Ribeiro Sanches (CALAFATE, s.d), renomado português, que influenciou “[...] a redacção dos futuros Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) [...], sobretudo no capítulo dedicado ao curso de Medicina [...]” (CALAFATE, s.d., n.p.)

Dos nossos achados documentais, encontramos dentre as obras do ilustrado Sanches, o “Tratado da conservação da saúde dos povos” (SANCHES,1763)<sup>169</sup> publicado em 1756 no qual dedica um capítulo sobre “Os bosques e dos arvoredos consideráveis favoráveis ou prejudiciais à saúde”. Nesse capítulo Sanches classifica e distingue os tipos florestais, baseado nos aspectos climáticos e do relevo europeu para indicar os lugares propícios na construção de casas, fábricas, estradas, pontes, plantações e pastagens; logo, benéfico a conservação e a saúde dos povos.

Em um outro capítulo, intitulado “Efeitos das temperaturas do ar entre os trópicos” Sanches se refere a Natureza da América portuguesa e realiza o critério de diferenciação geoclimática entre a Europa de clima temperado e do território colonial, de clima tropical ao estilo buffoniano. Nesse referido capítulo, Sanches inicia uma descrição geográfica da América qualificando a Natureza pelo parâmetro

---

<sup>169</sup> Tratado da Conservação da saúde dos povos: Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães gerais, Capitães de mar e Guerra, Prelados, abadesas, médicos e pais de famílias: com um apêndice considerações sobre os terremotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a História, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o 1 de novembro, 1755. Em Paris, e se vende em Lisboa, em casa de Bonardel e Du Beux, mercadores de livros. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/tratado\\_saude\\_povos.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf). Acesso em: 25 jan. 2021.

da grandeza, dos rios caudalosos, dos vastos arvoredos e pela imensidade de vegetais e de insetos. Todavia, segundo Sanches, todo esse colossal meio geográfico era propício as condições de alta umidade, de altas temperaturas, que gerariam ambientes encharcados, conseqüentemente uma imensidade de insetos; logo, uma Natureza cheia de enfermidade e podridão.

A Natureza nos trópicos, sobretudo na América portuguesa para Sanches, era defeituosa, logo, cabia a ciência suprir os defeitos da Natureza. Noutras palavras, cabia a História Natural, ou seja, aos homens de ciência, a arte de dominar a Natureza. Uma obra de cunho enciclopédico, que compreende um conjunto de ideias conservacionistas eurocêntricas, ao tempo em que qualifica os tipos climáticos temperados, desqualifica a Natureza do território colonial, ratificando as teses buffonianas.

Podemos inferir, que Arruda da Câmara, embora tenha tido acesso a essas leituras conservacionistas eurocêntricas, resistia a essa visão de mundo, visão de Natureza. Em poucas palavras, Arruda da Câmara se contrapunha ao que podemos chamar das correntes “conservacionistas eurocêntricas Ilustradas” e a corrente buffoniana, na medida em que realizava suas pesquisas no sertão da América portuguesa, sobretudo, advogando em favor da flora da caatinga.

Isso não quer dizer que Arruda da Câmara tenha rompido com a racionalidade técnico-operacional da História Natural, que concebia a Natureza como objeto de investigação associado ao valor útil e mercantil; uma vez, que as plantas no mundo Ilustrado europeu, eram objetos de práticas mercantilistas (PRESTES, 2000, p. 109).

Observamos ainda que a questão de queima de espécies ameaçadas de extinção e de conservação da caatinga foi mencionada por Arruda da Câmara em outros de seus escritos, notadamente no “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil” e na “Dissertação sobre as plantas no Brasil” todos dois publicados em 1810. O biógrafo, José Gonsalves de Mello, aponta que Arruda da Câmara inaugura essa discussão sobre a conservação na medida em que advoga em favor não só de vegetais exóticos, mas de plantas provenientes entres diversas províncias do Brasil (MELLO, 1982, p. 41).

Ainda assim, realizamos uma busca da palavra *conservação* nos verbetes dos dicionários-enciclopédicos desse período do século XVIII e XIX, e como dito, eles expressavam uma visão de mundo da sociedade portuguesa, como exemplo do

Vocabulário português e latino” de Bluteau, de 1712, do Dicionário da Língua portuguesa de 1789 do mesmo autor e do “Diccionario de Medicina Popular” de Chernoviz de 1890.

Dos vários significados de conservação encontramos no âmbito da economia doméstica, que alude sobre as substâncias alimentícias que se faz uso cotidiano com a técnica do sal e do fumo na conservação de carnes e peixes. Encontramos também no âmbito do termo dos navegantes, dos navios que andavam de conserva; no campo da Medicina, aos cuidados de uma pessoa que não tem saúde conservada. No sentido político, encontramos alusão das pessoas que trabalham em conservação da República.

Nessas referências não há nenhuma menção sobre conservação relacionada as florestas, as matas, aos rios, aos animais. Dos animais encontramos apenas uma referência que alude “sobre o animal nascendo trata da sua conservação” (BLUTEAU, 1712, p. 1515). Essa pesquisa sobre a conservação nos dicionários-enciclopédicos portugueses, somente reforça nossa compreensão de que a ideia de Natureza esteve associada ao utilitarismo pragmático português e de forte influência da história natural vandelliana que discutimos no primeiro capítulo.

No ano de 1809, à essa altura, Arruda da Câmara estava aproximadamente com quarenta e três anos, um naturalista pesquisador mais experiente e muito embora estivesse preso as amarras da política territorial das viagens científicas; a investigação sobre os carnaubais, mencionada no ofício acima, descreve sobre a aplicabilidade da carnaúba e suas várias utilidades, dentre elas, a que serviria para alimentar os povos famintos do sertão da caatinga.

Chamou-nos atenção esse dado porque, nesse período, os estudos dos naturalistas viajantes não demonstravam nenhuma preocupação com as condições sociais ou alimentares das minorias na colônia, sobretudo do sertão da caatinga. De acordo com a nossa pesquisa bibliográfica, o estudo de Josué de Castro, “A geografia da fome”, publicado em 1946, dedicou um capítulo sobre o sertão do Nordeste, inclusive sobre a flora do sertão da caatinga e sua utilidade para a alimentação dos sertanejos, denunciando a fome nos surtos epidêmicos que surgiam com as secas. Não nos ocupamos em defrontar esses dados divergentes sobre a carnaúba, pois demandaria outra pesquisa, mas importante sinalizar, que pouco se pesquisou sobre a flora da caatinga, sobretudo com propósitos alimentares e sociais no período arrudiano.

Portanto, podemos inferir, que a ideia de Natureza arrudiana contida nas entrelinhas das “Cartas da Natureza” se confunde com a própria caatinga, sendo ele o primeiro naturalista que realizou uma descrição da vegetação desse bioma à luz da História Natural, registrada na Memória dos Algodoeiros:

Catinga, em todo o rigor do termo, entende-se por um terreno cheio ou coberto de uma espécie de *cássia*, não descrita ainda por Lineo, a que eu tenho dado o nome de *moscata*; mas *lato modo* também se chama catinga um terreno coberto de outro qualquer arbusto baixo, como é o marmeleiro, velame, *Broterea velame*, e tem-se generalizado tanto este nome que até chama hoje catinga, em algumas partes tudo o que não é vargem, inda que seja coberto de mata virgem; as catingas dessa Natureza são preferíveis a todas as outras para a cultura do algodão, e pouco inferiores, às vargens, mas a catinga de marmeleiro e as outras, só servem aos que não têm outra qualidade de terreno em que plantem [...] (CÂMARA, [1797] 1982, p. 126).

Sem pormenorizar a elaboração conceitual da caatinga apresentada por Arruda da Câmara, o que nos chama a atenção nessa descrição é uma percepção da flora da caatinga integrada com o sistema produtivo agrícola, notadamente com a cultura do algodão. Essa descrição, não somente evidencia a sua ideia de Natureza, mas, demonstra que a sua prática científica persistia em demonstrar para os naturalistas de gabinetes do mundo Ilustrado, que a caatinga era útil e viável, o que nunca antes havia sido investigado à luz da História Natural.

Portanto, constatamos, que essas “Cartas de Natureza” de Arruda da Câmara legitima o poder e o controle territorial das viagens científicas pelo Estado português no sertão das caatingas. Noutras palavras a sua ideia de Natureza esteve associada aos processos construídos pela política do Território Ilustrado representada no esquema-síntese da figura 07, abaixo descrito.

**Figura 07** - Esquema-Síntese: a ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão da caatinga (1794-1810)



Fonte: AGUIAR, et al. Organização da autora, 2020.

A figura 07, sintetiza os processos dinâmicos do ordenamento do **Território Ilustrado** de controle e poder da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras entre a metrópole e a colônia na América portuguesa vinculadas ao projeto da ciência Ilustrada, fomentada dentro das instituições científicas e museus e gabinetes de História Natural, acima descritas. Noutras palavras, como a ideia de Natureza esteve forjada por esses processos territoriais associada a ciência Ilustrada.

Mergulhamos na pesquisa documentação (Avisos, Memórias, Dissertação, cartas e ofícios) e detectamos, que o naturalista não se dedicou a uma formulação teórica e nem mesmo um ensaio filosófico sobre o conceito de Natureza. De fato, Arruda da Câmara não nos legou nenhum ensaio, tratado ou obras nessa direção, a exemplo do seu contemporâneo naturalista Alexander Von Humboldt, que contribuiu para o conhecimento científico, inclusive, como precursor da Geografia Moderna. Vale ressaltar, que a visão holista de Natureza elaborada por Humboldt se diferenciou dos naturalistas de seu tempo, pois, com base na análise de Moreira

(2014, p.22), a Natureza para Humboldt era como “[...] uma essência interior de todas coisas. Há uma Natureza humana, como há uma Natureza das plantas, dos animais, das rochas, dos animais”.

Embora Arruda da Câmara não tenha realizado nenhum tratado ou obra sobre a concepção de Natureza, ele nos legou uma ideia de Natureza pela sua territorialidade botânica encravada no sertão da caatinga, através de suas viagens científicas luso-brasileiras vinculadas ao ordenamento do Território Ilustrado. Logo, relevante dentro de abordagem geográfica histórica para compreendermos as raízes da relação sociedade e Natureza, que não é, senão uma relação social, econômica e política-territorial demarcada de poder e domínio.

Recapitulemos o nosso problema de pesquisa inicialmente levantado: Qual a ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara no sertão da caatinga? Será que esteve vinculada à política territorial das viagens científicas luso-brasileiras?

Vimos ao longo da Tese que nossa suposição se confirma, pois a ideia de Natureza arrudiana esteve forjada pelo desenvolvimento da História Natural Portuguesa e pelo ordenamento do Território Ilustrado, ou seja, pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, patrocinada pelo Estado português na virada do século XVIII para o XIX.

Logo, comprovamos por meio de nossa pesquisa documental e por um conjunto estruturado de argumentos e explicações baseada em referenciais bibliográficas, que nossa hipótese levantada inicialmente se reafirma, pois a ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão da caatinga se confunde com a sua própria relação botânica com a caatinga, qualificando-a como expressão máxima de utilidade e viabilidade como resistência as teorias buffoniana de degeneração das Natureza da América portuguesa, bem aceitas no mundo eurocêntrico Ilustrado.

Ainda assim, suas pesquisas botânicas insistiam em provar para a Coroa metropolitana que a caatinga era viável dentro dos moldes de uma economia de exportação, num período em que dominava a ideia de desenvolvimento da colonização sertaneja, por uma economia secundária (pecuária e produtos agrícolas para produção interna e sem valor comercial).

Portanto reafirmamos, que o naturalista embora estivesse entrelaçado nas relações de poder do Estado metropolitano e das correntes da história natural portuguesa, avançava na medida que se contrapõe, ora com a taxonomia lineana,

ora com as teses degenerativas da Natureza da América portuguesa de forte influência buffoniana entre os naturalistas viajantes europeus.

Demostramos que os desdobramentos da relação de poder entre a diretriz política das viagens científicas de Sousa Coutinho e do naturalista Arruda da Câmara não foi tão conciliatória, haja vista que os conflitos de interesses e as divergências assinaladas por Arruda da Câmara foram elementos-chave para captarmos as dimensões da sua ideia de Natureza sintetizada na Figura 08, abaixo representada.

**Figura 08** – Território Ilustrado: Dimensões da ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão das caatingas



**Fonte:** AGUIAR, et al, 2011. Organização da autora, 2020.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, vimos a complexidade da dinâmica e estrutura das viagens científicas luso-brasileiras, sobretudo do final do século XVIII e início do XIX, que, entraram em cena como uma nova dinâmica territorial do empreendimento colonial. Assim, nosso estudo objetivou investigar a ideia de Natureza construída por Manuel Arruda da Câmara e vimos que esteve vinculada à territorialidade das viagens científicas luso-brasileiras no sertão da caatinga do período de 1794 a 1810. Demonstramos que essa territorialidade não esteve delineada a partir de Arruda da Câmara, ao contrário havia antecedentes históricos das viagens científicas luso-brasileiras.

Demonstramos ao longo dessa tese, que nas relações entre a metrópole e a colônia da América portuguesa, havia um reordenamento territorial no âmbito político-administrativo vinculado às viagens científicas luso-brasileiras, mas com foco nas viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara realizadas no sertão da caatinga no final do século XVIII e início do XIX.

Assim sendo, o estudo demonstrou a particularidade da ideia de Natureza construída por Arruda da Câmara, no qual identificamos como esteve articulado com a totalidade do ordenamento territorial das viagens científicas luso-brasileiras, gerido pela metrópole portuguesa.

A busca de compreendermos a relação da sociedade com a Natureza pelas viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara possibilitou levantarmos a seguinte hipótese: que a ideia de Natureza construída por Arruda da Câmara esteve forjada por dois processos simultâneos, pelo desenvolvimento da História Natural Portuguesa e pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, patrocinada pela Secretaria do Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

A rigor, pudemos observar que nossa análise sobre as viagens científicas luso-brasileiras ao longo dessa Tese, leva em consideração a relação Sociedade-Natureza, impõe refletirmos sobre as relações de poder que estiveram entrelaçadas entre o Estado Monárquico português e a ciência Ilustrada, sobretudo nos domínios dos estatutos da História Natural portuguesa. Explicamos ainda, que o Território Ilustrado consiste numa área de dominação político-administrativa do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos vinculados à ciência, que controlava

e delimitava, pelo exercício de poder, o processo de investigação da Natureza, demandada pelas viagens científicas luso-brasileiras no território colonial.

No processo de investigação teórica, pudemos verificar que, na agenda Reformista Ilustrada da gestão pombalina (1750-1777), o exercício de poder operava também na política de gestão dos territórios ultramarinos e domínios coloniais, e dentre as reformas, investiu em duas frentes: nas diretrizes teóricas, que serviram de base na reestruturação no Ensino Superior, conteúdos e métodos como o “Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra”, de 1771 e os “Estatutos Pombalinos” de 1772, delegando a Domingos Vandelli a tarefa de execução dessas reformas na Universidade de Coimbra, no qual esteve à frente da instalação, direção de Museus de História Natural e Jardins botânicos.

Além dessa atividade de gestão, Vandelli redirecionou as disciplinas de História Natural, Medicina e Química e sua frequente comunicação com o naturalista Lineu o motivou para realizar várias publicações, memórias e manuais de instruções de viagens científicas, contribuindo para o desenvolvimento da História Natural portuguesa. Consequentemente, influenciando de forma decisiva na formação de uma geração de naturalistas viajantes, que tinha como propósito promover o desenvolvimento econômico de Portugal.

Constatamos essa dinâmica de poder político-científico vandelliano, por meio de nossa pesquisa documental, em especial pelas correspondências oficiais, denominada nessa Tese de “Cartas da Natureza” de Lineu para Vandelli e vice-versa, no período de 1759 a 1776, e afunilamos nossa discussão com fins de captar a ideia de Natureza produzida pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, constatando-a em pelos dicionários do século XVIII e pelas cartas oficiais da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino da gestão de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1810).

Desse modo, constatamos que a ideia de Natureza contida nos dicionários-enciclopédicos portugueses e latinos, sobretudo de Raphael Bluteau do início do século XVIII, ainda indicava alguma relação com a filosofia antiga e com a Teologia Natural, ou seja, a noção de Natureza vinculava com Deus, logo a “Natureza Divina” e, aos poucos, o processo de dessacralização da Natureza foi sendo conduzido pela força da razão Iluminista da metade do século XVIII em diante.

Vimos que os dicionários portugueses, de forma sutil, tinham influência buffoniana, logo, a ideia de Natureza produzida pelos enciclopedistas e dicionaristas

operavam como fonte difusora do pensamento da época e influenciaram a vida social europeia. Capturamos também a ideia de Natureza, através da “Cartas da Natureza”, notadamente às correspondências oficiais da política territorial das viagens científicas luso-brasileiras de Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1810) endereçadas, ora ao Governador de Pernambuco, ora ao próprio naturalista viajante Arruda da Câmara.

Constatamos, de modo geral, que a política de ordenamento territorial das viagens científicas luso-brasileiras persistiu na ideia de Natureza utilitária com fins econômicos, apoiado pela ciência, sobretudo dos estatutos da História Natural portuguesa, empirista e pragmática, acentuada pela corrente da fisiocracia.

Importante lembrar que as viagens científicas de Manuel Arruda da Câmara, estiveram circunscritas no contexto de crise do Antigo Sistema Colonial português, sufocado pelo padrão de exploração, até então centrado na política mercantilista e diante das condições históricas do emergente processo de industrialização em curso na Europa. Nesse contexto, a metrópole portuguesa, redireciona sua geopolítica colonial, no qual investe estrategicamente na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras, pactuada pelo movimento intelectual Iluminista.

Como pudemos perceber, a efetivação objetiva e material do Território Ilustrado se concretizava na medida em que os naturalistas viajantes atuavam no processo de investigação da Natureza *in lócus*, ou seja, numa determinada área do território colonial. Essa atuação objetiva representava uma das dimensões de poder e domínio do território e da Natureza contida na relação entre os naturalistas viajantes com a política de mando do Estado metropolitano português.

Assim, o Estado metropolitano definia previamente rotas de investigação científica para os naturalistas viajantes no intuito de encontrar recursos da Natureza para a sua exploração econômica, seja no entorno de áreas de encaves e regiões geoeconômicas, seja em áreas de reservas para a expansão futura de ação colonizadoras ou em quaisquer áreas ainda não exploradas cientificamente.

Nessa estratégia político-administrativa dos Territórios Ilustrados, vimos que o sertão da caatinga foi a rota definida pela política de mando da Secretaria do Estado, tanto da gestão administrativa de Martinho de Mello e Castro (1770-1795), quanto da gestão de Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1812) para o naturalista Manuel Arruda da Câmara atuar como chefe de Comissão nas suas viagens científicas.

Comprovamos, por meio de pesquisa documental, que as rotas territoriais ilustradas não eram desprezíveis, tinham propósitos científicos, mas com fins econômicos bem definidos, nos quais mapeamos as rotas, objetivando espacializar os Territórios Ilustrados no território colonial e, nessa configuração espacial legendada, observamos os agentes envolvidos e as dimensões de poder contidas nas relações entre o território e a Natureza.

Vimos que Manuel Arruda da Câmara, nascido em Piancó, distrito de Pombal, capitania da Paraíba, era filho do capitão-mor Francisco Arruda Câmara, que possuía um vasto patrimônio de terras de sesmarias no sertão, não somente na Capitania da Paraíba, mas em Goiana-PE, cidade da Parahyba-PB, antigo Siará Grande, Icó e Crato-CE.

Dentro dessa estrutura social de poder, o jovem Arruda da Câmara ingressou no ensino religioso em Goiana na capitania de Pernambuco, sem concluir, viajou para estudar na Faculdade de Coimbra e Montpellier na Europa, tornou-se médico e naturalista viajante, tendo se somado ao grupo seleto de jovens cientistas luso-brasileiros e, ao retornar do mundo luso-franco nos idos de 1794, começou sua saga de viagens científicas no sertão da caatinga, munido de poder de conhecimento da História Natural, da Filosofia, da Química, da Física e de manuais técnicos de trabalho de campo.

Demonstramos que, em fins do século XVIII e início do XIX, a rota de exploração científica no sertão da caatinga não era atrativa para os naturalistas viajantes luso-brasileiros, nem para os naturalistas estrangeiros, tampouco para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, apenas pontualmente, como no caso de Sousa Coutinho. E, nesse sentido, o envolvimento científico de Arruda da Câmara no sertão da caatinga caracterizou uma resistência aos cientistas Ilustrados.

Realizamos um mapeamento detalhado da rota das viagens científicas de Arruda da Câmara e identificamos fortes indícios de que o legado territorial familiar no sertão da caatinga alicerçou as viagens científicas do naturalista, uma vez que o naturalista afirmou em um de seus escritos que realizar pesquisa científica no sertão deserto da caatinga era oneroso por não possuir infraestrutura adequada nas estradas, nem estadias confortáveis e nem serviço postal, como na Europa.

Nessa rota, constatamos que o naturalista, embora estivesse à serviço de sua Majestade realizando pesquisas minerais, realizou pesquisas zoológicas, mas se

dedicou efetivamente nos estudos botânicos, classificou e anotou novas espécies da caatinga com objetivos de realizar uma possível obra sobre a “flora pernambucana”, realizando experimentos com pesquisas agronômicas.

Assim, em nossa investigação, encontramos alguns interesses conflitantes de poder e domínio territorial que merecem ser destacados entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e a territorialidade arrudiana no sertão da caatinga. Apontamos que, na conjuntura da gestão de Sousa Coutinho, o interesse esteve centrado na política de mando de investigação científica na área de mineração por questões econômicas e geopolíticas no âmbito militar português.

Embora Arruda da Câmara tenha acatado todos os mandos e realizado as pesquisas minerais de interesse da corte portuguesa, identificamos que havia outro ramo de investigação científica de interesse por parte do naturalista, especialmente o de estudos botânicos e agronômicos, mas comprovamos, por meio da pesquisa documental, que todas as pesquisas realizadas nessa vertente estiveram também voltadas para o desenvolvimento econômico do sertão da caatinga, uma vez que poderiam ser conciliadas com os negócios das terras de família.

Demonstramos que os conflitos de interesses não rompiam com o acordo pactuado entre a Secretaria de Estado da Marinha e domínios ultramarinos e o naturalista viajante Arruda da Câmara. Ao tempo em que o mesmo apresentava uma proposta de estudos botânicos, enviava algumas amostras de minerais para a referida Secretaria.

Nesse contexto, com base na pesquisa documental, concluimos, que o interesse conflitante de Arruda da Câmara se deu em duas frentes: a do ramo da investigação científica, dando preferência aos estudos botânicos; e a de reorganizar as unidades de produção no sertão da caatinga (essencialmente pecuarista), comprovando a viabilidade na produção da prática da monocultura, inclusive de algodão, destinado à exportação e na fabricação de óleos, linhos, papel, vinho, aguardente e de medicamentos. Esses interesses sinalizaram também suas divergências frente à política territorial das viagens científicas luso-brasileiras.

Vimos que a territorialidade de Arruda da Câmara, a partir de sua investigação da Natureza, evidenciou a flora da caatinga como objeto de valor econômico, divergindo das teses buffoniana de degeneração da Natureza, na qual nossa suposição se confirma - a ideia de Natureza foi forjada pela política territorial

da Secretaria de Estado e Manuel Arruda da Câmara dá um novo sentido à caatinga e ao sertão da caatinga.

Demonstramos, ao longo da Tese, que a ideia de Natureza arrudiana territorializada na caatinga foi sendo construída ao longo de suas viagens científicas, dentro do modelo de ordenamento do Território Ilustrado, amparado pelo método empírico, iniciou suas observações na caatinga, testando e validando teorias e hipóteses a partir de experimentos desenvolvidos na sua botânica.

Logo, comprovamos por meio de nossa pesquisa documental e por um conjunto estruturado de argumentos e explicações baseada em referenciais bibliográficas, que nossa hipótese levantada inicialmente se reafirma, pois a ideia de Natureza arrudiana territorializada no sertão da caatinga foi forjada pela política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e o naturalista não nos legou nenhuma obra ou tratado sobre o conceito teórico de Natureza.

Portanto, sua ideia de Natureza estava no domínio da qualificação botânica, como expressão máxima de utilidade e viabilidade, como resistência às teorias buffoniana de degeneração da Natureza da América portuguesa, bem aceitas no mundo eurocêntrico. Nesse olhar científico-empírico sobre a caatinga, vimos que Arruda da Câmara iniciou um confronto com as pesquisas realizadas da flora da caatinga pelos naturalistas de gabinetes e com as teorias eurocêntricas validadas pelos intelectuais iluministas, como as de Lineu e de Buffon; ainda assim, de forma sutil, divergiu com a política territorial das viagens científicas.

Comprovamos que suas pesquisas botânicas insistiam em comprovar à Coroa metropolitana que a caatinga era viável dentro dos moldes de uma economia de exportação, pois o sertão da caatinga esteve demarcado desde o início da expansão da colonização sertaneja, por uma economia secundária (pecuária e produtos agrícolas para produção interna e sem valor comercial), logo, a ideia de Natureza construída por Arruda da Câmara era de valorização da caatinga, embora, sem rompimento com a ordem colonial.

Dessa maneira, a Tese que buscamos defender é que a ideia de Natureza construída por Arruda da Câmara se deu pelo processo de territorialização no sertão da caatinga, na qual esteve intimamente vinculada a sua relação botânica com a flora da caatinga, na medida em que realizava suas viagens científicas, observações, classificações taxonômicas das novas espécies da caatinga e experimentos realizados, logo, útil e viável economicamente. Portanto, essa sua

intrínseca relação científica com a caatinga, caracterizou um sinal de resistência frente à ciência eurocêntrica, uma vez que raros naturalistas viajantes estudaram a caatinga.

De antemão, procuramos realizar, ao longo desse trabalho uma discussão no entorno da ideia de Natureza, por meio de por um processo materializado na relação territorial da sociedade com a Natureza e, numa perspectiva da geografia histórica, centrada na categoria do território Ilustrado, possa contribuir para estudos futuros dentro da história do pensamento geográfico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, Cidade Portuária, século XVII. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 7, p. 13-25, 6 jun. 2000.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território colonial. *In*: ABREU, Maurício de Almeida; FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Escritos sobre Espaço e História**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 265-298.

AB'SÁBER, Aziz. Caatingas: O domínio dos sertões secos. *In*: AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 81-98.

ACOSTA, José de. **Historia natural y moral de las Indias**. Estudio preliminar y edición del P. Francisco Mateos. Alicante: Biblioteca Virtual de Cervantes, 1999. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/historia-natural-y-moral-de-las-indias--0/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina de Oliveira. Meio ambiente e cultura nas capitanias do Nordeste colonial: Nacionalismo e reformismo ilustrado na obra do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara (1793-1814). **História**, Franca, v. 28, n. 1, p. 347-380, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010190742009000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742009000100013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 jun. 2020.

AGUIAR, José Otávio. **Imagens do Nordeste natural na transição colônia-império**: olhares históricos de intelectuais itinerantes sobre os biomas do nordeste brasileiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: ANPUH.S25.0186.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

AGUIAR, José Otávio. A botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 29, n. 1, Dossiê História Colonial, Parte I, p.180-205, 2011.

AGUIAR, José Otávio. **Memórias e histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)**: A transferência da corte portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil. 2ª ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2012.

ALMEIDA, Antônio Cláudio C. Sobre as aves ilustradas na obra de Manuel Arruda da Câmara. **Revista Nordestina de Biologia**, v. 16, n. 1 e 2, p. 55-63, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/revnebio/article/view/2577>. Acesso em: 03 out. 2020.



ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHAES, Francisco de Oliveira. As "Disquisitiones" do naturalista Arruda da Câmara (1752-1811) e as relações entre a Química e a Fisiologia no final do Século das Luzes. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 445-451, Aug. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40421997000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40421997000400018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 Jul. 2020.

ALMEIDA, Argus V. de. O conceito de insetos de Lineu (1707-1778): aplicação e validade na entomologia e etnoentomologia. **Boletín de la Sociedad Entomológica Aragonesa** (S.E.A.), n. 47, p. 419-427, 2010. Disponível em: <http://sea-entomologia.org/Publicaciones/Boletines/Boletin47/boletin47.html>. Acesso em: 2-abr. 2021.

ALMEIDA, Argus de Vasconcelos; PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. **Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1805, pelos governadores de Pernambuco**. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2014. Disponível em: [http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/backup/NEHiLP\\_2.pdf](http://www.usp.br/nehilp/arquivosdonehilp/backup/NEHiLP_2.pdf). Acesso em: 02 fev 2021.

ALMEIDA, Horácio. Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, v. 316, jul./set., 1977.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. **A Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra (1821-1889)**. Cadernos Mapa n.6, Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVARÉZ, Jacobo García e PUYO, Jean-Yves. **La aportación geográfica y cartográfica de las Comisiones de Límites luso-franco-españolas (siglos XVIII y XIX)**. Terra Brasilis, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ALVES, Carlos Fernando Teixeira. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, uma biografia (1735-1822). **Rev. Hist.**, São Paulo, n.178, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145431>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ANACLETO, Regina. **Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: Ponte de artistas entre dois mundos**. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/a-encomenda.-o-artista.-a-obra/real-gabinete-portugues-de-leitura-do-rio-de-janeiro-ponte-de-artistas-entre-dois-mundos>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro: 1850/1888. **Economia Escravista Brasileira**, v. 13, n. 1, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11057>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Teoria do Conhecimento na Idade Moderna e Contemporânea. *In: **Filosofando: Introdução à Filosofia***. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins, 1993, p. 103-107.

ARAÚJO, Francisco Sadoc. O Padre João Ribeiro Pessoa seria Cearense? **Revista do Instituto do Ceará**, ANNO XCVII – 1983. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1983Indice.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

ARAÚJO, Maria das Graças Souza Aires de. **Decadência e restauração da Ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923)**. 2017, 199f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

AUSTREGÉSILO, Mirian Ellis. Estudo sobre alguns tipos de transportes no Brasil colonial. **Revista de História**, v. 1, n. 4, 1950. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34874>. Acesso em: 22 mar. 2020.

AVERSA, Luana Gerônimo. **A infância no herbário de Rousseau: relações entre filosofia da educação e botânica**. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186404/PEED1275-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev 2021.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial: Ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Revista Terra Livre/AGB**, São Paulo, n. 10. 1992.

AZEVEDO e SILVA, José Manuel. **O modelo pombalino na colonização da Amazônia**. Universidade de Coimbra (C.H.S.C.). 2002. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BARCELOS, Fábio. **A coroa pelo bem da agricultura e do comércio: a importância institucional da coroa portuguesa na formação da agricultura brasileira durante o período colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/2/76-cadernosmapa/461-a-coroa-pelo-bem-da-agricultura-e-do-comercio>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BARROS, Rosário de Pompéia Macêdo de. **Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais**: A trajetória do sistema Jornal do Commercio de comunicação. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BARROS, André e PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Revista Periferia**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3953/2742>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. **Na oficina de Antônio Isidoro da Fonseca**: Levantamento e análise das obras produzidas pelo primeiro tipógrafo da América portuguesa. Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/oficina-antonio-isidoro-fonseca-levantamento-analise-obras>. Acesso em: 03 maio 2019.

BARROS, José D'Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo. **Cultura**, v. 25, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/695>. Acesso em: 02 Abr. 2021.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: uma introdução aos seus usos historiográficos. 2007. Disponível em: [https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608ARQUIVO\\_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf](https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf). Acesso em: 18 fev 2021.

BECKER, Berta. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. *In*: BECKER, Berta. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Deptº de Geografia, UFRJ, 1983.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. A propósito d'o Brasil dos viajantes. **Revista USP**, n. 30, p. 6-19, 30 ago. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25903>. Acesso em: 02 maio 2019.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**: O imaginário do Novo Mundo. 3ª ed. São Paulo: Fundação Odebrecht, 2000.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. O país exótico de Thevet e o nobre selvagem de Jean de Léry. *In*: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**: O imaginário e o desconhecido. v. 1. São Paulo: Fundação Odebrecht, 2000. p. 36-43.

BERWANGER, Ana; LEAL, João. **Noções de paleografia e de diplomática**. 2ª ed., Santa Maria: UFSM, 1995.

BIAGGI, Enali de. **Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira**. Terra Brasilis, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1094>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA LEGISLATIVA. Presidentes da Câmara dos Deputados (Fase Imperial): 3º - Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá.

**Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, v. 18, n. 2, p. 255-274, maio/ago. 1969. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Prefácio Jacques Le Goff, apresentação à edição brasileira Lilian Moritz Schwarcz, tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. *In*: MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba**: Conquista, patrimônio e povo. João Pessoa: Grafset, 1993. p. 21-42.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CABRAL, Dilma; CAMARGO, Angélica Ricci. Ciência, educação, saúde e artes: o legado joanino. *In*: CABRAL, Dilma (Org.). **Estado e Administração**: A corte joanina no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. p. 77-92.

CARDOSO, Abílio Hernandez. A universidade portuguesa e o poder autonómico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27/28, jun. 1989. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/11703>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARVALHO, Delgado de. As fronteiras do Brasil no regime colonial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, out. 1939. p. 91-109.

CASIMIRO, L.A.E.S. O método iconográfico e sua aplicação na análise da fachada da Igreja da Madre de Deus em Macau. *In*: HERNÁNDEZ, M.H.O.; LINS, E.Á., (Eds.). **Iconografia**: pesquisa e aplicação em estudos de Artes Visuais, Arquitetura e Design. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 18-39.

CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado em Ciência econômica), 1976, p. 128. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Escravos%20e%20senhores%20nos%20engenhos%20do%20Brasil%20:%20um%20estudo%20sobre%20os%20trabalhos%20do%20a%C3%A7ucar%20e%20a%20politica%20economica%20dos%20senhores.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. O problema de escala. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**, o dilema brasileiro: pão e aço. 7ª ed. Rio de Janeiro: [s.e], 2007.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (meados do século XVIII ao começo do século XIX). *In*: CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 47-48.

CHAUÍ, Marilena. A ciência na História. *In*: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 252-262.

CHAVES JR, José Inaldo. “As partes do Norte”: Império e identidades locais em relatos da Natureza de Pernambuco e Paraíba (1790-1817). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90>. Acesso em: 26 set. 2019.

CAMARGO, Angélica Ricci. Governador-Geral do Estado. *In*: CAMARGO, Angélica Ricci. **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)/Período Colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CAMARGO, Angélica Ricci. Diretores/Diretórios dos Índios. *In*: CAMARGO, Angélica Ricci. **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)/Período Colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/167-diretor-diretorio-dos-indios>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CAMARGO, Angélica Ricci. Capitães e Governadores de Capitania. *In*: CAMARGO, Angélica Ricci. **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)/Período Colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/415-capitao-e-governador-de-capitania2>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Aulas régias**. *In*: CAMARGO, Angélica Ricci. **Dicionário Período Imperial/Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/260-aulas-regias>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CÂNDIDO, Antônio. Manifestações literárias. *In*: CÂNDIDO, Antônio. **Iniciação à Literatura Brasileira: Resumo para principiantes**. 3ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCCH/USP, 1999. p. 17-28.

CÂNDIDO, Antônio. Letras e idéias no período colonial. *In*: CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p.99-116.

CAPANEMA, Carolina Marotta. **A Natureza política das Minas: Mineração, sociedade e ambiente no século XVIII**. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CAPEL, Horácio. Geografía y arte apodémica en el siglo de los viajes. **Geo Crítica: Cuadernos de Geografía Humana**. Año IX, n. 56, p. 57-64, 1985.

CARDOSO, José Luís. A história natural, o império luso-brasileiro e a economia política na obra de Domingos Vandelli. **Revista História Econômica & História de Empresas**. v. 6 n. 2, 2003. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_jose\\_luis\\_cardoso\\_-a-historia-natural-o-imperio-luso-brasileiro-e-a-economia-politica-na-obra-de-domingosvandelliabphe\\_2003\\_04.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_jose_luis_cardoso_-a-historia-natural-o-imperio-luso-brasileiro-e-a-economia-politica-na-obra-de-domingosvandelliabphe_2003_04.pdf). Acesso em: 16 jul. 2020.

CARDOSO, Tereza F. Levy. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 3, n. 1 [5], p. 195-211, fev. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38716>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CARDOSO, Tereza F. Levy. **As luzes da educação: Fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro: 1759-1834**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHO, Rômulo de. **A História Natural em Portugal no século XVIII**. 1ª ed. vol 12. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 1987. Disponível em: <http://aevdigital.pt/index.php?page=3&id=222>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. **História Natural e as ideias de Geração e Herança no Século XVIII: Buffon e Bonnet**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online], v.2, n.2, p.33-50, 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459701995000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459701995000300003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 ago. 2019.

CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAVALIERE, Ricardo. **Antonio de Moraes Silva e os Estudos Gramaticais do Século XVIII**. (s/d), on-line. Repository: Institutional Repository of the Ibero-American Institute, Berlin. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/304707422.pdf>. Acesso em 05 jul. 2021.

CLAVAL, Paul. Geografias vernaculares e recenseamentos administrativos. *In*: CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. 2ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. p. 25-52.

CAVALCANTI, M. Tavares. Uma dúvida biográfica: O célebre Naturalista Arruda Câmara era Paraibano. *In*: LIMA, Clóvis; VEIGA JÚNIOR, J. (Orgs.). **Revista do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba**, v. 13, p. 49-50, 1958.

COLLISSON, Steve. Classicismo (1750-1820). *In*: COLLISSON, Steve. **O livro da música clássica**. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **No vai e vem das cartas: a arte de governar da política colonial setecentista lusa através da epistolografia.** 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CONTI, J. B. A geografia física e as relações sociedade/natureza no mundo tropical. **Cadernos geográficos**, nº 4. Florianópolis, maio de 2002. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geograficos-UFSC-Nº04-as-Relacoes-sociedade-Natureza-e-os-Impactos-da-Desertificao-nos-Tropicos.-Dezembro-de-2002.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021

CORAZZA, Gentil. **Teoria econômica e estado (de Quesnay a Keynes).** 1986. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/digitalizacao/teses-fee/teoria-economica-estado-quesnay-keynes-teses-11/teoria-economica-estado-quesnay-keynes-teses-11-texto.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas.** Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965. Disponível em: <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/handle/01/400>. Acesso em: 02 fev. 2019.

COSTA, Frederico Lustosa. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista da Administração Pública (FGV/RAP)**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, set/out. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/747>. Acesso em: 02 fev. 2020.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. **Um Maranhão Ilustrado?** História e Natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2016.

COSTA PORTO, José da. Estudo sobre o sistema sesmarial. *In*: ABREU, Maurício de. FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Escritos sobre Espaço e História.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 265-298.

COSTA, Raíssa Barbosa da. **As cores da mata branca: os sertões das caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-1815).** 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

COSTELLA, Antônio Fernando. **Introdução à Gravura e História da xilogravura.** 1ª ed. Campos do Jordão: Editora, Mantiqueira, 1984.

DANTES, Editora. **De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas.** Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008

DANTES, Editora. Medidas de comprimento, peso e volume. *In*: DANTES, Editora. **De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas.** Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

DEAN, Warren. A ciência descobre a floresta. *In*: DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e devastação da mata atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira e revisão técnica de José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 134-160.

DEAN, Warren. **A botânica e a política imperial: Introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial**. 1989. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: Memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração brasileira. *In*: DIAS, Maria Odila L. da Silva. **A interiorização da metrópole e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Aspectos da Ilustração no Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 278, janeiro-março. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

DIÉGUES JÚNIOR, Miguel. As Companhias Privilegiadas no comércio colonial. **Revista de História**, v. 1, n. 3, 1950. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34853>. Acesso em: 16 ago. 2020.

DOURADO, Igor Endlich. Produção intelectual e a cultura da utilidade: O perfil dos escritos nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815. **Diálogos sobre a modernidade: Intercâmbios, saberes e reconfigurações**, Vitória, v. 2, p. 46-57, jun. 2019.

FABRINI, João Edmilson. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato**. São Paulo: Terra Livre, 2002.

FARIA, Miguel Figueira de. **A imagem útil: arte, ciência e razão no final do antigo regime**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2011.

FERREIRA, Aderaldo. **Tradições ruralistas: Marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

FERREIRA, Bruno Ferraz Leal. **Economia da Natureza: a História natural, entre a teologia natural, e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822)**. 2016. 233f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FIGUEIRAS, Carlos A. L. João Manso Pereira, Químico empírico do Brasil Colonial. **Revista Química Nova**, São Paulo, v. 16 n. 2, mar./abr. 1993. Disponível em: [http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=884](http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=884). Acesso em: 05 de mar. 2020.

FIOLHAIS, Carlos. Os diálogos filosóficos do padre Teodoro de Almeida. **Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía**, v. 11, n.1 p. 89-110, 2017.



Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/46789>. Acesso em: 08 jan. 2020.

FIORAVANTI, Carlos. **Com os pés na terra**: Os chamados padres matemáticos fizeram mapas detalhados sobre os sertões do Brasil. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/12/29/com-os-pes-na-terra/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

FRANÇA, José-Augusto. Notas sobre o Marquês de Pombal e a sua cidade. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, p. 287, 1982. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43914/1/Nota\\_sobre\\_o\\_Marques\\_de\\_Pombal.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43914/1/Nota_sobre_o_Marques_de_Pombal.pdf?ln=pt-pt). Acesso em: 10 jan. 2020.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Cândido de Mello Leitão: Ensaio sobre a valorização da Natureza e da diversidade da vida. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p.1265-1290, out-dez, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5847>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FREITAS, Inês Aguiar de. A geografia dos Naturalistas-geógrafos no Século das Luzes. Tradução de Erickson Medronho. **Revista Terra Brasilis**, 2004. Disponível em: <http://jornais.openedition.org/terrabarsilis/376>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FONSECA, Fernando Taveira da. Scientiae Thesaurus Mirabilis: Estudantes de origem Brasileira na Universidade de Coimbra (1601 -1850). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v.2, n. 33, 1999. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/scientiae\\_thesaurus\\_mirabilis\\_estudantes\\_de\\_origem\\_brasileira\\_na\\_universidade\\_de\\_coimbra\\_1601](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/scientiae_thesaurus_mirabilis_estudantes_de_origem_brasileira_na_universidade_de_coimbra_1601). Acesso em: 02 dez 2019.

\_\_\_\_\_, Fernando Taveira da. A dimensão pedagógica da reforma de 1772: alguns aspectos. *In*: ARAÚJO, Ana Cristina (Coord.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. p. 43-68. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FONSECA, Luís Adão. O imaginário dos navegantes portugueses no século 15 e 16. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 16, p. 35-51,1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9597>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Las noticias más utiles y la Medicina em México y Brasil coloniales: José Ignacio Bartolache y Manuel Arruda da Câmara. **Revista Montálban**, n. 36, p. 27-44, jun. 2003. Disponível em: <http://w2.ucab.edu.ve/montalbanucab.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

\_\_\_\_\_, Maria Rachel Fróes da. A Natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos: a Natureza brasileira na obra de Manuel Arruda da Câmara. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 243-251, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23826>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Dom João V e a década de 1720: Novas perspectivas na ordenação do espaço e novas práticas ilustradas. *In*: FRAGOSO, João Luís Ribeiro e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial (1720-1821)**. 3º vol. 1ª ed. Rio de Janeiro: 2014.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 12, n. 2, p. 555-570, Aug. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198181222017000200555](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198181222017000200555). Acesso em: 11 mar. 2020.

\_\_\_\_\_, Marcelo Cheche. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. **Revista Outros Tempos**, São Luís, v. 11, n.18, p. 119-136, 2014. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/issue/view/26](https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/issue/view/26). Acesso em: 05 mar. 2020.

GASPARRI, Bárbara; ATHOR, José; ÁVILA, Mônica. **Félix de Azara**. 1ª ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación de História Natural Félix de Azara, 2017.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 31, n. 01, 1969.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: História de uma Polêmica (1750-1900). Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. O recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2004. Disponível em: [https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=20](https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=20). Acesso em: 05 maio 2021.

GIL, Tiago. **Capitania de Itamaracá**. *In*: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_de\\_Itamarac%C3%A1](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Itamarac%C3%A1). Acesso em: 18 mar 2021.

GODOY, Paulo. Geografia Histórica. **Terra Brasilis**, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4497>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GOMES, Márcia Maria Costa. **A cidade dos olhos verdes**: precariedade urbana (um estudo sobre as implicações socioespaciais da lei que altera o uso das áreas verdes para a construção de habitação popular em João Pessoa-PB). 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda. Técnicas de ilustração botânica. *In*: VENTURI, Luís Antônio Bittar (Org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório da sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. Petrópolis, RJ/São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_, Carlos Walter Porto. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em Busca de Novas Territorialidades. *In*: CECEÑA, Ana Esther; SADHER, Emir (Orgs.). **A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: Clasco, 2002.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. AGB Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n. 2, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GRAÇA, Aulus e KOBUS, Renata Carvalho. Utilitarismo: alguns apontamentos a partir de Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Michael Sandel. **Revista Jurídica Luso-brasileira (RJLB)**, n. 5, 2018. Disponível em: [http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018\\_05\\_0479\\_0500.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018_05_0479_0500.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. **O Controle do fluxo das cartas e as reformas de correio na América portuguesa (1796-1821)**. 2019. 329 f. Tese (Doutorado em História) - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39740/1/ULSD733696\\_td\\_Mayra\\_Guapindai\\_a.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39740/1/ULSD733696_td_Mayra_Guapindai_a.pdf). Acesso em: 24 set. 2020.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: Notas e reflexões**. Labhoi: Laboratório de História Oral e Imagem. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012. Universidade Federal Fluminense, Niterói: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/biblio/type/108>. Acesso em: 13 set. 2020.

HADOT, Pierre. Segredo dos deuses e segredos da Natureza. *In*: HADOT, Pierre. **O véu de Ísis: Ensaio sobre a história de idéia da Natureza**. São Paulo: Loyola, 2006. p. 53.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. *In*: **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_, Rogério. Território e história. *In*: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 53-54.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do Espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HEYNEMANN, Cláudia B. **Viagens e expedições científicas: o projeto luso-brasileiro**. Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira. Disponível em: [http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5197&Itemid=342](http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5197&Itemid=342). Acesso em 01 ago. 2020.

HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da capitania da Parahyba**. Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano. Sessão especial de 9 de maio de 1886. Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aherckman-1886-parahyba/herckman\\_1886\\_parahyba.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aherckman-1886-parahyba/herckman_1886_parahyba.pdf). Acesso em: 10 de ago. 2019.

HERSON, Bella. Os “estrangeirados” brasileiros na escola de Medicina de Montpellier: Os dois irmãos: Francisco e Manuel Arruda Câmara e seus conterrâneos. *In*: HERSON, Bella. **Cristãos-novos e seus descendentes na Medicina brasileira (1500-1850)**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 260-285.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva, 2004.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da Natureza**. Livro IV. Da fisionomia das plantas. 2º v. Tradução de Assis Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Território Brasileiro e povoamento**. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1782-2010**. Documentos para disseminação – Memória Institucional 17. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55077.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. Johann Wolfgang von Goethe: arte e Natureza, poesia e ciência. 39 v. 13 (suplemento). **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, p. 39-54, out. 2006.

KOBELINSKI, Michel. O inventário das curiosidades botânicas da Nouvelle France de Pierre-François-Xavier de Charlevoix (1744). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1 p.13-27, jan./mar, 2013. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702013000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 Feb. 2020.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **Tradição e reformismo: A justiça ultramar português. Penélope**: Revista de História e Ciências Sociais. Portugal, Año 2004, Número 30-31. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/188953>. Acesso em: 07 mar. 2020.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11ª ed, vol. 1. Tradução e prefácio Luís Câmara Cascudo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massanga, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem no Brasil: A origem do trabalho livre no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KURY, Lorelai B. Homens de ciência no Brasil: Impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p.109-129, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702004000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702004000400006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 jan. 2019.

\_\_\_\_\_, Lorelai B. As viagens Luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, 2011. **Anais [...]**. São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_, Lorelai B. Manuel Arruda da Câmara: A república das letras nos sertões. In: KURY, Lorelai *et al.* (Org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 160-203.

\_\_\_\_\_, Lorelai B. O naturalista Veloso. **Rev. Hist.** São Paulo, n. 172, p. 243-277, jun. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092015000100243&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092015000100243&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 jan. 2019.

\_\_\_\_\_, Lorelai B. **Viagens científicas**. Rede Memória: Rede da Memória Virtual Brasileira. Biblioteca Nacional Digital, (s/d). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtualbrasileira/ciencias/viagens-cientificas/>. Acesso em: 14 out. 2019.

\_\_\_\_\_, Lorelai B.; NOGUEIRA, André. Francisco Antônio de Sampaio: de cirurgião a homem de ciências (Vila de Cachoeira, Bahia, c. 1780). **História Unisinos**, v. 22, n.4, p. 514-525, nov./dez. 2018. São Leopoldo/RS. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.224.01>. Acesso em: 02 mar. 2020.

\_\_\_\_\_, Lorelai Brillhante. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **Revista Manguinhos: História, Ciência, Saúde**, v. 8 (Suplemento), p. 863-880, 2001.

LACERDA, Aline Lopes *et al.* A imagem a serviço do conhecimento: um estudo sobre a ilustração científica no Instituto Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), v. 22, p. 1097-1102, 2015. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25094>. Acesso em: 09 dez 2020.

LAS CASAS, Bartolomé. **Brevísima relación de la destrucción de las Índias**. Edición y notas José Miguel Martínez Torrejón. Editorial Universidad de Antioquia: 2011. Edición digital de la Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/brevissima-relacion-de-la-destruccion-de-las-indias/>. Acesso em: 06 set. 2018.

LEITÃO, Cândido de Mello. **Visitantes do primeiro Império**. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_, Cândido de Mello. **História das expedições científicas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1941.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LIEPKALN, Julie Hamacher. **Saber Médico e reformismo Ilustrado: Antônio Nunes Ribeiro Sanches e as políticas de saúde pública em Portugal (1750-1792)**. 2017 170f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

LIMA, Herman de Castro. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

LOBO, Rodrigo. Administração-Geral do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Memória da Administração Pública Brasileira** (MAPA). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/128-a-administracao-geral-do-correio-da-corte-e-provincia-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 08 jan. 2021.

\_\_\_\_\_, Rodrigo. Jardim botânico. **Dicionário do período colonial**, 9 de nov. 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/168-jardim-botanico-1811-1821>. Acesso em: 05 maio 2021.

LOPES, Jorge Domingues; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. O “Vocabulário Português, e Latino”, e Brasílico, de Raphael Bluteau: análise dos brasileirismos ameríndios de base Tupí. **Alfa, rev. linguíst.** (São José Rio Preto), São Paulo, v. 62, n. 3, p. 513-542, dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198157942018000300513&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198157942018000300513&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 abr. 2021.

LOPES, Margaret Maria. “Raras Petrificações”: registros e considerações sobre os fósseis na América portuguesa. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, Lisboa. 200?. **Actas** [...]. Disponível em: [http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria\\_margaret\\_lopes.pdf](http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_margaret_lopes.pdf). Acesso em: 25 mar. 2021.

LOPES, Rodrigo Touse Dias. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o projeto de império que salvou o Reino. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP)**, v. 97, p. 12-270. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/revista-ihgsp-vol-97/>. Acesso em: 10 out. 2020.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: Bastidores da política 1798-1822**. Rio de Janeiro, 1994.

LUNA, Fernando J. Alographia dos álcalis... de Frei Conceição Veloso: um manual de química industrial para produção da potassa no Brasil colonial. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 31, n. 8, p. 2214-2220, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422008000800051&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422008000800051&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 dez. 2020.

\_\_\_\_\_, Fernando J. Sobre um herbário ilustrado do início da Era Moderna traduzido para o português: o livro História das plantas, de João Vigier. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 219-234, jul-dez 2016. Disponível em: [https://www.sbhcc.org.br/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=57](https://www.sbhcc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=57). Disponível em: 10 jan. 2020.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). 6ª ed. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MALTEZ, José Adelino. **Politipédia** – Repertório Português de Ciência Política. Brito, Joaquim José Rodrigues de (1753-1831). Disponível em: <http://www.politipedia.pt/brito-joaquim-jose-rodrigues-de-1753-1831/>. Acesso em: 05 maio de 2021.

MAIA, Doralice Sátyro. **Geografia Histórica Urbana**. Terra Brasilis, 2019, posto online no dia 29 dezembro 2019, consultado 05 junho 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4785>.

MAIA, Juliana Capra. Alexander von Humboldt e a invenção da Natureza, por Andrea Wulf. **Revista de Ciências Sociais (RCS)**, Fortaleza, v. 51, n. 1, mar./jun. 2020, p.407-417.

MATOS, Sérgio Campos. Nação, **Ler História** [Online], v. 55, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2249>. Acesso em: 05 maio 2021.

MARCOLIN, Neldson. **Dividir para governar**. Edição nº 158, PESQUISA FAPESP, abril de 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2009/04/01/folheie-a-ed-158/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

\_\_\_\_\_, Neldson. **A ciência no Brasil colônia**. Edição nº 171. PESQUISA FAPESP, maio de 2010. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2010/05/26/a-ci%C3%Aancia-no-brasil-col%C3%B4nia/>. Acesso em: 26 nov 2019.

MAXWELL Kenneth R. **A devassa da devassa: A inconfidência mineira: Brasil-Portugal (1750-1808)**. São Paulo: Paz e Terra, 1941.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os martires pernambucanos: vítimas da liberdade: nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1825. p. 544-521. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221682>. Acesso em: ago. 2020.

MEDEIROS, Adalita de Lima. **També**: Pernambuco. Edição comemorativa do 1º Centenário do Município. Coleção monografias, nº 385. IBGE, 1967. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col\\_mono\\_n385\\_tambe.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n385_tambe.pdf). Acesso em: 19 jul. 2020.

MEDEIROS, Coriolano. O Naturalista Arruda Câmara é bem nosso. *In*: LIMA, Clóvis; VEIGA JÚNIOR, J. (Orgs.). **Revista do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba**, v. 13, p. 51-52, 1958.

MEDEIROS, João R. Coriolano. **Dicionário corográfico do Estado da Paraíba**. 4º ed., Reimpressão Fac-similiar da edição de 1950. João Pessoa: Editora do IFPB, 2016.

MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba escravista. *In*: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de. **O trabalho na Paraíba: Das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 45-99.

\_\_\_\_\_, Maria do Céu. A escravidão na área do algodão. *In*: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de. **O trabalho na Paraíba: Das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 63-68.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá; MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

MELLO, José Gonçalves de. **Manuel Arruda da Câmara - Obras Reunidas 1752-1811** (Obra coligida e com estudo biográfico). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitânicas do Norte (1654-1755). **Saeculum** - Revista de História, João Pessoa, ano 12, n. 14, jan./jun. 2006.

MILLONES-FIGUEROA, Luis. La historia natural del padre Bernabé Cobo. Algunas claves para su lectura. **Colonial Latin American Review**, v. 12, n. 1, 2003. Disponível em: <https://escriturasvirreinales.files.wordpress.com/2014/02/9930440.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.



MONTEIRO, Nuno. **As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho.** *In:* FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial (1720-1821)*. v. 3, 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 111-156.

MONTEIRO, Paulo António da Costa. *O vidro em Portugal.* *In:* MONTEIRO, Paulo António da Costa. **O vidro na Ciência e na Arte: Discursos partilhados.** 2007. 241f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: O Território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Robert. *Território, poder e justiça: Comentários a partir da experiência brasileira.* *In:* KRISTSCH, Raquel; RICUPERO, Bernardo (Orgs.). **Força e legitimidade: Novas perspectivas?** São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2005. p. 113-129.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos R. **Geografia Histórica do Brasil: Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica.** São Paulo: Annablume, 2009.

MORAIS, Francisco. **Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil.** Coimbra: Editora Coimbra Inst. Est. Brasileiros, Fac. Letras da Universidade de Coimbra, 1949.

MOREIRA, Emília de Rodat; TARGINO, Ivan. *A formação do complexo gado- algodão.* *In:* MOREIRA, Emília de Rodat; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. p. 73-77.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** 12ª. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2014.

MORENO, Nahuel. *Estado, governo e regime.* *In:* ILAESE - Instituto latino-americano de estudos sócio-econômicos (Org.). **O Estado burguês e a revolução socialista.** Cadernos de formação ILAESE – 2. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Política e Natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho.* *In:* PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. *Cadernos museológicos: Acessibilidade a museus.* *In:* COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane R. de S.; BRASILEIRO, Alice de B.

H. **Acessibilidade a museus**. Cadernos Museológicos. vol. 2. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. p. 2-3.

NASCIMENTO, Marisa; BEZERRA, Marisa Bezerra de M. Monte; LOUREIRO, Francisco Eduardo Lapido. **Potássio**. Rochas e Minerais industriais. [s.l]: CETEM, 2005. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1044/3/08.SSI.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

\_\_\_\_\_, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: Uma Introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Lúcia Mª Bastos P. **Francisco Vieira Goulart: Entre as benesses do antigo regime e as conquistas liberais**. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ, XII, 2006. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/xii-encontro-regional-de-historia-2006>. Acesso em: 03 mar. 2020.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico**. Terra Brasilis, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4767>. Acesso em: 05 jun. 2020.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial: (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, Fernando A. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: Alguns aspectos. *In*: NOVAIS, Fernando A. **Aproximações: Estudos de História e Historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 167-182.

NUNES, António José Avelãs. A fisiocracia ou o início da ciência económica. **Boletim da Faculdade de Direito (BFDUC): História e razões passadas e futuras**. Coimbra, Volume Comemorativo 75 anos., 2002. Disponível em: [https://www.fd.uc.pt/bfd/publicacoes\\_bfduc75anos.html](https://www.fd.uc.pt/bfd/publicacoes_bfduc75anos.html). Acesso em: 03 jun. 2020.

\_\_\_\_\_, António José Avelãs. **Controvérsias sobre o mercantilismo**. Coleção STUDIA JURIDICA, nº 96, Ad Honorem – 4. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, Volume II, p. 311-335. Disponível em: <https://www.fd.uc.pt/~anunes/partlivroshomenagem.html.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

NUNES, Maria de; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811): um frade no universo da Natureza. *In*: NUNES, Maria de; BRIGOLA, João Carlos. **A casa literária do Arco do Cego (1799-1801)**. Biblioteca Nacional: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s/d. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25829/3/3.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVEIRA, Francisco R. de; VARGAS, Héctor Mendonza. **Mapas de Metade do Mundo: A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos (Século XVI a XIX)**. 1ª ed. S.l.: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa e Instituto de Geografia de la Universidad Nacional Autónoma de México: 2010.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. Relatos e relações descritivas da capitania do Ceará Grande e seus “dilatados sertões”. **Revista Sertões**: Revista eletrônica de História, Mossoró-RN, v. 5, n. 1, p. 05-19, jan. /jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/sertoos/article/view/3517/1919>. Acesso em: 02 março 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **O governo protetor**: a representação do poder político em cerimoniais régios portuguesas (séc. XVIII-XIX). **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.476-493, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a13.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cartografias do “sertão”: os mapas sertanistas no discurso histórico de Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/12>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PÁDUA, José Augusto. Economia geral da Natureza. *In*: PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 44-45.

PACIORNIK, Vitor Flynn. **A invenção da litografia o tratado de Alois Senefelder**: Relatório final de Iniciação Científica. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/webform/projetos/bolsistas/43.Relatorio%20final\\_Vitor%20F%20Paciornik.pdf](http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/webform/projetos/bolsistas/43.Relatorio%20final_Vitor%20F%20Paciornik.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

PAIVA, Clotilde Andrade *et al.* Demografia. *In*: MOTTA, Ronaldo Sêroa da; VERSIANE, Flávio Rabelo; SUZIGAN, Wilson (coord.). **Estatísticas históricas do Brasil**: Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1987, p. 17-50. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983\\_v3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf). Acesso em: 15 jul. 2020.

PAIVA, Melquíades Pinto. Os naturalistas e o Ceará: I João da Silva Feijó - (1760-1824). **Revista do Instituto do Ceará** - ANNO CV – 1991. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1991/1991-OsNaturalistaseoCeara.pdf>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

PALACIOS, David e SILVA, Marcelo Werner da. **História da Geografia e Geografia Histórica**: à procura dos Híbridos. Terra Brasilis , 2012. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/602>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PALAZZO-ALMEIDA, Carmem Lícia. **Entre utopias e razão**: Os olhares franceses sobre o Brasil. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. 245 f. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287411>. Acesso em: 20 dez. 2019.

\_\_\_\_\_, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822). **Museologia & interdisciplinaridade**, v. 5, n. 9. jan./jun. de 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17247>. Acesso em: 14 abr. 2020.

\_\_\_\_\_, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território. **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan./jun. 2005. Disponível em: [https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=17](https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=17). Acesso em: 06 jul. 2020.

PEDROSA, Manoel de Vasconcellos. Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 243, abr./jun, p. 35-72, 1959. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword285=243&moduleId=150&ItemId=174>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. D. Maria e a “Viradeira”. *In*: PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: Um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32-35.

PEDROSA, José Geraldo. O capital e a Natureza no pensamento crítico. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico B. *et al.* (Org.) **A questão ambiental no pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PEREIRA, José Manuel Malhão. **A Evolução da técnica náutica portuguesa até ao Uso do método das distâncias lunares**. Academia de Marinha de Lisboa, 2004. Disponível em: [http://chcul.fc.ul.pt/textos/malhao\\_pereira\\_2004b.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/textos/malhao_pereira_2004b.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello e CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. O viajante instruído: Os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar productos naturais. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDOPE). JORNADA SETECENTISTA, VII, 2007. 3, Territórios, viagens e viajantes. **Anais [...]**. 2007. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/vii-jornada-setecentista-2007/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento Científico da Caatinga no Século XVIII. *In*: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). **Sertões adentro: Viagens nas**

Caatingas (séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Andrea J. Estúdio Editorial, 2012. p. 112-159.

\_\_\_\_\_, Magnus Roberto de Mello. **D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. Topoi.** Revista de História. Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, dez. 2014. Disponível em: <http://revistatopoi.org/site/numeros-antteriores/topoi29/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

\_\_\_\_\_, Magnus Roberto de Mello. “Plantas novas que os doutos não conhecem”: a exploração científica da Natureza no Oriente português, 1768-1808. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 665-685, Sept. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702017000300665&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702017000300665&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 Feb. 2019.

PEREIRA, Márcio Mota. **Saber e honra: A trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em história natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816).** 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, Rosa Maria Alves. **Ilustração Botânica de um Brasil desconhecido.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ilustração científica) – Universidade de Évora e Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa. 2011.

PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 9, p. 77-91, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53693>. Acesso em: 26 abr. 2020.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. O “Testamento” político de Arruda Câmara. **Revista de História**, v. 46, n. 94, abr./ jun. 1973. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145867>. Acesso em: 29 maio 2020.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: A Casa da Torre de Garcia d’Ávila, família e propriedade no Nordeste colonial.** 2ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

PICOLI, Rogério Antônio. Utilitarismos, Bentham e a história da tradição. **Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei**, ano 5, n. 5, jan./ dez. 2010. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/5\\_Edicao/utilitarismos\\_\\_bentham\\_e\\_a\\_historia\\_da\\_tradicao\\_rogerio\\_picoli.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/5_Edicao/utilitarismos__bentham_e_a_historia_da_tradicao_rogerio_picoli.pdf). Acesso em: 20 fev 2021.

PIMENTEL, António Filipe. **Cidade do saber/Cidade do poder: a arquitectura da reforma.** Estudo Geral/Repositório científico da Universidade de Coimbra. 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/85011>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa (CP)**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/590/588>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PITA, João Rui. Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra. *In: ARAÚJO, Ana Cristina (Coord.). O Marquês de Pombal e a Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/46229/1/MedicinaCirurgArteFarm.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

POMBO, Nívia. A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*, Ano XIV, n. 2, p.1-20, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

\_\_\_\_\_, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. v. 8, n. 16, 2006. *GEOgraphia*. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521/8721>. Acesso em: 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_, Carlos Walter. **A globalização da Natureza e a Natureza da globalização**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. 1ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRADO MAIA, João do. **A marinha de guerra do Brasil na colônia e no império: Tentativa de reconstituição histórica**. Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, 121. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A Investigação da Natureza no Brasil Colônia**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

PRESTES, Maria Elice B.; OLIVEIRA, Patrícia; JENSEN, Gerda Maísa. As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia. *Revista Filosofia e História da Biologia*, v. 4, p. 101-137, 2009. Disponível em: <http://www.abfhib.org/Livros/fhb4.htm>. Acesso em 10 ago. 2020.

QUEIROZ, Octacílio N. de. Da Paraíba o Naturalista Arruda Câmara. *In*: LIMA, Clóvis; VEIGA JÚNIOR, J. (Org.). **Revista do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba** (IHGP), v. 13º, 1958, p. 39-47.

RAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Revista Tempo**, Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, 1997, p. 01-19.

\_\_\_\_\_, Ronald. Viagens e História natural dos Séculos XVII e XVIII. *In*: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Brasil dos viajantes**. Brasílica da Biblioteca Nacional: Guia de Fonte sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMINELLI, Ronald; SILVA, Bruno da. Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 9, n. 2, p. 323-342, Aug. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222014000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222014000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 Mar. 2021.

RAMOS, Rodrigo. Buffon e seu ambicioso programa de pesquisa. **Filosofia e História da Biologia**, v. 13, n. 1, p. 125-145, 2018. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-13-1/FHB-13-01-08-Rodrigo-Ramos.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

RECIFE, BIBLIOTECA PÚBLICA. Sesmarias. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1982. *In*: ABREU, Maurício. Fania Fridman e Rogério Haesbaert (Orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

REIS, Fernando. **A Academia das ciências de Lisboa**. Instituto Camões (on-line). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

RIOS, Sadraque Oliveria; COSTA, Jean Mario Araújo; MENDES, Vera Lúcia P. Santos. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/22542>. Acesso em: 13 ago. 2020.

RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio; LIMA DA SILVA, Wilton Carlos. **Literaturas de viagem: Fauna, flora e etnografia brasileira**. São Paulo: Humanitas, 2013.

RODRIGUES, Carmem Marques. Os portugueses e os mapas: relações histórico-cartográficas. **Cadernos de Paleografia**, Belo Horizonte, n. 1, 2014.

RODRIGUES, André Figueiredo. Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livraria do cônego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789). **Secuencia**, México, n. 107, agosto 2020. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0186-03482020000200106&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-03482020000200106&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 04 nov. 2020.

\_\_\_\_\_, André Figueiredo. Batinas incendiárias. **Revista de História**, fev. 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoeresbeldes/wp-content/uploads/2017/02/Batinas-incendiarias-Revista-de-Historia.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

GLAUCO, Bruce Rodrigues. **Geografia Histórica**. Terra Brasilis. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4578>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 21 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

ROSA, Lilian. **Cultivo do Cânhamo no Brasil**. In: ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, IX, 2019, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019.

SÁ, Magali Romero; KURY, Lorelai Brilhante. Naturalistas Europeus nas Caatingas. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). **Sertões adentro: Viagens nas Caatingas (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Andrea J. Estudio Editorial, 2012. p. 204-257.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SALDANHA, Nuno. Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775): Subsídios para a História da Construção e Arquitetura Naval do século XVIII em Portugal. **Revista Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil**. v.12, n. 23, 2016. Disponível em: [https://www.revistanavigator.com.br/navig23/N23\\_index.html](https://www.revistanavigator.com.br/navig23/N23_index.html). Acesso em: 22 mar. 2020.

SALGADO, Graça; AZEVEDO, Carmem L. de *et al.* (Orgs.) **Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANJAD, Nelson. Os Jardins botânicos luso-brasileiros. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 20-22, 2010. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252010000100009&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 dec. 2020.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **Marquês do lavradio: O marquês do Lavradio e os rumos da colonização na América portuguesa: notas sobre o vice-rei e sua ação administrativa (1768-1779)**. Arquivo Nacional e a História-Luso brasileira, 2018. Disponível em:



[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5098&Itemid=361](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5098&Itemid=361). Acesso em: 08 ago. 2020.

SANTANA, Marcos Oliveira (org.). **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil**. MMA/Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba. Brasília: MMA, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, M<sup>a</sup> Adélia de; SILVEIRA, M<sup>a</sup> Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, M<sup>a</sup> Adélia de; SILVEIRA, M<sup>a</sup> Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998

SCARANO, Fabio Rubio. **Compartilhando uma revolução científica: As correspondências entre Lineu e Vandelli**. Dantes Editora, 2008.

SCHERER, Joanna. Documento fotográfico: fotografia como dado primário na pesquisa antropológica. **Cadernos de Antropologia e imagem**, Rio de Janeiro. Universidade do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem. n. 1, 1996. Disponível em: <http://ppcis.com.br/cadernos-de-antropologia-e-imagem/>. Acesso em: 05 set. 2020.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Apresentação à edição brasileira. *In*: BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Prefácio Jacques Le Goff; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SEIDE, Marcia Sipavicius. Usos de antropônimos como elementos coesivos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 23-35, out. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2008v5n2p23>. Acesso em: 12 set. 2020.

SEIXAS, Wilson. Casa da Torre e bandeirantismo na conquista do sertão. *In*: MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba: Conquista, patrimônio e povo**. 2<sup>a</sup> ed. João Pessoa: Grafset, 1993.

SILVA, Adielson Pereira da. **Cartografia Histórica da Vegetação do Rio Grande do Norte**: Análise documental e geoespacial para a gestão do território (Século XX). 2020. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SILVA, Anieres Barbosa da Silva. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território no semi-árido nordestino**: um olhar sobre o cariri paraibano. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) 2006. 303 f. - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha *et al.* **Territórios, território**: ensaio sobre ordenamento territorial. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-311.

SILVA, Keliene Christina da. **Manuel Arruda da Câmara: um naturalista a serviço de sua majestade**. 2005. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). (Licenciatura em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2005.

SILVA, Leonardo Dantas. Koster: O mais fiel retratista da paisagem. *In*: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 1ª ed, vol. 1, Tradução e prefácio Luís Câmara Cascudo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massanga, 2002. p. 09-35.

SILVA, Marcelo Werner da. **A construção de uma geografia histórica brasileira**. Terra Brasilis, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4598>. Acesso em: 05 jun. 2020

SILVA, Maria Beatriz N. da. A ilustração baiana. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v.171, n. 446, p. 53-65, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-446/item/108412-a-ilustracao-baiana.html>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SILVA, Maria de Fátima Sousa e; PAIVA, Jorge. (Tradução portuguesa, com Introdução e anotação). **Teofrasto, História das Plantas**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Annablume, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1193-8>. Acesso em: 13 out. 2019.

SODRÉ, Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_, Werneck. **A ideologia do colonialismo: Seus reflexos no pensamento brasileiro**. 3ª ed. Petrópolis: Brasiliense, 1984.

SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820** (Spix e Martius). Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

SOTO, Moana. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: A construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 48 n. 4, 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/651>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SOUZA, Bartolomeu Israel de. **Cariri paraibano: do silêncio do lugar à desertificação**. 2008. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Linhas d'água na delimitação do território**. Terra Brasilis, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4862>. Acesso em: 05 jun. 2021.

STEDILE, João Pedro. Uma interpretação da questão agrária no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional (1500-1960)**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011, p. 21-22.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALADARES, Virgínia M. T. Trajetória do homem e do estadista Melo e Castro. **Cadernos de História**, v. 3, n. 4, p. 36-46, 17 nov. 1998. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1690>. Acesso em: 12 maio 2020.

VALIM, Patrícia. Rebelados, mas desiguais. Dossiê Conjuração baiana. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 10, n. 118, jul. 2015.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Questões metodológicas na geografia urbana histórica**. Geotextos Revista da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, v. 5, n. 2, dez. de 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791>. Acesso em: 10 maio 2019.

XAVIER, Ângela, SILVA, Cristina Nogueira da; CARDIM, Pedro. **O governo dos Outros**: Imaginários políticos no império português. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=inicio>. Acesso em: 20 maio 2020.

#### **Referências de documentos eletrônicos e/ou plataformas/bibliotecas digitais e/ou de vídeos (reportagens, matérias, jornais, dicionários e outros)**

ADONIAS, Isa; FARIAS, Maria Dulce. A cartografia no Brasil colonial. *In*: **Cartografia histórica do século XVI ao XVIII**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/a-representacao-cartografica-no-brasil-colonial-na-colecao-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira *et al.* (Coords.). **Base de dados contendo informações das sesmarias concedidas pela coroa portuguesa no mundo atlântico**. PLATAFORMA S.I.L.B - SESMARIAS DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em: 21 out. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Memória da Administração Pública Brasileira** (Período Colonial). Sebastião José de Carvalho e Melo: Marquês de Pombal. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes/2/biografias/386-sebastiao-jose-de-carvalho-e-melo-marques-de-pombal>. Acesso em: 03 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Memória da Administração Pública Brasileira** (Período Colonial de 1700 a 1807). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70assuntos/producao/publicacoes-2/cronologia/505-periodo-colonial-1700-a-1807>. Acesso em: 02 out. 2019.

ARQUIVO NACIONAL/MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA-(MAPA)/Biografias. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Rio de Janeiro: s.d. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/431-jose-bonifacio-de-andrada-e-silva>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL/MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA-(MAPA)/Biografias. **Manuel Ferreira da Câmara de Bittencourt e Sá**. Rio de Janeiro: s.d. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/442-manuel-ferreira-da-camara-de-bittencourt-e-sa>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA. **Sociedade do açúcar: Máquina a vapor nos engenhos**, 06 de agosto de 2018. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4391:maquina-a-vapor-nos-engenhos&catid=169&Itemid=215](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4391:maquina-a-vapor-nos-engenhos&catid=169&Itemid=215). Acesso em: 10 ago. 2020.

ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA. **História Natural: Horto do Pará**. Disponível em: [http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=305:horto-do-para&catid=2040&Itemid=215](http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=305:horto-do-para&catid=2040&Itemid=215). Acesso em: 12 dez. 2020.

ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA. **O Tratado de Madri**, 25 de junho de 2018. Disponível em: [http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4215:o-tratado-de-madri&catid=191&Itemid=215](http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4215:o-tratado-de-madri&catid=191&Itemid=215). Acesso em: 10 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **O Terramoto de 1755, a Torre do Tombo e Manuel da Maia**. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o-terramoto-de-1755-a-torre-do-tombo-e-manuel-da-maia/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Colégio dos Nobres**. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4161336>. Acesso em: 02 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Casa do Infantado**. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3910382>. Acesso em: 29 set. 2020.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **O rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional, como contribuição aos festejos do 4º Centenário da Cidade. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965.

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL. Dicionário biográfico de pernambucanos célebres. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=author&value=Costa,%20F.%20A.%20Pereira%20da%20\(Francisco%20Augusto%20Pereira%20da\),%201851-1923](https://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=author&value=Costa,%20F.%20A.%20Pereira%20da%20(Francisco%20Augusto%20Pereira%20da),%201851-1923). Acesso em: 29 maio 2020.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDIM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Almanach Ilustrado do Brasil-Portugal**. Rio de Janeiro: Typ. Companhia Nacional Editora Rio de Janeiro-Lisboa, 1900. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011736&bbm/5191#page/10/mode/2up>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XVI ao XVIII. **Mapa parcial da região compreendida do Sertão do Ceará até a Vila do Príncipe**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/mapa-parcial-da-regiao-compreendida-do-sertao-do-ceara-ate-a-vila-do-principe/>. Acesso em: 03 jan. 2021.

CALAFATE, Pedro. António Nunes Ribeiro Sanches. *In*: CALAFATE, Pedro. **Filosofia portuguesa**. Biblioteca Digital Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu10.html>. Acesso em: 26 jan. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Catálogo de teses**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/> e nas plataformas de busca de *Teses e dissertações* defendidas pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Nordeste. Acesso em: fev. 2018.

CENTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CPDOC/FGV). **O que é história oral**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CRATO, Nuno. Cinco Séculos de Ilustração Científica. *In*: CRATO, Nuno. **Ciência em Portugal: Personagens e episódios**. Centro Virtual Camões – Camões IP – Biblioteca Digital Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e4.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

DICIONÁRIO Bilingue terminológico de plantas estrangeiras e brasileiras da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz/Universidade de São Paulo - ESALQ/USP. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/d-plant/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ECURED - Enciclopédia colaborativa em rede cubana. **John Ray**. Disponível em: [https://www.ecured.cu/John\\_Ray](https://www.ecured.cu/John_Ray). Acesso em: 02 out. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). Esboço biográfico de Dom Pedro I: Maria Graham. **Cadernos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). BNDIGITAL: Histórica cartográfica Brasilis. *In*: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Biblioteca Nacional -**

tesouros dos séculos XV ao XX: Brasil – Século XVIII. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/historica-cartographica-brasilis-in-biblioteca-nacional/brasil-seculo-xviii>. Acesso em: 21 dez. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL (FGV/CPDOC). **Diário de Pernambuco**: Jornal pernambucano diário fundado como folha de anúncios a 7 de novembro de 1825, em Recife. É hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 01 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL (FGV/CPDOC). **Jornal do Brasil**: O Jornal monarquista (1891-1893). Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GABLER, Louise. **Sesmarias**. Arquivo Nacional: Memória da administração pública brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/images/Sesmarias.pdf>. Acesso em: 02 03 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça o Brasil**: População/ Educação. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317\\_educacao.html](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317_educacao.html). Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Goiana-Pernambuco-PE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/goiana.pdf> Acesso em: 15 jul. 2020.

INSTITUTO MOREIRA SALES (IMS Rio). Apresenta a exposição **O Mapa de Von Martius ou Como Escrever a História Natural do Brasil**. [...] Carl Friedrich Philipp Von Martius fez um levantamento muito expressivo da flora brasileira [...] observou um conjunto de cinco biomas: cerrado, caatinga, mata atlântica, selva amazônica e pampa. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/o-mapa-de-von-martius/>. Acesso em: 14 set. 2019.

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA/UNIVERSIDADE DE LISBOA (ISA/UL) **História do Jardim botânico de Ajuda**. Disponível em: <https://www.isa.ulisboa.pt/jba/apresentacao/historia-do-jba>. Acesso em: 02 jul. 2020.

JARDIM BOTÂNICO UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Cartas da Natureza. **Jardim Botânico Universidade de Coimbra**, 29 out. 2018. Disponível em: [https://www.uc.pt/jardimbotanico/noticias\\_01/cartas\\_da\\_Natureza\\_artigo](https://www.uc.pt/jardimbotanico/noticias_01/cartas_da_Natureza_artigo). Acesso em: 25 jan. 2021.

JORNAL DEUTSCHE WELLE (DW Brasil). **A Volta de Humboldt da Europa. Especial Tópico em Debate.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-volta-de-humboldt-%C3%A0-europa/a-1284527>. Acesso em: 02 dez. 2019.

MALTEZ, José Adelino. **Politipédia** – Repertório Português de Ciência Política. (1753-1831). Disponível em: <http://www.politipedia.pt/brito-joaquim-jose-rodrigues-de-1753-1831/>. Acesso em: 05 maio de 2021.

MARCOLIN, Neldson. Uma ideia que perdura: Há 250 anos, Lineu lançava os alicerces da nomenclatura científica. **Memória**, edição 93, nov. 2003. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-ideia-que-perdura/>. Acesso em: 15 fev 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO BRASILEIRO. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (MHEX/FC). **Museu Militar Conde de Linhares.** 2020. Disponível em: <http://www.mhexfc.eb.mil.br/pt-br/mmcondedelinhares.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **A faiança de Coimbra.** Disponível em: <http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=collections&action=stories&idc=7&id=104>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PARAÍBA. A UNIÃO. **Nossa história:** Primeira edição. João Pessoa: A União, 29 de set de 2015 por Pétala Pontual de Sousa. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/nossa-historia/edicao-no-1-1/02-02-1893.pdf/view>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PARAÍBA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (RIHGPB).** Fundada em 1905.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Anais Pernambucanos. *In*: PEREIRA, Levy. **“Nuo (engenho/Goiana)”**. BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Nuouo\\_\(engenho/\\_Goiana\)](http://lhs.unb.br/atlas/Nuouo_(engenho/_Goiana)). Data de acesso: 12 de agosto de 2020.

PERNAMBUCO. **Diário de Pernambuco.** Jornal pernambucano diário fundado como folha de anúncios a 7 de novembro de 1825, em Recife. É hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PERNAMBUCO. Revista do Instituto Histórico Arqueológico de Pernambuco (IAGHP). **A Revista do IAGHP editadas pelo próprio Instituto, desde 1863 até os dias atuais.** Disponível em: <http://www.iahgp.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PISSARA, Teresa Cristina Tarlé. **Tabela de conversões\325ES:** Transformação de medidas de áreas – Notas/Légua de sesmária em hectares. Jaboticabal: Departamento de Engenharia Rural (UNESP). Disponível em:

[https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINA TARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas\\_Conversoes.pdf](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINA%20TARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf). Acesso em: 11 jul. 2020

PORTUGAL. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba**. 2011. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3910326>. Acesso em: 16 ago.2020.

REDE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA E GEOGRAFIA HISTÓRICA (Rede Brasilis). Disponível em: <http://redebrasilis.net/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

REIS, Fernando. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). *In*: REIS, Fernando. **Ciência em Portugal: Personagens e episódios**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

REIS, Fernando. Domingos Vandelli (1735-1816). *In*: REIS, Fernando. **Ciência em Portugal: Personagens e episódios**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p10.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

REIS, Fernando. **A Academia das ciências de Lisboa**. Instituto Camões (on-line). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e31.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

RODRIGUESA, Augusto; VANDELLI, Domingos (1735-1816). *In*: RODRIGUESA, Augusto; VANDELLI, Domingos. **História da ciência na UC: Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis** (on-line). Disponível em: [https://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/VANDELLI\\_domingos](https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/VANDELLI_domingos). Acesso em: 28 out. 2020.

SOARES, Ana Carolina E. C.; DUARTE, Elaine C. Ferreira. Império Luso-Brasileiro: A cidade de Caiena. *In*: SOARES, Ana Carolina E. C.; DUARTE, Elaine C. Ferreira. **Arquivo Nacional e a História Luso Brasileira (online)**. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5137&Itemid=333](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5137&Itemid=333). Acesso em: 12 dez. 2020.

SODRÉ, Muniz. Sobre Alexandre Rodrigues Ferreira. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. *In*: SODRÉ, Muniz. **Dossiê Alexandre Rodrigues Ferreira**. Biblioteca Nacional Digital, s/d. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SOUZA, Maria das Graças de. A "Enciclopédia" no mercado. **Jornal de Resenhas**. Cidade Universitária, Butantã, São Paulo, 18 set. 1996. Disponível em: <http://jornalderesenas.com.br/resenha/a-enciclopedia-no-mercado/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TROPICOS.ORG. **Missouri Botanical Garden**. Disponível em: <https://www.tropicos.org/person/12615>. Acesso em: 24 ago. 2021.

TV PUC-RIO. **A Viagem do Naturalista Von Martius pelo Brasil**. Professores da Universidade Federal de Mato Grosso, Maria de Fátima Costa e Pablo Diener contam em livro, a viagem de 14 mil Km pelo Brasil do naturalista alemão Von Martius. A publicação traz ilustrações raras e documentos nunca estudados antes..



Disponível em: <https://www.youtube.com/user/TvPucRio1/search?query=Pablo+Diener>. Acesso em: 14 set. 2019.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Marcos históricos, séculos XVIII a XVI.** Disponível em: [https://www.uc.pt/sobrenos/historia/marcoshistoricos\\_xii\\_xvi](https://www.uc.pt/sobrenos/historia/marcoshistoricos_xii_xvi). Acesso em: 10 set. 2019.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Instituto Superior de Agronomia: **História do Jardim Botânico da Ajuda.** Disponível em: <https://www.isa.ulisboa.pt/jba/apresentacao/historia-do-jba>. Acesso em: 10 maio 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Revolução industrial. Moderna & Contemporânea.** Área de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.moderna-contemp.uerj.br/outros\\_materiais/imagens/rev\\_industrial.htm](http://www.moderna-contemp.uerj.br/outros_materiais/imagens/rev_industrial.htm). Acesso em: 03 jan 2021.

UNIVERSIDADE DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **História da Academia.** Disponível em: <http://www.acad-ciencias.pt/academia/historia-da-academia-das-ciencias-de-lisboa>. Acesso em: 20 set. 2020.

VAQUINHAS, Irene. Raras e Discretas, conhecer um pouco da história das primeiras mulheres da Universidade de Coimbra. **Notícias UC:** Ciclo de conferências realiza-se a 26 de abril, no Arquivo da UC, [...] e tem como objetivo mostrar a história e as estórias das primeiras mulheres na UC, nos séculos XIX e XX. Universidade de Coimbra, Abr 19, 2017. Disponível em: <http://noticias.uc.pt/universo-uc/raras-e-discretas-conhecer-um-pouco-da-historia-das-primeiras-mulheres-da-universidade-de-coimbra/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

## REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Cartas sertanistas:** Brasil, História, Entradas e bandeiras 1634-1728 Mapas. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/browse?value=Brasil%20-%20Hist%C3%B3ria%20-%20Entradas%20e%20bandeiras,%201634-1728%20-%20Mapas&type=subject>. Acesso em: 25 fev 2020.  
p. 43 (capítulo 1º)

## REFERÊNCIAS DE FONTES IMPRESSAS (CARTAS)

Rio de Janeiro, 1772, março, 6.

**Carta do [Marquês de Lavradio]**, emitida ao marquês de Angesa comunicando que irá reunir médicos, cirurgiões, botânicos, farmacêuticos e alguns curiosos de toda capitania do Rio de Janeiro para formarem uma Assembléia ou academia. Carta nº 355. Notação: AP-41; Código do Fundo: RD [...]. *In:* O Arquivo Nacional e a História

Luso-Brasileira. Marquês do Lavradio: Ementas, 01 de jun. 2018. Disponível em:[http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5098&Itemid=361](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5098&Itemid=361). Acesso em: 08 ago. 2020.

Portugal, 1796, março, 22.

**CARTA da [Rainha D. Maria I]**, lavrada no Palácio de Queluz e firmada pelo príncipe regente, perpétuo firme e irrevogável doação à igreja catedral do bispado de Pernambuco, do edifício do colégio, igreja com tôdas as suas alfaias, [...]. *In*: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais pernambucanos – Vol. VII (1795-1817) – Secretaria do Interior e Justiça. Arquivo Público Estadual de Recife-Pernambuco, 1954. Acesso no Arquivo Particular Maurílio de Almeida. João Pessoa, Paraíba em 19 de dez de 2019. p. 11-18.

Portugal, 1796, novembro, 10.

**CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho]**, lavrada no Palácio de Queluz [...] para Manuel Arruda da Câmara [...] que encarregue o exame de nitreiras e [...] salitre [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 265-281.

Portugal, 1797, março, 18.

**CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho]**, lavrada no Palácio de Queluz [...] para Manuel Arruda da Câmara [...] pagamento de pensão e ajuda de custo [...] ao exame de nitreiras e [...] de salitre [...] na Capitania de Pernambuco, Jacobina e Rio São Francisco. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 268.

Portugal, 1798, janeiro, 04.

**CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho]**, lavrada no Palácio de Queluz [...] para Manuel Arruda da Câmara [...] zelo pelo serviço [...] e recompensa [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 269.

Portugal, 1798, setembro, 27.

**CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho]**, lavrada no Palácio de Queluz [...] para Manuel Arruda da Câmara [...] ordena pagamento [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 270.

Portugal, 1798, setembro, 27.

**CARTA de [Rodrigo de Sousa Coutinho]**, lavrada no Palácio de Queluz [...] ao Governador de Pernambuco [...]. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da

Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 271.

Uppsala, 1759, fevereiro, 03.

**CARTA de [Karl Von Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] realizou o exame da obra sua *Dissertationes três* [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1760, março, 04.

**CARTA de [Karl Von Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] envia coleção natural e elogia o seu trabalho de História Natural. [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1761, janeiro, 11.

**CARTA de [Karl Von Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] elogia a espécie da ulva desenhada e descrita por ele e informa que deseja inserir na nova edição do *Systema* [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1763, outubro, 01.

**CARTA de [Karl Von Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] agradece-o pelo envio de flores raras da Europa e interroga-o sobre onde o dr. Arduino pôde adquirir tão belas e raras plantas brasileiras. [...] *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1765, fevereiro, 12.

**CARTA de [Von Carl Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] Informa à Vandelli que recebeu as sementes do Brasil, mas todas estavam mortas, exceto aquelas de *Cassia* e exprime desejo que vá ao Brasil [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Lisboa (?), 1765, novembro, 19.

**CARTA de [Karl Von Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] notifica o recebimento de cestos com espécie de *Erythrina* e raízes que desconhecia. [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1766, outubro, (?).

**CARTA de [Karl Von Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] Inteira-se da ida de Vandelli à província da história natural em Portugal desejando-lhes prosperidade [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1769, maio, 13.

**CARTA de [Von Carl Linné]**, Uppsala [...] para Domingos Vandelli [...] esperança de ver o trabalho sobre a flora lusitana de Vandelli concluída e solicita a obtenção de sementes das mais raras plantas do Brasil [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu*

para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Uppsala, 1773, julho, 24.

**CARTA de [Von Carl Linné]**, Upssala [...] para Domingos Vandelli [...] Declara que teve a satisfação de saber sobre a reforma da Universidade e afirma divulgar sobre o ilustríssimo Pombal, o protetor e restaurador da ciência [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Bolonha, 1759, março de 15.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] informa que viajará para Toscana e enviará para ele amostras de plantas, animais e minerais para estudos [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Pádua, 1760, janeiro de 13.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] retornou de Toscana e envia amostras dessa viagem para Lineu [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Pádua, 1760, maio de 07.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Troca de informações sobre o *Systema* [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Lisboa, 1764, outubro de 15.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] reside em Lisboa e envia sementes do Brasil para Lineu e expõe o desejo de viajar à América [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Lisboa, 1765, março de 19.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Envia à Lineu mais sementes da América e pede a sua opinião acerca do exemplar dessecado de planta pertencente à Poligâmia Monóica [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Lisboa, 1765, julho de 02.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Compartilha com Lineu plantas que não foram corretamente examinadas. [...]. *In:* De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.

Lisboa, 1766, agosto de 26.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] recebido a epístola de Lineu com os nomes das plantas e agradece àquelas descrições de novas espécies de plantas realizadas por Lineu que o homenageou. Informa à Lineu

que se tornou, o primeiro, Real professor de História Natural [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.*

Lisboa, 1772, maio de 18.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Envia sementes do horto régio do Pará e informa à Lineu que se empenha na construção de um laboratório químico [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.*

Coimbra, 1773, maio de 17.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Noticia a Lineu sobre a pedra fundamental para construção dos prédios de História Natural, Matéria Física, Química e Médica [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.*

Coimbra, 177?.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Em resposta à Lineu, avisa que comprou um espécime de *Jalapa* proveniente de Madeira, mas as outras plantas da América [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.*

Lisboa, 1766, março de 18.

**CARTA de [Domenico Vandelli]**, Upssala [...] para Carl Linné [...] Informa à Lineu quando o dr. Franzini, tiver recebido sementes da América, compartilhará com ele contigo as sementes vivas [...]. *In: De Vandelli para Lineu, de Lineu para Vandelli: Correspondência entre naturalistas. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008.*

### **Referências de fontes impressas (Cartas de Manuel Arruda da Câmara)**

Recife, 1795, setembro de 20.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, carta-Anúncio dos descobrimentos feitos em Pernambuco, emitida à Frei Mariano da Conceição Velloso, publicado no Paládio Português ou Clarim de Palas do mês de maio de 1796, volume I, Lisboa, 1796. *In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Textos manuscritos de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 101-105.*

Recife, 1797, agosto de 28.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, emitida do Recife ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho. *In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 237-238.*

Piruí, 1797, dezembro de 10.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, emitida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho. *In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Textos manuscritos de*

Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 239.

Pombal, 1798, outubro de 09.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, emitida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Textos manuscritos de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 241.

Paraíba, 1799, julho de 31.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, emitida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Textos manuscritos de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 242-243.

Paraíba, 1799, dezembro de 23.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, emitida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Textos manuscritos de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 244-248.

Recife, 1809, novembro, 26.

**CARTA de [Manuel Arruda da Câmara]**, Ofício do Governo Interino da Capitania de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Textos manuscritos de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 229-233.

### **Referências de fontes impressas (obras de Manuel Arruda da Câmara)**

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Aviso aos lavradores** sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão ou pevides para o aumento da colheita [...]. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Calhado – Casa do Infantado, 1792. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras impressas de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 87-92.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memória sobre as plantas de que se pode fazer barrilha entre nós**. Lisboa, 1792. Publicado em Lisboa: Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências em 1814. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras impressas de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 93-100.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Anúncio dos descobrimentos** [...]. Lisboa, 1792. Publicado em Lisboa: Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências em

1814. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras impressa de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 93-100.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Memória sobre a cultura dos Algodoeiros**. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1797. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras impressa de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 108-159.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Dissertação sobre as plantas do Brasil**, que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade e suprir a falta de Cânhamo. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras impressa de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 164-193.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. *In*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Obras impressa de Manuel Arruda da Câmara. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811) coligidas e com um estudo biográfico. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 196-227.

### Referências - Fontes Impressas (Obras Raras)

ALLEMÃO, Francisco Freire. **Botânica**: Aparecimento de uma collecção de desenhos do Dr. Manoel Arruda da Câmara. Tomo II, nº 7. Rio de Janeiro: Archivo Médico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sicencias Accessorias do Rio de Janeiro, 1846. p. 145-156. *In*: Hemeroteca Digital Brasileira: Archivo Médico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sicencias Accessorias do Rio de Janeiro – 1844 a 1847. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/700347/per700347\\_1845\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/700347/per700347_1845_00002.pdf). Acesso em 03 out. 2020.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)**. Dados da Matrícula de Manuel Arruda da Câmara: 305- Manuel Coração de Jesus Arruda. Filho de Francisco de Arruda Cansado. N. Sertão de Pernambuco. Filosofia 27-X-1786. Matemática 9-X-1787. (obg.). Frei religioso Carmelita Calçado. Brasil, Ano 1940\Edição 00062 (1) p. 181. Disponível: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 26 maio 2020.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). **Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da imediata e suprema inspecção de El Rei Dom José I**. Lisboa: Na Regia Officina Typográfica, 1772. 3 vols. Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Pref. Manuel Lopes de Almeida. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=272471>. Acesso em: 28 out. 2020.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). **Universidade de Coimbra: História administrativa/biográfica/familiar.** Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=47173>. Acesso em: 28 out. 2020.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC). **Estatutos Pombalinos da Universidade de Coimbra.** Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=272471>. Acesso em: 28 out. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (DIGITAL). **Breves Instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre a remessa dos produtos e notícias pertencentes à história da Natureza para formar um museu nacional.** Lisboa: Regia Officina Typographica, anno de 1781. – 45 p.: 4<sup>o</sup> (20 cm). Disponível em: [https://purl.pt/720/4/sa-6443-p\\_PDF/sa-6443-p\\_PDF\\_24-C-R0150/sa-6443-p\\_0000\\_capa-45\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/720/4/sa-6443-p_PDF/sa-6443-p_PDF_24-C-R0150/sa-6443-p_0000_capa-45_t24-C-R0150.pdf). Acesso em: 14 ago. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (DIGITAL). **Recreação filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas. 1786-1800.** Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/5920>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e latino:** [...] Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau e reformado por Antonio de Moraes Silva.** Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRITO, Joaquim José Rodrigues. Todas as espécies de jurisprudência natural ou positiva são ciências praticas, nem há arte, ou ciência verdadeira sendo meramente teórica. *In:* BRITO, Joaquim José Rodrigues. **Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal (1802-1805).** Capitulo XV, Tomos I a III. Lisboa: Banco de Portugal, 1992. Disponível em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/ocpep-2\\_t1\\_a\\_t3.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/ocpep-2_t1_a_t3.pdf). Acesso em: 5 maio 2021.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. **Diccionario de Medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias, contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamento das moléstias;** as receitas para cada molestiaAs plantas Medicinaes e as alimenticias; as aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis. 6. ed. Paris, A Roger & F Chernoviz, 1890. 2 v....V 2, p. 1444. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-de-Medicina-popular-e-das-sciencias-access%C3%B3rias-para-uso-das-familias/>. Acesso em: 25 jan. 2021.



COSTA, Francisco A. Pereira da. Manoel de Arruda Câmara. *In: Dicionário biographico de pernambucanos célebres (1851-1923)*. Recife: Typ. Universal, 1882, p. 640-644. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221687>. Acesso em: 29 maio 2020.

COSTA, Francisco A. Pereira da. Manoel de Arruda Câmara. *In: Dicionário biographico de pernambucanos célebres (1851-1923)*. Recife: Typ. Universal, 1882, p. 640. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221687>. Acesso em: 29 maio 2020.

COSTA, João Severiano Maciel da. **Memoria sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil: sobre (...)**. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1821. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22722>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FEIJÓ, João da Silva. **Memoria sobre a Capitania do Ceará**. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1889/1889-MemoriasescritaobrecapitaniadoCeara.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**: Plantas da Expedição do Pará copiadas no Real Jardim Botânico. V. I. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/rede\\_memoria/MNUFRJ152\\_1953/MNUFRJ152\\_1953.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/rede_memoria/MNUFRJ152_1953/MNUFRJ152_1953.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

FRANCO, Francisco de Mello. **História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Tomo XI, parte I. Academia Real das Ciências de Lisboa, 1831. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1462/bndigital1462.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1462/bndigital1462.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

GAMA, José Saldanha Sá. **Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Velloso**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Pinheiro e C., 1869. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or18047/or18047.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or18047/or18047.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

MARTINS, Joaquim Dias. Padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro. *In: MARTINS, Joaquim Dias. Os martires pernambucanos: victimas da liberdade: nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1853. p. 544-521. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221682>. Acesso em: ago. 2020.

MONTENEGRO, Padre João Ribeiro Pessoa de Mello *et al.* **Precizo dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco**: Panfleto impresso em 1817 contra a tirania Real de Pernambuco, 10 de março de 1817. Maria Lizete dos Santos (Transcrição). Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?documento=preciso-dos-sucessos-que-tiveram-lugar-em-pernambuco>. Acesso em: 23 set. 2020.

OLIVEIRA, Henrique Velloso de. **A substituição do trabalho dos escravos pelo trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1845. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/179446/000093802.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PEREIRA, José Esteves. O homem e a obra. *In*: BRITO, Joaquim José Rodrigues. **Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal (1802-1805)**. Introdução. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. XVII.

PINTO, Joaquim de Almeida. **Diccionario de Botanica Brasileira ou compendio dos vegetaes do Brasil, tanto indigenas como aclimados**. Rio de Janeiro: Typ Perseverança, 1873. Fonte da Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. (SIBI/Universidade de São Paulo). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3000>. Arquivo 45000008219\_Output.o.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

SÁ, José Antônio de. **Compendio de observações, que formam o plano da viagem política e filosófica que se deve fazer dentro da pátria**. Lisboa: s.e., 1783.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade: Trechos Selectos**. Porto: Editorial Domingos Barreira, [19--]. – 236, (Portugal/Joaquim Ferreira; 25). Biblioteca Nacional da Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/148>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Método para estudar Medicina**. Portugal: Universidade da Beira do Interior, Covilhã, 2003. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/metodo\\_aprender\\_estudar\\_med.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/metodo_aprender_estudar_med.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

SANCHES, António Ribeiro. **Tratado da Conservação da saúde dos povos: Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães generais, Capitães de mar e Guerra, Prelados, abadessas, médicos e pais de famílias: com um apêndice considerações sobre os terramotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a História, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o I de novembro, 1755**. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/tratado\\_saude\\_povos.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf). Acesso em 25 jan 2021.

SANCHES, Domingos. Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita pelo reino, e depois nos seus domínios. *In*: SANCHES, Domingos. **História da Ciência na UC**. Arquivo Digital - Laboratorio Chimico da Universidade de Coimbra - 200 Anos De Química em Portugal (1772-1974), por Augusto Correia Cardoso. Disponível em: [https://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/arquivo\\_digital\\_lab/D017](https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/arquivo_digital_lab/D017). Acesso em: 15 ago 2020.

SILVA, José Bonifácio Andrada e. **A abolição**: reimpressão de um opusculo raro de José Bonifácio sobre a emancipação dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro:

Typographia Lombaerts, 1884. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008349&bbm/4486#page/1/mode/2up>. Acesso em: 14 abr. 2021.

POMBAL, Marquez. **Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que regiam/** Pelas maquinações e dos novos estatutos por eles fabricados. Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1771. Disponível em: [https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W\\_0235\\_000003#faimg](https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W_0235_000003#faimg). Acesso em: 15 mar. 2021.

FUNDO ANTIGO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DO PORTO [FPUC]. **Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e estragos feitos nas Ciências e nos professores,** e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados. Coimbra, 1771. Disponível em: [https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W\\_0235\\_000003#faimg](https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0235.W_0235_000003#faimg). Acesso em: 15 mar. 2021.

VANDELLI, Domingos. **Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos.** E a Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora Domingos Vandelli. Coimbra: Real Officina da Universidade de Coimbra, 1788. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/22601>. Acesso em: 04 ago. 2020.

VIGIER, Joaon. **História das Plantas da Europa, E DAS MAIS UZADAS** que vem de Asia, de Affrica, & da America: onde ve se suas figuras, seus nomes em quo tempo florecem 7 o lugar onde nadem: Com hum breve discurso de suas qualidades e virtudes especificas. Lion: Na Officina de Anisson, Posuel & Rigaud, MDCCXVIII. [1718]. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/215460#page/9/mode/1up>. Acesso em 20 dez 2020.

## REFERÊNCIAS: FONTES MANUSCRITAS

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Manuscrito da “**Carta da Abertura dos Portos**”. Carta ao Conde de Ponte, admitindo nas alfândegas do Brasil toda e qualquer mercadoria estrangeira, ao mesmo tempo que permitia a exportação de produtos da terra, à exceção do pau-brasil, para os países que se conservaram em paz com a Coroa portuguesa. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-carta-de-abertura-dos-portos/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Manuscrito dos “**Tratados de Amizade e A de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Grã-Bretanha**”. TRATADO de Amizade e Alliança entre os muitos altos e muito poderosos senhores, o PRINCÍPE REGENTE DE PORTUGAL.... Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/expo/djoaovi/cronologia.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

849. [post. 1796]. Em 1796, Sousa Coutinho envia ofício sobre os avisos que deveriam ser expedidos ao vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro e aos governadores de São Paulo Martinho de Melo Castro e Mendonça e de Minas Gerais visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, sobre a viagem mineralógica de João Manso Pereira à aquelas capitanias, pesquisando, sobretudo as minas de ferro, ouro e prata, além de outros avisos ao governador de Pernambuco sobre a pensão a ser dada a Manuel da Câmara Arruda, [...]. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/IICT/Portugal (1581-1834): Ultramar, serviços de partes, visita do ouro, contratos do Sal, Brasil-Geral. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/bndigital0362/bndigital0362.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/bndigital0362/bndigital0362.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

## ANEXOS

ANEXO A - INSTRUMENTO DE PESQUISA<sup>170</sup>  
(1º CAPÍTULO)

**Documentos de Pesquisa**  
Fontes Impressas  
(Cartas e/ ou Correspondências)

**Objetivo do 1º capítulo:**

➤ Demonstrar o desenvolvimento da História Natural europeia e seus desdobramentos expressos na Universidade de Coimbra e na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Coloniais, identificando a ideia de Natureza.

**Arquivo:** Documentos impressos (Correspondências entre os naturalistas Domingos Vandelli e Carl Lineu) organizados em forma de livro pela Editora Dantes, Rio de Janeiro, 2008.

**1ª etapa: Coleta e sistematização das cartas**
**Documento: Carta e/ou correspondência.**

<b>Data</b>	
<b>Remetente e destinatário</b>	
<b>Exposição</b> (sucinta) do assunto tratado com seu(s) respectivo(s) objetivo(s)	Assunto:  Objetivo(s):
<b>Identificar:</b> - A influência de Lineu para a História Natural portuguesa; - Os interesses em comum entre os naturalistas; - A ideia de Natureza.	Questões centrais:

<sup>170</sup> Com base na metodologia de análise documental e bibliográfica de uma pesquisa historiográfica, conforme Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).

<b>2ª etapa: Sistematização dos Quadros 01 e 02</b>
---

**Quadro 01** – Cartas da Natureza: De Lineu para Vandelli (1759-1773).

<b>Nº</b>	<b>Local, data, mês e ano</b>	<b>Conteúdo – Questões centrais</b>
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		

**Quadro 02** – Cartas da Natureza: De Vandelli para Lineu (1759-1773).

<b>Nº</b>	<b>Local, data, mês e ano</b>	<b>Conteúdo - Questões centrais</b>
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		

**ANEXO B - INSTRUMENTO DE PESQUISA<sup>171</sup>  
(1º CAPÍTULO)**

**Documentos de Pesquisa**  
Fontes Impressas  
(Cartas e/ ou Correspondências)

**Objetivo do 1º capítulo:**

- Demonstrar o desenvolvimento da História Natural europeia e seus desdobramentos expressos na Universidade de Coimbra e na política territorial das viagens científicas luso-brasileiras pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Coloniais, identificando a ideia de Natureza.

**Arquivo:** Documentos impressos coligidos e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

**Tipologia documental:**

1. Cartas e/ou correspondências.

**1ª etapa: Coleta e sistematização das cartas**

**Documento: Carta e/ou correspondência.**

<b>Data</b>	
<b>Remetente e destinatário</b>	
<b>Exposição</b> (sucinta) do assunto tratado com seu(s) respectivo (s) objetivo(s)	Assunto:  Objetivo (s):
<b>Identificar:</b> - A ideia de Natureza estruturada pelo Estado português.	Questões centrais:

<sup>171</sup> Com base na metodologia de análise documental e bibliográfica de uma pesquisa historiográfica, conforme Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).





## ANEXO C - INSTRUMENTO DE PESQUISA (2º CAPÍTULO)

**Documentos de Pesquisa**  
Fontes secundárias  
(Livros, teses, dissertações e artigos)

### Objetivo do 2º capítulo:

- Configurar espacialmente a dinâmica territorial das viagens científicas junto ao processo de colonização, caracterizando os naturalistas viajantes luso-brasileiros da Geração Ilustrada e a representação territorializada da Natureza.

### Objetivo do Quadro 05:

- Caracterizar os naturalistas viajantes luso-brasileiros da Geração Ilustrada.

### Objetivo do Quadro 07 e 08:

- Configurar espacialmente a rota e/ou a abrangência territorial dos naturalistas viajantes luso-brasileiros da Geração Ilustrada que realizavam no processo de investigação da Natureza na colônia.

**Arquivo:** Documentos textuais de plataformas de busca de teses e dissertações e/ou artigos em periódicos.

**Tipologia textual:**

1. Livro biográfico;
2. Artigos de cunho biográfico resumido e/ou que descreva a rota da viagem científica do naturalista luso-brasileiro;
3. Teses ou dissertações que trace uma breve biografia do naturalista viajante luso-brasileiro e sua(s) respectiva(s) viagem científica.

### 1ª Etapa de Sistematização das fontes textuais

**a) Seleção das fontes textuais**

Ordem	Tipologia textual	Referências

### 2ª Etapa de coleta e de sistematização das fontes textuais

**b) Da estrutura e abrangência geográfica das viagens científicas luso-brasileiras;**

c) Do(a) naturalista viajante.

### 3ª Etapa de sistematização das fontes textuais

a) Elaboração do quadro 05:

b) Elaboração dos quadros 07 e 08:

## DADOS QUALI-QUANTITATIVOS

### 1.0- Da estrutura básica das viagens (1766-1811)

**Nome do naturalista viajante:** \_\_\_\_\_

#### 1.1- Da origem:

Ultramarina.       Dentro do território colonial.

#### 1.2- Da nacionalidade:

Portuguesa.       Luso-Brasileira.       Estrangeira.

#### 1.3- Do planejamento, elaboração e preparação das Instruções de viagens:

Pelos naturalistas viajantes do Museu e Jardim Botânico da metrópole portuguesa.

Pelos naturalistas viajantes Luso-Brasileiros em território colonial.

Pelos naturalistas viajantes: religiosos - Padres e frades da colônia.

Pelos Militares-engenheiros-cartógrafos.

#### 1.4- Da chefia:

Naturalistas viajantes.

Naturalistas viajantes: Padre(s) e/ou frade(s).

Militar.

#### 1.5- Da equipe (Especialistas e técnicos):

Naturalista.       Desenhista/pintor.       Médico.

Geólogo.       Geógrafo-cartógrafo.       Engenheiro-cartógrafo.

Astronomia.       Padres-matemáticos.       Jardineiro-botânico.

Não especifica.       Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

#### 1.6- Do tipo de viagem:

Viagens exploratórias.       Viagens administrativas.

- Viagens de fronteiras.                       Viagens filosóficas ou científicas.  
 Não especifica.

**1.7- Dos objetivos gerais:**

- Investigar plantas – espécies propícias à aclimação ou como medicamento - e investigar animais passíveis de domesticação.  
 Coligir, acondicionar e remeter para Portugal todo e/ou melhor material referente aos três reinos .  
 Não especifica.  
 Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**1.7.1- Dos objetivos específicos:**

- Levantamento geológico.  
 Levantamento botânico.  
 Levantamento zoológico.  
 Levantamento demográfico.  
 Levantamento antropológico.  
 Levantamento mineral e metais preciosos.  
 Não especifica.  
 Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**1.8- Da fonte de financiamento:**

- Subsidiadas pelo Estado português - Ministério do Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.  
 Governador-Geral: Vice-Rei do Brasil.  
 Capitão-general da Capitania.  
 Não subsidiadas pelo Estado português – Recurso próprio do naturalista.  
 Não especifica.  
 Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**1.9- Dos objetivos gerais do Império português, caso seja subsidiário:**

- Caráter administrativo e estratégico geopolítico expansionista.  
 Manutenção da ocupação, posse controle e exploração.  
 Não especifica.  
 Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**1.10- Dos objetivos específicos do Império português como subsidiário:**

- Levantamento dos recursos naturais.
- Desempenho para a agricultura.
- Desempenho para a fabricação de bens para a indústria emergente.
- Não específica.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**1.11- Das atividades após a finalização das viagens:**

- Catalogação sistemática das amostras dos três reinos.
- Incorporação de dados em obras científicas.
- Não específica.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**2.0- Da estratificação geográfica das viagens:****2.1- Quantitativo de viagens o naturalista realizou: Período e capitania(s):**

- 1 viagem;  2 viagens;  3 viagens;  4 viagens;  5 viagens;
- 6 viagens;  7 viagens;  8 viagens;  9 viagens;  10 viagens.
- Não específica.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**2.2- Da periodicidade total das viagens:**

- Um ano.  2 anos.  3 anos.  4 anos.  5 anos.
- 6 anos.  7 anos.  8 anos.  9 anos.  10 anos.
- 11 anos.  menos de um ano.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**2.3- Do tipo de veículo:**

- Fragata.  Mula.  Não informa.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**2.4- Da abrangência territorial ultramarina - do deslocamento externo:**

- Ultramarina – De Portugal para a América portuguesa Setentrional.
- Ultramarina – De Portugal para a América portuguesa Meridional.
- Especificar: \_\_\_\_\_.

**2.5- Da abrangência territorial na colônia - do deslocamento interno:**

- Parte Meridional: De Leste (Litoral) para o sertão .
- Parte Meridional: Do Sertão para o Leste (Litoral).
- Na circunscrição da Fronteira Meridional.
- Na circunscrição da Fronteira Setentrional.
- Parte Setentrional: De Leste (Litoral) para o sertão.
- Parte Setentrional: Do Sertão para o Leste (Litoral).
- Da Fronteira Setentrional para a Fronteira Meridional.
- Da Fronteira Meridional para a Fronteira Setentrional.

**2.6- Das Rotas:**

Especificar:

1ª rota: \_\_\_\_\_.

2ª rota: \_\_\_\_\_.

3ª rota: \_\_\_\_\_.

4ª rota: \_\_\_\_\_.

 Não especifica.**2.6.1- Por Capitânicas:**

- Uma Capitania.     02 Capitânicas.     03 Capitânicas.
- 04 Capitânicas.     05 capitânicas.     06 capitânicas.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**2.6.2- Por rotas Hidrográficas:**

- No Rio São Francisco.
- Nos rios de Leste (Litoral).
- Nos rios do extremo Norte.
- Não especifica.
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**3.0-: Dados Pessoais, formação e classe social do naturalista viajante****3.1-Gênero:**

- Masculino.     Feminino.

**3.2- Naturalidade:**

- Portugal.  Não informa.  "Luso-Brasileiro". Especificar:\_\_\_\_\_.

**3.3- Idade a partir da primeira viagem científica:**

- ( ) 19 anos. ( ) 20 anos. ( ) 21 anos. ( ) 22 anos ( ) 23 anos. ( ) 24 anos.  
 ( ) 25 anos. ( ) Dados escassos. ( ) Outro. Especificar: \_\_\_\_\_.

**3.4- Classe social:**

- ( ) Aristocracia portuguesa.  
 ( ) Classe média em formação na colônia caracterizada pelo crescimento do aparelho administrativo, pelo clero e pelos filhos da oligarquia colonial (padres, letrados, magistrados e trabalhadores livres).

**3.5- Da Universidade e/ou Convento:**

- ( ) Coimbra. ( ) Lisboa. ( ) Montpellier. ( ) Convento. Especificar:\_\_\_\_\_  
 ( ) Outra. Especificar:\_\_\_\_\_.

**3.6- Formação:**

- ( ) Filosofia Natural. ( ) Medicina. ( ) Matemática. ( ) Cartografia.  
 ( ) Outros. Especificar: \_\_\_\_\_.

**3ª Etapa de sistematização das fontes textuais**

- c) Elaboração do quadro 05;  
 d) Elaboração dos quadros 07 e 08.

**Quadro 05** – Nascimento, gênero, idade, classe social e nível de instrução dos naturalistas viajantes luso-brasileiros na América Portuguesa (1778-1810).

NATURALISTA VIAJANTE e VIAJANTE	NASCIMENTO/ANO	ÊN.	IDADE	CLAS. SOCIAL	NÍVEL DE INSTRU.

**Quadro 07** - Viagens científicas luso-brasileiras: Gestão de Martinho Melo e Castro (1778-1795).

QUANT.	PERIODO	NATURALISTA VIAJANTE	TIPO DE VIAGEM (Objetivos)	CAPITANIA E/OU (Rotas imprecisas)

**Quadro 08** - Viagens científicas luso-brasileiras: gestão de Sousa Coutinho (1796-1801).

QUAN T.	PERÍODO	NATURALISTA VIAJANTE e VIAJANTE	TIPO DE VIAGEM (Objetivos)	CAPITANIA E/OU (Rotas imprecisas)

## ANEXO D - INSTRUMENTO DE PESQUISA<sup>172</sup> (4º CAPÍTULO)

**Documentos de Pesquisa**  
Fontes secundárias  
(Livros, teses, dissertações e artigos)

### Objetivo do 4º capítulo:

- Distinguir os interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e as divergências botânicas de Arruda da Câmara para demonstrar a sua ideia de Natureza territorializada no sertão da caatinga.

**Arquivo:** Documentos textuais de plataformas de busca de teses e dissertações e/ou artigos em periódicos sobre a temática das viagens científicas.

**Tipologia textual:**

4. Livros impressos e/ou digitais;
5. Artigos e/ou jornais
6. Teses ou dissertações.

**1ª Etapa: Sistematização das fontes textuais**

d) Seleção das fontes textuais

Ordem	Tipologia textual	Referências

**2ª Etapa: Coleta e sistematização das fontes textuais**

- e) Leitura textual e sistematização dos dados num Quadro.

**3ª Etapa: Elaboração do quadro e do diagrama**

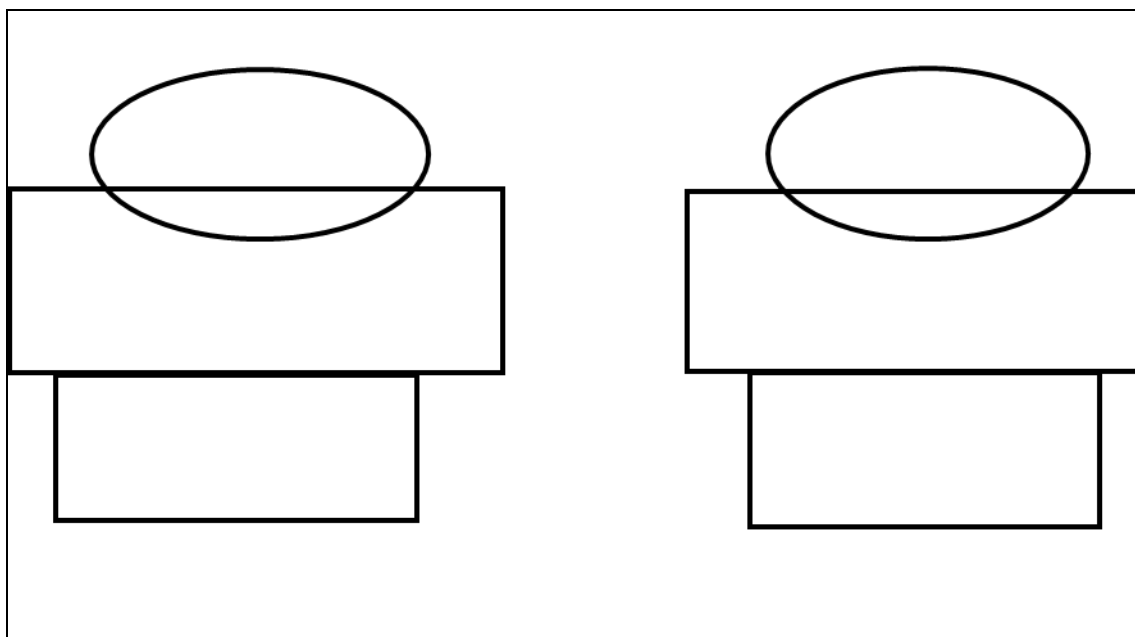
- a) Dos interesses da política territorial do Estado português; e
- b) Dos interesses de domínio territorial da caatinga de Arruda da Câmara;

<sup>172</sup> Com base na metodologia de análise documental e bibliográfica de uma pesquisa historiográfica, conforme Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).



**QUADRO DOS INTERESSES CONFLITANTES**

<b>Interesses da política territorial do Estado português (Palavras-chaves)</b>	<b>Interesses de domínio territorial da caatinga de Arruda da Câmara. (Palavras-chaves)</b>

**DIAGRAMA**

**ANEXO E - INSTRUMENTO DE PESQUISA<sup>173</sup>**  
**(4º CAPÍTULO)**

<b>Documentos de Pesquisa</b> Fontes Impressas (Livros, teses, dissertações e artigos)
--

**Objetivo do 4º capítulo:**

- Distinguir os interesses conflitantes entre a política territorial das viagens científicas luso-brasileiras e as divergências botânicas de Arruda da Câmara para demonstrar a sua ideia de Natureza territorializada no sertão da caatinga.

**Arquivo:** Documentos impressos coligidos e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

**Tipologia documental:**

Aviso, Memória, carta, Dissertação e Discurso.

**1ª Etapa de Sistematização das fontes textuais**

f) Seleção das fontes Impressas

Ordem	Tipologia textual	Referência

**2ª Etapa de coleta e de sistematização das fontes textuais**

- g) Leitura textual e sistematização dos dados com foco na identificação das divergências botânicas de Arruda da Câmara.

**3ª Etapa: Elaboração dos quadros**

**Quadro 14:** Antecedentes às viagens científicas luso-brasileiras: Divergências botânicas arrudiana (1792)

Tipologia das fontes impressas Título e localidade	Termos-chaves das divergências botânicas

**Quadro 15:** Viagens científicas no sertão da caatinga: Divergências botânicas arrudiana (1795-1810)

Tipologia das fontes impressas Título e localidade	Termos-chaves das divergências botânicas

<sup>173</sup> Com base na metodologia de análise documental e bibliográfica de uma pesquisa historiográfica, conforme Pimentel (2001), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009).